



# SEMIC

XXXII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - UEMA

# UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO

CIÊNCIAS HUMANAS  
*VOLUME III*

*Organização:*

*Monica Piccolo Almeida Chaves*

*Eliane Pinheiro de Sousa*



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



EDITORA UEMA



**CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Vol. III**

**Organizadoras:** Monica Piccolo Almeida Chaves; Eliane Pinheiro de Sousa

**Instituição:** Universidade Estadual do Maranhão

**Instituições apoiadoras:** FAPEMA e CNPq

### **Informações gráficas**

Capa: Leonardo Leal Chaves

Diagramação: Leonardo Leal Chaves

**Revisão:** Monica Piccolo Almeida Chaves

### **Divisão de Editoração**

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

### **Editor responsável**

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

### **Conselho Editorial**

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lúcia Cunha Duarte

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Gomes de Moura

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Jackson Ronie Sá da Silva

José Sampaio de Mattos Jr.

Marcelo Cheche Galves

Maria Medianeira de Souza

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Ana Lucia Abreu Silva

Cynthia Carvalho Martins

Emanoel Cesar Pires de Assis

Fabiola Oliveira Aguiar

Helidacy Maria Muniz Corrêa

José Roberto Pereira de Sousa

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Claudene Barros

Wilma Peres Costa



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO**



**Elaborada por Lausa Sousa Barros - CRB 13/657**

U22

UEMA produzindo conhecimento: Ciências Humanas, volume 3 / organizadoras, Monica Piccolo Almeida e Eliane Pinheiro de Sousa. – São Luís: Editora UEMA, 2021.

519 p.

Coletânea de artigos.

ISBN: 978-65-89821-22-9

1. UEMA. 2. PIBIC. 3. SEMIC. I. Almeida, Monica Piccolo. II. Sousa, Eliane Pinheiro de. III. Título.

CDU 001.891

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....   | 8  |
| <b>GEOGRAFIA</b> .....  | 11 |
| <b>ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO PRESÍDIOS SÃO LUÍS II (MASCULINO) E FEMININO DE PEDRINHAS EM SÃO LUÍS - MA.</b><br>.....  | 12 |
| Carlos Daniel Barbosa Rodrigues<br>Jaicia Ramos de Almeida<br>Silas Nogueira de Melo  |    |
| <b>CIRCUITOS CULTURAIS E CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA METRÓPOLE: os sons da diáspora africana em São Luís</b> .....   | 30 |
| Cristiano Nunes Alves<br>Milena Boaes dos Santos<br>Clara Beatriz Silva Durans  |    |
| <b>CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MOBILIDADE URBANA NA ILHA DO MARANHÃO: do financiamento em infraestrutura às concessões do transporte público de passageiros (2012-2019)</b> ..... | 64 |
| Carlos Eduardo Nobre<br>Vinícius Castelo Branco de Aguiar<br>Felipe Desidério Pereira   |    |
| <b>DEGRADAÇÃO E NOVOS USOS DO ESPAÇO URBANO: descaracterização, deterioração e destruição arquitetônica da área central de Caxias - MA</b> .....                              | 91 |
| Danusia Renata Lima do Nascimento<br>Jorge Martins Filho  |    |

**DIAGNÓSTICO DAS ÁREAS INUNDÁVEIS A PARTIR DE PARÂMETROS MORFOMÉTRICOS NO MÉDIO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SANTO ANTÔNIO, ILHA DO MARANHÃO**

..... 119  
Thaís da Silva Rodrigues  
Quésia Duarte da Silva  
Dayanna Serra Maciel  
Euclides Castro Gomes

**DIMENSÕES DO TERRITÓRIO RELIGIOSO: em campo na romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus (Vargem Grande - MA)** 139

José Arilson Xavier de Souza  
Lorena Régia Moraes  
Ana Luzia Campos Silva  
Thaís Fernandes Lima da Cunha

**ENVENENAMENTO NO/DO CAMPO: geografias, políticas e desarranjos socioterritoriais no estado do Maranhão** ..... 158

Eliezer Henrique da Silva Sousa  
Ademir Terra

**HISTÓRIA** ..... 190

**A CRIANÇA E A MULHER ESCRAVA EM “TEMPOS DE CATIVEIRO”: demografia, violência e laços afetivos no Maranhão no começo do século XIX (1801-1810)** ..... 191

Ana Caroline da Silva Magalhães  
Jesus Hellen Leal Conceição  
Reinaldo dos Santos Barroso Junior

**A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO: os impactos no exercício da docência**..... 214

Mário Jorge Araujo Belfort  
Sandra Regina Rodrigues dos Santos

A LITERATURA DE FRANCISCO DIAS CARNEIRO E A  
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E AFIRMAÇÃO DE SENTIDOS  
NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX. ....239

Iasmin Carvalho Ferreira Doroth

José Henrique de Paula Borralho

A PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DA CAPITANIA DE SÃO LUÍS  
DO MARANHÃO: conflitos de jurisdições e relações de poder (1730-  
1734) .....263

Kecianny Araújo Santos

Eloy Barbosa de Abreu

AS CONFLUÊNCIAS CULTURAIS ENTRE BRASIL E CABO VERDE:  
uma análise do impacto das produções literárias brasileiras sobre os  
claridosos (1950-1975) ..... 297

Igor Santos Carneiro

Tatiana Raquel Reis Silva

BALAIO DE MEMÓRIAS: os folguedos caxienses em representação e  
diálogo. .... 327

Cleidiane dos Santos Fernandes

Maria Lúcia Aguiar Teixeira

CASAR MOÇAS DESVALIDAS: os dotes de casamento para moças  
pobres concedidos pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão no  
século XIX ..... 351

Denilson Costa Pinheiro

Elizabeth Sousa Abrantes

DUAS FACES PARADISIÁCAS: Simbolismo do Paraíso no Além da  
Visão de Túndalo e Divina Comédia. .... 377

Ricardo Marques de Jesus

Adriana Maria de Souza Zierer

IMAGENS DO ORIENTE ANTIGO: iconografia de guerra na sociedade Assíria do primeiro milênio a.c..... 402

Samir de Barros Rebêlo

Ana Livia Bomfim Vieira

MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE IDOSOS: reflexo e autoestima no envelhecer saudável.....422

Mariangela Santana Guimarães Santos

Matheus Wilson Silva dos Santos

MST, REFORMA AGRÁRIA POPULAR E AGROECOLOGIA ..... 448

Dandara Câmara Rodrigues Freire

REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM-MA NOS ANOS 1980: uma abordagem através da imprensa..... 467

Lucas Victor Quaresma Barbosa

Márcia Milena Galdez Ferreira

TRADIÇÃO, MODERNIDADE E CINEMA DECOLONIAL: uma análise sobre Xala (1975), de Ousmane Sembène ..... 499

Viviane de Oliveira Barbosa

Rafaele Chaves Freitas

# APRESENTAÇÃO

Iniciativa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a coletânea **UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO**, organizada por áreas de conhecimento, reúne, em quatro volumes, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Iniciação Científica, ciclo 2019-2020, apresentadas no XXXII Seminário de Iniciação Científica-SEMIC da Universidade Estadual do Maranhão,

O Seminário de Iniciação Científica é uma ação de popularização, disseminação e promoção da Ciência promovida pela UEMA que, ao divulgar os resultados de pesquisas desenvolvidas por alunos da graduação, sob orientação dos docentes da Universidade, valoriza e prioriza a preparação de nossos jovens por meio do conhecimento, para que sejam atores de destaque no esforço de melhorar os índices de desenvolvimento do Estado, trazendo mais qualidade de vida à nossa população.

No exercício 2019-2020 a Coordenação de Pesquisa - PPG/UEMA promoveu a ampliação da participação de alunos e professores no Programa de Iniciação Científica, além de incentivar a interiorização do PIBIC, uma vez que potencializar a pesquisa na graduação é um dos caminhos mais profícuos para a formação de futuros alunos dos Programas de Pós-Graduação. Assim, o ciclo

2019/2020 do Programa de Iniciação Científica contemplou, além do PIBIC (CNPq, FAPEMA, UEMA), os programas de PIBIC/Ações Afirmativas, o Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e alunos do Programa Voluntário de Iniciação Científica. Durante o XXXII SEMIC foram apresentados 709 trabalhos institucionais, sendo 520 do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), 06 do Programa Ações Afirmativas, 15 do (PIBITI) e 166 pesquisadores voluntários.

Este volume da coletânea é dedicado às pesquisas desenvolvidas nas áreas de Ciências Humanas. Ao todo, são 20 artigos produzidos por discentes e docentes, que expressam a qualidade do conhecimento produzido na UEMA.

Espera-se que esta iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão (PPG/UEMA) possa contribuir para a consolidação do envolvimento discente na pesquisa e na produção científica, além de despertar a vocação científica, incentivando talentos potenciais entre estudantes de graduação através da divulgação dos conhecimentos produzidos por meio dos projetos de pesquisa não somente entre a comunidade acadêmica, mas também entre a sociedade maranhense. Assim, ao incentivar a comunidade acadêmica a publicar os trabalhos resultantes das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Iniciação Científica, a Universidade Estadual do Maranhão

concretiza um de seus mais importantes desafios: potencializar a formação de pesquisadores que poderão contribuir decisivamente para o fortalecimento da Pós-Graduação do Maranhão.

Desejo a todo(a)s uma excelente leitura!!

Monica Piccolo  
Coordenadora de Pesquisa – PPG/UEMA

# GEOGRAFIA

## **ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO PRESÍDIOS SÃO LUÍS II (MASCULINO) E FEMININO DE PEDRINHAS EM SÃO LUÍS - MA.**

Carlos Daniel Barbosa Rodrigues<sup>1</sup>

Jaicia Ramos de Almeida<sup>2</sup>

Silas Nogueira de Melo<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Na antiguidade a prisão era utilizada como forma de evitar fugas antes dos julgamentos. Foi a partir do Iluminismo que o movimento pela humanização no cárcere obteve êxito e adveio a ideia de que os indivíduos encarcerados necessitariam executar suas penas de forma digna e humana. Podendo assim, fazer com que as prisões passassem de punição para um local de “regeneração” do transgressor.

Atualmente, o sistema penitenciário está intimamente associado com as diferentes formas de violência, bem como com a expansão do crime organizado, tráfico de drogas, abusos dos direitos humanos, déficit no número de vagas, infraestrutura inadequada, não ressocialização e controle de territórios que têm pouca visibilidade para o Estado. Relatórios de Segurança Pública de

---

1 Graduando em Geografia Licenciatura pela UEMA, membro do Laboratório de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento da UEMA.

2 Graduanda em Geografia Bacharelado pela UEMA, membro do Laboratório de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento da UEMA.

3 Professor Adjunto do Departamento de História e Geografia, coordenador do Laboratório de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento da UEMA.

diversas unidades da federação apontam que o modelo de encarceramento atual implica no fortalecimento de um ciclo de violência. Primeiramente, com cooptação de pessoas para o crime organizado, que atuam dentro e fora das penitenciárias. Nas periferias dos centros urbanos, o crime recruta jovens para diversas atividades ilícitas, como por exemplo, o tráfico de drogas.

Nesse sentido, o Brasil possui mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade interligadas ao sistema penitenciário nacional (DEPEN, 2019). Deste universo, 32,4% são presos provisórios, resultando em uma taxa de 349,8 presos por 100 mil habitantes, a terceira maior população prisional do planeta. Considerando que o país possui atualmente 423.242 vagas no sistema penitenciário, identifica-se a existência de um déficit aproximado de 283.377 de vagas. Entre as pessoas privadas de liberdade, verifica-se que 94,8% são do sexo masculino e 5,2% do sexo feminino (DEPEN, 2019).

Não há dúvidas que o sistema prisional é complexo e possui múltiplas faces, sendo um dos gargalos da segurança pública brasileira e um desafio para os órgãos de gestão pública (MASULLO *et al.*, 2020). Daí a importância desse sistema ser estudado e monitorado de diferentes formas e diversas áreas do conhecimento. Contudo, identificamos poucos trabalhos acadêmicos de Geografia relacionados ao Sistema Penitenciário do Maranhão. Nessa via, o presente texto busca trazer mais visibilidade para essa temática sob

a lupa da Geografia. Dessa forma, Santos (2002, p.114) expressa que “é papel do geógrafo propor uma visão totalizante do mundo”.

O recorte da pesquisa escolhido para análise foi a Penitenciária São Luís II, a maior do estado do Maranhão e Penitenciária Feminina de Pedrinhas, ambas pertencente ao Complexo Penitenciário São Luís, que antes era chamado de Complexo de Pedrinhas por estar localizado no bairro de Pedrinhas no Município de São Luís, Maranhão.

Para tanto, o objetivo do artigo foi descrever a relação entre diferentes formas de violência e o sistema penitenciário de São Luís - MA, em ambas as unidades prisionais no ano de 2019. Realizamos levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e trabalho em laboratório para a produção de mapas e gráficos.

### **Caracterização da área de estudo**

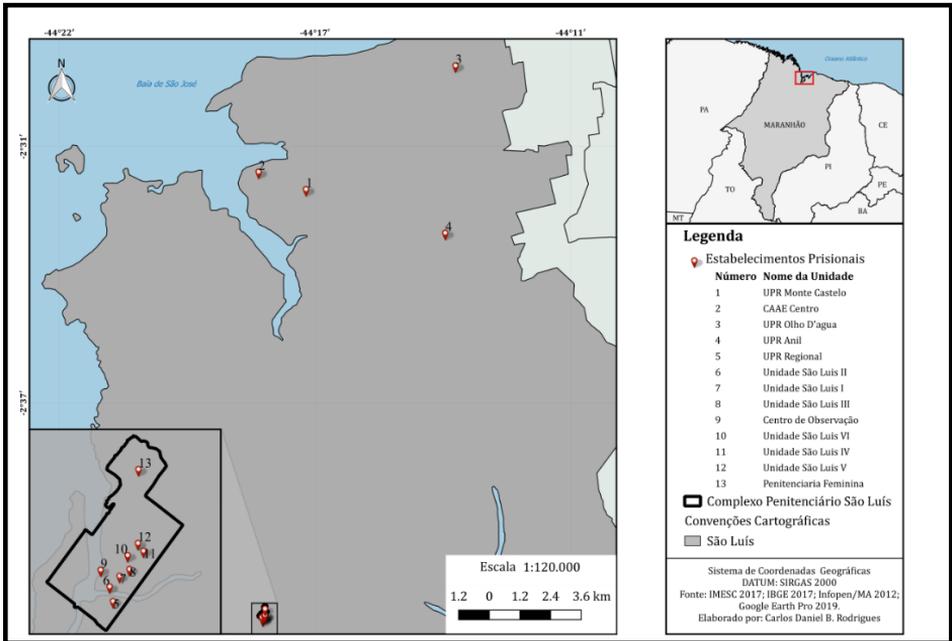
O município de São Luís está localizado na Ilha do Maranhão, ocupando 57 % da área total da Ilha de Upaon-Açu (ou do Maranhão). Situam-se também na ilha os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Tem como limites: Oceano Atlântico ao Norte; Estreito dos Mosquitos ao Sul; Baía de São Marcos a Oeste; e o município de São José de Ribamar a leste. São Luís contém uma área geográfica de 834,827 km<sup>2</sup> e está localizada no nordeste do Brasil (IBGE, 2017).

Segundo o IBGE (2017), o município conta com uma população estimada de 1.094.667 habitantes, distribuídos em 261 bairros de acordo com o Instituto das Cidades (INCID). Possui densidade demográfica de 1.215,69 hab/km<sup>2</sup>, pertence à Microrregião Aglomeração Urbana de São Luís e à Mesorregião Norte Maranhense (IBGE 2018).

Em 1846 foi inaugurada a primeira penitenciária de São Luís, localizada no bairro dos Remédios, possuindo os parâmetros necessários para admitir os detentos com verbas públicas. Em 1948, a penitenciária do Estado do Maranhão foi movida para o município de Alcântara, distante aproximadamente 20 km da capital do estado, pelo governador Sebastião Archer da Silva (SINDSPEM, 2009).

A Penitenciária do Estado volta para São Luís em 1965, sendo instalada no bairro de Pedrinhas. Atualmente, São Luís possui 13 Estabelecimentos Penais, desses, 9 estão localizados no complexo Penitenciário de Pedrinhas, são eles: Penitenciária Feminina, Unidade Prisional de Ressocialização Regional, Penitenciária São Luís I, II (Figura 01), III, IV, V, IV, Centro de Observação. Os outros 04 estabelecimentos são a Central de Custódia de Presos de Justiça do Anil, Unidade Prisional de Ressocialização do Olho D'água, Unidade Prisional de Ressocialização do Monte Castelo e a Casa de Assistência do Albergado e Egresso localizado no Centro da capital maranhense.

**Figura 01- Localização das Penitenciárias no Município de São Luís, MA**



Fonte: IMESC (2012), Google Earth Pro (2019), INFOPEN-MA (2012).  
Org: RODRIGUES, 2020

A Penitenciária Feminina conta com sala de triagem, celas de alojamento, berçário, celas para visita íntima, espaço para banho de sol, sala de psicologia, dentista, consultório médico, ginecologista, parlatório, salas de aula, sala de repouso, sala para realização de cursos EAD, sendo que as internas possuem acesso ao trabalho em padaria, malharia e fabricação de blocos de concreto. A comunidade carcerária feminina, com um contingente populacional de 158 presas em 2012 (LOUZEIRO, 2017), iniciou-se com 4 mulheres há 31 anos.

Segundo Sousa (2014) as instalações eram precárias, pois as detentas eram mantidas em um quarto com quatro camas, com o aumento quantitativo de presas, criou-se um pavilhão para mantê-las nas dependências do Complexo Penitenciário masculino. No entanto, com o passar dos anos e aumento dessa comunidade carcerária, as detentas foram realocadas para um presídio localizado no bairro do Olho D'água e em torno de dez anos atrás, com a construção de um anexo ao antigo pavilhão, foi criada a Penitenciária Feminina nas dependências do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A penitenciária São Luís II é considerada a maior unidade com um total de 1.015 internos em regime fechado, provisório e aberto distribuídos em 3 galpões e 10 blocos. Conta também com uma quadra, 3 salas para visitas, salas de aula, sala de medicação, local para corte de cabelo, sala de administração, biblioteca e um laboratório de educação à distância. A unidade possui vários profissionais para que o interno tenha assistência médica, educativa, jurídica etc. Ela possui 3 assistentes sociais, 2 psicólogos, 3 advogados, 2 técnicos em enfermagem e 1 enfermeiro. Eles contam com uma sala de medicação para procedimentos de menor risco, caso aconteça algo mais grave são levados para o Hospital de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura (Socorrão II), hospital da rede municipal de Saúde.

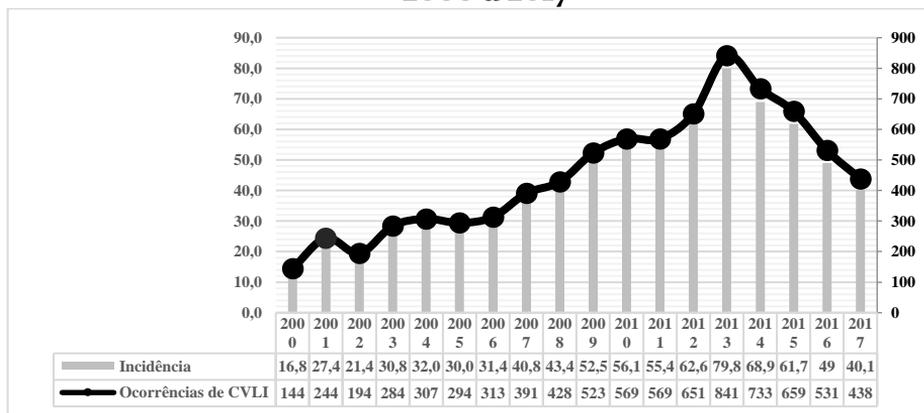
## RESULTADOS

### Relação entre violência e o sistema carcerário em São Luís

Antes mesmo de entender a geografia do sistema carcerário em São Luís, acreditamos ser importante a compreensão espacial e temporal da criminalidade no município. Contudo, a criminalidade como um todo é difícil de ser apreendida, uma vez que existem muitas subnotificações e nem todos os dados possuem referência espacial (MELO *et al.*, 2020).

Uma alternativa para compreender a dinâmica da criminalidade/violência seria com os dados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que abarcam crimes de homicídios, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, pois apresentam baixo índice de subnotificação e mais informações referentes a data/hora (GAWRYSZEWSKI *et al.*, 2005). Nesse sentido, o Gráfico 01 traz a taxa e quantitativo de CVLI.

### Gráfico 01 – Comparativo entre quantitativo de ocorrências e taxa de incidência de CVLI em São Luís por 100 mil habitantes, 2000 a 2017



Fonte: SSP, 2018. Org.: RODRIGUES, 2019

No gráfico percebe-se que no período entre 2000 e 2005 em São Luís, registrou-se a alternância entre diminuição e aumento da incidência de ocorrência de CVLI com relativa estabilidade. Entretanto, a partir do ano de 2006 observa-se um crescimento expressivo nas notificações, com um impulso maior em 2013, alcançando em 6 anos um aumento de 107% dos casos de CVLI, o equivalente a 841 mortes. Durante todo o período analisado, São Luís apresenta taxas elevadas com o ápice em 2013.

Nesse sentido, consolida-se um período de crise na segurança pública do Maranhão com a crise no sistema prisional. O confronto entre facções criminosas, além de uma série de eventos, desencadeou um crescimento exponencial em 2012 com ápice em 2013, registrando em 2 anos elevação de aproximadamente 47% dos crimes violentos

letais intencionais. Após 10 anos de ampliação progressiva dos casos de CVLI, observa-se em 2015 consolidação na redução das ocorrências, seguindo tendência nacional.

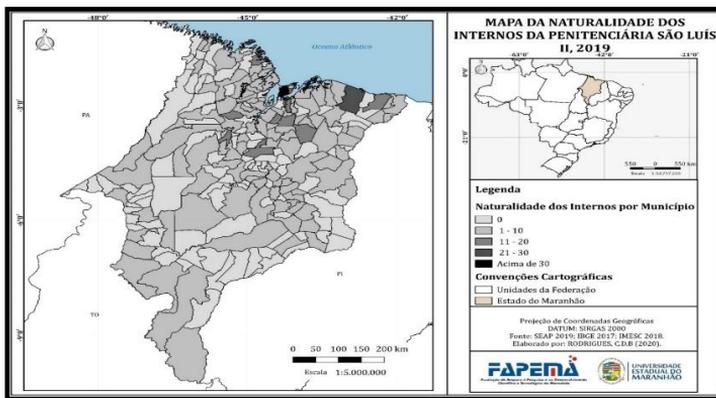
Segundo Melo (2019), a primeira facção criminosa se formou no complexo de Pedrinhas em 2003, no entanto se transformou em uma organização em 2013, algo que pode ter resultado nesse grande fenômeno de mortes letais. Freitas e Piedade (2016) esclarecem que, desde que surgiu o presídio, há o menosprezo e crueldade, o que se deixou crescer até chegar ao ápice nesse período. Como reflexo disso, houve um aumento na população carcerária. Assim, a transferência de presos do interior para a capital, a falta de infraestrutura, o aumento de facções criminosas, entre outros fatores, contribui para o encarceramento em massa (ADORNO, 1990).

### **Análise socioespacial dos internos e internas**

Um considerável número de detentos das penitenciárias estudadas, são de municípios do interior do estado. Nessa via, Freitas e Piedade (2016) relatam que o complexo São Luís é o único do estado que possui internos da capital São Luís e do interior. Acerca da naturalidade dos internos da Unidade 2 (Figura 02), grande parte nasceu no Município de São Luís (347 pessoas). No entanto, boa parte dos indivíduos são naturais de diversos municípios do estado do Maranhão e, também, de outros estados da união. Os municípios que

concentram o maior número de detentos, fora a capital, são Barreirinhas com 25 pessoas, Itapecuru-Mirim com 20, Bacabal com 16, São José de Ribamar com 15, Penalva com 14 e Rosário com 13, os demais tiveram valores menores do que os já citados. Assim, destaca-se que 54,8% dos municípios do Maranhão possuem pelo menos uma pessoa detida na Penitenciária São Luís II.

**Figura 02- Mapa da Naturalidade dos internos da Unidade 02, São Luís- MA**



Fonte: SEAP, 2019. Org: RODRIGUES, 2020

Percebe-se que os municípios que possuem um quantitativo maior de detentos, ficam relativamente longe da capital, com exceção do município São José de Ribamar. O município de Barreirinhas fica a 257 km de São Luís, Bacabal a 250 km, Itapecuru-Mirim a 120 km, São José de Ribamar, que faz parte da Região Metropolitana, fica a 30 km. Essa distância prejudica os familiares que têm que visitar os entes que estão a centenas de km de distância

de casa, e pode acontecer de muitos não irem visitar por conta disso. Neste sentido, Zomighani Junior (2009) esclarece, que

como a maior parte dos prisioneiros provêm de famílias pobres, as grandes distâncias entre as unidades onde cumprem pena, e local de residência de suas famílias, pode dificultar o contato mais próximo. E com isso prejudicar sua convivência social, dificultando sua reintegração, e, até mesmo, promovendo, pela ação do estado, o seu abandono, por parte de sua (ZOMIGHANI JÚNIOR, 2009, p. 260).

Por ser a maior penitenciária do Maranhão, essa unidade acaba recebendo esse grande quantitativo de detentos de todo estado. Até o presente momento acaba por conseguir admitir todas essas pessoas em seus pavilhões e com as atividades que são ofertadas no complexo.

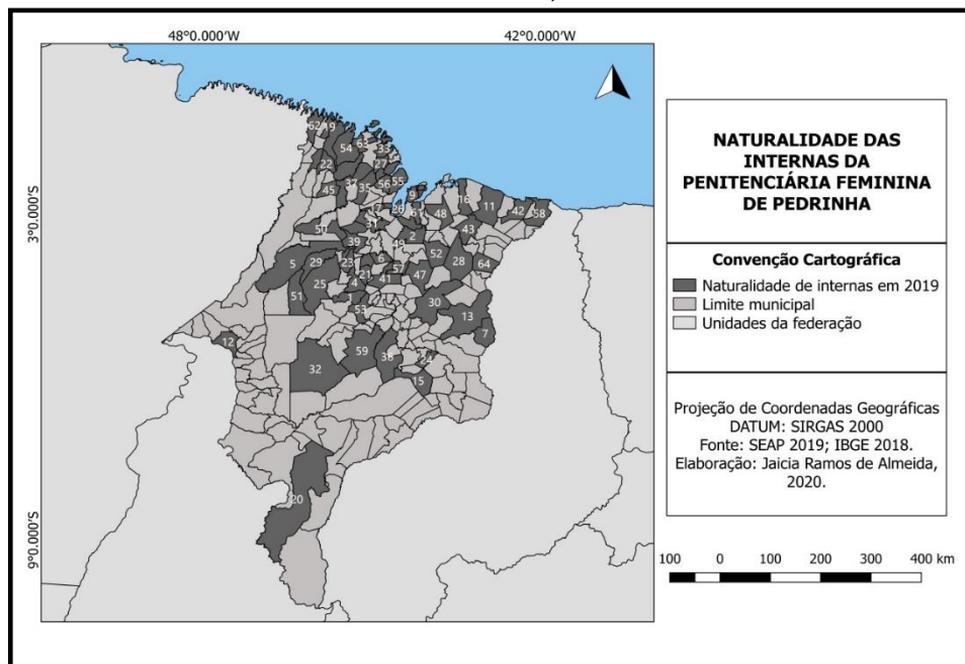
Já na Penitenciária Feminina, referente à naturalidade das detentas (Figura 03), o maior número de detentas são da própria capital São Luís, seguido principalmente dos municípios de Santa Inês, Itapecuru Mirim, Araiões e Bacabal. Ao todo 64 dos 217 municípios maranhenses possuem ao menos uma interna na penitenciária feminina, um valor bem expressivo.

Os resultados desse trabalho consistem também em trazer variáveis para entender o perfil dos indivíduos da penitenciária São Luís II e Feminina de Pedrinhas, porque, além de demonstrar os aspectos espaciais, entendemos que apresentando os dados sociais,

tem-se uma compreensão geral e mais precisa do fenômeno estudado.

As informações obtidas sobre a idade, a cor e a escolaridade das internas demonstram que elas variam de 19 a 65 anos, as mulheres consideradas pardas são maioria, assim como, mais da metade não completou o ensino fundamental. Os dados indicam que 61% das prisioneiras são pardas, portanto, há uma parcela maior de mulheres pardas que vivem em situação de privação de liberdade no presídio feminino de Pedrinhas, sendo que, muitas ainda não foram julgadas e nem condenadas e a maioria está presa por tráfico de drogas. Além disso, 51% das pessoas em situação penal no presídio feminino de pedrinhas não completaram o ensino fundamental, sendo que, a maiorias das internas estão na faixa etária de 24 a 34 anos de idade (SEAP, 2019). Apesar disso, muitas voltam a estudar dentro da penitenciária, umas para passar o tempo, outras para aprender e se qualificar para o mercado de trabalho na esperança de que, quando saírem, possam recomeçar a vida e fazer parte da sociedade novamente.

**Figura 03- Mapa da Naturalidade das internas da Penitenciária Feminina de Pedrinhas, São Luís - MA**



Fonte: SEAP, 2019. Org: ALMEIDA, 2020

No que se refere ao perfil da Unidade 02, em relação à idade, a maioria se encontra na faixa etária de 18 a 29 anos, com um quantitativo de 450 pessoas, a faixa de 30 a 40 anos com 379, a de 41 a 50 com 136, por último, a faixa acima de 50 anos com 39 indivíduos. Logo, pode-se constatar que a grande maioria das pessoas que estão privadas de liberdade da unidade 2 são jovens. Os jovens equivalem a 44,37% do total de internos, transversalmente, os com mais idade já haviam cometido crimes durante adolescência e a juventude. Nas entrevistas perguntamos com quais idades eles cometeram o

primeiro crime e o resultado dos 6 entrevistados foi que 3 afirmaram que praticaram antes dos 18 anos. Isso reflete como as instituições falham em lidar com menores infratores no que se refere à infraestrutura dos locais, desqualificação e falta de apoio das equipes técnicas, o que envolve de maneira geral a escassez de verba.

No que se refere à raça/cor dos detentos da Unidade 02, foi constatado que grande parte dos internos são de pele parda com 670 internos, seguidos da cor preta com 168, juntos são equivalentes a 82,64% de todo quantitativo de presos, enquanto a cor branca tem 130, amarela com 21, outras com 5 e um indígena. Essa característica vem desde o passado escravocrata e se repercute até os dias atuais, sendo que está consolidada em uma sociedade racista e desigual, que oferece oportunidades diferenciadas às pessoas, pois visa o poder do capital para melhor definir as funções e patamar de cada indivíduo na sociedade segundo sua classe social.

No tocante à escolaridade dos detentos, existem 413 internos que não possuem essa informação nos dados cedidos (mas que, segundo a administração do presídio, se trata de analfabetos), seguidos do ensino fundamental incompleto com 352 pessoas, ensino médio incompleto com 113, ensino médio completo com 61, ensino fundamental completo com 26, analfabetos declarados 24, alfabetizado 21 e apenas 4 com o ensino superior incompleto. Em suma, os internos dessa unidade, possuem uma baixa escolaridade.

Tanto para o senso comum quanto para as falas de autoridades públicas e intelectuais, a problemática proposta se deve à baixa escolaridade desta população. Adorno (1991, p. 77), afirma que “a maior parte das crianças e adolescentes desprovidas de amparo escolar ou expulsas das escolas não possuem outro caminho a não ser delinquir”, o autor explica que para pôr fim nisso, deve-se dar ocupação para essas pessoas, de maneira justa, sem deixar aspectos importantes da infância e adolescência de lado.

## CONCLUSÕES

Levando em consideração o contexto em que o Sistema Penitenciário está inserido, percebe-se que há problemas impostos e que, apesar de vários séculos da constituição das prisões, até hoje muitos não foram resolvidos. As dificuldades se agravam a cada dia, principalmente pela inoperância do Estado, o qual tem dever de dar toda assistência ao sistema no que se refere à infraestrutura e serviços.

Desse modo, através do perfil dos internos e internas descritos neste trabalho, constituído em sua maioria de jovens, pretos ou pardos, solteiros, com baixa escolaridade, e oriundos de periferias urbanas, fomenta-se a ideia de que se deve trabalhar de maneira mais ampla e eficiente na sociedade para resolver os problemas relacionados a essa temática, por meio de políticas públicas.

Principalmente as voltadas para a educação, que é uma medida de médio e longo prazo, mas que fará diferença no futuro (Melo *et al.*, 2019).

Referente aos resultados espaciais, observa-se um quantitativo significativo de internos advindos do interior do estado e de outros estados brasileiros. Acreditamos que se deve ter mais planejamento do meio jurídico para possíveis remanejamentos para unidades do interior do estado, visto que, principalmente familiares, sofrem com a distância dos municípios de origem e São Luís.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **A socialização incompleta: Os jovens delinquentes expulsos da escola**. São Paulo, Cad, Pesq. N 79. 1991.

ADORNO, S. **Sistema Penitenciário no Brasil: problemas e desafios**. Recife, Pernambuco, 1990.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2017**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2019. Disponível em:< <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em 31 de novembro de 2019.

FREITAS, L. D. A; PIEDADE F.O. **Sistema penitenciário de pedrinhas em São Luís do Maranhão: crise continuada**. Porto Alegre. 2016.

GAWRYSZEWSKI, V. P; KAHN, T; JORGE, M. H. P. **Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública**. Revista de saúde pública, v. 39, p. 627-633, São Paulo, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade.** Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e estatística. **Panorama da Cidade de São Luís.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Boletim Criminal do Maranhão.** São Luís. 2020.

INCID, Instituto da Cidade, Pesquisa Planejamento Urbano e Rural. **São Luís em dados PPA 2014 2017.** São Luís. 2017.

LOUZEIRO, J. C. S. **Sistema Penitenciário Feminino - Uma análise da situação carcerária e condições de vida no Presídio Feminino de São Luís.** Faculdade do estado do maranhão – FACEM, São Luís -MA, 2017. Disponível em: [http://www.facem.edu.br/aluno/arquivos/monografias/janaina\\_carla.pdf](http://www.facem.edu.br/aluno/arquivos/monografias/janaina_carla.pdf). Acesso em 04 de Jan. de 2020.

MASULLO, Y. A. G; ROCHA, J.; MELO, S. N. O cárcere brasileiro e o perfil social do sistema prisional do Maranhão. **Geosul**, v. 35, n. 76, p. 662-683, 2020.

MELO, N. Imicat: origem e consolidação das facções criminosas no Maranhão. **Imirante.** São Luís. 13 de dezembro de 2019.

MELO, S. N.; BOIVIN, R.; MORSELLI, C. Spatial dark figures of rapes:(In) Consistencies across police and hospital data. **Journal of Environmental Psychology**, v. 68, p. 101393, 2020.

MELO, S. N.; ROCHA, J.; MASULLO, Y. A. G. Análise longitudinal dos fatores associados a epidemia/endemia de homicídios nas capitais

brasileiras. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 42, 2019.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço. Técnica. Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo. Ed. USP, 2002.

SINDSPEM. Sindicato Dos servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão. **Histórico dos Presídios do Maranhão**. São Luís, 2009.

SOUSA, A. S. R. **Prisão Feminina**. 1ª edição. São Luís – MA: Gráfica Gêneses, 2014.

ZOMIGHANI JR, J. H. **Território Ativo e Esquizofrênico. Prisão e Pena Privativa de Liberdade no Estado de São Paulo**. São Paulo, 2009.

## **CIRCUITOS CULTURAIS E CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA METRÓPOLE: os sons da diáspora africana em São Luís**

Cristiano Nunes Alves<sup>1</sup>

Milena Boaes dos Santos<sup>2</sup>

Clara Beatriz Silva Durans<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A diáspora africana, amplo processo de imigração forçada de povos negros do continente africano, tornados escravos alhures, implicou em uma série de ações de resistência - contra a opressão, a desigualdade e o racismo - expressas em diversas dimensões da vida cotidiana, dentre elas, por meio da arte. Assim, em distintos contextos de precariedade, no final dos anos 1960, surgiram o *reggae* e o *hip hop*, manifestações culturais urbanas de origem afro-antilhana, pautadas no imbricamento entre estética e política.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), coordenador do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (MARIELLE) e do projeto de pesquisa universal do qual resulta o presente texto, intitulado “**Federação dos lugares e economia local na Região de São Luís - MA: circuitos culturais, mídias alternativas e novas formas de planejamento territorial plural**”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Graduanda em Geografia (UEMA), bolsista de iniciação científica CNPq (2019-2020), responsável pelo desenvolvimento do plano de trabalho intitulado “Análise da topologia/tipologia da produção fonográfica da cultura hip hop na Região de São Luís”.

<sup>3</sup> Graduanda em Geografia (UEMA), bolsista de iniciação científica FAPEMA (2019-2020), responsável pelo desenvolvimento do plano de trabalho intitulado “Análise da topologia/tipologia das radiolas e dos eventos musicais do circuito reggae na Região de São Luís”.

Atualmente mundializadas, tais manifestações diaspóricas se tornaram aglutinadoras de sujeitos periféricos de São Luís, capital do estado do Maranhão e núcleo de uma região a qual abriga 1.621.102 pessoas (IBGE, 2018)<sup>4</sup>. Nessa metrópole essencialmente negra, desigual e rica culturalmente, ao mesmo tempo em que predomina o *reggae*, o que lhe confere a denominação de “Jamaica Brasileira”, consolidou-se uma das mais pulsantes movimentações do *hip hop* no país.

O *reggae*, propondo o olhar para a África por meio da filosofia rastafári<sup>5</sup> e conhecido como o som da revolta negra e periférica, surgiu na favela de Trenchtown, em Kingston, capital da Jamaica. Difundido a partir dos *sound-systems*, seus sistemas sonoros característicos originais, o gênero jamaicano deriva de um amplo processo socioterritorial, articulando êxodo rural, desigualdades, novas possibilidades técnicas e a fusão de ritmos e estilos musicais de distintas épocas e lugares (RHINEY; CRUSE, 2012).

---

<sup>4</sup> Trata-se, São Luís, do Núcleo da “Região Metropolitana da Grande São Luís” (RMGSL), regionalização criada pela Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015. Segundo a norma, a Região é composta pelos municípios: (i) de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário e Santa Rita, situados no continente; (ii) de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, situados na Ilha do Maranhão.

<sup>5</sup> Panafricanista, e inspirado pelas ideias de Marcus Garvey, um líder político e religioso jamaicano atuante no país sobretudo nos 1920, o **rastafári** baseia-se no entendimento de que “Ras Tafari Makonnen”, coroado imperador etíope no ano de 1930 e, assim, tornado “Hailé Selassié”, seria a encarnação divina, um sinal e impulso para a libertação das desigualdades vividas pelo povo negro, seja na África ou fora dela.

Por sua vez, surgido no South Bronx em Nova Iorque (Estados Unidos), o *hip hop*, também conhecido como cultura das ruas, resultou das ações de jovens suburbanos, a maior parte deles oriundos das Antilhas, que passaram a questionar de modo sistemático, por meio da arte, o contexto de segregação socioterritorial no qual viviam (TOOP, 2000; ALVES, 2005, 2016; RÉRAT, 2006). Tais ações de resistência por parte dos sujeitos dessa cultura constituíram-se na indissociabilidade de três manifestações artísticas: o *rap* (expressão musical, baseada em narrativas do cotidiano urbano)<sup>6</sup>, o *break* (expressão corpórea)<sup>7</sup> e o grafite (expressão visual)<sup>8</sup>.

No presente trabalho, investigamos o *reggae* e o *hip hop* em São Luís baseados na noção de território usado (SANTOS, 1997), fundamento reflexivo e prático a nos colocar frente aos sujeitos,

---

<sup>6</sup> Considerada a música da persuasão e da tomada de consciência, o **rap**, compõe-se de narrativas fundadas sobre rimas faladas, em geral, evocando à luta as populações negras e periféricas citadinas. Os *rappers* se organizam para desenvolver a sua arte a partir: (i) dos grupos, constituídos pelo *MC* (mestre de cerimônias), responsável pelo canto, e pelo *DJ* (Disc Jôquei) – agente também presente no *reggae* -, responsável pela parte instrumental. Para mais informações, consultar Calogirou (1996), Alves (2016), Moysés (2018) e Gomes (2019).

<sup>7</sup> Praticado pelos *breakers* (*b.boys* e *b.girls*), o **break** é uma dança surgida como alternativa para as lutas entres gangues, substituídas por combates de dança (as batalhas), apresentadas individualmente ou em grupos (*crews*). Para mais informações, consultar Andrade (1996) e Alves (2012).

<sup>8</sup> O **grafite**, dinamizado pelos grafiteiros, consiste em pinturas realizadas nas mais diversas superfícies urbanas (muros, viadutos, vagões de trens, entre outros), sobretudo por meio das técnicas de *spray*. Para mais informações, consultar Silveira (1991), Costa (2015) e Shishito (2018).

materialidades, cooperações e conflitos abrigados nos lugares, parecendo, a esse termo, se tratar de uma frutífera entrada para a análise geográfica da contemporaneidade. Substanciando igualmente a nossa proposta, operacionalizamos a noção de circuito cultural, ferramenta teórico-metodológica da qual lançamos mão para investigar a dinâmica de materialidades e relações sociais em torno de uma determinada manifestação cultural (ALVES, 2014; 2015).

Como os circuitos culturais fazem circular a variável informação na metrópole contemporânea? Seria a partir da cultura urbana, o meio pelo qual a informação se metamorfoseia em comunicação - um processo de troca necessariamente atachado à vida de relações - cotidianas - dos sujeitos nos lugares? Tais questões além de guiar a delimitação do tema e o próprio processo de pesquisa, fazem com que passemos a definir a tipologia-topologia dos sistemas-técnicos sonoros ligados à cultura negro-periférica, destacando: (i) as radiolas, sistemas difusores característicos do circuito *reggae* no Maranhão<sup>9</sup>; (ii) os estúdios fonográficos produtores do circuito *hip hop*.

---

<sup>9</sup> Carregadas de significado, não raro pintadas com as cores das bandeiras jamaicana e etíope, segundo Costa (2008, p. 11) se tratam as radiolas de “um conjunto de aparelhos de som de alta capacidade de projeção sonora” e equipamentos correlatos, todos instrumentais à organização de festas de *reggae*.

Nosso texto se organiza do seguinte modo: de início, apresentamos a nossa problematização ressaltando as bases teóricas acionadas para a análise do entrelaçamento entre circuitos culturais e circulação de informações na metrópole contemporânea. Em seguida, propondo uma periodização sobre o tema, analisamos, no mesmo compasso, o processo de urbanização ludovicense e a dinâmica dos circuitos diaspóricos no espaço ao longo do tempo. Por fim, abordando o papel informacional dos sistemas técnicos sonoros, tratamos da empiria em torno das radiolas regueiras e dos estúdios fonográficos do *hip hop* em São Luís, destacando as topologias e as tipologias envolvidas.

Com o presente estudo, intentamos contribuir para uma discussão sobre o estatuto metropolitano que ultrapasse a perspectiva economicista, considerando como também importantes variáveis analíticas as dimensões cultural, política e informacional da vida nos lugares.

## **METODOLOGIA**

Fundamentando nossa metodologia de pesquisa para os circuitos culturais negro-periféricos (circuitos diaspóricos), realizamos levantamento bibliográfico e documental sobre a temática em arquivos escritos e digitais: analisamos livros, teses, dissertações, artigos, mapas, materiais audiovisuais, matérias de

jornais, além de conteúdos de redes sociais da internet. Igualmente realizamos uma série de trabalhos de campo (entre os anos de 2019 e 2020)<sup>10</sup>, consistindo em (i) visitas técnicas, realizadas junto a locais, lugares e eventos implicados na temática, tais quais: clubes e bares de *reggae*, festivais de música, oficinas de radiolas, Museu do Reggae, apresentações de *rap*, estúdios fonográficos, entre outros; (ii) entrevistas, via questionários (quantitativos e qualitativos)<sup>11</sup> e roteiros semiestruturados<sup>12</sup> - diálogos - junto a agentes do circuito, tais quais: DJs, MCs, gestores públicos, músicos, agitadores culturais, produtores culturais, radioleiros (proprietários de radiolas), comerciantes fonográficos, aficionados, entre outros.

---

<sup>10</sup> Importante destacar que as entrevistas realizadas a partir de março de 2020, em virtude do evento pandêmico COVID-19, deixaram de ser presenciais para serem realizadas de modo remoto.

<sup>11</sup> A esse termo, foi importante a aplicação de questionários via plataformas digitais, tal qual o *Google Form*.

<sup>12</sup> Nesse sentido, articulou-se às *interlocações nodais*, as *interlocações secundárias*, estas, buscando aclarar, por meio de mensagens ou ligações via plataformas digitais - tal qual o *Whatsapp* - questões pontuais surgidas a partir das *interlocações nodais*. **Tais informações primárias aparecem no texto acompanhadas de um asterisco\*.**

## RESULTADOS

### **Densidades técnica, informacional e comunicacional na metrópole: o que dizem os lugares analisados a partir dos circuitos culturais?**

A noção de território usado, “um quadro de vida” (SILVEIRA, 2011, p. 35), a abrigar os mais diversos agentes e solidariedades (RIBEIRO, 2010) é o ponto de partida para o presente estudo geográfico da cultura urbana ludovicense. Nesse sentido, a inquietação, a partir dos circuitos culturais diaspóricos, acerca da circulação metropolitana de informações baseadas no cotidiano implica um olhar geográfico direcionado à noção de lugar. Enquanto Hartshorne (1978, p. 167) afirma ser o lugar, um “conceito do que é específico”, Santos (1997, p. 322) entende tratar-se de “um cotidiano compartilhado”, abrigo da copresença, da proximidade e da troca entre os sujeitos.

Propomos analisar a metrópole de São Luís, tida como um lugar, por meio das densidades técnica, informacional e comunicacional, segundo a proposta de Santos (1997), categorias identificáveis empiricamente, se mostrando operacionais ao entendimento das tessituras espaciais contemporâneas responsáveis por articulações intralugares e entre lugares.

A técnica, compreendida como um meio, responde a uma determinada racionalidade, hegemônica ou não (ELLUL, 1968), e é

signo da “reação enérgica (...) que o homem impõe à natureza” (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 14). Por seu turno, a densidade técnica está embutida no gradiente de artificialidade dos lugares, redundando na espessura da divisão técnica e territorial do trabalho, cada vez mais operando por meio de sistemas-técnicos, tais quais as radiolas regueiras ou os estúdios fonográficos *hip hop*, instrumentais, respectivamente, à difusão e à produção fonográfica diaspóricas.

Já a densidade informacional<sup>13</sup>, diz respeito ao lugar em suas relações externas: articulações e contatos com outros lugares. A informação, variável circulante, compõe-se pela difusão, processo espacial (HÄGERSTRAND, 1952; 1967) envolvendo, entre outros, o modo como as práticas culturais se espraiam. Importante premissa para refletirmos sobre a influência ludovicense sobre o seu entorno, de acordo com Santos (1991, p. 149), por meio de fluxos informacionais, a metrópole se sobressai na tarefa de chegar à outra cidade, pois “nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole”.

Por sua vez, ter-se-ia na densidade comunicacional – esta mais arraigada ao cotidiano, ao saber e à produção de informações lugarizadas - um elemento de transformação, pois revelador de “interesses comuns que podem conduzir a uma consciência política”

---

<sup>13</sup> Para Silva (2000, p. 10) a informação, definida de uma maneira geral, como sendo a emissão, a recepção e a decodificação simbólica ou não de sinais, implica “no ato, no gesto, na cor, no ruído, no som como modos de exprimir-se a idéia concreta”.

(SANTOS, 2001, p. 101). Segundo Sodré (1999, p. 21), o conceito de comunicação sinaliza para os espaço-tempo plurais e a proximidade entre as pessoas: “... diz-se comunicação quando se quer fazer referência à ação de pôr em comum tudo aquilo que, social, política ou existencialmente, não deve permanecer isolado”.

Ao que tudo indica, a comunicação substancia considerável parte das espessuras dinamizadoras dos circuitos culturais pautados em *ações de resistência*, no caso do *reggae* e do *hip hop*, uma resistência negra e periférica: diaspórica. Um dos elementos cruciais para o estudo das espessuras comunicacionais é o saber<sup>14</sup>, essência da técnica enraizada nos lugares (perpassando as esferas cultural, econômica e política do território), choque e fusão entre o sujeito e a experiência, o qual, ao longo do tempo, transforma-se em um conjunto de hábitos, responsáveis pela dinâmica do mundo vivido (BUTTIMER, 1982).

Amparados por tais reflexões, almejamos analisar a metrópole, esse complexo espaço urbano, como “lugar da expressão de conflitos” e também “como lugar do desejo” (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 160), terreno fértil para a comunicação entre os sujeitos,

---

<sup>14</sup> Nesse sentido, Silva (2005, p. 3) afiança, acerca do período atual, o despontar da cultura popular, cerne dos “saberes do senso comum”, em oposição à instrumentalização do saber pelas forças de mercado. Testemunhamos, assim, “a circulação de um novo tipo de saber: impuro, híbrido, resultado do casamento entre, o conhecimento do senso comum e o conhecimento técnico-científico”.

*locus* capaz de criar “situações e atos tanto ou mais que objetos” (IDEM, p. 159). Destarte, concordamos com Santos (1990) e Silveira (2011) quando estes autores consideram a metrópole uma rica empiria ao desenvolvimento da reflexão sobre as possibilidades de comunicação no período atual, questão aqui tomada a partir dos circuitos diaspóricos.

### **O tempo dos circuitos diaspóricos no fato urbano ludovicense: *reggae, hip hop e resistência negra e periférica (1970-2010)***

A análise espacial pressupõe a integração de “tempos cuja duração e, conseqüentemente, cujo significado são diferentes” (DOLLFUS, 1973, p. 116), tornando necessário o enfoque genético espacial (ISNARD, 1982). Daí Hartshorne (1978) recordar que, o fato de alguns dos processos em curso não terem capacidade explicativa, obriga o geógrafo, em busca do encadeamento da geografia dos lugares, a voltar no tempo um pouco mais.

Nesse viés, a seguir, indagando sobre as sucessivas camadas do projeto social acumuladas no território, propomos uma periodização (SANTOS;SILVEIRA, 2001) para o fato urbano (GEIGER, 1963) ludovicense, tomado a partir do *reggae* e do *hip hop*: considerando São Luís um lugar, analisamos as densidades técnica, informacional e comunicacional dinamizadas em torno dos circuitos diaspóricos em tela.

Assim, pensando a respeito dos processos socioterritoriais associados a problemáticas anteriores ao período contemporâneo, tratamos do início dos anos 1970 até os anos 2010, demarcando dois subperíodos cindidos pelo início dos anos 1990, momento a partir do qual ambos os circuitos, após um íterim de delineamento e consolidação, passam a ser aprofundar na metrópole.

Com a chegada da década de 1970 afirma-se o período do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994), a “cara geográfica da globalização”, implicando na tecnificação de certos pontos da rede urbana brasileira por meio de sistemas de integração e circulação material e imaterial. Desse modo, no Maranhão, excludentes modernizações no campo, resultando em expulsões, associadas às modernizações seletivas da capital maranhense, intensificariam o afluxo humano para São Luís. Dessa maneira, tem início o processo de expansão da mancha urbana ludovicense rumo ao norte da Ilha do Maranhão (FERREIRA, 2014; RIBEIRO JÚNIOR, 1999).

Fora nesse contexto que a informação sobre o *reggae* aportou em São Luís<sup>15</sup>, difundindo-se no início dos anos 1970, por meio: (i)

---

<sup>15</sup> A inexistência de consenso não significa falta de hipóteses para a chegada do gênero jamaicano em São Luís. Uma primeira delas é a de que a informação sobre o *reggae* teria sido trazida por marinheiros aportando no estado (FREIRE, 2012). Outra hipótese, é a de que o gênero teria chegado por meio da captação, via rádios amadores, de programas regueiros transmitidos em ondas curtas a partir de diversas regiões, dentre as quais, o Caribe (BRASIL, 2006). Postula-se, ainda, a hipótese de chegada do *reggae* via fluxos de pessoas entre Belém do Pará e São Luís,

dos festejos em áreas periféricas ou rurais<sup>16</sup>, animados por radiolas (SILVA, 1995; BRASIL, 2011); (ii) da popularização das fitas cassete (*tape deck*), inovação técnica, barateadora do acesso ao suporte fonográfico por parte da população periférica. Arremate dessa circulação, no final dos anos 1970 já se organizavam em São Luís os elementos de um circuito *reggae*, abrigado\* nos bairros periféricos do entorno do centro histórico - eixos Liberdade/Monte Castelo e Fátima/Sacavém -, compreendendo: (i) cerca de 31 agentes pioneiros, tais quais DJs, radioleiros (proprietários de radiolas), *radiotécnicos* e proprietários de casas de shows; (ii) 28 *clubes com reggae*: locais que, embora ainda não especializados no gênero, abrigavam as suas festas.

Durante os anos 1980, em meio à crise urbana nacional (CANO, 2011), na cidade de São Luís, ao mesmo tempo em que se avoluma a atividade industrial (FERREIRA, 2014; BURNETT, 2012), se intensifica o espraiamento das periferias, pululando, entre outros, os movimentos de luta pela terra (PEREIRA, 2011) e os circuitos culturais diaspóricos.

Trata-se do momento no qual a cultura *hip hop* chega a São Luís, difundida por meio de videoclipes, filmes, discos e revistas, e se

---

intensificados, especialmente a partir dos anos de 1970, com a implantação do programa de extração mineral “Grande Carajás”.

<sup>16</sup> Elementos caros à cultura popular maranhense, os festejos são festas comunitárias marcadas, ao mesmo tempo, por elementos profanos e elementos religiosos.

manifestando primeiramente pelo *break* (SANTOS, 2007, 2008, 2015; DIAS, 2002, 2009), numa dinâmica compreendendo o acionamento de onze clubes privados ou associações de moradores para a prática da dança da cultura das ruas: a topologia em questão assevera o abrigo de três locais no Centro Histórico e oito deles em bairros periféricos, como o São Francisco (ao norte do centro) ou o Cohatrac (extremo leste da cidade).

Fato associado à histórica criminalização de práticas culturais periféricas, a proibição do *break* em São Luís (SANTOS, 2007), ocorrida no ano de 1986, desmantela a dinâmica em torno dos clubes. Tal desorganização, ao invés de resultar em esvaziamento, implicou em ações de resistência: o *break* passa, então, paulatinamente, a se tornar prática comum nas praças, sobretudo do centro da cidade, tais quais a Gonçalves Dias ou a Praça Deodoro (DIAS, 2002, 2009). As espessuras comunicacionais já bem delineadas em torno do *hip hop*, resultariam ainda no surgimento, no ano de 1989, daquela que viria a se tornar uma das mais importantes organizações da cultura das ruas no Brasil, o Movimento Quilombo urbano<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Gestada, entre outros, por Hertz Dias e Lamartine Silva, e amparada na defesa de uma “Revolução Socialista Afrobrasileira”, a organização que surge com o objetivo de “Mobilizar, conscientizar e organizar o povo preto e pobre da periferia para lutar pela eliminação do racismo e demais formas de opressão” (<http://quilombourbano.blogspot.com>), acabaria por influenciar a metrópole ludovicense como um todo, reunindo militantes principalmente dos bairros da Liberdade, do Anjo da Guarda, da Cidade Operária, do Coroadinho, da Vila Janaína, da Cidade Olímpica e do João Paulo (SANTOS, 2007; DIAS, 2009).

Já no que se refere à dinâmica do *reggae* ludovicense, durante os anos 1980, observa-se um aumento do número de: (i) agentes, tais quais os DJs regueiros e os aficionados; (ii) sistemas-técnicos, tais quais as radiolas, cerca de 80 delas em operação ao longo da década (SILVA,1995); e (iii) fixos, caso dos clubes de *reggae*, locais de encontro especializados na cultura regueira, cerca de 50 deles em operação no ínterim entre os anos de 1975 e 1988\*, situados, especialmente, em bairros periféricos. Nesse sentido, para Silva (1995), a difusão do gênero em emissoras de rádio locais, por meio de programas especializados, decorreu da ampla circulação do *reggae* no período, e não da imposição dos meios de informação.

Por sua vez, os 1990 e 2000 apontam para o contexto neoliberal, momento no qual o urbano passaria a ser tomado como o mercadológico (MARICATO, 2014; LIMA-JUNIOR, 2010). Tal contexto rebate-se em São Luís via um caótico processo de metropolização, movimento de crescimento<sup>18</sup> alinhavado à criação e ao acirramento de desigualdades (BURNETT, 2012; FERREIRA, 2014) materializadas na consolidação de novas periferias - para além daquelas mais antigas, situadas no entorno do núcleo urbano original. Assim, nos fragmentos de um espaço urbano periferezante sob o qual se assenta a jovem metrópole maranhense, observa-se o

---

<sup>18</sup> Segundo dados do IBGE, a capital maranhense, que no ano de 1990 tinha uma população de 695.199 habitantes, passaria a ter, dez anos depois, uma população de 868.047 habitantes.

aprofundamento da divisão técnica e territorial do trabalho em torno dos circuitos diaspóricos.

Destarte, malgrado a repressão sofrida pelos regueiros em geral, surgem, no período, uma série de bandas e artistas ligados ao *reggae*, atuantes, seja produzindo músicas autorais ou tocando *covers*<sup>19</sup>. Pouco a pouco o gênero se tornaria popular para além das periferias, atingindo um público de classe média e estudantes universitários (FREIRE, 2012).

Delineiam-se, desse modo, dois polos do circuito: um deles um pouco mais ligado às classes médias, difundindo o chamado *reggae roots* e baseado nos bares de *reggae*, e outro, periférico em essência, ligado aos clubes de *reggae*, às grandes radiolas e ao *reggae* eletrônico: nesse sentido, no período entre 1990 e 2012 se observa o funcionamento de 63 clubes e 30 bares de *reggae*\*. Indicando uma dinâmica periférica metropolitana, a topologia dos clubes revela: (i) o abrigo de vinte e dois deles nas periferias mais antigas de São Luís, tais quais Areinha, Liberdade, Jordoa, Sacavém e Bairro de Fátima; (ii) concentrações secundárias nas periferias mais novas, caso da área do Anjo da Guarda (oeste ludovicense), da Cidade Operária (sudeste ludovicense) e da Maioba (Paço do Lumiar). Por outro lado, tem-se os bares de *reggae* situando-se quase que totalmente: (i) na orla

---

<sup>19</sup> Repertório de músicas já difundidas outrora, boa parte consagrada nas *paradas de sucessos*.

marítima, desde a Ponta D'Areia até o Olho D'Água; (ii) no Centro; ambas, áreas mais turísticas, reunindo boa parte da oferta de lazer da cidade de São Luís.

Por seu turno, no que se refere ao *hip hop*, o aprofundamento do circuito aponta a manutenção de espessuras comunicacionais concentradas nas periferias da metrópole, fato conjugado à articulação da militância local junto à militâncias de fora de São Luís, por meio de eventos artísticos, discussões e seminários temáticos vertidos consideravelmente à questão negra.

Não por acaso, observa-se no período o surgimento de uma série de nomes afirmando a identidade negra da militância *hip hop*, caso de: (i) grupos de *break*, tais quais o Botsuana, o Cidade Olímpica, o Revolução das Ruas, o Hottronic ou o Marabreak; (ii) grupos de grafite, tais quais o Mess, o Artigo Negro, o Código Visual ou o Grupo Ganna; (iii) e cerca de 40 grupos de rap e rapistas atuantes entre 1990 e 2012\*, tais quais o Discípulos de X, o Navalhas Negras, o Milícia Leal Palmarina, Preta Lu, Mano Magrão ou Preto Roberto Comunista.

Atrelados a tais sujeitos se dinamizam então uma série de apresentações ao vivo, abrigadas predominantemente em doze lugares<sup>20</sup>, nenhum deles especializado em *hip hop*\*. Trata-se de seis

---

<sup>20</sup> O caráter de improvisado e efemeridade característico de boa parte das apresentações de *hip hop*, sobretudo daquelas abrigadas nas periferias de São Luís,

bares e seis locais públicos, avultando, sobretudo, o uso de duas praças localizadas no Centro Histórico: a Praça Deodoro e a Praça Lagoa Amarela (hoje conhecida como Praça do *Reggae*). Em tal âmbito, dando suporte aos elementos artísticos do *hip hop*, passam a constituir igualmente o circuito, uma série de variáveis fundamentadas sob preceitos “comunitários e autogestionários” (DIAS, 2009, p. 184), tais quais: (i) a produtora e selo (pequena gravadora) Periafricana; (ii) o estúdio de gravação Stripulia e a discografia inicial do circuito; (iii) onze organizações locais de caráter político-cultural (as chamadas posses)\*.

Observa-se que, cada qual a seu modo, ambos os circuitos diaspóricos mostram-se, ao longo do tempo, como elementos ativos da dinâmica ludovicense. Após um período de delineamento e consolidação, tais circuitos aprofundam-se na metrópole maranhense dos anos 1990, contexto, no qual, enquanto a cultura das ruas permanece centrada essencialmente nas periferias, o gênero jamaicano se difunde para além das classes mais baixas.

Dessa maneira, enquanto o circuito *reggae* se consolida em torno dos bares, dos clubes, das radiolas e dos DJs - tendo as bandas um papel secundário -, o circuito *hip hop* espraia-se, principalmente, em torno dos grupos de *rap* e de organizações políticas, tais quais as

---

implica destacarmos que, muito provavelmente, o número real de locais acionados para eventos ao vivo pelo circuito deva ter sido consideravelmente maior.

posses e demais movimentos organizados. Sob diferentes termos, o que se observa em comum é a comunicação fluindo na metrópole a partir da cultura negro-periférica.

Uma vez apresentado o enfoque genético de nossa problemática, a seguir, no exame de sua contemporaneidade, recortamos empiricamente a dinâmica das radiolas regueiras e dos estúdios fonográficos *hip hop*, sistemas sonoros participantes da articulação metropolitana, fazendo circular (difundindo e produzindo) as informações acerca dos circuitos diaspóricos.

### **A contemporaneidade dos sistemas técnicos sonoros diaspóricos na metrópole de São Luís: as radiolas regueiras e os estúdios fonográficos *hip hop***

Analisando a dinâmica das radiolas regueiras e dos estúdios *hip hop* - elementos responsáveis, respectivamente pela difusão e pela produção fonográfica -, meditamos sobre os nexos entre técnica e circulação de informações por meio da noção de sistema-técnico, fator invasor dos lugares em essência, envolvendo “formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução” (SANTOS, 1997, p. 177).

Com relação às **radiolas**, inventariamos a ação de 28 desses sistemas difusores da informação fonográfica no circuito *reggae* e,

para os quais, propomos uma tipologia (Quadro 1)<sup>21</sup>, baseando-nos, entre outros, em: (i) escalas de abrangência - observadas em nosso campo de informação primária; (ii) densidades técnicas - conforme proposta de Santos (2009), considerando basicamente a estrutura acústica envolvida. Assim sendo, falamos em radiolas de pequeno, médio e grande porte.

**Quadro 1**

| Sistemas técnicos sonoros e difusão da informação diaspórica: uma tipologia para as radiolas maranhenses |                    |   |   |  |
|--|--------------------|---|---|--|
| Variável Geográfica  |                    | Tipologia   |   |  |
|  |                    | Pequeno porte   | Médio porte   | Grande porte   |
| Escala   | <i>Abrangência</i> | -Rua<br>-Entorno imediato                             | -Bairro<br>-<br>Determinadas áreas da cidade          | -Cidade-Região<br>-Interior do estado                    |
| Densidade técnica  | <i>Estrutura</i>   | Uma ou duas colunas de caixas acústicas de 3x3 metros | Duas a três colunas de caixas acústicas de 5x3 metros | Quatro grandes colunas com 48 a 60 caixas acústicas cada |

Elaboração própria, 2020. Campo de informação primária / Santos (2009).

As 10 *radiolas de pequeno porte* inventariadas, amplamente fixas e de abrangência no entorno imediato, são utilizadas basicamente em estabelecimentos comerciais, tais quais pequenos

<sup>21</sup> No presente trabalho não abordamos as chamadas “baianinhas”, sistemas sonoros caseiros, comumente usados no Maranhão, tampouco o único *sound system* ludovicense, do pesquisador musical (seletor) Tarcísio Selektah.

bares, tendo na figura de seu proprietário um agente desempenhando diversas funções, inclusive a discotecagem<sup>22</sup>.

Por sua vez, as 11 **radiolas de médio porte** agem em geral em mais de um bairro, apresentando uma divisão interna do trabalho, um alto grau de mobilidade e a atuação principalmente em festejos e bares de *reggae*, destacando-se, nesse grupo, nomes como as radiolas Neto Discos, Palácio Musical, Torpedo Roots ou Ajax Som.

Já entre as **radiolas de grande porte**, de abrangência metropolitana, atuantes ainda no interior maranhense, predomina o capital intensivo e maiores densidades técnicas, implicando numa complexa divisão interna do trabalho. Exige-se, desse modo, um forte esquema de logística e divulgação: cada um desses sistemas emprega diretamente mais de uma dezena de pessoas, gerando ainda algumas outras dezenas de empregos indiretos, boa parte ocasionais. Compõem esse grupo sete radiolas, divididas em dois subgrupos: (i) históricas: ligadas à evolução do *reggae* ludovicense, perpassando todas as etapas do suporte fonográfico (fita cassete, fita de rolo, minidisco - MD e, proximoamente desde 2005, o suporte digital via computadores) e com parte de seus proprietários tendo, em algum momento, ocupado cargos políticos. Este grupo é composto pelas

---

22 Na operação de radiolas menores, se observam atividades complementares ao oferecimento do serviço sonoro em si, ligadas amiúde à fabricação e venda de camisetas, CDs, bonés, brincos, pulseiras, bordados e diversos outros acessórios, todos ligados ao *reggae*.

radiolas Itamaraty, Natty Naifson, Diamante Negro, Asa Branca, Black Power e Estrela do Som; (ii) de operação recente: caso da Irie FM.

Por outro lado, refletindo sobre a produção de informações no circuito *hip hop*, sublinhamos a dinâmica em torno dos 19 **estúdios fonográficos especializados no rap** inventariados na Região de São Luís. Se em seu momento musical a cultura das ruas ludovicense é largamente tributária das batalhas de MCs (ALVES; SANTOS, 2019)<sup>23</sup>, em seu momento fonográfico, a primazia cabe aos estúdios caseiros, os chamados *home* estúdios.

Tais fixos responsáveis pela criação dos fonogramas de *rap*, atendendo basicamente os grupos da Região de São Luís, são construídos invariavelmente com alto grau de improviso, em estruturas instaladas geralmente nas residências de seus produtores (boa parte também músicos de *rap*), em cômodos refuncionalizados. Devido à escassez de recursos financeiros dos sujeitos periféricos a movimentar o *hip hop*, o tempo para o desenvolvimento desses projetos de produção cultural não raro é lento: compõe-se, por conseguinte, uma longa trajetória até a produção fonográfica.

---

<sup>23</sup> Em trabalhos anteriores (ALVES; SANTOS, 2019) observamos que em seu momento musical, o circuito *hip hop* ludovicense se movimenta majoritariamente em torno das batalhas de MCs, apresentações nas quais os cantores de rap duelam por meio das rimas. Tal dinâmica sublinha, entre outros, uma larga ocupação de espaços públicos do Centro de São Luís por parte de sujeitos periféricos implicados na cultura das ruas.

Igualmente a esse termo, tais estúdios operam com sistemas de gravação de menor densidade técnica em relação aos estúdios profissionais, o que, conforme entrevisto em trabalhos anteriores (ALVES, 2005; 2014; 2016), seja qual for o contexto, não parece comprometer a força do *rap* produzido. Nesse sentido, afirma um dos produtores da cidade\*:

“[...] eu utilizei bastante a criatividade, parte das coisas eu ganhei, foi tudo na base do improviso mesmo. A diferença daqui pra um estúdio de grande porte é muito grande, mas não significa que com o pouco não podemos fazer muito”.

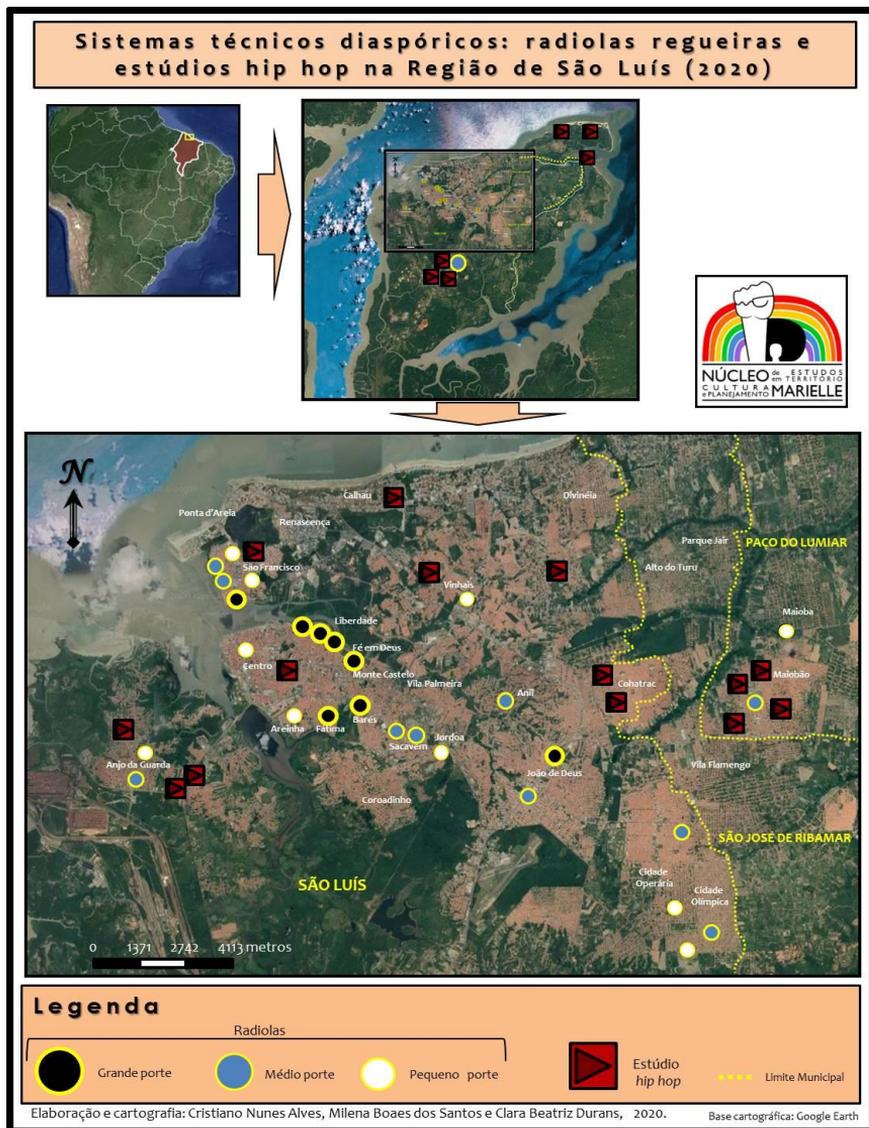
Por fim, cumpre destacar que a maior parte da produção desses estúdios, basicamente sem relação com a grande mídia, tem sido divulgada privilegiando plataformas e redes sociais digitais da internet, via canais e aplicativos como *WhatsApp*, *Facebook*, *You Tube*, *Instagram*, *Spotify*, entre outros.

Em que pesem as distintas densidades atreladas ao modo de ação de cada um dos sistemas sonoros, a topologia associada indica, tanto para as radiolas, quanto para os estúdios *hip hop*, uma base essencialmente periférica (Figura 1).

Todas as 28 radiolas inventariadas na Região tem base periférica, 26 delas situando-se em São Luís: os bairros de formação mais antiga são a base para 11 radiolas, sete delas sendo radiolas de grande porte, ligadas a bairros como Liberdade, Fé em Deus e São Francisco. O restante das radiolas, 17 delas, tem base em periferias de

formação mais recente, tais quais Cidade Olímpica, João de Deus ou Maiobão (São José de Ribamar).

Figura 1



Em torno das radiolas se constitui um mercado pautado na repartição do território de acordo com a demanda por eventos musicais de distintas abrangências, movimentando-se, dessa maneira, a economia política da cidade. A esse termo, a considerável base das radiolas em periferias mais antigas sinaliza para um momento do circuito consolidado, constituído, pois, por um mercado em torno de sistemas sonoros que se confundem com a própria história do *reggae* ludovicense, tendo se tornado verdadeiras marcas. Com a sua operação remontando aos anos 1970 e 1980, tais radiolas acumularam um capital técnico e informacional, resultando, entre outros, na possibilidade de fixarem preços relativamente mais altos pela prestação de seus serviços. Por outro lado, a manutenção de uma base, ainda que secundária, de radiolas em periferias mais recentes, sobretudo aquelas de médio e pequeno porte, aponta os sistemas sonoros do *reggae* ainda se reproduzindo para além de seus núcleos originais.

Por sua vez, com relação à topologia dos estúdios *hip hop*, observa-se uma especial concentração nos bairros periféricos de formação mais recente, abrigo para catorze deles: revela-se, desse modo, a capilarização por meio do *rap* acompanhando o próprio processo de metropolização da capital maranhense. Ao mesmo tempo, em que tais fixos expressam uma dinâmica metropolitana mais proeminente - sete deles se situam fora de São Luís (quatro

deles em São José do Ribamar e três deles na Raposa) -, em torno desses estúdios a ideia de um mercado fonográfico se mostra residual: boa parte dos trabalhos envolvidos gera pouca ou nenhuma renda para os agentes implicados, sendo esses impulsionados mais pelo comprometimento com a arte em sua forma política, do que pelo alinhamento a uma economia política da cidade.

Na ideia de mercado parece residir a explicação para a predominância de radiolas em periferias mais antigas (núcleos originais do *reggae*) em contraponto ao maior espraiamento por periferias recentes dos estúdios *rapistas*. Destarte, enquanto as radiolas atrelam-se essencialmente às dinâmicas de mercado, competindo entre si, conformando a tendência de afirmação dos sistemas sonoros mais consolidados, o distanciamento dessa mesma competição mercadológica por parte dos estúdios *hip hop*, ao que tudo indica, corrobora para que tais fixos se disseminem mais ligados ao próprio processo de periferização metropolitana.

Arrematando a análise, observa-se que ambos os sistemas sonoros diaspóricos revelam a demanda periférica por uma informação fundada na diversidade de fatos, perspectivas e narrativas. A problemática em voga nos mostra, assim, que por meio da cultura urbana negro-periférica, a metrópole se articula em torno de densidades comunicacionais, as quais, em seu conjunto, apontam

para uma operação de recusa da metrópole tal qual ela foi planejada ao longo do tempo: fragmentada e fragmentadora.

## CONCLUSÕES

Os circuitos diaspóricos ludovicenses evidenciam o modo como o tecido social se articula mais como criação coletiva do que como imposição externa aos lugares. A esse termo, do ponto de vista cultural, inverte-se uma lógica geográfica consagrada: a periferia parece ser, desse modo, o centro – uma vez entendido como o lugar onde predomina a concretização das inovações do período contemporâneo. Tem-se, dessa maneira, na periferia, olhada pelo prisma estético-político, um lugar no qual a singularidade se impõe em que pese toda a precariedade, base e produto de uma vida pautada na luta cotidiana pela sobrevivência. Tratar-se-ia, logo, de empiria cara a busca de uma definição de metrópole capaz de dar conta das diversas esferas da vida urbana, para além da esfera econômica.

Por outro lado, ainda que os circuitos culturais, sobretudo ao mesclar estética e política - caso tanto do *reggae*, quanto do *hip hop* -, sejam formas apropriadas para a análise da vida dos lugares, pois se utilizando do território para manifestações fundadas no conhecimento do cotidiano, verifica-se que os mesmos, com frequência, são desconsiderados pelas políticas de planejamento. Ou

seja, o território normado (SANTOS, 1997), sinalizando para poderes instituídos, têm limites muito estreitos que, em grande medida, não consideram as vocalizações múltiplas fundadas nos lugares.

Movidos pela empiria ludovicense, deixamos aberta como questão teórica a necessária reflexão sobre a “federação dos lugares” (SANTOS, 2001), entendida preliminarmente, como a possibilidade de convivência mais harmônica entre o poder instituído e a polifonia de sujeitos e demandas abrigada nos lugares. Buscamos, pois, pensar em uma “uma nova estrutura político-territorial, com indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações.” (SANTOS, 2001, p. 113). O que estamos defendendo é que os processos de democratização dos lugares e seus respectivos planos de ação, não podem prescindir das muitas vocalizações subalternizadas, como aquelas manifestas por meio dos circuitos diaspóricos.

Ora, os circuitos diaspóricos significam ações de resistência contra a fragmentação planejada para a metrópole de São Luís, articulando, pois, os lugares, a partir dos lugares, por meio, especialmente, de densidades comunicacionais. Ter-se-ia nesse movimento, um caminho para pensarmos e agirmos rumo à outra metrópole, quiçá promotora de diálogos e encontros entre sujeitos de distintas classes, origens e perspectivas em situações para além daquelas hierárquicas, características de uma cidade prene das imposições neoliberais?

## REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiano Nunes & SANTOS, Milena Boaes dos. Dinâmicas socioterritoriais e circuitos culturais em São Luís-MA: as batalhas do rap ludovicense. **Revista Equador**, v. 8, p. 315-331, 2019.

ALVES, Cristiano Nunes. O circuito hip hop na Região de Campinas desde 'as antigas': dos bailes black à institucionalização do movimento (198... - 2005). **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, p. 137-159, 2012.

ALVES, Cristiano Nunes. **O circuito hip hop na Região Metropolitana de Campinas: para que o território e a arte digam algo sobre nossas vidas**. Monografia de conclusão de curso (Geografia), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

ALVES, Cristiano Nunes. O circuito rap “indé” em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar. **Geosp**, v. 20, p. 34-51, 2016.

ALVES, Cristiano Nunes. **Os circuitos e as cenas da música na Cidade do Recife-PE: o lugar e a errância sonora**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

ALVES, Cristiano Nunes. Quando as ruas abrigam a arte: a cena hip hop no Recife (1980-2014). **Confins - Revue franco-brésilienne de Géographie**, v. 25, p. 1, 2015.

ANDRADE, Elaine Nunes. **O movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre os rappers de São Bernardo do Campo**. Dissertação de mestrado - USP. São Paulo, 1996.

BRASIL, Marcus Ramúyo de A. **O reggae no Maranhão: música, mídia e poder**. Tese (Doutorado em ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2011.

BRASIL, Marcus Ramúsyo de A. **São Luís, a Jamaica brasileira: o reggae dos toca-discos à produção midiática.** Dissertação (Mestrado em comunicação). Universidade Paulista. São Paulo, 2005.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais.** São Luís: Eduema, 2012

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982. Pp. 165-194.

CALOGIROU, Claire. Le Florida, lieu musical entre banlieue et centre-ville: l'exemple des rappeurs agenais. **Les Annales de La Recherche Urbaine**, n° 70, 1996. Pp. 48-57.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2011.

COSTA, Antonio Marcos Melo. **Pichação e gangue na década de 1990:** experiências de intervenção urbana na cidade de São Luís. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão, 2015.

COSTA, Rogério. Reggae no maranhão: o estrangeiro transformado em produto cultural popular regional. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, 31. Natal, Anais.** Natal, 2008.

DIAS, Hertz da Conceição. **A Posse da Liberdade: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do hip hop em São Luís, a partir dos anos 1990.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, 2009.

DIAS, Hertz da Conceição. **História e práxis social do movimento hip hop organizado do Maranhão – Quilombo Urbano.**

Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Maranhão, 2002.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2014.

FREIRE, Karla Cristina Ferro. **Onde o Reggae é a lei**. Pitomba, São Luís, 2019 [2012].

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1963.

GOMES, Renan Lélis. **Os saraus na periferia e a sua rapoesia: lugar de conhecimento emancipação**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2019.

HAGERSTRAND, Torsten. **Innovation diffusion as a spatial process**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1967.

HAGERSTRAND, Torsten. The propagation of innovation waves. **Lund Studies in Geography**, nº4, Pp. 1-21, 1952.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo, Hucitec, 1978.

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra, Almedina, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. São Paulo-SP: Humanitas, 2002 [1970].

LIMA-JÚNIOR, Pedro Novais. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”**. Rio de Janeiro: 7letras, 2010.

LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. Metamorfoses no espaço metropolitano de São Luís (MA). **GeoTextos**, vol. 14, n. 1, julho 2018. Pp. 83-102.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís, cidade radiante – O Plano de expansão da cidade de São Luís do Eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958)**. São Luís: Fapema, 2016.

MARICATO, Ermínia **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOYSÉS, Maurício. **Circuito RAP do Distrito Federal: território usado e lugar**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, 2018.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Comunidades Eclesiais de Base e a Luta por Moradia: Educação e participação política em contexto de precarização. **TOMO**, São Cristóvão-SE Nº 18 jan./jun, Pp. 102-120, 2011.

RÉRAT, Patrick. Le rap des steppes: l'articulation entre logiques globales et particularités locales dans le hip-hop mongol. **Géographie et Cultures**, nº 59, 2006. Pp. 43-55.

RHINEY, Kevon & CRUSE, Romain. "Trench Town Rock" - Reggae Music, Landscape Inscription, and the Making of Place in Kingston, Jamaica. **Urban Studies Research**. Volume 2012, 12 pages.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612 - 1991**. São Luís: Edições FUNC, 1999.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (Et all). Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In BRITTO, Fabiana Dutra & JACQUES, Paola Berenstein (Org). **Corporidade: debates, ações e articulações**. Salvador: UFBA, 2010. Pp. 26-41.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (Et all). O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida. In LIANZA, Sidney & ADDOR, Felipe. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. Pp. 109-120.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (Et all). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, vols. 15 e 16, Pp. 33-47, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (Et all). Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In SILVA, Catia Antonia da (Org) **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. Pp. 19-34.

SANTOS, Estrela Rosenverck. **Periferia ao vivo: democratização da mídia e socialização da informação por meio do hip-hop maranhense**. **Revista Novos Olhares** - Vol.4 N.1. 2015. Pp. 52-66.

SANTOS, Estrela Rosenverck. A história do hip hop em São Luís do Maranhão: periferação da cidade e resistência político-cultural da juventude negra nos anos 1990. **Outros Tempos**. Volume 5, número 6, dezembro de 2008 - Dossiê Religião e Religiosidade. 14 Pp.

SANTOS, Estrela Rosenverck. **Hip hop e educação popular em São Luís: uma análise da organização "Quilombo Urbano"**. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal do Maranhão, 2007.

SANTOS, Fábio Abreu. **Produção e consumo do reggae das radiolas em São Luís/MA: significados, simbolismos e aspectos mercadológicos.** Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Paraíba, 2009.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro-RJ: Record, 2001.  
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Caderno Prudentino de Geografia.** n° 13, Pp. 141-152, 1991.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa e Fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo-SP: Hucitec, 1994.

SHISHITO, Anderson A. **A valorização do espaço e a construção de solidariedades orgânicas na capital paulista: uma proposta de estudo dos diferentes usos do território a partir do grafite em São Paulo (SP).** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2018.

SILVA, Adriana Maria Bernardes. As grandes cidades e o período popular da história: contribuições ao debate. **Anais do III Encontro com o Pensamento de Milton Santos.** Salvador, 2005. 17 pp.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues. **Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor: Reggae, Lazer e Identidade Cultural.** São Luís: Edufma, 1995.

SILVA, Ivanilde da Conceição. **Representações sobre o patrimônio: participação popular nas políticas habitacionais de interesse social no Centro Histórico de São Luís – MA.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, São Luís, 2019.

SILVEIRA, María Laura. Economia Política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In SILVA, Catia Antonia da. **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana.** Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. Pp. 35-51.

SILVEIRA, Nelson E. **Superfícies alteradas: uma cartografia dos grafites na cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.  
SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TOOP, David. **Rap attack 3: African rap to global hip hop.** London: Serpent's Tail, 2000.

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MOBILIDADE URBANA NA ILHA DO MARANHÃO: do financiamento em infraestrutura às concessões do transporte público de passageiros (2012-2019)**

Carlos Eduardo Nobre<sup>1</sup>

Vinícius Castelo Branco de Aguiar<sup>2</sup>

Felipe Desidério Pereira<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Apresentamos uma síntese dos resultados de nossa pesquisa intitulada *Os usos do território na Ilha do Maranhão pelo Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros*, executada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UEMA (PIBIC/UEMA), entre agosto de 2019 e setembro de 2020<sup>4</sup>.

A pesquisa teve como objetivo investigar e compreender os usos do território da Ilha do Maranhão pelo sistema público de transporte coletivo de passageiros a partir das relações entre os poderes públicos municipais, estadual e federal e as empresas operadoras do transporte coletivo, com enfoque em dois escopos analíticos.

---

<sup>1</sup> Professor e Pesquisador no curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

<sup>2</sup> Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/UEMA.

<sup>3</sup> Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/UEMA.

<sup>4</sup> A pesquisa foi executada a partir do Edital nº11/2019 – PPG/UEMA. Aproveitamos para agradecer à instituição pela concessão de duas bolsas de iniciação científica que permitiram a dedicação dos respectivos coautores deste artigo.

No primeiro escopo, buscamos investigar e compreender as articulações federativas para financiamento da infraestrutura de mobilidade urbana na Ilha do Maranhão<sup>5</sup>, com ênfase no Programa Federal Pró-Transporte e seu respectivo fundo de financiamento – o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – destinado, dentre outras coisas, à produção de infraestruturas de mobilidade urbana.

No segundo escopo, buscamos discutir os processos de integração e fragmentação espaciais da Ilha do Maranhão a partir do sistema de transporte público de passageiros. Para tanto, debruçamo-nos sobre como a licitação realizada em 2016 pelo município de São Luís para concessão do serviço de transporte público reforçou o processo de fragmentação não só do espaço metropolitano, mas do próprio espaço urbano de São Luís, tomando como elementos analíticos: 1) a oferta geográfica diferenciada de linhas e de ônibus em função da demanda de passageiros; 2) as tarifas diferenciadas em função das linhas e dos subespaços da Ilha. Concluimos que essa fragmentação tem relação com a própria fragmentação político-administrativa do aglomerado urbano e com a

---

<sup>5</sup> A Ilha do Maranhão faz parte da Região Metropolitana da Grande São Luís – RMGS, regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 174, de 25 de maio de 2005 e compreende quatro dos treze municípios que integram a RMGS: São Luís (capital do Estado), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Em 2019, a população estimada desses municípios foi de 1.101.884 de habitantes em São Luís; 177.687 habitantes em São José de Ribamar; 122.197 habitantes em Paço do Lumiar e 30.761 habitantes em Raposa.

incapacidade dos municípios tecerem articulações e cooperações intergovernamentais horizontais, seja para financiamento da infraestrutura de mobilidade urbana, seja para integração propriamente dita do sistema de transporte.

### **Distribuição territorial dos investimentos do Pró-Transporte na Ilha do Maranhão**

Entre 2012 e 2019, foram celebrados pelo Governo do Estado e pelos municípios que integram a Ilha do Maranhão um total de 9 contratos de financiamento de obras de infraestrutura de mobilidade urbana por meio do Programa Pró-Transporte. Destacam-se o município de São Luís (com quatro contratos), seguido do município de São José de Ribamar (com dois contratos), e os municípios de Paço do Lumiar e Raposa com um contrato cada um.

No mesmo período, 11 contratos foram indeferidos ou cancelados, destacando-se, também, o Município de São Luís, com 8 contratos cancelados ou indeferidos, seguido de Paço do Lumiar (com dois contratos) e o Estado do Maranhão (com um contrato).

Considerando os contratos aprovados tendo os recursos do FGTS liberados e as obras concluídas, entre 2012 e 2017, foram investidos na Ilha do Maranhão, por meio do Programa Pró-Transporte, mais de R\$ 602 milhões. Desse montante de recursos, 58% (R\$ 351,6 milhões) foram provenientes do FGTS (na forma de

financiamento) e 41,6% foram provenientes de contrapartidas dos entes subnacionais.

Contudo, esses dados devem ser observados com cautela. A Prefeitura Municipal de São Luís contratou, no período mencionado, R\$ 113 milhões do FGTS para execução do novo anel viário de São Luís e ofertou, como contrapartida, R\$ 237,9 milhões, conformando um investimento total de R\$ 350,19 milhões, de modo que 67,7% do valor investido provieram do próprio orçamento municipal. Essa contrapartida é muito superior aos 5% ofertados pelos demais municípios na celebração de seus respectivos contratos, e mesmo em relação à contrapartida ofertada pelo Estado do Maranhão que foi de 7,4% do valor total investido.

O município de São Luís é o que mais investiu em obras de infraestrutura de mobilidade urbana de forma exclusiva, isto é, atendendo somente a jurisdição do próprio município e sem cooperação com os demais municípios da Ilha, sendo também o que contratou maior volume de recursos do FGTS e que ofertou maior volume de recursos como contrapartida.

Do total de investimentos do Programa Pró-Transporte destinados à Ilha do Maranhão, 84,8% concentraram-se em São Luís, sendo que a maior parte dos investimentos proveio de recursos do FGTS (58,3% do total de investimentos), enquanto os recursos provenientes dos próprios entes federados subnacionais (Estado e

municípios) respondem por 41,7%, e, desse percentual, o maior volume provém da contrapartida ofertada por São Luís para obra do anel viário. Desconsiderando essa obra, os recursos do FGTS respondem por 95% dos investimentos nos municípios da Ilha, ou seja, os recursos oriundos do Governo Federal têm uma preponderância absoluta para a realização de investimentos nos entes subnacionais.

Essa constatação, também verdadeira para a maior parte do território brasileiro, leva a outro elemento analítico relevante: os contratos são celebrados verticalmente, entre os entes federados subnacionais (Estados e municípios) e Governo Federal. Com exceção de contrato celebrado entre o Governo do Estado do Maranhão e o Governo Federal para reestruturação da Avenida dos Holandeses para implantação do sistema BRT, que interligará os municípios da Ilha, todos os demais contratos foram firmados entre municípios e Governo Federal, objetivando a execução de obras não integradas do ponto de vista intermunicipal/metropolitano.

A predominância dos financiamentos centralizados no Governo Federal – dada sua capacidade de arrecadação de fundos, como é o caso do FGTS – e a celebração de convênios verticais deixam claro o atributo fundamental do federalismo brasileiro: forte cooperação vertical em detrimento das cooperações intergovernamentais horizontais – sobretudo em contextos

metropolitanos – para resolução dos problemas urbanos de interesse comum.

## **Contratos de financiamento indeferidos ou cancelados na Ilha do Maranhão**

Muitos investimentos foram realizados na Ilha do Maranhão por meio do Programa Pró-Transporte entre 2012 e 2019, mas muitas outras requisições feitas pelo Governo do Estado e pelos municípios que integram a Ilha foram canceladas ou indeferidas pelos órgãos gestores do Programa e do FGTS. A relevância da análise dos contratos de financiamento indeferidos está no fato de ser um indicador, entre outras razões, da incapacidade política dos poderes municipais em promover *horizontalidades superiores*, ou seja, propor políticas de integração locais com articulações estaduais e federal<sup>6</sup>.

Dentre as requisições indeferidas, constatamos a solicitação do Governo do Estado para financiamento de pavimentação e drenagem em ruas do Município de Paço do Lumiar. Outras duas solicitações do mesmo Município, também para obras de pavimentação e drenagem de suas ruas e para pavimentação urbana, igualmente foram indeferidas. É possível que nesse caso tenha ocorrido uma articulação vertical entre o Governo do Estado do

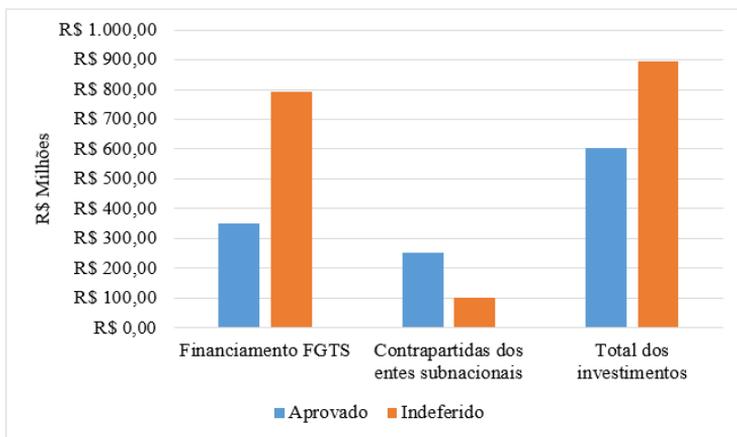
---

<sup>6</sup> Para mais detalhes acerca das obras e valores indeferidos, conferir Cataia *et al.* (2020). E sobre a proposição da noção de horizontalidades superiores, conferir mesmo artigo.

Maranhão e o Município de Paço do Lumiar para pleitearem recursos do FGTS para mesma obra, cada qual ofertando, respectivamente, 5% e 5,2% de contrapartida.

Já o Município de São Luís conta seis solicitações de financiamento de obras com recursos do FGTS que foram indeferidas, uma solicitação cancelada e uma solicitação em que o Município desistiu de pleitear os recursos. Dentre as obras indeferidas constam melhoramentos viários, pavimentação e drenagem, sendo que a solicitação de financiamento que o Município desistiu se dirigiria propriamente para a modernização e adequação da infraestrutura do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano por Ônibus e a solicitação cancelada se dirigiria para a construção do trecho 1 do novo anel viário para implementação do BRT ligando o centro à COHAB. Esta última obra, em cooperação com o Governo do Estado. Contudo, chama muita atenção o volume dos investimentos cancelados ou indeferidos. Estes superaram em muito os investimentos efetivamente realizados, entre 2012 e 2019 (Gráfico 01).

## Gráfico 01 – Investimentos aprovados e efetivados e indeferidos na Ilha do Maranhão por meio do Programa Pró-Transporte (2012-2019)



**Fonte:** Caixa Econômica Federal. Disponível em: <https://bit.ly/2uNkJ37> (Acesso em 05 de jan. de 2020).  
**Elaboração:** autores.

Do total de recursos pleiteados pelo Governo do Estado e municípios da Ilha do Maranhão ao Programa Pró-Transporte, somente 30,7% dos financiamentos com recursos do FGTS foram aprovados e liberados e 40,2% efetivamente investidos em obras de mobilidade urbana – recursos do FGTS, mais contrapartidas aprovadas. Caso todos os pleitos do Governo do Estado e dos municípios que integram a Ilha tivessem sido aprovados, a Ilha do Maranhão teria investido, entre 2012 e 2019, R\$ 1,49 bilhão em obras de infraestrutura, 59,8% a mais do que realmente conseguiu efetivar.

Uma das dificuldades para os municípios contratarem financiamentos federais reside não na incapacidade de

endividamento, mas na incapacidade de pagamento. Conforme o instrumento do Governo Federal que avalia a capacidade de pagamento de estados e municípios – CAPAG<sup>7</sup>, o Estado do Maranhão e os municípios de São Luís e São José de Ribamar apresentam baixa capacidade de pagamento mediante a falta de liquidez das prefeituras<sup>8</sup>.

Esse instrumento é utilizado pelo Governo Federal para analisar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. Basta que uma das variáveis consideradas apresente uma classificação B ou C para que o ente federado seja enquadrado na categoria de risco, como são os casos do Estado do Maranhão e dos municípios da Ilha que apresentam despesas correntes que se aproximam de suas receitas correntes e, sobretudo, poucos recursos em caixa para fazerem frente aos compromissos financeiros já assumidos. É nesse sentido que apesar do Estado do Maranhão e dos municípios da Ilha apresentarem capacidade de endividamento, eles podem enfrentar dificuldades para contratação

---

<sup>7</sup> Esse instrumento leva em consideração três variáveis para análise das capacidades de pagamento dos entes federados: a) endividamento; b) poupança corrente; c) liquidez; e atribui uma classificação que varia de A (boa capacidade de pagamento) a C (baixa capacidade de pagamento). A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos entes subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União.

<sup>8</sup> Não obtivemos dados para os municípios de Paço do Lumiar e Raposa. Para verificar os dados e uma discussão mais abrangente, conferir Cataia *et al.* (2020).

de novos financiamentos mediante suas condições para pagamento e oferta de contrapartidas.

### **Concessão do sistema público de transporte em São Luís**

O segundo escopo da pesquisa trata das implicações territoriais – tomando como recorte espacial a Ilha do Maranhão – decorrentes da concessão do sistema público de transporte em São Luís. No Brasil, a principal forma de prestação de serviços de transporte público de passageiros adotada pelos municípios é o regime de concessão. Compreender as concessões públicas para operação do transporte de passageiros nos possibilita compreender o exercício geográfico do poder, isto é, a capacidade do Estado juntamente às empresas imporem uma dada organização territorial do espaço urbano.

Em São Luís, somente em 2016 foi realizada a primeira licitação para concessão do serviço de transporte público de passageiros. Dados de 2011 apontam que 22 empresas operavam o transporte público na Ilha do Maranhão, realizando tanto o transporte intramunicipal de São Luís como o transporte intermunicipal/metropolitano da Ilha ao interligarem os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> O Governo do Estado do Maranhão, responsável pela gestão do transporte metropolitano, por meio da Secretaria de Mobilidade (MOB), denomina o transporte intermunicipal/metropolitano de passageiros de “transporte

Após a licitação de 2016, essas empresas continuaram operando o transporte metropolitano, mas somente onze empresas permaneceram atuando no transporte intramunicipal de São Luís sob o regime de concessão. Dessas onze empresas, nove permaneceram operando tanto o transporte intramunicipal de São Luís como o transporte intermunicipal/metropolitano da Ilha.

No entanto, no caso do transporte intramunicipal, as empresas operam sob o regime de concessão e, no caso do transporte intermunicipal – sob a competência do Governo do Estado – as empresas operam sob o regime de permissão e sem licitação.

Para participarem da licitação de 2016, as onze empresas, com exceção da empresa Primor, se organizaram por meio de três consórcios, conforme quadro 01.

### **Quadro 01 – São Luís: Consórcios de empresas de transporte público vencedoras da licitação de 2016**

| <b>CONSÓRCIOS</b> | <b>EMPRESAS</b>  |
|-------------------|--|
| CENTRAL           | Ratrans; Tagatur   |
| VIA SL            | São Miguel; Rei de França  |
| UPAON-AÇU         | Viação Abreu; Aroeiras; Rio Negro; Viper; Patrol; Autoviária Matos |
| SEM CONSÓRCIO     | Primor   |

Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL. Elaboração: autores.

semiurbano” ou “ônibus semiurbanos” e “linhas semiurbanas”. Por entendermos tratar-se de um transporte intermunicipal metropolitano, manteremos a denominação transporte metropolitano, ou ônibus metropolitanos e linhas metropolitanas para se referir, sobretudo, ao transporte intermunicipal de passageiros entre os municípios que integram a Ilha.

Enquanto os Consórcios Central e Via SL foram formados, cada um, por duas grandes empresas e uma única empresa – a Primor – disputou sozinha a concessão, o Consórcio Upaon-Açu foi conformado por sete empresas menores. É a partir dos Consórcios e da empresa Primor que nos debruçaremos sobre as concessões de parte do sistema de transporte público de passageiros em São Luís.

A concessão do sistema de transporte público de passageiros de São Luís consistiu, basicamente, na concessão de 171 linhas e de cinco terminais de integração a serem explorados e administrados pelos consórcios de empresas e pela empresa Primor, por um período de 20 anos (de 2016 a 2036).

As linhas e os terminais de integração foram divididos em quatro lotes. Nesse sentido, configuraram-se quatro redes viárias constituídas a partir de um conjunto de linhas a serem concedidas às empresas privadas. A tabela 01 apresenta a quantidade de linhas operadas, a quantidade de bairros atendidos e a quantidade de quilômetros percorridos por cada consórcio.

**Tabela 01 – São Luís: Número de linhas, bairros atendidos e Km percorridos por concessionária (2016)**

| Lo<br>te | Consórcio     | Nº de<br>linhas | % das<br>linhas | Km<br>percorridos<br>mês | %<br>Km      | Nº de<br>bairros | %<br>bairro<br>s |
|----------|---------------|-----------------|-----------------|--------------------------|--------------|------------------|------------------|
| 1        | Central       | 70              | 40,9            | 1.941.532,00             | 29,8         | 48               | 41,0             |
| 2        | Via SL        | 40              | 23,4            | 1.360.422,00             | 20,9         | 28               | 23,9             |
| 3        | Upaon-<br>Açu | 30              | 17,5            | 1.679.412,00             | 25,8         | 17               | 14,5             |
| 4        | Primor        | 31              | 18,1            | 1.535.122,00             | 23,6         | 24               | 20,5             |
|          | <b>TOTAL</b>  | <b>171</b>      | <b>100,0</b>    | <b>6.516.488,00</b>      | <b>100,0</b> | <b>117</b>       | <b>100,0</b>     |

Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL. Elaboração: autores.

Ao Consórcio Central foi concedida a exploração da maior quantidade de linhas e da administração de dois dos cinco terminais de integração: o Terminal da Praia Grande e o Terminal do Distrito Industrial. Esse Consórcio dispôs de 40,9% das linhas (70 linhas), abrangendo a maior quantidade de bairros de São Luís (48 bairros ou o equivalente a 41% dos bairros) tendo, também, que percorrer, mensalmente, a maior extensão da rede viária. O Consórcio Central é o único que se estende do extremo norte ao extremo sul do município (que também é o sul da Ilha do Maranhão), por meio da BR 135, abrangendo parte significativa da área rural.

O Consórcio Via SL deteve 40 linhas (23,4% das linhas), abrangendo 28 bairros (23,9% dos bairros), porém é o que percorre mensalmente a menor extensão viária. É o Consórcio que deteve a segunda maior quantidade de linhas e que abrange a segunda maior

quantidade de bairros. Um importante eixo viário de uso exclusivo desse Consórcio é a Estrada Santa Maria que, com duas ramificações, se estende por uma porção rural do município conectando aglomerados populacionais dispersos ao restante da cidade.

O Consórcio Upaon-Açu deteve a menor quantidade de linhas (30 linhas, 17,5% do total) e é o que abrange a menor quantidade de bairros (14,5% dos bairros), todavia, percorre a segunda maior extensão viária. É o único Consórcio cujas operações não se estendem até o terminal do Distrito Industrial<sup>10</sup>. Podemos considerar que esse Consórcio detém praticamente a exclusividade de uso de ruas e avenidas dos adensados bairros periféricos de São Cristóvão, Cidade Operária, Cidade Olímpica e adjacências onde, inclusive, está situada a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

A empresa Primor – única que não se consorciou – deteve 31 linhas (18,1%), abrangendo 24 bairros (20,5%). Podemos considerar como de uso exclusivo dessa empresa as linhas da porção centro norte do município. Também é a principal empresa que possui linhas na Avenida Litorânea.

Se, por um lado, alguns importantes eixos viários estruturantes da Cidade (Av. Guajajaras; Av. Jerônimo de Albuquerque e Av. dos Franceses) são utilizados por todos os

---

<sup>10</sup> Os demais Consórcios e a empresa Primor possuem conexão com todos os terminais de integração da Cidade.

Consórcios e pela empresa Primor e todos os eixos e empresas convergem para as áreas centrais; por outro lado, muitos outros eixos viários (geralmente periféricos) permanecem sendo usados exclusivamente por um único consórcio ou empresa.

## Desigualdades socioespaciais na oferta do serviço de transporte público

As concessionárias apresentam discrepâncias quanto à oferta do serviço público de transporte de passageiros que podem ser entendidas como usos desiguais do território, tanto do ponto de vista da oferta como da demanda. A tabela 02 evidencia essas discrepâncias quando da concessão de parte do sistema de transporte em São Luís no ano de 2016.

**Tabela 02 – São Luís: quantidade de linhas, frota e passageiros por concessionária (2016)**

| Lote         | Concessionária | % das linhas |              | Nº da frota |              | Nº de passageiros<br>os<br>mês | Nº de passageiros<br>os<br>dia | % Passageiros |
|--------------|----------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------|
|              |                | Nº de linhas | % das linhas | Nº da frota | % da frota   |                                |                                |               |
| 1            | Central        | 70           | 40,9         | 207         | 22,4         | 3.145.433                      | 104.848                        | 30,9          |
| 2            | Via SL         | 40           | 23,4         | 219         | 23,7         | 2.116.351                      | 70.545                         | 20,8          |
| 3            | Upaon-Açu      | 30           | 17,5         | 255         | 27,5         | 2.547.538                      | 84.918                         | 25,0          |
| 4            | Primor         | 31           | 18,1         | 245         | 26,5         | 2.364.580                      | 78.819                         | 23,2          |
| <b>TOTAL</b> |                | <b>171</b>   | <b>100,0</b> | <b>926</b>  | <b>100,0</b> | <b>10.173.902</b>              | <b>339.130</b>                 | <b>100,0</b>  |

Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL. Elaboração: autores.

Enquanto o Consórcio Central deteve o maior número de linhas (40,9%) e a maior demanda média de passageiros mês/dia (30,9%), ele contou com a menor frota operante (207 ônibus que equivalem a 22,4% de toda a frota de São Luís). Já o Consórcio Upaon-Açu contou com a menor quantidade de linhas (17,5%), porém deteve a maior frota (255 veículos que correspondem a 27,5% de toda a frota).

Em um curto período de três anos, desde a licitação, houve uma diminuição no total de linhas, passando de 171 linhas em 2016 (ano da licitação) para 168 linhas em 2019 (três linhas a menos). Esse impacto maior deveu-se ao Consórcio Central que deixou de operar quatro linhas e o Consórcio Via SL deixou de operar uma linha. No entanto, no último ano, o Consórcio Upaon-Açu e a empresa Primor passaram a operar uma linha a mais cada (Tabela 03).

**Tabela 03 – São Luís: quantidade de linhas por concessionária (2016 – 2019)**

| Lote         | Concessionária | Nº de linhas (2016)* | Nº de linhas (2019)** | Diferença nº de linhas |
|--------------|----------------|----------------------|-----------------------|------------------------|
| 1            | Central        | 70                   | 66                    | -4                     |
| 2            | Via SL         | 40                   | 39                    | -1                     |
| 3            | Upaon-Açu      | 30                   | 31                    | 1                      |
| 4            | Primor         | 31                   | 32                    | 1                      |
| <b>TOTAL</b> |                | <b>171</b>           | <b>168</b>            | <b>-3</b>              |

\*Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL. \*\*Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). Elaboração: autores.

De todo modo, o maior impacto sofrido foi na redução da frota total, passando de 926 ônibus em 2016 para 839 ônibus em 2019 (uma diminuição de 87 ônibus equivalente a -9% da frota). Somente o Consórcio Central ampliou a frota, chegando a 2019 com 44 ônibus a mais (crescimento de 21% de sua frota), ao tempo em que os demais consórcios e a empresa Primor diminuíram: Consórcio Via SL: menos 43 ônibus (redução de 20% da frota); Consórcio Upaon-Açu: menos 43 ônibus (redução de 17% da frota); empresa Primor: menos 45 ônibus (redução de 18% da frota) (Tabela 04).

**Tabela 04 – São Luís: quantidade de ônibus por concessionária (2016 – 2019)**

| Lote         | Concessionária | Nº da frota (2016)* | Nº da frota (2019)** | Diferença nº de ônibus | Taxa de crescimento |
|--------------|----------------|---------------------|----------------------|------------------------|---------------------|
| 1            | Central        | 207                 | 251                  | +44                    | 21%                 |
| 2            | Via SL         | 219                 | 176                  | -43                    | -20%                |
| 3            | Upaon-Açu      | 255                 | 212                  | -43                    | -17%                |
| 4            | Primor         | 245                 | 200                  | -45                    | -18%                |
| <b>TOTAL</b> |                | <b>926</b>          | <b>839</b>           | <b>-87</b>             | <b>-9%</b>          |

\*Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL. \*\*SMTT.

Elaboração: autores.

O impacto dessas diminuições pode ser melhor observado a partir da tabela 05 que considera a relação média entre ônibus por linha, comparando os anos de 2016 e 2019.

**Tabela 05 – São Luís: relação número de ônibus por linhas e por concessionária (2016- 2019)**

| Lote         | Concessionária | Relação nº de ônibus por linha (2016)* | Relação nº de ônibus por linha (2019)** |
|--------------|----------------|--|---|
| 1            | Central        | 3,0                                    | 3,8                                     |
| 2            | Via SL         | 5,5                                    | 4,5                                     |
| 3            | Upaon-Açu      | 8,5                                    | 6,8                                     |
| 4            | Primor         | 7,9                                    | 6,3                                     |
| <b>TOTAL</b> |                | <b>5,4</b>                             | <b>5,0</b>                              |

\*Fonte: Edital Concorrência Pública nº 004/2016/CPL. \*\*SMTT. Elaboração: autores

Graças à ampliação da frota do Consórcio Central, a relação do número de ônibus de sua frota por linha melhorou passando de 3,0 ônibus por linha em 2016 para 3,8 ônibus por linha em 2019. No entanto, permanece, nesse último ano, como o Consórcio com a relação ônibus/linha mais baixa em comparação com os demais consórcios. Corrobora para esse dado o fim das operações de quatro de suas 70 linhas.

Quanto aos demais consórcios e a empresa Primor, a relação ônibus/linha piorou em 2019 em comparação com 2016: o Consórcio Via SL passou de uma relação de 5,5 ônibus por linha em 2016 para 4,5 ônibus por linha em 2019 (menos um ônibus por linha); o Consórcio Upaon-Açu a relação era de 8,5 ônibus por linha em 2016 (a melhor situação em comparação com os demais consórcios e empresa naquela ano) e de 6,8 ônibus por linha em 2019 (menos 1,7

ônibus por linha)<sup>11</sup>; a empresa Primor a relação era de 7,9 ônibus por linha em 2016 e 6,3 ônibus por linha em 2019 (também menos 1,7 ônibus por linha).

A despeito da diminuição da frota e do número de linhas no sistema público de transporte de São Luís, no período considerado, houve, entre os anos de 2015 e 2017 um aumento de 30% na quantidade de passageiros transportados anualmente<sup>12</sup>. Esse dado reflete uma maior pressão sobre o sistema de transporte público, isto é, em um aumento da demanda por ônibus e linhas. No entanto, a diminuição das linhas e das frotas das concessionárias ao tempo em que ocorre um aumento do número de passageiros transportados significa um maior incremento do lucro das empresas tendo em vista a redução de seus custos, o aumento das tarifas e o aumento de usuários, impactando sobremaneira os orçamentos domésticos e a perda da qualidade do serviço.

### **(Des)integração tarifária e fragmentação da metrópole**

Além da diminuição de linhas e de ônibus circulando entre os anos de 2016 e 2019, também houve uma integração somente parcial

---

<sup>11</sup> Duas empresas (Marina/Speed Car e São Benedito/Planeta) que operam o transporte intermunicipal foram incorporadas, posteriormente, ao Consórcio Upaon-Açu para operarem determinadas linhas intramunicipais de São Luís.

<sup>12</sup> Em 2015, foram 10.541.489 de passageiros transportados e em 2017 esse número subiu para 13.705.317 de passageiros (SIQUEIRA, 2018, p. 104).

do sistema de transporte de São Luís. Referimo-nos à integração tarifária que permite ao usuário tomar mais de um ônibus – fora de um dos terminais de integração – até o destino final, pagando somente uma tarifa no intervalo de 90 minutos entre a tomada de um ônibus e outro<sup>13</sup>.

O benefício da integração tarifária, também denominado de Bilhete Único, só é válido para as linhas “integradas” pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e pelas empresas operadoras<sup>14</sup>. Atualmente, das 168 linhas existentes em São Luís, 131 linhas são integradas (78,0% das linhas) e 37 linhas (22,0%) não são integradas. A integração das linhas não é simplesmente uma questão técnica, mas política, já que se decide quais linhas serão integradas e quais não serão. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma integração técnica e normativa incompleta.

Nesse sentido, integra-se parte do sistema de transporte ao tempo em que fragmenta todo resto, incluindo o espaço da Ilha do Maranhão, criando-se obstáculos à mobilidade geográfica. As linhas

---

<sup>13</sup> Em reportagem realizada em 2016, meses após a implementação do Bilhete Único, é demonstrada uma tática dos usuários que precisam realizar a integração tarifária, mas que não dispõem de tempo suficiente. Muitos usuários ficam na parte da frente do ônibus o máximo de tempo possível, sem passar na catraca para evitar a contagem do tempo de 1h30. Reportagem disponível em <http://g1.globo.com/ma/maranhao/jmtv-2edicao/videos/v/populacao-ainda-nao-entende-como-funciona-o-bilhete-unico-em-sao-luis/4823836/> Acesso em 14 de set. 2020.

<sup>14</sup> Para usufruir do benefício da integração tarifária o usuário deve fazer uso de cartão eletrônico.

não integradas são, principalmente, as que operam na região central da cidade de São Luís e na região do Itaqui-Bacanga, região com alta densidade de trabalhadores pobres que ficaram excluídos do benefício do Bilhete Único tendo que, caso precisem tomar dois ônibus, se dirigirem a um terminal de integração ou então pagar duas tarifas. Outra linha não integrada é a 090 – Terminais/BR 135 que, a partir do terminal de integração da Cohama segue até o terminal do Distrito Industrial, passando pelos terminais de integração da Cohab e de São Cristóvão, ou seja, cruzando o eixo Norte-Sul das Avenidas Jerônimo de Albuquerque e Guajajaras.

Essa distinção entre linhas integradas e não integradas também pressupõe tarifas distintas. As linhas integradas possuem uma tarifa mais cara do que as linhas não integradas<sup>15</sup>. Nesse sentido, os usuários que utilizam as linhas integradas, mesmo que utilizem um único ônibus para o seu deslocamento, acabarão, sempre, pagando uma tarifa mais cara do que aqueles mesmos usuários que só utilizam um ônibus de uma linha não integrada.

Outro dado da falta de integração – e esse mais revelador da metrópole corporativa e fragmentada de que fala Santos (2009 [1990]) – é que além da falta de integração tarifária completa das linhas em São Luís, também não há integração tarifária entre as

---

<sup>15</sup> Em 2020, a tarifa integrada custava R\$ 3,70 e o valor da tarifa não integrada custava R\$ 3,20

linhas desse município e as linhas intermunicipais do transporte metropolitano, principalmente entre os municípios que fazem parte da Ilha e que constituem, hoje, uma extensão do meio urbano construído de São Luís, ou seja, trata-se de um contínuo urbano que envolve os quatro municípios da Ilha.

Ao final da década de 2000, as linhas metropolitanas que interligam os municípios que fazem parte da Ilha do Maranhão foram integradas às linhas de São Luís a partir dos Terminais de Integração. No entanto, não há integração tarifária entre as linhas intramunicipais e intermunicipais. Fora dos terminais de integração, o usuário que inicia a viagem em algum outro município da Ilha com destino a São Luís e vice-versa, terá que pagar mais uma tarifa no transporte intramunicipal.

O benefício do Bilhete Único – como um serviço oferecido pelo governo municipal – só serve aos que circulam nas linhas integradas do município de São Luís, sendo que um significativo contingente de usuários do transporte público de passageiros não reside nessa cidade, mas nos municípios contíguos que fazem parte da Ilha do Maranhão e cujos usuários se deslocam diariamente a São Luís para estudar e trabalhar<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> De acordo com o estudo *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil* (2015), realizado pelo IBGE (com dados de 2010), das 722.112 pessoas que trabalhavam e estudavam nos municípios da Ilha, 17,8% (128.374 pessoas) não trabalhavam e nem estudavam em seus municípios de residência, mas em outros

Isso quer dizer que o estudante ou trabalhador ou qualquer outro usuário que toma um ônibus metropolitano de São José de Ribamar, Paço do Lumiar ou Raposa com destino a São Luís, além de pagar a tarifa do transporte semiurbano terá que pagar mais uma tarifa do transporte urbano – caso tome um ônibus fora do terminal de integração –, retroalimentando o circuito da pobreza, já que muitos dos residentes nos municípios contíguos são pobres que habitam no que podemos considerar como uma periferia expandida de São Luís. Desse modo, os usuários do transporte público de passageiros na Ilha acabam excluídos do benefício do Bilhete Único.

## CONCLUSÕES

Na Ilha do Maranhão, grandes obras de infraestrutura voltadas para o transporte público e para mobilidade urbana foram ou ainda estão sendo executadas com recursos do FGTS, como demonstrado até o momento. Mas três dados nos chamam atenção: 1) o volume de investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana que deixaram de ser concretizados mediante cancelamento ou indeferimento dos contratos; 2) os relativos baixos investimentos

---

municípios do arranjo populacional. Observados os municípios isoladamente, no mesmo ano de 2010, 27.212 pessoas em Paço do Lumiar trabalhavam e estudavam em outros municípios da Ilha (25,9% da população do respectivo município), sendo 38.988 pessoas em São José de Ribamar (23,9% de sua população), 3.014 pessoas em Raposa (11,4% de sua população) e 59.160 pessoas em São Luís (apenas 5,8% de sua população total) (IBGE, 2015).

do Governo do Estado em infraestrutura de mobilidade metropolitana; 3) as ações isoladas dos municípios, isto é, a ausência de cooperações intermunicipais no que concernem aos investimentos também em infraestrutura de mobilidade metropolitana.

Quanto aos relativos baixos investimentos do Governo do Estado em infraestrutura de mobilidade metropolitana, vimos que o limitado orçamento do Estado é disputado pelos municípios que comumente se articulam diretamente com a União para pleitearem os recursos desse ente federado, criando uma situação de dependência e endividamento, nesse último caso, quando os recursos advêm de Fundos onerosos como o FGTS na condição de empréstimos e condicionados a contrapartidas.

Quanto às ações isoladas dos municípios referentes à ausência de cooperações intermunicipais concernentes à provisão de infraestrutura de mobilidade urbana, vimos que estas se devem às dificuldades não somente de ordem política, mas também de ordem financeira. Com baixa capacidade de investimentos, a implementação de programas, projetos e ações conjuntas de interesse comum tornam-se um desafio, a despeito dos problemas de deslocamento da população e das relações de interdependência econômica se intensificarem. Nesse sentido, verificamos, até o momento, que os investimentos são realizados de forma seletiva a

partir de articulações federativas verticais em detrimento de articulações federativas horizontais que contemplem as demandas de interesse comum do subespaço metropolitano, contribuindo para a fragmentação da metrópole (Santos, 2009 [1990]), do ponto de vista da mobilidade urbano-metropolitana.

Sobre o transporte público propriamente dito, a falta de integração dos sistemas de transporte urbano e metropolitano reflete uma fragmentação do espaço da Ilha, com repercussões no cotidiano da população que depende do transporte público para efetivar seus deslocamentos. Cabe destacar que essa falta de integração não diz respeito somente ao espaço da Ilha tomado como um todo; mas ao próprio espaço urbano de São Luís.

Essa fragmentação tem relação com: 1) a própria fragmentação político-administrativa dos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas, que prescindem de um nível de governo metropolitano situado entre os níveis municipais e estadual; 2) a incapacidade dos municípios – na falta de um quarto nível de governo na estrutura federativa brasileira – tecerem articulações e cooperações intergovernamentais horizontais (entre os municípios do aglomerado urbano ou região metropolitana) no sentido de enfrentamento das demandas e problemas que afetam o conjunto do espaço metropolitano urbanizado cujas dinâmicas populacionais

apesar de não reconhecerem os limites político-administrativos são por eles afetados<sup>17</sup>.

Ainda falta uma articulação federativa horizontalizada entre os municípios da Ilha e entre esses mesmos municípios e o Governo do Estado do Maranhão para a integração necessária dos sistemas de transporte público urbano e metropolitano, problema que afeta praticamente todas as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos brasileiros, tornando os desafios semelhantes. Todavia, essa integração não pode pressupor somente uma integração técnica e normativa cujo sentido seja apenas a arrecadação de tarifas dos usuários, mas a integração para inserção desses usuários ao sistema público de transporte que tenha como sentido e fundamento o direito à mobilidade, cabendo aos poderes públicos e às empresas operadoras oferecerem as condições.

## REFERÊNCIAS

CATAIA, Márcio; NOBRE, Carlos. E.; AGUIAR, Vinícius. C. B. DE. Horizontalidades e modernizações na Ilha do Maranhão: investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana do Programa Pró-Transporte. **Ciência Geográfica - Bauru**, v. XXIV, n. 3, p. 965-988, 2020.

---

<sup>17</sup> Sobre a questão das articulações federativas em contextos metropolitanos para implementação de políticas públicas, conferir Nobre (2018; 2019a; 2019b). Mais especificamente sobre a questão das articulações federativas na Ilha do Maranhão com ênfase nos investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana, conferir Cataia *et al.* (2020).

IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

NOBRE, Carlos E. Articulações federativas em contextos metropolitanos. **GEOSUL**, v. 34, n. 73, p. 418-438, 2019b.

NOBRE, Carlos E. As Regiões Metropolitanas Pós-Constituição de 1988 e o problema da articulação federativa: os consórcios intermunicipais na RMSP. **Anais do I Congresso Internacional de Desenvolvimento Regional e IV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional: Metropolização do Espaço e Direito à Cidade**; São Luís; p. 43-55, 2019a.

NOBRE, Carlos. E. **Usos do território no Brasil**: articulações federativas para implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas; Campinas, 2018.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa e Fragmentada**: o caso de São Paulo. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1990].

SIQUEIRA, Juan Guilherme C. **Interações espaciais e condições do transporte coletivo nos municípios da Ilha do Maranhão**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

## **DEGRADAÇÃO E NOVOS USOS DO ESPAÇO URBANO: descaracterização, deterioração e destruição arquitetônica da área central de Caxias - MA**

Danusia Renata Lima do Nascimento<sup>1</sup>

Jorge Martins Filho<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Os centros urbanos se transformam ao longo da história, modificando a dinâmica das cidades e alterando algumas atividades, porém carregam cargas do passado, que são evidenciados através da arquitetura e dos costumes deixados pelo seu povo. Este artigo busca estudar a área central da cidade de Caxias/MA, sobretudo no que diz respeito ao seu Centro Histórico, analisando a descaracterização, deterioração e destruição arquitetônica, identificando quais foram os agentes que provocaram estes processos, e, também, se o poder público dispõe de políticas de revitalização e quais as consequências dessas transformações para a organização espacial da cidade. O estudo do Centro Histórico é de suma importância haja vista que neste estão presentes o patrimônio da cidade, carregando em suas paredes a herança histórica e a identidade de um lugar.

As principais questões e problemáticas dos centros urbanos giram em torno de duas noções: sua função integradora e sua função simbólica. A primeira se baseia em relações funcionais definidas tanto pelas atividades

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia – CESC/UEMA; Bolsista PIBIC/FAPEMA.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Licenciatura em Geografia CESC/UEMA; Doutor em Geografia – UFPE; Orientador.

que esse tipo de área urbana abriga como pelo conjunto social, este caracterizado pela variedade de grupos e classes que dela se utilizam. A segunda função refere-se aos significados e imagens, de aspectos tanto lúdicos quanto depreciativos, que a população atribui a seus espaços de usos coletivos. (ALMEIDA; CAMPOS; FREITAS, 2002, pp. 11-12).

Este artigo propõe identificar os agentes que ocasionaram as modificações na área central da cidade e quais foram os resultados de tais modificações para a organização espacial dela, e na oportunidade investigar os possíveis projetos de revitalização do centro histórico localizado na área central. Para atingir tais objetivos foi adotado o método materialista histórico que considera as transformações históricas como resultado da lógica capitalista. Essas evidências foram percebidas através da observação da área estudada com ida a campo, onde foram realizados registros fotográficos, para então serem analisados e relacionados com as pesquisas bibliográficas e documentais.

Nesta análise podemos identificar que o consumo seletivo do espaço promove profundas mudanças na sua expansão e uso, tornando-o cada vez mais problemático. Podemos perceber, ainda, a partir dos resultados obtidos, a extrema relevância da área central da cidade, com desdobramentos realizados por uma rede de relações que envolvem o poder das elites dominantes, do Estado e do Capital.

## METODOLOGIA

A escolha da área central da cidade de Caxias-MA, justificou-se pela presença de inúmeras materialidades sócio-espaciais históricas que se encontram em um processo acelerado de abandono, deterioração e alterações em seu uso. Para a realização desta pesquisa utilizamos o método materialista histórico, com a realização de levantamento documental em órgãos públicos, como o Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC e trabalho de campo para a realização das fotografias, até o mês de março de 2020, quando se instalou no país a pandemia de COVID-19. A partir de então, os trabalhos foram realizados no Laboratório de Geocartografia do Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC/UEMA onde foram utilizados computadores para levantamento de documentos e acesso a bibliografias por meio da Rede Mundial de Computadores. O resultado desta pesquisa foi obtido a partir do acesso ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Maranhão – PIBIC/UEMA, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, no período compreendido entre agosto de 2019 a julho de 2020.

## RESULTADOS

### **Categorias de análise do espaço geográfico: compreendendo o presente e o passado**

A cidade está em constante transformação devido às alterações que ocorrem na sociedade, assim sua paisagem se torna ao longo da história um cumulativo de tempos, que está sempre mudando, mas não só paisagem muda, toda a estrutura social, as pessoas, as atividades desenvolvidas sofrem alterações, segundo Santos:

Definimos o espaço como a somada paisagem (ou, ainda melhor, da configuração geográfica) e da sociedade. Mas isso, exatamente, indica a imbricação entre instâncias. Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade deforma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A ação, que é inerente a função, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados. (SANTOS, 1985, p. 2).

Por isso, ainda seguindo tal pensamento “a forma frequentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função” (SANTOS, 1985, p.74) e isso acaba gerando várias mudanças no arranjo espacial das cidades, pois quando há uma modificação, com o tempo o seu entorno gera outras

necessidades, no que diz respeito às redes de transporte, ao planejamento urbano, a administração pública, assim criando um novo arranjo. Sempre que a sociedade, em sua totalidade social, sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos, tanto os novos como os velhos, assumem novas funções, assim criando a organização espacial (SANTOS, 1985).

Desta forma, a paisagem acaba sendo formada por fatos do passado, somada aos fatos do presente e, por conseguinte, pelos acontecimentos que ainda estão por vir, pois a história não para e a “compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo” (SANTOS, 1985, p. 68).

O espaço geográfico é o objeto de estudo da geografia e este é composto por elementos, os quais necessitam de categorias de análise para sua compreensão, por conta do permanente processo de transformação. Desta forma, para estudar o espaço, é necessário compreender sua relação com a sociedade e que resultado essa relação apresenta, e para isso Milton Santos sugere, em seu livro *Espaço e Método* (1985), as categorias de análise do espaço geográfico, compostas pela forma, função, estrutura e processo, e será a partir dessas categorias que este artigo irá analisar as transformações ocorridas no centro histórico na cidade de Caxias/MA.

Estas categorias são indispensáveis nos métodos de pesquisa da ciência geográfica, onde são atribuídos conceitos que interpretarão um dado evento, uma vez que é impossível separá-las durante a pesquisa geográfica. A estrutura refere-se à relação das partes como um todo, o processo é entendido como ação contínua, a função é atividade executada na forma por um dado tempo, e a forma é o aspecto físico visível (SANTOS, 1985). Tendo em vista que o objeto estudado é o centro histórico de Caxias/MA, localizado na área central da cidade, entende-se que este tem sofrido transformações ao longo da história, assim assumindo formas espaciais diferentes, que conseqüentemente ganharam novas funções com a ruptura dos processos existentes, assim modificando toda a estrutura ali presente.

### **Formação e abandono dos centros históricos no Brasil**

O que se denomina Centro Histórico coincide com o espaço urbano que, nos séculos passados, correspondia à totalidade da cidade, onde conviviam distintas classes sociais e todos os meios urbanos de produção e de comércio: artesanato, comércio, negócios e administração, sedes de instituições, governo etc. (CAETANO, 1999).

No Brasil, parte de suas cidades históricas foram iniciadas a partir do período colonial, quando os povos daquela época edificaram suas residências, iniciaram a vida em sociedade, assim

povoando esses espaços, que posteriormente viriam a se transformar em cidades. Entretanto, com o decorrer da história algumas dessas pequenas vilas, aldeias e cidades brasileiras começam a ser abandonadas e esquecidas, as atividades ali desenvolvidas passam a fazer parte de outros núcleos urbanos, com equipamentos mais modernos, com outras funções e necessidades.

A história conta que a maioria das cidades coloniais possuíam minério de ouro e outras pedras preciosas, fazendo com que essas regiões fossem de grande interesse dos administradores e comerciantes da Coroa Portuguesa, porém, esse ciclo econômico acaba entrando em decadência por conta da escassez desses recursos, e eventualmente essas cidades tendem a ser abandonadas. Por muito tempo parte dessas cidades como Olinda, Ouro Preto, Mariana, Parati, Diamantina, entre outras, permanecem esquecidas, porém carregando profunda identidade do Brasil colonial, com muitos sobrados, igrejas barrocas e becos, que remetiam à arquitetura daquela época.

Com o governo Vargas é inaugurado o Patrimônio Histórico Nacional, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema e seus assessores Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo de Mello Franco, e com o auxílio da indústria turística a partir dos anos 1940 essas cidades são restauradas e começam a ser usadas a favor do turismo, enquanto em paralelo são formados outros centros urbanos nos

entornos, onde são desenvolvidas as principais atividades e estas, como já foi dito, são constituídas de equipamentos mais sofisticados e de uma arquitetura moderna (FREITAG, 2003).

Também há as cidades de origem histórica, construídas a partir de referências coloniais, mas que ao serem povoadas, com o passar do tempo, suas características históricas acabam sendo descaracterizadas e substituídas pela modernidade, como exemplos pode-se citar algumas capitais brasileiras, como é o caso de Salvador, Recife, Fortaleza, São Luís, Rio de Janeiro, entre outras. Estas cidades começam a ganhar equipamentos urbanos mais modernos, começam a ser saneadas e posteriormente verticalizadas (FREITAG, 2003).

Atualmente no Brasil as políticas de preservação do patrimônio são asseguradas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e está vinculado ao Ministério da Cultura. Antes era chamado de SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que foi criado em 30 de novembro de 1937, com o Decreto Lei nº 25, ainda no governo de Getúlio Vargas, e desde essa época visa preservar, identificar, fiscalizar, revitalizar, restaurar e divulgar os bens culturais do Brasil.

Trazendo para uma realidade mais próxima, pode-se citar o caso de São Luís, capital do Maranhão, esta teve seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1974, sendo reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial pela

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1997, e em consequência disso algumas áreas puderam ser revitalizadas e reintegradas à paisagem urbana da cidade, onde o governo passou a empreender em projetos preservacionistas, visando recuperar a qualidade das ruas, praças e jardins e preservar a paisagem urbana do século XIX, a exemplos projetos, como: Praia Grande (1979); Reviver (1987); Cores da Cidade (2001).

Através destes projetos visava-se despertar na população a consciência de valorizar o patrimônio histórico, através dos museus, monumentos, bibliotecas e centros culturais, que são espaços em que a memória serve de fonte de dados e de observação da arquitetura, do significado de tradição e história que a cidade busca conservar e oferecer à sua população e visitantes (ALMEIDA, 2008). O órgão responsável pela proteção dos patrimônios históricos e culturais do Estado do Maranhão é o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão (DPHAP-MA).

Atualmente quase todas essas cidades históricas, ou aquelas que possuem seus centros históricos parcialmente preservados, utilizam essas características a seu favor, tornando-se atrações turísticas, onde há venda de artesanatos, museus com artefatos da época colonial, e carregam em si memórias daquele tempo histórico, representam as referências urbanas do Brasil, nelas é possível

vivenciar os processos de transformações do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico.

A arquitetura da capital influencia outros centros urbanos maranhenses, notadamente a cidade de Caxias, que, no século XIX, em função do desenvolvimento da atividade econômica e da efervescência cultural, é a cidade mais importante do Estado, depois de São Luís. O padrão socioeconômico de parcela da sociedade caxiense proporciona-lhe a incorporação dos padrões culturais e identitários, sobretudo os arquitetônicos de São Luís, presente em parte do casario do centro histórico de Caxias (ALMEIDA, 2008, p. 27).

Ou seja, Caxias tem em seu centro histórico resquícios de memórias do passado, presentes na arquitetura de seus casarões, ruas, monumentos, igrejas centenárias, entre outros. Entretanto, esses patrimônios têm sido descaracterizados, por conta de diversos fatores que auxiliaram os processos de deterioração e até destruição de algumas edificações. Entende-se que estas cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil, onde nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, e somente por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico, que será possível conservar a base do Patrimônio Cultural Brasileiro, já que sua preservação é de responsabilidade da União, dos estados e municípios, e da sociedade civil.

## **Caxias: história e memórias**

Caxias, cidade maranhense localizada a 373 km da capital, São Luís, nasce no limiar do século XIX, e sua história

começa com a história das entradas e reconhecimento da terra, feita pelos franceses, e com a ocupação das terras férteis que margeiam o Itapecuru, e principalmente com o trabalho valoroso dos missionários que, em sua obra evangelizadora por toda a redondeza, criou entre os silvícolas um laço de confiança que se processou na fé e civilização (VILANETO, 2006, p. 31).

A cidade nasceu, primitivamente, a partir de um agregado de aldeias indígenas dos povos Timbiras e Gamelas que, devido à chegada dos colonizadores portugueses, acabaram por abandonar suas habitações. Com isso os colonizadores estabeleceram-se nas aldeias e edificaram a primeira igreja (Nossa Senhora da Conceição).

Iniciada com o estabelecimento da missão jesuítica, a cidade ao longo de sua história recebeu vários nomes, o primeiro foi Guarané, depois Missão Alta, Aldeias Altas, por vezes foi chamada de São José das Aldeias Altas devido à construção da Capela de São José, em 1811. Foi conferida a prerrogativa de Vila, denominando-se Caxias das Aldeias Altas e por fim, em 1836 elevada à categoria de cidade com redução do seu nome para Caxias.

Caxias possui uma rica diversidade cultural onde podemos destacar o acervo arquitetônico, como igrejas, casarios e monumentos dos séculos XVIII e XIX, que marcam a paisagem

caxiense e ajudam a construir os significados, os sentidos, os símbolos, a história e a memória da sociedade local. No entanto, atualmente, algumas dessas edificações, que compõem o patrimônio histórico da cidade, encontram-se em ruínas, sofrendo processo de descaracterização ou deterioração.

Como grande parte da classe comerciante é portuguesa, tanto a arquitetura religiosa como a civil, seguem o estilo europeu, a exemplo do que já ocorria na capital, São Luís. As construções arquitetônicas vão sendo substituídas por outras, mais sólidas, estilizadas em detalhes e funções, utilizando-se materiais como pedra, ferro e adornos (azulejos), vindos da Europa. À medida que a cidade de Caxias se compõe, através das construções arquitetônicas, junto estava sendo construídos os significados, os sentidos, os símbolos, a história e a memória dessa sociedade, que vinculada a seu tempo, sedimentava, na memória das futuras gerações, o refúgio de suas identidades (ALMEIDA, 2008, p. 35).

### **Agentes transformadores da área central: novos usos, revitalização e o abandono**

As cidades podem nascer a partir de diferentes motivos e se transformam em decorrência de alguns agentes que produzem o espaço urbano, desde que naquele espaço haja condições necessárias para habitar e produzir, sendo assim surgem os núcleos urbanos que vão crescendo aos arredores da inicial área central. Os agentes que produzem o espaço urbano segundo Corrêa (1989) são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes

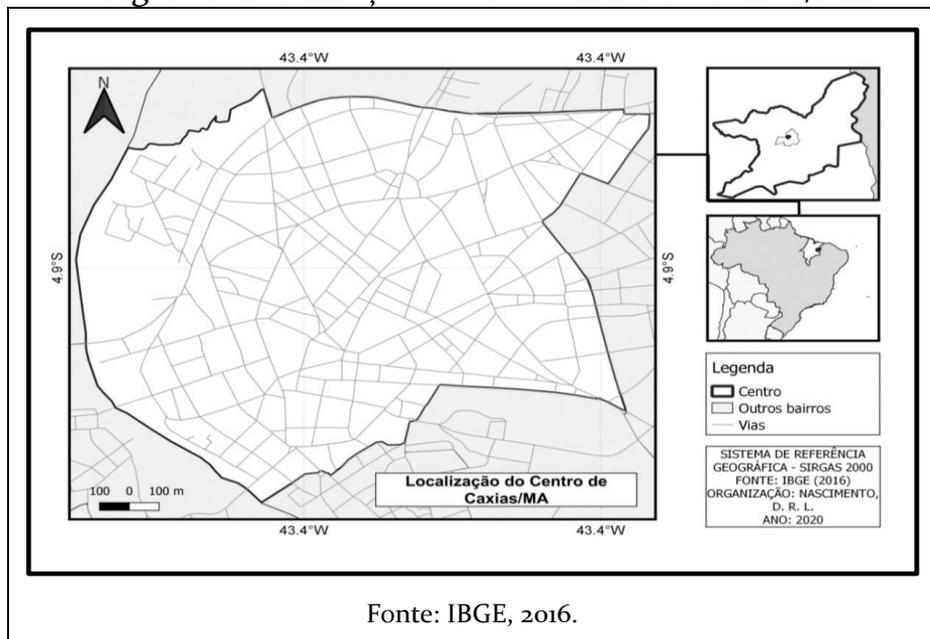
indústrias, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1989, p. 11).

Na área central, por sua vez, estão presentes as principais atividades da cidade, tendo em vista que a cidade nasceu dali, e à medida que os meios de produção e o Estado se apropriam do espaço, novas formas são materializadas e subpostas na cidade. Portanto, pode-se afirmar que na área central “concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, de gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos” (CORRÊA, 1989, p. 38).

Sendo assim, a escolha da área central para a realização da pesquisa justifica-se por nesta estar presente o centro histórico da cidade, onde localizam-se as edificações, monumentos e praças mais antigas de Caxias/MA, remetendo assim às principais memórias do passado.

**Figura 1. Localização da área central de Caxias/MA**



A mudança é um processo natural do espaço, em decorrência da própria transformação da sociedade, que, conseqüentemente, modificam as cidades à medida que surgem novas necessidades sociais e econômicas,

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre eles os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p. 36).

Ou seja, a cidade sofre modificações ao longo da história, criando formas e funções que atribuem novos significados às cidades, com a ruptura de processos. Tendo isso em vista, e trazendo à realidade da área central, é comum que algumas edificações e espaços públicos sofram mudanças em suas formas e ganhem novas funções, devido ao comércio, atividades de varejo, novas construções, sendo assim esses fatores acabam gerando um crescente processo de descaracterização arquitetônica, em especial das áreas instituídas como centros históricos.

[...] a forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social. Tão valor relaciona-se diretamente com a estrutura social inerente ao período. Por conseguinte, precisamos compreender inteiramente a estrutura social em cada período histórico para podermos acompanhar tanto a transformação dos elementos naturais em recursos sociais quanto a mudança que esses novos recursos (formas) sofrem com o correr do tempo (SANTOS, 1985, p. 73).

Considerando o valor social das formas, nasce a concepção de preservação, já que elas carregam uma carga histórica, fazendo parte, assim, do patrimônio da cidade. Segundo Burke (2005, p. 39), o patrimônio por sua vez “consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos”, ou seja, o patrimônio de uma cidade conta a sua história, traz em si valores de uma dada época, assim como mostra a identidade cultural do seu povo.

Sendo assim, entende-se que muitas cidades brasileiras, inclusive Caxias, possuem um patrimônio arquitetônico muito rico e diverso, que carregam em si memórias do passado, contam através das edificações a história destas cidades e sua verdadeira identidade cultural. Porém, como já foi explicitado neste artigo, o espaço está em constante mudança, conseqüentemente, as formas espaciais do passado são afetadas, e por estas possuírem um valor social, merecem ser preservadas ou revitalizadas, mas nunca abandonadas.

O tombamento consiste em assegurar que tal edificação não seja deteriorada ou demolida, mas cabe ao Estado articular políticas que reincluam essas formas do passado, na nova paisagem da cidade. A valorização e/ou ressignificação desse patrimônio, por sua vez, passa pelo conhecimento que se tem sobre ele e seu uso social, de qual significado possui para a comunidade, articulado estreitamente à memória e às identidades locais.

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, Art. 216, V).

Segundo publicação da Academia Caxiense de Letras (2015, p. 131) em “30 de novembro de 1990, foi publicado o Decreto nº 11.681 de 20 de novembro 1990, que tombou o Centro Histórico Arquitetônico e Área Paisagística do Município de Caxias”, esse tombamento foi feito de maneira coletiva e abrange as áreas do Rio Itapecuru, parte

do Cangalheiro, o Morro de Santo Antônio no Bairro Ponte, passando pelo Centro Comercial, Mercado Central, Estação Ferroviária, Três Corações, parte do Castelo Branco, parte do Morro do Alecrim, entre outros.

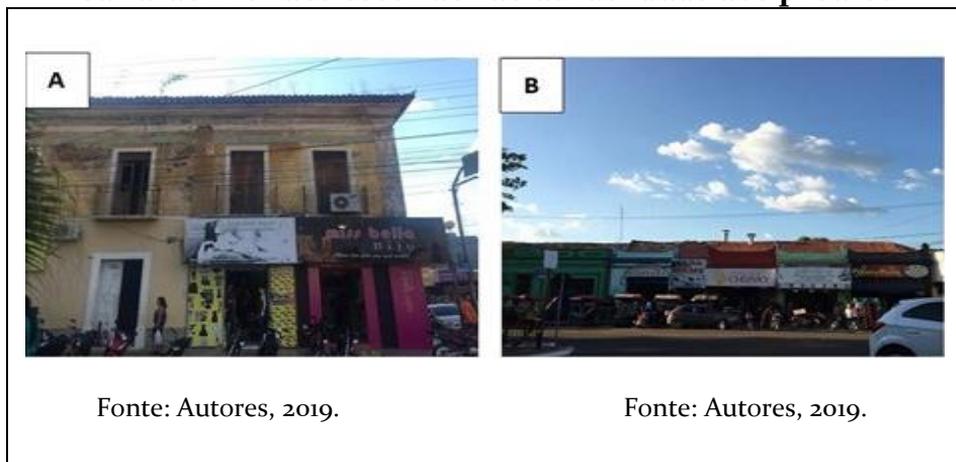
Em 2013 foi sancionada a Lei Municipal nº 2.064/2013, a qual teve por objetivo discutir a preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Caxias, criar o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, e instituir o fundo municipal de proteção do patrimônio histórico e cultural. Porém, as iniciativas não propiciaram muitos resultados ao patrimônio da cidade, tendo em vista que muitos dos prédios estão sendo descaracterizados principalmente pelo setor comercial, alguns estão abandonados, sendo deteriorados e destruídos em consequência do descaso.

O centro histórico, outrora constituía o centro vital da *urbe* no seu complexo social, meios urbanos de produção e de comércio, negócio e de administração. Entretanto, a expansão física rompe este quadro, ao deslocar os sectores produtivos administrativos e residenciais, dando lugar a desertificação e envelhecimento da população residente, à pobreza e a degradação da atividade econômica e dos edifícios. (CAETANO, 1999, p. 17).

Um dos fatores principais da descaracterização, notados nas observações na área central de Caxias, são provocados pelo setor comercial, que se apropriam das edificações e modificam a identidade visual destas. É importante dar novos usos a essas formas, porém mantendo as características originais.

As imagens mostram formas espaciais evidentemente do passado que tiveram suas fachadas cobertas pelos letreiros dos pontos comerciais. A imagem A da Figura 2 mostra um sobrado colonial construído na segunda metade do século XIX, na época era propriedade de João Lobo, e servia de hotel, onde se hospedavam pessoas ilustres que vinham para a cidade. Sua forma permanece a mesma, porém atualmente assume outra função, o que Milton Santos viria chamar de *rugosidades*, as “formas remanescentes dos períodos anteriores – devem ser levadas em conta quando uma sociedade procura impor novas funções” (SANTOS, 1985, p. 70). Como demonstrado na Figura 3.

**Figura 2. A) Sobrado colonial na Praça Gonçalves Dias com pontos comerciais B) Pontos comerciais próximos à Praça Cândido Mendes escondendo as fachadas dos prédios**



**Figura 3. A) Praça Gonçalves Dias e ao fundo o Palácio Duque de Caxias (1890) - B) Atual fachada do Palácio Duque de Caxias**



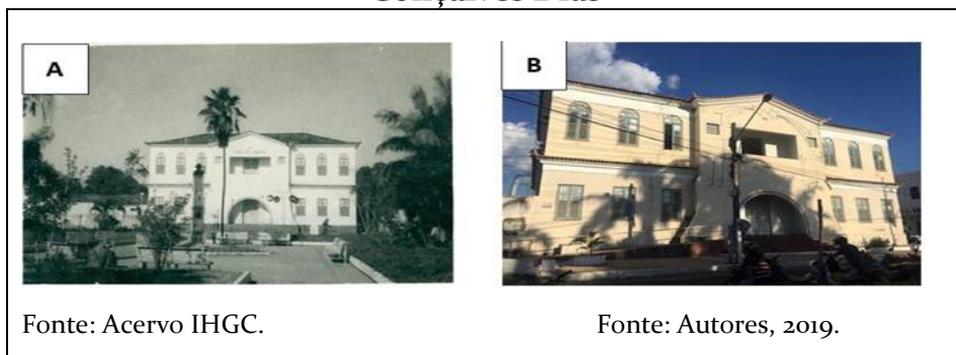
Fonte: Acervo IHGC.



Fonte: Autores, 2019.

Na cidade de Caxias, há muitas rugosidades na sua área central, formas espaciais que assumiram novas funções, e que não mudaram totalmente sua forma, assim ocorrendo uma mistura entre aspectos atuais e mais antigos. A seguir, na Figura 4, mostra-se o prédio da atual Procuradoria do Município, que já foi o Fórum da cidade e a sede do Colégio Gonçalves Dias.

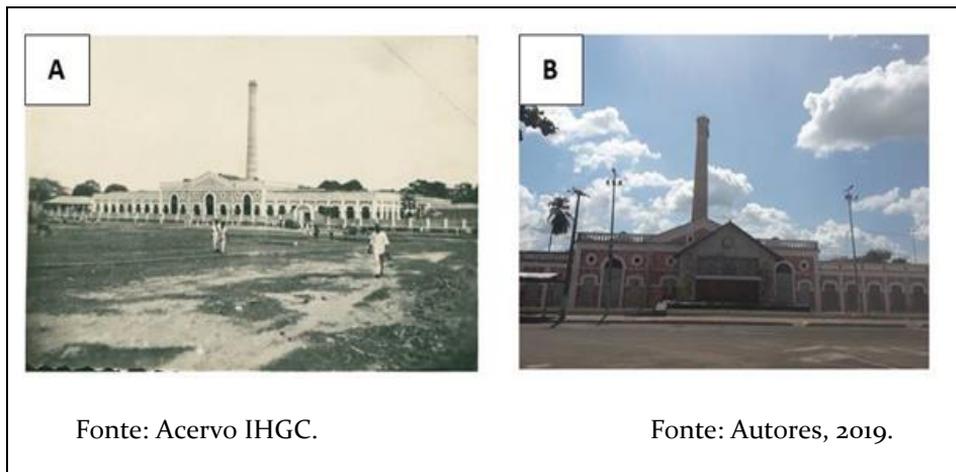
**Figura 4. A) Antiga Sede do Colégio Gonçalves Dias - B) Atual sede da Procuradoria do Município, localizado na Praça Gonçalves Dias**



Outro exemplo de rugosidade é o prédio do atual Centro de Cultura, onde foi o primeiro tombamento isolado ocorrido na cidade, pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA).

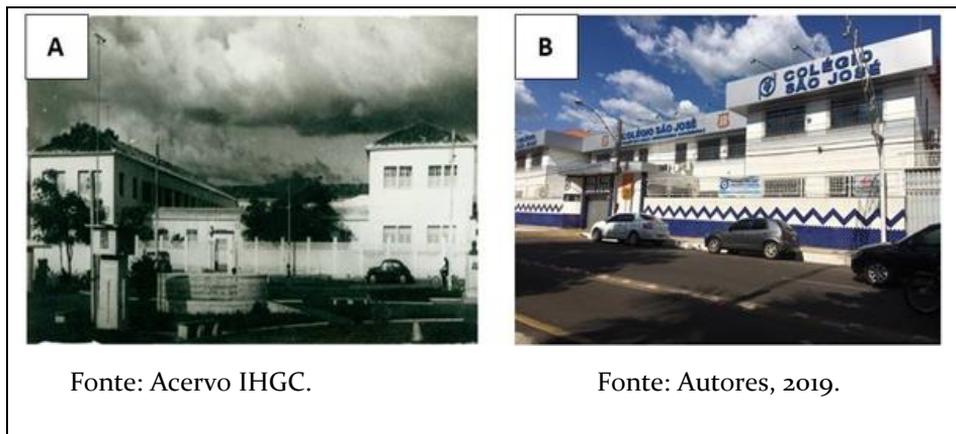
Nessa edificação funcionava a Fábrica da Companhia Têxtil Caxiense, inaugurada em 1889. Atualmente o prédio funciona como local de fomento à cultura, onde funcionam atividades como teatro, música, artesanato, entre outros, além de funcionar algumas repartições do estado, com serviços que atendem a população (Figura 5).

**Figura 5. A) Antiga Fábrica da Companhia Têxtil Caxiense - B) Atual Centro de Cultura José Sarney**



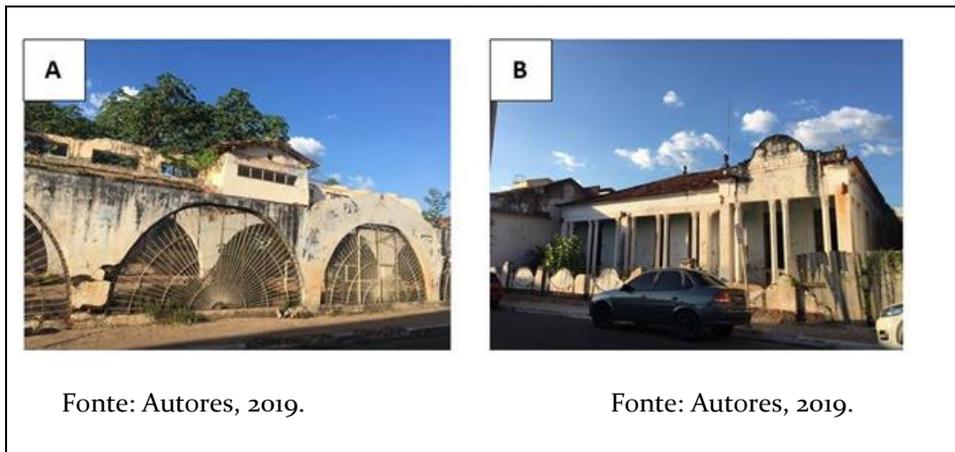
Além das rugosidades, há também a presença de formas espaciais do passado que mantiveram as atividades desde a época de Fundação, só passaram por processos de reforma, que é o caso do Colégio São José, inaugurado em 1937, por um grupo de freiras capuchinhas, que na época tinha o intuito de cuidar da educação feminina. O colégio fica localizado nos arredores da Praça do Pantheon (Figura 6).

**Figura 6. A) Colégio São José em tempo pretérito - B) Colégio São José atualmente**



Além do processo de descaracterização, algumas formas espaciais estão de fato se deteriorando e em estado de abandono, como é o caso da edificação onde funcionava o Cassino Caxiense, e de outros prédios da área central (Figura 7).

**Figura 7. A) Vista do Cassino Caxiense - B) Residência de José Delfino da Silva**



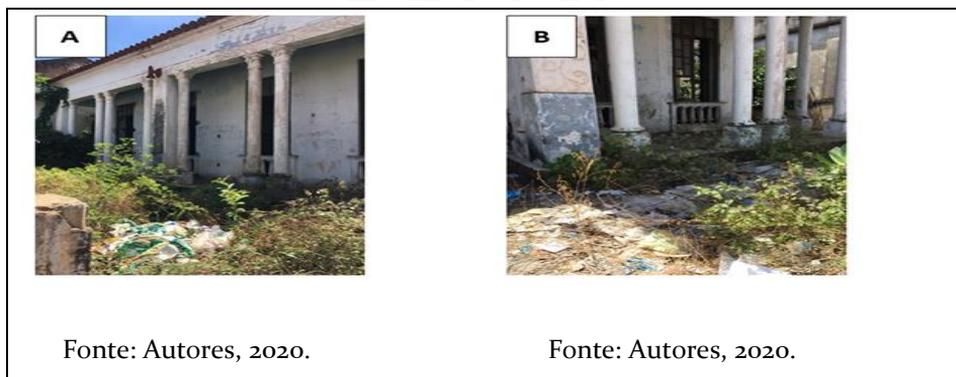
É notório que com o tempo os edifícios começam a se deteriorar devido às intempéries do decorrer dos anos e da ação de agentes biológicos, porém cabe ao poder público, juntamente aos órgãos responsáveis tomarem as iniciativas cabíveis para a restauração e preservação desses edifícios. Atualmente, ambos estão abandonados, dando espaço ao vandalismo, às vezes servindo até de teto aos moradores de rua, pois “em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço” (CORRÊA, 1989, p. 30).

Na contemporaneidade, as questões que envolvem o patrimônio e a identidade precisam ser problematizadas sob a lógica da transformação constante dos centros urbanos que passaram a ser analisados como núcleos dinâmicos. Nesse contexto, as cidades não são mais consideradas como um organismo em evolução, tampouco são vistas como o resultado de um acúmulo

de eventos históricos que determinaram sua configuração (CAMPOS, 2009, p. 66).

Na Figura 8, é possível observar a presença de muito lixo na antiga residência de José Delfino da Silva, lixo esse provavelmente jogado por comerciantes das proximidades e pelos transeuntes do centro, o que mostra o descaso tanto dos órgãos da cidade, quanto da própria população, que acaba usando esta residência como depósito de lixo.

**Figura 8. A) Lixo acumulado na entrada da antiga residência de José Delfino da Silva - B) Lixo no terreno da mesma residência**



## CONCLUSÕES

Desta forma, fica evidente que ocorreram muitas transformações na área central da cidade, modificando a dinâmica espacial dela. Porém, com essas mudanças surge a necessidade de preservar e revitalizar o patrimônio ainda existente, restaurando o

que vem sendo deteriorado, dando uso às formas que estão abandonadas e preservando-as, assim mostrando para a sociedade local a importância dessas edificações que possuem valor social, haja vista que carregam a história e as memórias da cidade.

A cidade de Caxias/MA possui muitas edificações descaracterizadas e deterioradas, tanto pela ação biológica do tempo, quanto pelos produtores do espaço urbano e, infelizmente, o poder público não tem se articulado de forma eficaz para resolver esse problema. É de extrema importância que os civis cultivem o sentimento de identidade e pertencimento com a cidade que habitam, e que juntamente com o poder público lutem para reivindicar a proteção do patrimônio.

É importante salientar o quanto se torna complexo o estudo sobre as cidades, principalmente quando se abordar a necessidade do capital se utilizar das áreas centrais para seu processo de reprodução, no entanto, é primordial destacar a importância, da representatividade da área central para as cidades.

É salutar propor um aprofundamento dos debates que permeiam a cidade tendo como base de sustentação a sociedade e seu espaço. E como tais categorias deverão permanecer articuladas para aqueles que se propõem a estudar o urbano e com ele a cidade.

Assim, nossa proposta de buscar evidenciar o processo de novos usos do espaço urbano da cidade de Caxias-MA, tornando como sustentação teórica-metodológica a importância da área central, torna-se bastante relevante para abertura de novas análises de reconhecimento dos diversos problemas, questionamentos e reflexões que se faz sobre a cidade.

## REFERÊNCIAS

ACADÊMIA CAXIENSE DE LETRAS: **Cartografias Invisíveis: Saberes e sentires de Caxias**. Caxias (MA). Secretaria do Estado da Cultura, 2015.

ALMEIDA, Elaine de Sousa. **O patrimônio edificado do Centro Histórico de Caxias-Ma como lugar de memória: entre a materialidade e a imaterialidade**. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2008.

ALMEIDA, Renata Hermanyde; CAMPOS, Martha Machado; FREITAS, José Francisco Bernardino. **Projeto centro.com.vitória**. Vitória: EDUSFES, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988. Lex: Coletânea de Legislação Administrativa. v. 876. São Paulo: 2011.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acessado em: 22. jun. 2019.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Traduzido por Sérgio Goés de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAETANO, Lucília. Reabilitação e Revitalização dos centros históricos urbanos. O exemplo de Zaragoza. **Cadernos de Geografia**. Nº 18. Coimbra: FLUC, 1999.

CAMPOS, Luana Carla Martins. Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: o ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas Gerais. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio**: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

CAXIAS. Lei Municipal Nº 2.064, de 06 de junho de 2013. Dispõe sobre a Proteção ao Patrimônio Cultural de Caxias.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.  
FREITAG, Bárbara. A Revitalização dos Centros Históricos das cidades brasileiras. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.  
SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

VILANETO, Quincas. Origem e desenvolvimento do município. In: **O município de Caxias e a Câmara Municipal de Caxias**. Caxias: Câmara Municipal de Caxias, 2006.

# DIAGNÓSTICO DAS ÁREAS INUNDÁVEIS A PARTIR DE PARÂMETROS MORFOMÉTRICOS NO MÉDIO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SANTO ANTÔNIO, ILHA DO MARANHÃO

Thaís da Silva Rodrigues<sup>1</sup>  
Quésia Duarte da Silva<sup>2</sup>  
Dayanna Serra Maciel<sup>3</sup>  
Euclides Castro Gomes<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

As ações antrópicas no meio urbano têm causado modificações à natureza, principalmente em relação às drenagens. As crescentes atividades humanas causam alterações no sistema natural dos rios, como retirada da mata ciliar, aceleração do processo de assoreamento dos canais de drenagem, impermeabilização do solo, canalização dos corpos d'água, retificação dos canais, emissão de efluentes *in natura* nos canais, entre outros. Estas modificações contribuem para o surgimento de problemas às bacias hidrográficas.

O estudo da caracterização física de uma bacia hidrográfica propicia o conhecimento referente aos fenômenos ocorrentes na mesma. Sendo assim, através da análise morfométrica pode-se

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/CNPq.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>4</sup> Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/FAPEMA.

constatar se uma bacia hidrográfica é propensa ou não ao fenômeno de inundação.

A análise morfométrica de bacias hidrográficas é indispensável para a gestão delas. Segundo Pissara *et al.* (2004), as características morfométricas do padrão de drenagem e do relevo refletem algumas propriedades do terreno, como infiltração e deflúvio das águas das chuvas, essenciais para a compreensão da bacia em relação ao fenômeno de inundação.

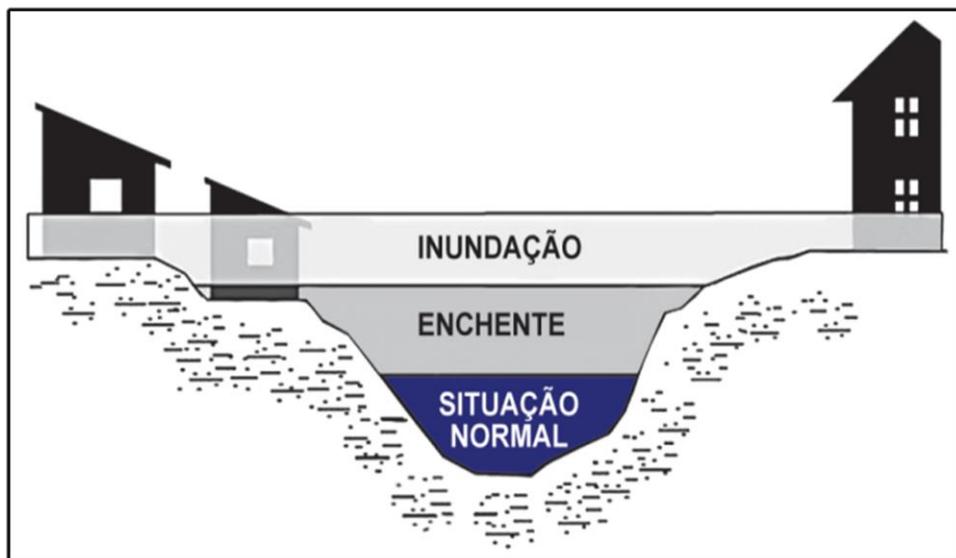
De acordo com Tucci e Bertoni (2003), quando a precipitação é intensa e o solo não tem capacidade de infiltrar, grande parte do volume escoava para os fundos de vale, superando a capacidade natural de escoamento. O excesso de volume que não consegue ser drenado ocupa a várzea, inundando-a de acordo com a topografia.

Segundo Kobiyama *et al.* (2006), a inundação, popularmente tratada como enchente, é o aumento do nível dos rios além dos limites normais das margens, ocorrendo o transbordamento de suas águas sobre as áreas próximas e marginais (Figura 1).

Cooke e Doornkamp (1990) definem os fatores que estão interrelacionados e são responsáveis pela ocorrência de eventos de inundação e os classificam em transitórios, permanentes e mistos. Os primeiros estão associados à ocorrência de chuvas, taxas de evapotranspiração e grau de saturação do solo. Os fatores permanentes correspondem às características morfométricas das

bacias de drenagem e à geologia. Os mistos estão relacionados aos tipos de uso e ocupação do solo.

**Figura 1: Esquema de classificação de fenômenos de enchentes e inundações**



Fonte: Atlas de Vulnerabilidade a Inundações do Estado de Minas Gerais (2013).

Percebe-se, assim, a importância do estudo das características morfométricas em bacias hidrográficas, sendo consideradas pelos autores em questão como fundamentais no entendimento dos fatores permanentes à ocorrência dos eventos de inundação.

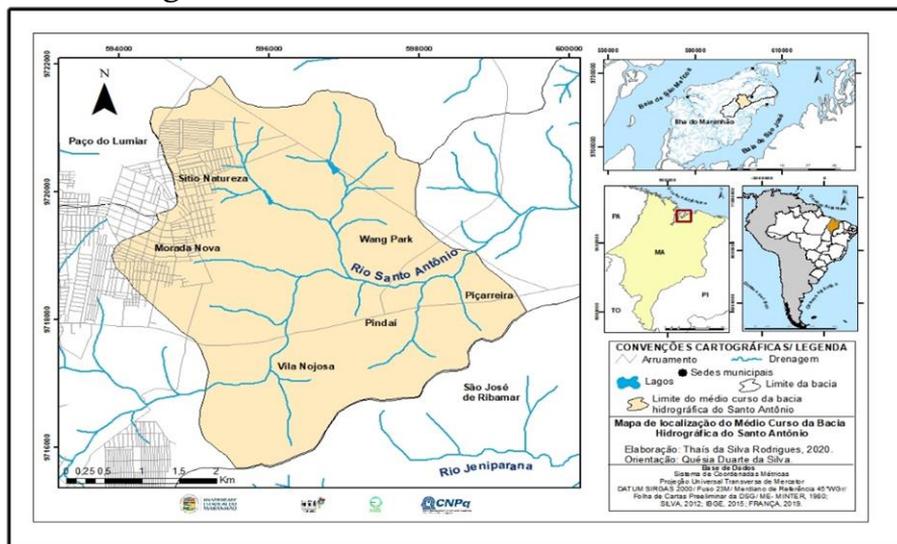
Na Ilha do Maranhão, estudos relacionados à morfometria das bacias hidrográficas têm sido realizados e publicados, como os trabalhos de Rodrigues *et al* (2017), Santana *et al* (2017), Costa *et al*

(2017), Costa *et al* (2017b), Câmara *et al* (2017), Maciel *et al* (2019) e Maciel *et al* (2021) e demonstram a importância destes trabalhos para a gestão ambiental adequada das bacias hidrográficas das áreas urbanas.

Este trabalho tem por objetivo diagnosticar áreas sujeitas a inundações no médio curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, que está situado na porção nordeste da Ilha do Maranhão e apresenta características de forte expansão urbana, devido à saturação dos espaços na capital do Estado e do alto preço da terra.

De acordo com os dados levantados, o médio curso apresenta uma área de 19,25 km<sup>2</sup>, abrange os bairros Pindaí, Morada Nova, Vila Nojosa, Sítio Natureza, Quinta, Piçarreira e Mercês e está limitado ao norte pela bacia hidrográfica do Paciência, ao sul pela bacia do Jeniparana, ao leste pelo baixo curso da bacia do Santo Antônio e ao oeste pelo alto curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio (Figura 2).

**Figura 2: Mapa de localização do médio curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, Ilha do Maranhão**



Fonte: Própria da pesquisa (2020).

## METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos e trabalhos relacionados ao objetivo da pesquisa e sobre análises morfométricas e o fenômeno de inundação, tendo como referência os autores Villela e Matos (1975), Christofolletti (1980), Tucci e Bertoni (2003) e Souza (2005).

O levantamento dos dados morfométricos das unidades hidrográficas foi realizado com base na delimitação, utilizando as propostas de Strahler (1952), Villela e Matos (1975), Christofolletti (1980), Antoneli e Thomaz (2007) e Pereira e Tavares Júnior (2007).

Considerados significativos para o objetivo do trabalho, foram utilizados os seguintes parâmetros morfométricos: área (A), perímetro (P), comprimento da bacia (L), comprimento verdadeiro do canal principal ( $L_v$ ), comprimento em linha reta do canal principal ( $L_r$ ), comprimento total dos canais ( $L_t$ ), densidade de drenagem (Dd), índice de sinuosidade (Is), índice de circularidade (Ic), fator de forma (Kf), densidade hidrográfica (Dh), coeficiente de manutenção (Cm) e extensão do percurso superficial (Eps), detalhados no quadro 1.

**Quadro 1: Levantamento de dados morfométricos**

| PARÂMETRO                      | CONCEITO   | FÓRMULA                   |
|--------------------------------|--|---------------------------|
| <i>Densidade de drenagem</i>   | Christofoletti (1980) define densidade de drenagem como a relação do comprimento total dos canais e a área de escoamento da bacia.   | $Dr = L_t/A$              |
| <i>Índice de sinuosidade</i>   | É a relação do comprimento verdadeiro do canal principal com o comprimento em linha reta do canal principal (CHRISTOFOLETTI, 1980).  | $Is = L_v/L_r$            |
| <i>Índice de circularidade</i> | Segundo Schumm (1956), o índice de circularidade é representado pela área e perímetro da bacia, para análise do comportamento do escoamento superficial em relação ao seu formato. | $Ic = 12,57 \times A/P^2$ |

|   |   |                       |
|---|---|-----------------------|
| <i>Fator de forma</i>                   | É a forma da bacia e de acordo com Christofolletti (1980), pode ser circular, retangular ou triangular.   | $Kf = A/L^2$          |
| <i>Densidade hidrográfica</i>           | Segundo Christofolletti (1980) é a relação entre a quantidade de canais e a área da bacia e tem por finalidade a comparação da frequência ou da quantidade de cursos d'água existentes em uma área de tamanho padrão. | $Dr = N/A$            |
| <i>Coefficiente de manutenção</i>       | De acordo com Schumm (1956), esse parâmetro é caracterizado por fornecer a área mínima necessária para a manutenção de um metro de canal para escoamento.   | $Cm = 1/(Dd.1000)$    |
| <i>Extensão do percurso superficial</i> | Para Christofolletti (1980), a extensão do percurso superficial é representada pela distância em metros em que o fluxo de água escoada superficialmente percorre até chegar ao curso d'água mais próximo.             | $Eps = 1/2 \times Dd$ |

**OBS:** *A* - Área; *P* - perímetro; *L* - Comprimento da bacia canais; *Lv* - Comprimento verdadeiro do canal principal; *Lr* - Comprimento em linha reta do canal principal; *Dd* - Densidade de drenagem; *Is* - Índice de sinuosidade; *Ic* - Índice de circularidade; *Kf* - Fator de forma; *Dh* - Densidade hidrográfica; *Cm* - Coeficiente de manutenção; *Eps* - Extensão do percurso superficial.

Fonte: Própria da pesquisa (2020).

Para a análise estatística dos parâmetros morfométricos de densidade de drenagem, índice de circularidade e fator de forma, utilizaram-se as classificações de Silva (2012), de acordo com as Tabelas 1, 2 e 3.

**Tabela 1: Classificação da densidade de drenagem**

| <b>DENSIDADE DE DRENAGEM<br/>(Km/Km<sup>2</sup>)</b> | <b>CLASSIFICAÇÃO</b> |
|--|----------------------|
| 0,59 a 0,98  | Muito baixa          |
| 0,99 a 1,36  | Baixa                |
| 1,37 a 1,75  | Média                |
| 1,76 a 2,14  | Alta                 |
| 2,15 a 2,53  | Muito alta           |

Fonte: Silva (2012).

**Tabela 2: Classificação do índice de circularidade**

| <b>ÍNDICE DE CIRCULARIDADE<br/>(ADIMENSIONAL)</b> | <b>CLASSIFICAÇÃO</b> |
|---|----------------------|
| 0,36 – 0,50                                       | Forma alongada       |
| 0,51 – 0,75                                       | Forma intermediária  |
| 0,76 a 1,00                                       | Forma circular       |

Fonte: Silva (2012).

**Tabela 3: Classificação do fator de forma da bacia hidrográfica do médio curso do Santo Antônio**

| FATOR DE FORMA<br>(ADIMENSIONAL) | CLASSIFICAÇÃO       |
|----------------------------------|---------------------|
| 0,02 – 0,50                      | Forma alongada      |
| 0,51 – 0,75                      | Forma intermediária |
| 0,76 a 1,00                      | Forma circular      |

Fonte: Silva (2012).

O *software* utilizado para o mapeamento e cálculo das variáveis morfométricas foi o *ArcGis for Desktop Advanced*, versão 10.2, licença EFL999703439, no qual também foi realizada a vetorização dos dados das cartas planialtimétricas da DSG, escala 1:10.000 do ano de 1980.

Para a elaboração do mapa de sujeição a inundação, foi realizada a análise dos parâmetros morfométricos supracitados e, através da classificação de Souza (2005), foram utilizadas três classes de sujeição, sendo ALTA, indicada pela cor vermelha; MÉDIA, indicada pela cor amarela e BAIXA, indicada pela cor verde. A partir da análise dos dados foi realizada a classificação de cada unidade hidrográfica de acordo com a classe.

## RESULTADOS

Por meio do levantamento de dados de cada unidade hidrográfica que compõe o médio curso da bacia hidrográfica do rio

Santo Antônio, Ilha do Maranhão, foi possível compreender o comportamento e as características da área quanto aos fenômenos de inundação, considerando a morfometria da drenagem.

Como afirma Soares (2000), o movimento da água depende fundamentalmente da morfometria da bacia e, por essa razão, o conhecimento dela é fundamental para o estabelecimento de estratégias de manejo. Sendo assim, foram realizadas equações e análises dos valores para a caracterização morfométrica.

O médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio foi compartimentado em 7 unidades hidrográficas, sendo analisados os parâmetros em cada uma delas e a probabilidade de ocorrência de fenômeno de inundação.

Para a classificação da densidade de drenagem por unidade hidrográfica, utilizaram-se as classes propostas por Silva (2012) e detalhadas na tabela 1. As unidades hidrográficas 2, 3 e 6 apresentam densidades muito baixas, o que indica maior infiltração em relação ao escoamento superficial. Tal interpretação estende-se para as unidades 1 e 5 que apresentam baixas densidades. A unidade 7 apresenta densidade média; a 6 apresenta densidade muito alta, sendo ambas caracterizadas como áreas menos propícias à infiltração, tendo um escoamento superficial maior e sendo mais suscetíveis aos fenômenos de inundações.

Para o índice de sinuosidade, utilizou-se a proposta de Dury (1966), citado por Christofolletti (1980). Os canais com sinuosidade igual ou maior que 1,5 são meandrantés e os canais com sinuosidade menor que 1,5 são retos.

Os canais das unidades hidrográficas 3, 4, 5 e 7 apresentam valores menores que 1,5 e, por isto, são considerados como retos, apresentam maior velocidade de escoamento superficial e maior possibilidade de ocorrer inundações. Os canais das unidades 1, 2 e 6 apresentam valores maiores que 1,5, sendo classificados como meandrantés. Nestes, a velocidade do escoamento superficial é mais lenta, não sendo propícios à ocorrência dos fenômenos de inundação.

O índice de circularidade identifica a forma da bacia quanto à sua geometria. Para análise desse parâmetro foi utilizada a proposta de classificação de Antoneli e Thomaz (2007) adaptada por Silva (2012), em que as bacias podem ser classificadas em alongadas, intermediárias e circulares. As unidades hidrográficas 1, 2, 4 e 6 apresentam formas intermediárias e as 3, 5 e 7 apresentam formas circulares sendo mais sujeitas a inundações.

O fator de forma está relacionado com a área e o comprimento da bacia, seguindo o curso de água mais longo. Para a classificação das unidades hidrográficas da área de estudo deste trabalho foi utilizada a proposta de classificação de Silva (2012).

As unidades hidrográficas 1, 3 e 5 apresentam formas intermediárias, sendo mediana a tendência para inundações e as unidades 2, 4, 6 e 7 apresentam formas circulares, possuindo maior tendência aos fenômenos em questão.

A densidade hidrográfica é o parâmetro que tem como análise a possibilidade de surgimento de novos canais. Alves e Castro (2003) ressaltam que a densidade hidrográfica compara a área da bacia com a quantidade total de números de canais fluviais, perenes, efêmeros e intermitentes mapeados. Para análise do médio curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio utilizou-se a classificação de Horton (1945).

Em uma análise geral, a densidade hidrográfica de todas as unidades é baixa, apresentando cerca de menos de um canal por  $\text{km}^2$  o que as caracteriza como de baixa suscetibilidade para inundação.

O coeficiente de manutenção indica a área mínima necessária para a manutenção de um metro do canal de drenagem. A classificação da área foi feita de acordo com Schumm (1956 *apud* CHRISTOFOLETTI, 1980).

As unidades hidrográficas 2, 3 e 6 possuem  $1 \text{ m/m}^2$  para a evolução e manutenção da drenagem, indicando maior potencial para o fenômeno de inundação, pois possuem áreas consideradas pequenas para a manutenção da drenagem.

A unidade hidrográfica 1 possui 80 m/m<sup>2</sup>. As três unidades hidrográficas que apresentam a maior área de manutenção do canal de drenagem são as 4, 5 e 7, possuindo respectivamente 250 m/m<sup>2</sup>, 840 m/m<sup>2</sup> e 680 m/m<sup>2</sup>, valores considerados altos, indicando que as unidades hidrográficas não possuem grandes quantidades de canais de drenagem e baixo potencial para ocorrência de inundações.

A extensão do percurso superficial, de acordo com Christofolletti (1980), é representada pela distância média percorrida pelas enxurradas entre o interflúvio e o canal permanente. Para a realização da análise dos dados deste parâmetro morfométrico foi utilizada a classificação de Sousa e Rodrigues (2012), em que os valores <142 são considerados muito altos, já os >142 e >1000 são considerados altos, médios e baixos.

As unidades hidrográficas 1 e 4 apresentaram valores de 40m e 120m respectivamente, e são classificados como tendo pequena extensão do percurso superficial e maior infiltração em sua área de drenagem.

As unidades hidrográficas 2, 3, 5, 6 e 7 apresentam valores medianos de 860m, 530m, 420m, 670m e 340m e apresentam maior escoamento superficial, o que favorece a ocorrência dos fenômenos de inundação. Todos os dados apresentados estão detalhados na tabela 4.

**Tabela 4: Parâmetros morfométricos analisados do médio curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, Ilha do Maranhão**

| Unidades hidrográficas | Parâmetros morfométricos |           |           |                          |            |            |                             |              |              |              |                          |                           |             |
|------------------------|--------------------------|-----------|-----------|--------------------------|------------|------------|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------------|---------------------------|-------------|
|                        | A<br>(km <sup>2</sup> )  | P<br>(km) | L<br>(km) | Lt<br>(km <sup>2</sup> ) | Lv<br>(km) | Lr<br>(km) | Dd<br>(km/km <sup>2</sup> ) | Is<br>(ad/m) | Ic<br>(ad/m) | Kf<br>(ad/m) | Dh<br>(km <sup>2</sup> ) | Cm<br>(m/m <sup>2</sup> ) | Eps<br>(km) |
| 1                      | 6,97                     | 11,10     | 3,60      | 8,74                     | 3,25       | 2,93       | 1,25                        | 1,10         | 0,71         | 0,53         | 1,86                     | 0,8                       | 0,4         |
| 2                      | 2,46                     | 6,75      | 2,54      | 1,44                     | 1,49       | 1,44       | 0,58                        | 2,93         | 0,67         | 0,96         | 0,40                     | 0,001                     | 0,86        |
| 3                      | 1,15                     | 4,31      | 1,77      | 1,08                     | 1,18       | 1,08       | 0,93                        | 1,09         | 0,77         | 0,64         | 0,86                     | 0,001                     | 0,53        |
| 4                      | 1,35                     | 4,86      | 1,51      | 5,39                     | 1,27       | 1,20       | 3,99                        | 1,05         | 0,71         | 0,89         | 2,22                     | 0,25                      | 0,12        |
| 5                      | 0,75                     | 3,51      | 1,16      | 0,89                     | 0,94       | 0,89       | 1,18                        | 1,05         | 0,76         | 0,55         | 1,33                     | 0,84                      | 0,42        |
| 6                      | 2,11                     | 6,02      | 2,01      | 2,17                     | 1,73       | 1,57       | 0,74                        | 1,10         | 0,73         | 1,04         | 1,42                     | 0,001                     | 0,67        |
| 7                      | 0,36                     | 2,36      | 0,94      | 0,53                     | 0,58       | 0,53       | 1,47                        | 1,09         | 0,81         | 0,85         | 2,77                     | 0,68                      | 0,34        |

A - Área; P - perímetro; L - Comprimento da bacia; Lv - Comprimento verdadeiro do canal principal; Lr - Comprimento em linha reta do canal principal; Dd - Densidade de drenagem; Is - Índice de sinuosidade; Ic - Índice de circularidade; Kf - Fator de forma; Dh - Densidade hidrográfica; Cm - Coeficiente de manutenção; Eps - Extensão do percurso superficial.

Fonte: Própria da pesquisa (2020).

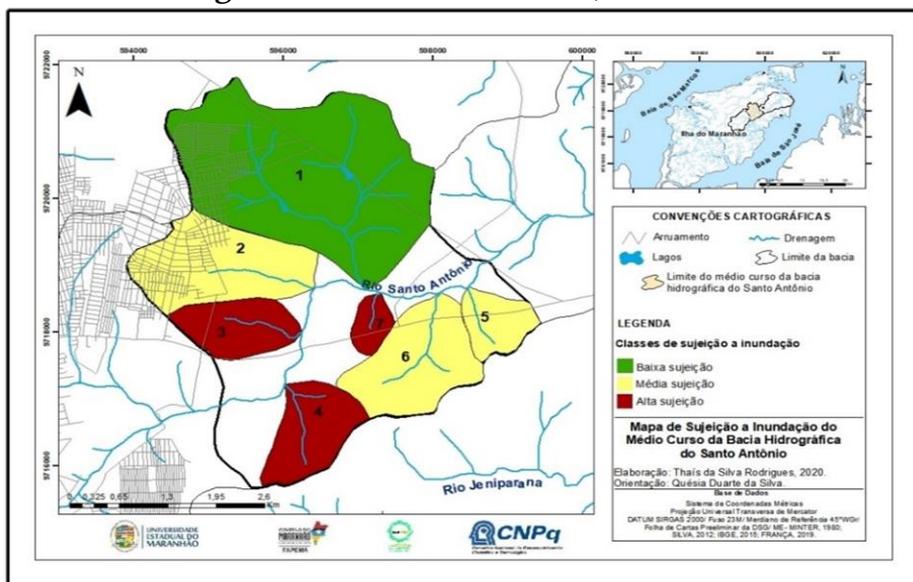
**Legenda:**

|  |                             |
|--|-----------------------------|
|  | Baixa sujeição a inundações |
|  | Média sujeição a inundações |
|  | Alta sujeição a inundações  |

De acordo com a análise dos parâmetros morfométricos de cada unidade hidrográfica do médio curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, identificou-se que a unidade de número 1 apresenta baixa sujeição à inundação por seus parâmetros variarem de médio a baixa em rela o às classes.

As unidades hidrográficas 2, 5 e 6 apresentaram classifica o média, de acordo com a classe utilizada, pois seus parâmetros morfométricos apresentam características que levam   sujei o do fenômeno de inunda o. As sub-bacias 3, 4 e 7 apresentam alta sujei o às inunda es (Figura 3).

**Figura 3: Mapa de sujei o   inunda o no médio curso da bacia hidrográfica do Santo Ant nio, Ilha do Maranhão**



Fonte: Elabora o própria (2020).

## CONCLUSÕES

A compreensão das características físicas do médio curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio contribui para análise do comportamento e dos transtornos que a população está sujeita em relação ao desequilíbrio dos processos naturais de uma bacia hidrográfica.

De acordo com as análises realizadas a partir dos dados morfométricos, identificou-se que apenas a unidade hidrográfica 1 apresenta baixa sujeição a inundações. As unidades 2, 5 e 6, apresentaram média sujeição e as unidades 3, 4 e 7 possuem alta sujeição às inundações.

A unidade hidrográfica 3 apresentou alta sujeição ao fenômeno em questão em virtude dos dados dos parâmetros: índice de sinuosidade ( $I_s$ ), índice de circularidade ( $I_c$ ) e coeficiente de manutenção ( $C_m$ ).

Na unidade 4, a situação identificada se dá devido às características da densidade de drenagem ( $D_d$ ), do índice de sinuosidade ( $I_s$ ), do fator de forma ( $K_f$ ) e da extensão do percurso superficial ( $E_p$ ).

A unidade hidrográfica 7 apresentou alta sujeição em razão dos dados: índice de sinuosidade ( $I_s$ ), do índice de circularidade ( $I_c$ ) e do fator de forma ( $K_f$ ). Pode-se, assim, afirmar que os índices mais

representativos às inundações nas três unidades analisadas são o índice de sinuosidade, índice de circularidade e o fator de forma.

As análises dos parâmetros morfométricos e a sua relação para análise da probabilidade de inundações são importantes para a compreensão da dinâmica das bacias, regiões ou unidades hidrográficas, sendo esta, uma forte aliada ao manejo destas unidades de planejamento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J.; CASTRO P. de T. A. Influência de feições geológicas na morfologia da bacia do Rio Tanque (MG) baseada no estudo de parâmetros morfométricos e análise de padrões de lineamento. **Revista Brasileira de Geociências**. V. 33, n. 2, p. 117-124, 2003.

ANTONELI, V; THOMAZ, E. L. Caracterização do meio físico da bacia do Arroio Boa Vista, Guamiranga-PR. **Rev. Caminhos da Geografia**. V. 8, n. 21, p. 46-58, 2007.

CÂMARA, J. M.; SILVA, Q. D.; FRANÇA, D. V. B.; SANTANA, R. G. Diagnóstico preliminar das enxurradas no alto curso da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, São Luís-MA. In: PEREZ FILHO, A. AMORIM, R. R. (Org.). **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**. Campinas: Instituto de Geociências, 2017, p. 4292-4294.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

COOKE, R. U.; DOORNKAMP, J. C. **Geomorphology in environmental management: a new introduction**. Oxford: Clarendon Press, 2ª edition, 1990.

COSTA, C. M.; SILVA, Q. D. S.; COSTA, I. R. S.; BARROS, D. V.; TEIXEIRA, E. C. Suscetibilidade a inundações a partir das variáveis morfométricas na região hidrográfica Eliezer Silva – alto curso do rio Paciência. **Entorno Geográfico**. N. 13, p. 68-80, 2017.

COSTA, I. R. S.; SILVA, Q. D.; TEIXEIRA, E. C.; BARROS, D. V. A morfologia das vertentes e sua influência nos fenômenos de enxurradas: alto curso da bacia hidrográfica do Anil, São Luís-MA. In: PEREZ FILHO, A. AMORIM, R. R. (Org.). **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**. Campinas: Instituto de Geociências, 2017, p. 909-914.

HORTON, R. E. Erosional development of streams and their drainage basins: hydrographical approach to quantitative morphology. **Geological Society of America Bulletin**. V. 56, n. 2, p. 275-370, 1945.

KOBIYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D. A.; MARCELINO, I. P. V. O.; MARCELINO, E. V.; GONÇALVES, E. F.; BRAZETTI, L. L. P.; GOERL, R. F.; MOLLERI, G. S. F.; RUDORFF, F. M. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006.

MACIEL, D. S.; SILVA, Q. D.; FRANÇA, D. V. B. Aplicação de parâmetros lineares e areais no alto curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, Maranhão. **Geosaberes**. V. 12, p. 57-67, 2021.

MACIEL, D. S.; SILVA, Q. D.; FRANÇA, D. V. B.; PINHEIRO, S. Y. A. Morfometria da drenagem do alto curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, Ilha do Maranhão. In: PINHEIRO, L. S. GORAYEB, A.

(Org.) **Geografia física e as mudanças globais**. Fortaleza: Editora da UFC, 2019, p. 1-5.

PEREIRA, E. D.; TAVARES JÚNIOR, J. R. Análise morfométrica da bacia hidrográfica do rio Bacanga – São Luís/MA. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 12. 2007, Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PISSARA, T. C. T.; POLITANO, W.; FERRAUDO, A. S. Avaliação de características morfométricas na relação solo-superfície da bacia hidrográfica do córrego Rico, Jaboticabal (SP). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. V. 28, p. 297-305, 2004.

RODRIGUES, T. O.; LISBOA, G. S.; SILVA, Q. D. Morfometria das unidades de drenagem do médio curso do rio Anil, Ilha do Maranhão. In: PEREZ FILHO, A. AMORIM, R. R. (Org.). **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**. Campinas: Instituto de Geociências, 2017, p. 989-994.

SANTANA, R. G.; SILVA, Q. D.; FRANÇA, D. V. B.; TEIXEIRA, E. C. Análise morfométrica do riacho do Angelim, São Luís-MA. In: PEREZ FILHO, A. AMORIM, R. R. (Org.). **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**. Campinas: Instituto de Geociências, 2017, p. 909-914.

SCHUMM, S. A. Evolution of drainage systems and slopes in badlands at Perth Amboy. **Geological Society of America Bulletin**. V. 67, p. 597-646, 1956.

SILVA, Q. D. **Mapeamento geomorfológico da Ilha do Maranhão**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SOARES, J. V. **Curso de introdução à hidrologia florestal**. São José dos Campos: INPE, 2000.

SOUSA, F. A de; RODRIGUES, S. C. Aspectos morfométricos como subsídio ao estudo da condutividade hidráulica e suscetibilidade erosiva dos solos. **Revista Mercator**. V. 11, n. 25, p. 141- 151, 2012.

SOUZA, C. R G. Suscetibilidade morfométrica de bacias de drenagem ao desenvolvimento de inundações em áreas costeiras. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 6, n. 1, p. 45-61, 2005.

STRAHLER, A. N. Hypsometric analysis of erosional topography. **Geol. Soc. America Bulletin**. V. 63, p. 1117 -1142, 1952.

TUCCI, C. E M.; BERTONI, J.C. (Org.) **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

VILLELA, S. M.; MATTOS, A. **Hidrologia aplicada**. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1975.

## **DIMENSÕES DO TERRITÓRIO RELIGIOSO: em campo na romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus (Vargem Grande - MA)**

José Arilson Xavier de Souza<sup>1</sup>

Lorena Régia Moraes<sup>2</sup>

Ana Luzia Campos Silva<sup>3</sup>

Thaís Fernandes Lima da Cunha<sup>4</sup>

*Os romeiros sobem a ladeira  
cheia de espinhos, cheia de pedras,  
sobem a ladeira que leva a Deus  
e vão deixando culpas no caminho [...]  
Os romeiros pedem com os olhos,  
pedem com a boca, pedem com as mãos.  
Jesus já cansado de tanto pedido  
dorme sonhando com outra  
humanidade.*

*[Romaria. Carlos Drummond de Andrade].*

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís-MA, onde coordena o *Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento* (Marielle) e o *Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura* (GEEC). E-mail: arilsonxavier@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista FAPEMA de Iniciação Científica. Integrante do *Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento* (Marielle) e do *Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura* (GEEC). E-mail: lorenaregia\_@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista FAPEMA de Iniciação Científica. Integrante do *Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento* (Marielle) e do *Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura* (GEEC). E-mail: annamj58@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista FAPEMA de Iniciação Científica. Integrante do *Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento* (Marielle) e do *Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura* (GEEC). E-mail: thaiscunhaz@aluno.uema.br

## INTRODUÇÃO

A religião nos faz perceber o espaço geográfico pontilhado por territórios de fortes dimensões simbólicas. Assim, tratamos de território religioso, questão esta que aqui será fundante para as nossas reflexões sobre a Romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus, Vargem Grande, Maranhão, festa católica que, em campo, estudamos por intermédio da iniciação científica da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão).

Cumpre salientar que nesta comunicação científica nos aninharemos nas orientações teóricas da Geografia Cultural e da Geografia da Religião, empreendendo, de tal modo, uma metodologia interpretativa (DARDEL, 2011) em relação à nossa posição no campo empírico e à respeito dos territórios que se dinamizam e se inauguram na referida festa. Com base em tais orientações, focaremos, sobretudo, em valores e significados estruturantes do território religioso.

O texto, então, está dividido em duas seções: (i) *Chegar à Romaria, um território religioso*; (ii) *Em campo, estar e interpretar a Romaria*. Desta feita, apresentaremos o território religioso da Romaria a partir da sua história espacial e do seu caráter mítico-festivo, destacaremos experiências em campo e, com base no que vimos, sentimos e ouvimos, interpretaremos a Romaria como espaço devocional.

## Chegar à Romaria, um território religioso

Espaços são alegados e afirmados por suas constituições simbólico-sagradas, funcionando como bases de sustentação religiosa. Ações religiosas modificam paisagens, reordenam o modo de existir de lugares e regiões e desenvolvem arranjos territoriais significativos (ROSENDAHL, 2002; SANTOS, 2006; SOUZA, 2020). Somadas com variantes que denunciam uma espécie de crise racional-social, na contemporaneidade, ganham crescentes significações os territórios religiosos, cada vez mais acessados, físico e imaginariamente.

Ressaltamos que nesta seção do texto nos *achegaremos* a Romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus, que ocorre em Vargem Grande, Maranhão, de modo a apresentá-la, e o faremos sob a luz da noção de território religioso. De pronto, alicerçados em Rosendahl (2008), esclarecemos:

Os territórios religiosos são espaços qualitativamente fortes, constituídos por fixos e fluxos, possuindo funções e formas espaciais que constituem os meios por intermédio dos quais o território realiza efetivamente os papéis a ele atribuídos pelo agente social que o criou ou controla [...] As normas, regras e penalidades enquadram os limites insensíveis que efetivamente delimitam o território e, ao mesmo tempo torna efetivo seu conteúdo, que envolve não apenas diretamente as restrições eclesiásticas, mas também devotos, profissionais especializados e instituições religiosas subordinadas hierarquicamente ao poder local, regional, nacional e mundial (ROSENDAHL, 2008, p. 56).

Notadamente, os territórios religiosos são espaços que articulam uma série de atividades capazes de mobilizar redes comunicacionais diversas, demandando processos políticos de alteração das dinâmicas populacionais e sociais, fixando, não raro, núcleos espaciais representativos, a exemplo dos santuários festivos. Uma vez festivos, os territórios religiosos abrangem atividades sagradas, mas também atividades profanas, demarcando determinada complexidade cultural. Com fortes impressões do catolicismo popular rural, a *Romaria de Vargem Grande* representa um desses casos.

Vargem Grande, situado no norte maranhense, aproximadamente 180 km de São Luís-MA, acessado por meio da BR 222 e da BR 135, é um município com história e cultura marcantes, contexto no qual a religiosidade, relacionada à figura santa de São Raimundo Nonato dos Mulundus (Figura 1), é expressiva. A Romaria é o ponto alto.

**Figura 1: Imagem de São Raimundo Nonato dos Mulundus**



Fonte: Os autores, ago., 2019.

Acontecendo entre os dias 22 e 31 de agosto, a Romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus ocorre há quase 200 anos, e se configura fundamentada em torno e no seio da devoção ao *santo vaqueiro* – leia-se São Raimundo Nonato dos Mulundus. Não por acaso, a referida festa é ainda conhecida como *Romaria do Vaqueiro*.

De acordo com os relatos de moradores antigos, Raimundo Nonato Soares Cagunçu nasceu em um povoado de Vargem Grande denominado de Nova Olinda, localizado a cerca de 20 km da sede municipal. Seguindo esta narrativa, Raimundo foi encontrado morto ao pé de uma carnaubeira, nas terras chamadas de Mulundus, hoje Fazenda de Mulundus. Após vários dias à sua procura, vaqueiros teriam encontrado o corpo de Raimundo sem nenhuma deformação, apresentando uma fragrância de rosas, acontecimento que inaugurava ali a fundação de um lugar santo (MESQUITA, 1997).

Segundo a Igreja, com a morte do *santo vaqueiro*, milagres começaram a ser relatados na região e a serem relacionados com aquele lugar de natureza mítica. Os devotos se utilizavam das folhas, cascas e raízes da carnaubeira supracitada a fim de fazer chás e preparar banhos que conteriam efeitos medicinais. Diante do quadro, pessoas de outras plagas, incluindo outros estados do Nordeste, teriam começado a peregrinar em direção do povoado em busca de benção, movimento que haveria chamado a atenção da

Instituição, que logo admitiu aquele lugar como um território religioso. Foi em 1832 que a Igreja, ao comungar com o povo, reconheceu Raimundo como um santo popular, criando o festejo na fazenda Mulundus. Com esta empreitada, o *santo* passa a ser homenageado por meio de festas e tem a sua simbologia reverberada.

No curso da história, em 1929, pela falta de estrutura e com a forte presença de atividade profanas no povoado, a Igreja decide acabar com o festejo na Fazenda Mulundus, não implicando, ao que se sabe, na santidade daquelas terras, tanto é que, sob pressão popular, ao comando do Arcebispo Dom José Delgado e do padre Dourado Velho, a Instituição revoga a decisão e volta a realizar as festas em Mulundus em 1935. No ano de 1954 a festa é transferida para a sede de Vargem Grande. Qual o motivo? Em entrevista realizada em 2018, as lideranças religiosas daquela localidade nos disseram que esta transferência aconteceu por conta das facilidades urbanas da sede do município em termos de acomodação e acesso em geral.

Em Vargem Grande, a *forma simbólica espacial religiosa fixa* (CORRÊA, 2007) que melhor representa o território religioso reside na Paróquia São Sebastião e Santuário de São Raimundo Nonato dos Mulundus (Figura 2), referência dos festejos religiosos (Figura 3).

O território religioso da Romaria ainda é composto pelo povoado de Paulicas, localizado a 8 km da sede de Vargem Grande. Em 1958 a igreja ganhou um terreno de 180 hectares e ali construiu

um santuário em devoção a São Raimundo Nonato, um espaço que desponta, sobretudo no tempo festivo, como lugar de peregrinação.

Nos últimos anos, a Romaria tem sido iniciada com uma caminhada devocional que cumpre o itinerário da Paróquia de São Sebastião e Santuário de São Raimundo Nonato dos Mulundus até o povoado de Paulicas. Trata-se de uma emblemática *forma simbólica espacial religiosa móvel* (CORRÊA, 2007). Na oportunidade, as imagens de São Raimundo Nonato dos Mulundus e de São Sebastião também realizam a caminhada, tornando o espaço sagrado ainda mais revestido de poderes sagrados (TUAN, 1979).

**Figura 2: Paróquia de São Sebastião e Santuário de São Raimundo Nonato dos Mulundus**



Fonte: Os autores, ago., 2019.

### Figura 3: Festejos de São Raimundo Nonato dos Mulundus – A Romaria



Fonte: Os autores, ago., 2019.

O que pretendemos até então foi denotar a plasticidade e a riqueza histórico-cultural da Romaria enquanto território religioso festivo. Contudo, somos conscientes de que muitos elementos escaparam à discussão que impomos. Neste sentido, sem a pretensão de fazer estender reflexões outras, o quadro (1) abaixo se inscreve na tentativa de sintetizarmos e melhor *visualizarmos* as qualificações territoriais da Romaria.

### Quadro 1: Qualificações territoriais da Romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus

|   |  |
|---|--|
| <b>Mito de constituição religiosa e territorial</b> | Santo popular com milagres associados.                     |
| <b>Frequência e representações imagéticas</b>       | Regional, com nível midiático crescente.                   |
| <b>Enquadramentos espaciais</b>                     | Norte maranhense; forte ruralidade.                        |
| <b>Formas sagradas significativas</b>               | Santuário; peregrinações; procissões.                      |
| <b>Interfaces turísticas</b>                        | Em construção, com potencialidades futuras.                |
| <b>Mobilidades ao espaço sagrado</b>                | <i>A pé</i> ; <i>A cavalo</i> ; de ônibus, carros e motos. |
| <b>Relação sagrado e profano</b>                    | Acentuada, visível na paisagem.                            |
| <b>Agentes constituidores do espaço</b>             | Igreja; poder público; política; comunidade.               |
| <b>Territorialidades culturais</b>                  | Complexas, com diversidade católica.                       |
| <b>Envolvimento comunitário</b>                     | Acentuado, com organização explícita.                      |

Fonte: Elaboração própria.

Sem dúvidas, foi estando na Romaria que foi possível apurarmos todas essas qualificações do território religioso – direcionamentos interessantes para que o estudo em geografia da religião seja ali aprofundado. De certo, caminhar pelos espaços da Romaria fez enxergar as dimensões do seu território, um espaço

simbólico vivenciado e experienciado pelos devotos e peregrinos, mas também por nós pesquisadores, interpretadores de mundo.

### **Em campo, estar e interpretar a Romaria**

Se Carlos Drummond, no poema *Romaria*, diz da súplica do povo frente à divindade e a caminho do ou no espaço sagrado, nas nossas estadas em trabalhos de campo na Romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus pudemos interpretar situação semelhante. Aparentemente poético e apelativo, um trecho de um cântico que ali é incessantemente repetido, que por vezes cantamos sem perceber intenção primária, representa muito bem o que estamos afirmando. A saber:

***São Raimundo glorioso, vosso povo está sofrendo.***

Estivemos na Romaria nos anos de 2018 e 2019 em função dos trabalhos de campo realizados com a pesquisa *Espaço, Cultura e Religião: uma análise territorial da Romaria de São Raimundo Nonato de Mulundus – Vargem Grande-MA*, vinculada à Iniciação Científica da UEMA. Dito isto, realçamos o *estar em campo* como um estado fundamental para ver, sentir e ouvir o sagrado em sua dimensão espacial.

Ver e sentir o sagrado, nesse contexto, traduz um conhecimento que contribui para a compreensão das buscas pelo

espaço sagrado, ações que configuram múltiplos arranjos e vivências espaciais e uma *polivocalidade* distinta (SOUZA, 2017). Como expõe Rosendahl (1994, p. 85) em referência aos estudos de geografia e religião: “é necessário sentir e ver as forças que projetam o ser humano ao mundo espiritual”.

Portanto, para nós, o trabalho de campo é um ato de pesquisa de experimentação intencional do mundo (HISSA, 2017). Nestes termos, anotemos a compreensão de que o trabalho de campo é um exercício exploratório que tem um tanto de prática etnográfica e que deve incorporar diretamente os sujeitos do mundo em leitura.

Experimentar o mundo é sentir o mundo, deixar se afetar por ele; e isso se dá nos lugares de existência, ao longo das vidas dos sujeitos. Quando nos referimos, aqui, à experimentação do mundo, enfatizamos vivências que nos poderão incorporar maturidades, saberes, modos de compreender, ouvir, ver, dialogar. A experimentação do mundo nos permite ampliar as nossas compreensões e, de alguma maneira, refinar as possibilidades de pensamento sobre o mundo e, especialmente no mundo (HISSA, 2017, p. 135).

Foi estando no mundo da Romaria, experimentando-o intencionalmente, vendo, sentindo e ouvindo diversos estímulos, que hoje se torna possível interpretá-lo como um engenhoso espaço devocional, um território religioso que melhor se conforma, institucional e popularmente, a cada tempo festivo, a cada ritual realizado em homenagem ao *santo vaqueiro*, a cada prece que clama

por sua glória e que revela e busca afago ao sofrimento de um povo que se diz, e é dito, como sofredor (STEIL, 1996).

Com isso, compreendemos que o *sofrimento* é uma noção-valor que estrutura os significados daquele território religioso. Ser devoto, por estes preceitos, envolve sacrifício, e mais do que isso, um tipo de sacrifício que precisa ser testemunhado perante o santo e os demais participantes da festa Romaria. Por sua vez, como espaço devocional, para fortalecer-se como território religioso, simbólico em seus caracteres comportamentais, a Romaria necessita de tais expressões.

Dentre tantas outras expressões - como missas, procissões, apresentações musicais, caminhadas, peregrinações, formas diversas de pagamento de promessa, a procura pela sala de ex-votos, a compra de artigos religiosos na Romaria em tela - nos chamou atenção, sobretudo nos dias finais do festejo, a grande concentração de fiéis acomodados em redes, em colchonetes e no chão da Praça do Santuário. Ao abrir mão da possível comodidade dos seus lares, os religiosos fazem valer uma imagem plástica daquele território religioso, que aqui denominaremos de *Redes em Devoção* (Figura 4).

**Figura 4: *Redes em Devoção na Romaria***

Fonte: Os autores, ago., 2018.

Do enlace alcançado com e em campo, é possível aludir que estas *Redes* descansavam corpos que se mobilizaram no tempo e no espaço presidindo intensas vinculações com aquele espaço sagrado. Entre os argumentos para exercer a busca pela Romaria, os religiosos citaram, na maioria das vezes, as suas ligações com a figura divina São Raimundo Nonato dos Mulundus, o que nos revela que ali o culto e a devoção são fortemente marcados pela vivacidade do seu mito fundante. Os sermões dos padres quase sempre fazem associação entre o território religioso e a hierofania na Fazenda Mulundus, o que não raro alimenta a imaginação e as narrativas dos romeiros.

Seguindo neste mesmo patamar reflexivo, escutamos, por meio de entrevista, em 4 de abril de 2019, na casa paroquial, Vargem

Grande, o Padre Antonio Carlos Cardoso de Matos, pároco da Paróquia de São Sebastião e reitor do Santuário de São Raimundo Nonato dos Mulundus à época. Acerquemo-nos, pois, e brevemente, das suas falas.

Logo de início, instigado a discorrer sobre a devoção naquelas terras e com relação a São Raimundo Nonato dos Mulundus, o Padre assim se colocou:

Não adianta você botar um santo que ninguém dá a mínima, que é canonizado, e fazer santuário que o povo não faz peregrinação para ali. Santos populares têm poder de atração [...] Eu vejo desse jeito, que abrange de forma geral, os romeiros que aqui vêm, vêm por um determinado objetivo em torno da Romaria. [...] É um festejo que não exclui pessoas, pois todos estão ganhando, todo mundo se move do seu jeito.

Interpretamos que para o Padre o processo histórico e cultural da Romaria, alimentado ano após ano pela fé dos romeiros, acende a figura do santo popular Raimundo Nonato, ao mesmo em que admite a flexibilização das práticas do homem religioso com o sagrado, movimento que pode ocorrer de forma direta e com ritualização imaginada pelo sujeito, como preconiza Rosendahl (1994). Assim, “*todo mundo se move do seu jeito*” pode ter sido uma maneira de dizer das formas de se fazer romeiro, uns sofrendo mais que os outros, alguns com grau de devoção mais acentuado, denotando, de tal maneira, um espaço de múltiplos sentidos.

Na esteira da entrevista, quando questionado sobre a santidade de Vargem Grande, o Padre dispensou a seguinte colocação:

Deveria ser; pela questão dessa região ser um local de romaria e devoção. Mas é um local difícil de fé, com muitas coisas a melhorar [...]. Falta espiritualidade para ser uma terra santa mesmo. Em relação às bênçãos e pela quantidade de peregrinos, é uma terra santa.

Tomando como ponto principal da fala acima a referida frase: “*em relação às bênçãos e pela quantidade de peregrinos, é uma terra santa*”, é possível destacar que, para além das questões supostamente profanas (leia-se “*é um local difícil de fé*”), se sobressai na posição institucional a santidade das terras vargem-grandenses. Reconhecer o contrário representaria esvaziar simbolicamente o território religioso, sugeriria para a crítica social um espaço pouco potente em termos sagrados. Neste sentido, “*com muitas coisas a melhorar*” pode ser um sinal de que a Igreja é a própria manifestação de que as coisas são suscetíveis a transformações, boas, *com fé*, com, em São Raimundo.

Por fim, perguntamos ao Padre como seria Vargem Grande sem a Romaria, se é que seria possível pensar assim. Com certa exatidão, o mesmo nos disse:

Não tem como separar a história de São Raimundo de Vargem Grande. A história do santuário dá mais que a própria história do município (Vargem Grande tem 81 anos; a festa tem 185 anos) [...] Não se tem uma Vargem Grande se acabar a história de Mulundus. Perde a

identidade! Sem o percurso histórico de São Raimundo Nonato e São Sebastião, Vargem Grande ficaria sem identidade.

Baseados no diálogo que estabelecemos com aquele mundo, nos posicionamos de acordo com a mensagem do Padre no tocante à identidade da “cidade-santuário” que é Vargem Grande. Ali a religião se confunde com a história, tem significado político, compartilha questões sociais, conforma um singular território cultural religioso (CARBALLO, 2010).

## CONCLUSÕES

“Jesus já cansado de tanto pedido, dorme sonhando com outra humanidade”. Retornemos ao conteúdo posto antes da introdução desta comunicação científica para que, no final da mesma, continuemos a interpretar a Romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus. De tal modo, ao passo da crítica poética, não ensaiaremos aqui um entendimento racional para lermos que Jesus cansou dos pedidos dos romeiros, que pedem de todos os jeitos, fazendo com que a divindade espere outra humanidade.

Revedo o campo Romaria e relendo Drummond, sentimos que as *geografias festivas* dos espaços católicos populares se projetam de modo a reconhecer um “povo pobre” perante “deuses ricos” (BRANDÃO, 1986). Escutamos isso dos romeiros do *santo vaqueiro* e do Padre Antônio Carlos, bem como vimos, por vezes, tal *acontecer*

*simbólico* (COSGROVE, 2012). Por este olhar, o território religioso se estrutura, material e imaterialmente, na medida em que a divindade se impõe como superior aos homens, requisitando desses agentes ações que lhes façam uma outra humanidade. Para tanto, fazer a divindade sonhar e descansar requer, por parte dos romeiros, frequência e processos rituais de afirmação do espaço sagrado. Eis uma direção de estudos e pesquisas ainda a ser explorada pela Geografia da Religião.

A cultura que compõe o catolicismo popular faz valer intrincado território religioso, desafiando as ciências humanas. Em especial, à Geografia compete problematizar os significados e contextos dos espaços e das espacialidades do sagrado. Por este escopo, apostamos na importância de estar – para ser pesquisador – em campo, *em festa*. Vargem Grande é, assim, um fenômeno dessa natureza.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CARBALLO, Cristina Teresa. Hierópolis como espacios em construcción: las prácticas peregrinas en Argentina. In: ROSENDAHL, Z. (Org.). **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço – algumas considerações. **Aurora Geography Journal**, v.1, p.11-19, 2007.

COSGROVE, Denis E. Mundos de significados. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

MESQUITA, Ilma Martins de. **O festejo de São Raimundo Nonato dos Mulundus em Vargem-Grande-MA**. São Luís: UEMA. Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em História. 1997. ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Espaço e cultura: pluralidade cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

ROSENDAHL, Zeny. **Porto das Caixas: espaço sagrado da Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças. **Espiritualidade, Turismo e Território: Estudo Geográfico de Fátima**. Estoril: Principia, 2006. SOUZA, José Arilson Xavier de. Espaço, religião e geografia. **Geografia em Questão**. V. 13. n. 01, p. 54-66, 2020.

SOUZA, José Arilson Xavier de. **Espaços de peregrinação: ver e sentir o sagrado na Romaria de Nosso Senhor do Bonfim – TO**. 2017.

229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis: Vozes-CID, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Sacred space: Exploration of an Idea. In: BUTZER, K. (Org.). **Dimension of human geography**. Chicago: The University of Chicago/Departamento of Geography, 1979.

## ENVENENAMENTO NO/DO CAMPO: geografias, políticas e desarranjos socioterritoriais no estado do Maranhão

Eliezer Henrique da Silva Sousa<sup>1</sup>

Ademir Terra<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

No presente trabalho nos propomos a analisar a complexidade do uso excessivo de agrotóxicos no campo, que vem provocando inúmeras mazelas socioambientais, e conseqüentemente agrava os conflitos socioterritoriais entre camponeses e sojicultores, tendo em vista que o Brasil é um grande exportador de *commodities* e por suas características edafoclimáticas é o “maior consumidor de agroquímicos no mundo” (PELAEZ *et al*, 2015).

A expansão da fronteira agrícola no Maranhão segue a mesma conjuntura conflituosa e degradante de outras unidades da federação, caracterizando-se pelos altos índices de conflitos fundiários, confrontos agrários e uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras que integram a cadeia produtiva da soja, em espacial no município de Balsas, não por acaso, este município apresenta o maior

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos sociais - GEPQAM; bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UEMA/FAPEMA; henriqueeliezero60@gmail.com

<sup>2</sup> Professor adjunto do departamento de História e Geografia - DHG, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos sociais - GEPQAM pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, ademirterra@professor.uema.br

índice de utilização de agrotóxicos do estado. Situação esta que reflete a forma ambiciosa e irresponsável que historicamente alguns produtores rurais têm conduzido sua atuação na produção agrícola em todo o território nacional.

No Maranhão, os problemas ambientais e os conflitos sociais no campo, têm sua gênese ligada às políticas de povoamento e incentivos agrícolas efetivadas pelos governos militares no contexto da Revolução Verde, através do incentivo à territorialização e espacialização das lavouras tecnificada em áreas de cerrado e da pré-amazônia maranhense. Nesse processo, a abertura da fronteira e a inserção da tecnificação da lavoura, ou seja, trabalho morto, e ao empregar tal pacote tecnológico voltado à produção de *commodities*, modificou/modifica a paisagem e o modo de vida dos camponeses.

O município de Balsas é a referência do agronegócio maranhense, graças a suas características edafoclimáticas e incentivos governamentais que foram elementos fundamentais para sua inserção no mercado de grãos e expansão territorial da fronteira agrícola moderna. A alcunha regional de princesa do agronegócio maranhense, sintetiza o pensamento dos grupos políticos hegemônicos promotores, agentes ativos de todas as mudanças nas relações sócio-econômico-ambientais presentes no campo, no município que tiveram sua gênese, com a chegada de novos atores

sociais no contexto da nova proposta agrícola implementada no início da década de 1970 no município do Sul maranhense.

O estranhamento e as mudanças impostas pelo capital provocam abrasão na soberania tradicional, tais mudanças se dão pela implantação do agronegócio e seu pacote de insumos modernos, dos quais os agrotóxicos ocupam a centralidade, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista, altamente globalizada, na qual quem tem capital tem poder. Esse poder sobrepõe-se aos “sabores, saberes, poderes” (PORTO-GONÇALVES, 2006) das comunidades camponesas, ou seja, o capital consubstanciado no agronegócio atropela culturas, territorialidades e até mesmo os territórios.

## **METODOLOGIA**

Na presente análise empregamos o materialismo histórico dialético, pois este possibilita sopesar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos). Metodologicamente empreendemos um levantamento bibliográfico concernente aos agrotóxicos, à legislação agrária, aos conflitos fundiários, à contaminação por agroquímicos e outros temas que reputamos relevantes para a abordagem da temática.

O percurso deste trabalho está dividido em três análises base, sendo a primeira o estudo sobre a temática do Brasil no mercado capitalista de *commodities* e o campesinato; a segunda sobre o veneno no pacote tecnológico do agronegócio; e a terceira, como forma de aplicação das discussões teóricas feitas nos subtemas anteriores, trabalhamos com dados sobre a utilização de veneno nas lavouras de grãos, mais especificamente em Balsas/MA.

### **O Brasil no mercado capitalista de *commodities* e a resistência camponesa**

A partir da inserção do Brasil no mercado capitalista de *commodities*, onde se visa, acima de tudo, a produção de grãos em grande escala para a reversão em lucros, os territórios, os camponeses, as comunidades tradicionais e a conjuntura do país foi modificada, os conflitos, confrontos e mortes no campo se complexificaram, e a questão agrária tomou folego e forma trazendo consigo os flagelos sociais e políticos de um país que nunca respeitou seu povo e que sempre negou-se a realizar uma reforma agrária de base.

Vive-se no Brasil hoje, dias nebulosos, repetimos erros do passado e adicionando-se as peculiaridades do presente, o agronegócio lidera uma prática vil, que destrói as comunidades tradicionais expulsando os camponeses de seus territórios, buscando uma expansão desenfreada do capitalismo no campo capitaneada por

uma “elite” socioeconômica. Tal assertiva é corroborada por Souza (2017, p. 83) ao afirmar que é a “[...] expansão e aprofundamento do capitalismo no país, que irá, por exemplo, criar o agronegócio com alta produtividade para exportação, começa a construir também um setor da classe média ligado à produção de bens simbólicos no país”.

O agronegócio no Brasil tem mostrado suas piores facetas, pois este desterritorializa camponeses, destrói os solos, os mananciais de rios, a vegetação nativa, e tudo isto dentro de um pacote da “nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico” rotulado de “desenvolvimento” (TERRA, 2009, p. 66), o qual o Brasil e os brasileiros têm sustentado. Pacote este, imposto pela doutrina econômica neoliberal, responsável pela garantia dos interesses exteriores, sustentado pelo capital nacional, cenário histórico do Brasil agroexportador.

O agronegócio é uma espécie de câncer na história latino-americana, países como Paraguai, Guatemala, Argentina, México, Bolívia e o Brasil sofrem ou sofreram com a grande inserção do mercado capitalista e, conseqüentemente, com o agronegócio em seus territórios. “O agronegócio é a forma cruel e perversa do capitalismo escravizar países que são considerados periféricos em relação ao cenário geopolítico internacional” (FERNANDES, 2008, p. 34).

No Paraguai dos anos 1970-1980 houve a implantação de empresas multinacionais do mercado agroindustrial, processo acelerado pela expansão da sojicultura no Brasil. Assim, o agro seguiu com seu “desenvolvimento” e seu pacote tecnificador cumprindo sua marcha, como ocorrido no Brasil, tal conjuntura é explicada pela ficção da fronteira (MARTINS, 1997). O agronegócio no Paraguai vem com a proposta de crescimento econômico, e mostra sua face da expulsão de camponeses e do monopólio dos meios de produção capitalistas do campo, como asseverado por Viladesau (2008).

De manera esquemática, la situación actual planteada por esta nueva ofensiva de la agricultura capitalista *farmer* apoyada por la constelación de empresas que hacen parte del agronegocio, está compuesta por los siguientes elementos:

a) *Un componente medioambiental* en el que se destaca, por un lado, la conversión de la soja convencional a transgénica; por otro, la intoxicación y muerte de seres humanos y contaminación de flora y fauna y, finalmente, la deforestación y desertificación de importantes territorios de la selva atlántica y otros ecosistemas.

b) *Un componente político* entre los que se destacan la indolencia y complicidad en la acción gubernamental, la reacción campesina y la pérdida de soberanía del Estado nacional.

c) *Los componentes social y económico* entre los que pueden resaltarse, el avance de la frontera del cultivo, la creciente dependencia de productos importados de las exportaciones del país, el incremento del precio de las tierras y la presión externa para lograr un cierto crecimiento del PIB (VILADESAU, 2008, p. 20).

Assentado sobre esses componentes destacados por Viladesau (2008), estão colocados em evidência os planos neoliberais que afetam diretamente a soberania nacional e o bem-estar da população, em favor do mercado financeiro, o agronegócio age de forma maquiavélica para com as populações camponesas, retirando-as à força da terra, para a vinculá-las ao mercado, sobre isso Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p. 23) sentenciam que “Estes processos geram a barbárie com a espoliação territorial, onde as pessoas são excluídas de todas as formas de autonomia e são subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico”.

Neste processo, o camponês sofre ações perversas que objetivam o favorecimento do capital, Harvey (2004) exemplifica este evento nomeando-o de mercadificação e privatização da terra. Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos, marcados pela mercadificação e a privatização da terra e conseqüentemente a expulsão violenta dos camponeses de seus territórios.

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxaçoão,

particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p. 124).

A “desterritorialização” (HAESBAERT, 2004) causada pelo agronegócio com seus diversos tentáculos, desperta as mais distintas formas de resistência das classes que se opõem à agricultura científica mecanizada capitalista, uma delas é a ocupação de terras, que é um instrumento de luta que gera e/ou resulta do conflito pela terra, e estes são entendidos como “[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontece em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2008, p. 10).

Para Moreira (2005):

Nos conflitos rurais opõem-se grandes proprietários e camponeses ao redor da questão da reforma agrária. A forte concentração da propriedade rural herdada do período colonial, e que atravessa sem mudança as transformações fundamentais do século XIX - a independência, a abolição da escravatura e a república - agora é questionada por um campesinato que começa a ser expulso do campo por conta das mudanças com que a agropecuária responde as demandas urbanas e da industrialização, reagindo o campesinato com a pressão pela partilha e redistribuição mais equânime da propriedade rural, que equilibre as relações no campo e modernize socialmente as relações agrárias (MOREIRA, 2015, p. 19).

Neste contexto conflituoso temos de um lado aqueles que detêm o grande capital financeiro, estes atores fazem parte ou são usados pela elite burguesa econômica do país, que compõem e

defendem o pacote do agronegócio, os quais são representantes dos grandes latifundiários, fazendeiros, proprietários de terras, e a maior bancada do congresso federal, integrantes daquela que ficou conhecida pelo senso comum de bancada do "BBB" – alas conservadoras da Bíblia, da Bala e do Boi - (*GREENPEACE*, 2018, p. 64).

Os agentes que compõem essas bancadas se submetem de alguma forma aos interesses preponderantes do capital estrangeiro, sujeitando a soberania nacional, subalternizando e precarizando ainda mais as populações camponesas, indígenas, quilombola etc., os recursos naturais do país. O peso político desse grupo hegemônico do legislativo, tem exercido muita pressão no congresso nacional como também sobre os demais poderes no Brasil, de forma a traduzir em leis e medidas que atendam e legitimem as reivindicações do setor agroexportador.

Do outro lado temos os camponeses e suas famílias, que utilizam o solo como substrato de sua vivência, se diferenciando do agronegócio, como no caso do cultivo que historicamente empregam técnicas e formas de utilização que provocam um menor grau de degradação do solo e da vegetação, sempre respeitando a natureza, a fauna e a flora, pois as mesmas são tratadas com afeto e com ligações mais centradas nas interações mútuas entre o homem e o meio. Pois é compreendido que a partir do solo é que se faz ou se expandem as

demais relações, é do solo que levantam sua moradia, que extraem os produtos de seu sustento, de onde emergem suas culturas, religiosidade e as demais relações, que hora são simétricas/assimétricas hora são rígidas e ainda mais divergentes.

Para Terra e Rodrigues (2018) o camponês não é apenas um modo de vida, mas um conjunto heterogêneo de características sociais, econômicas, culturais e outras tantas, que compõe o modo tradicional de se ligar a terra. “Hoje, ele (o camponês) traz consigo muito mais que as marcas de uma vida penosa na lida com a terra: porta profundas marcas de luta e enfrentamento para se manter. [...] não busca acúmulo de capital diferenciando-se substantivamente do agronegócio” (TERRA; RODRIGUES, 2018, p. 249).

Sobre esse processo Oliveira (2005) assevera que a construção do território camponês, envolve um conjunto de procedimentos “simultaneamente construção, destruição, manutenção e transformação [...] É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

De forma entrelaçada, tramada e marginalizada, as famílias camponesas vivem nas ocupações, nos assentamentos, nos espaços ao longo das margens das rodovias, resistindo, criando e formando os territórios camponeses. Estabelecendo as centralidades deste território nas relações não capitalistas, que se materializam em

alguns pontos das comunidades camponesas, ou pontos perto das casas dessas famílias, como os centros comunitários onde se juntam as famílias camponesas para as articulações, as praças, e os campos de futebol, espaços esses onde se vive e praticam-se as ações comunitárias e a solidariedade entre as pessoas e as famílias.

Essas relações de classes antagônicas e diferenciadas, são plasmadas no território, que para Raffestin (1993, p. 126) é “político-administrativo, isto é, o território nacional, um território físico onde se localiza uma nação; um território delimitado por uma ordem jurídica e política; um território com seus limites e fronteiras”. É sob esse prisma que entendemos o acirramento dos conflitos estabelecidos entre esses dois grupos sociais, sendo relações estabelecidas pelo poder, contudo uma faceta mortal do agronegócio tem se imposto aos camponeses – O veneno.

### **O veneno no pacote técnico científico do agronegócio brasileiro**

Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2010) a “necessidade” de “modernizar” a agricultura se faz como ponto central para entendermos o avanço do *agribusiness*. A produção em grande escala, e a “qualidade” dos produtos agrícolas justificariam a corrida pela modernização da agricultura, todavia esta produção depende do uso de insumos em três vertentes: mecânicos (trator, colheitadeira,

drones); biológicos (adubos, plantas); minerais ou químicos (fertilizantes industriais e agrotóxicos). Nos atemos à terceira vertente, pois entendemos que esta base de sustentação do agronegócio e de sua produção em grande escala é a mais letal ao campesinato.

A agroindústria tende a atrair para si todos os recursos produtivos de países agroexportadores, exigindo para o setor o monopólio econômico em condições muito favoráveis, quando comparado como outros setores da economia, para posteriormente se vangloriar que é grande responsável pelo equilíbrio da balança comercial, como no caso do Brasil.

Moysés e Silva (2008, p. 216) dissertam sobre esse processo de monopólio do agronegócio, bem como sua expansão territorial, segundo os autores, “essa decisão de expandir as atividades agrícolas exigiu o uso indiscriminado de agrotóxicos que, por sua vez, contaminam o solo e as águas...”, cenário que rapidamente se complexificam devido à ação de seus representantes políticos nas distintas esferas de governo que viabilizam os interesses do setor e ao mesmo tempo dissimulam seus efeitos deletérios sobre a parcela da população menos protegidas e sem a mesma representatividade política.

Em meio a todas as mazelas sociais que o “agro” proporciona para viabilizar a produção de *commodities*, talvez seja a mais nefasta

para a sociedade, se materializa no uso exacerbado de agrotóxico, cuja evolução mostra-se crescente a cada ano, como descrito por Carneiro (2008, p. 45) quando destaca que “para incrementar a produtividade da terra e do trabalho, tem-se utilizado, na cultura da soja, ano após ano, volumes crescentes de agrotóxicos”. E este uso indiscriminado e crescente dos agrotóxicos trazem enormes prejuízos, mazelas, doenças e mortes, tanto para a sociedade, quanto para o ambiente em sua complexa cadeia natural.

O conjunto dos agrotóxicos desenvolvidos, produzidos e comercializados por grandes grupos transnacionais, que em tese são empregados para elevar a produção e a produtividade “protegendo” suas lavouras da infestação das ervas daninhas e seus produtos agrícolas do ataque de insetos, pragas e/ou doenças nas plantações, empregam eufemisticamente terminologias como: “defensivos agrícolas, herbicidas, agroquímicos, fitossanitários entre outros que se encaixem na discussão de produtos utilizados na agricultura” (RODRIGUES, 2019, p. 63) numa tentativa de abrandar o peso a que o termo agrotóxico explicita.

Neste sentido buscam suavizar e, conseqüentemente, amortecer os impactos do real significado do termo agrotóxico, o uso de eufemismos é uma estratégia para manter uma máscara, do que verdadeiramente é, ludibriando assim a opinião pública e camuflando os riscos e prejuízos do manuseio e consumo desses

produtos. Para isso, contam com seus representantes políticos, principalmente aqueles que integram o congresso nacional, como relata o Instituto Humanista Unicismos (2016).

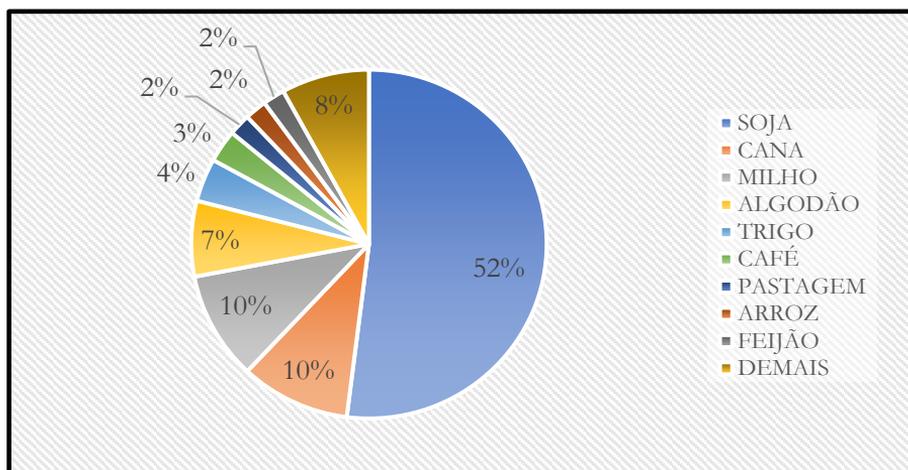
O projeto de Lei (PL) 3.200/2015, do deputado federal Luís Antonio Franciscatto Covatti (PP-RS), que praticamente revoga a atual lei de agrotóxicos ao vetar o termo "agrotóxico", substituindo por "fitossanitário", além de criar a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito) no âmbito do Mapa. Na prática, deixa a Anvisa e o Ibama de fora do processo de avaliação de novos registros de venenos agrícolas (IHU, 2016, p. 2).

O Brasil se destaca mundialmente pela elevada produção e produtividade do agronegócio, e como reflexo disso, também pelo uso exacerbado de agrotóxicos, seja por conta da quantidade de insumos químicos que se utilizam nas lavouras, seja pela não propagação de informações sobre os reais riscos do uso de agrotóxicos, também pela forma descompromissada do descarte das embalagens de agroquímicos ou pela forma errônea da aplicação do veneno, a despeito da legislação brasileira que regula o uso, a informação acerca da manipulação, consumo, destinação de resíduos, descartes de embalagens etc.

Neste sentido, no ano de 2008, o Brasil ultrapassou todos os países no ranking de produção agrícola técnico-científica que empregam agrotóxicos em seus cultivos de *commodities*, o país consome cerca de 20% de todo agrotóxico comercializado mundialmente (PELAEZ *et al*, 2015). No ano de 2000 eram

consumidas 170.000 toneladas de agroquímicos, já no ano de 2014, este indicador dá um salto surpreende ao corresponder a 500.000 toneladas, ou seja, um aumento de 135% no consumo de veneno, sendo as lavouras de soja as maiores responsáveis por este aumento, uma vez que consomem cerca de 52% de todo agrotóxico comercializado no Brasil (BOMBARDI, 2016) (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Brasil: Venda de agrotóxicos por cultivo – 2015**



Fonte: DIEESE, 2017 *apud* BOMBARDI, 2017

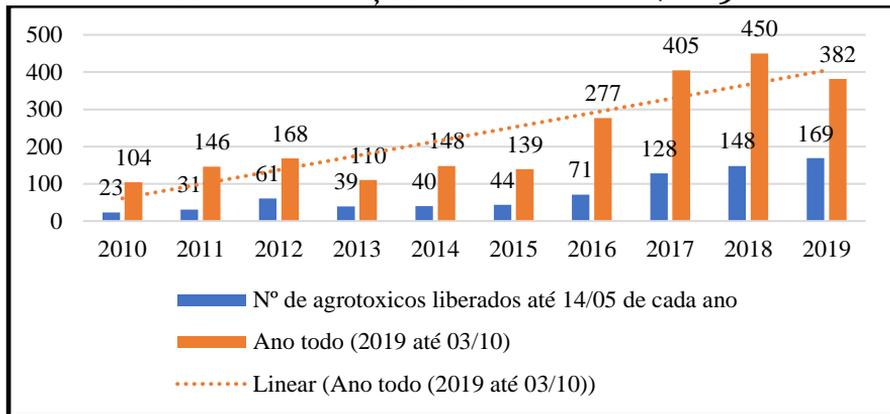
Não ignoramos as especificidades locacionais e dimensionais do Brasil – se estende de 5º de latitude norte a 33º de latitude sul – ou seja possui grande extensão de terras que vão do clima equatorial, tropical até o subtropical que confere a possibilidade de produzir de duas até três safras anuais, condições estas não encontradas em nenhum lugar do mundo, além disso, sua localização na faixa que

predomina climas quentes favorece o surgimento e a proliferação de pragas, que para o controle destas, impõe aos produtores uso de agrotóxicos. Sabemos, portanto, que por conta destas especificidades não podemos fazer comparação com os indicadores de produção e, também, de consumo de agrotóxico com qualquer outro país.

Considera-se ainda que o modelo de agricultura adotado pelo agronegócio homogeneiza a paisagem, comprometendo o equilíbrio ambiental e que também favorece a proliferação de pragas e que, para isto, faz-se necessário o uso de produtos químicos para controlá-las, todavia esta tem sido a forma predominante de controle destes invasores, tendo em vista que o emprego do controle biológico ainda é efêmero. Não podemos reclamar da legislação que regula o uso destes produtos, mas sim das estratégias de ludibriar e cooptar a fiscalização, de manipular informações, entre outras atitudes que compõem o famigerado jeitinho brasileiro.

Todavia, o Brasil em 2019, apesar de não ter superado os problemas com agrotóxicos, seus impactos e mal usos, se destaca negativamente em uma escala global por conta dos altos índices de liberação de novos agrotóxicos (Gráfico 2), sendo muitos deles proibidos em muitos países do mundo, em especial nos do continente europeu.

**Gráfico 2 – Número de agrotóxicos liberados para comercialização no Brasil - 2010/2019**



Fonte: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2019

A facilitação da entrada de agrotóxicos no mercado brasileiro reflete diretamente nas ações de liberação dos agrotóxicos no país, destacando-se que em 2019 o número de agrotóxicos que a Anvisa considera “extremamente tóxicos” caíram de 34% dos avaliados no país, para 2%, facilitando assim a entrada de produtos banidos na Europa e em outros países (BOMBARDI, 2017). Agrotóxicos são empurrados para os países periféricos, sustentando assim a indústria perversa de agroquímicos, o que pode relativamente explicar o porquê de 44% dos princípios ativos liberados no Brasil serem banidos em outros países (CARNEIRO *et al.*, 2015)

A contaminação causada por agrotóxico não se restringe apenas pela via oral (ingestão de alimentos, ingestão direta), a utilização dos agrotóxicos traz prejuízos à sociedade e à natureza

mesmo com seu descarte, que muitas vezes é feito de forma incorreta e irregular, a vista que uma parcela dos produtores não se preocupam com o descarte correto das embalagens mesmo que haja fiscalizações, o que provoca a contaminação de solos, dos recursos hídricos e até mesmo afeta a vida e a produção dos camponeses que habitam e produzem no entorno das áreas de produção do agronegócio.

Como resultado, o acesso das comunidades à água, que é essencial para manter os seus meios de subsistência e práticas agrícolas, se encontra altamente comprometido. Em muitos casos, os agrotóxicos são borrifados por aviões. Os rios também estão contaminados pelos solos erodidos das plantações. A contaminação dos recursos hídricos causa a destruição dos recursos pesqueiros e das plantações dos povos locais, além de comprometer o acesso à água potável (FIAN INTERNATIONAL, 2018, p. 52).

Em meio a esses processos, está inserido o camponês, que participa da estrutura produtiva do capitalismo, todavia não é o capitalismo que o organiza, assim parafraseando Shanin (1979) o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

O camponês não se preocupa com a lei de oferta e demandas do mercado, uma vez que o mesmo cultiva para o autossustento, o que concebemos por agricultura de subsistência, e resistência pela/na terra e, portanto, “produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo de produção da sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p. 54).

Graças à agricultura de subsistência, o camponês raramente utiliza agrotóxicos em sua lavoura, produzindo assim um alimento livre das amarras do agronegócio, um alimento saudável, com emprego de fertilizantes naturais. A forma de produção camponesa, somente em tempos de envenenamento, é que recebe o devido valor, por suas características totalmente orgânicas, correspondendo ao modelo agroecológico.

O modelo agroecológico é carregado de características e relações simbólicas, assim ele está impregnado com os valores campesinos como a territorialidade, enraizamento e desenvoltura. Sobre esta perspectiva Saquet (2007), considera que, para a construção dessa carga simbólica o camponês faz emergir sua bagagem social e de luta, a qual ele construiu ao longo de sua trajetória de vida e de residência junto à sua família, de sua vivência e de luta contra o capital e as mudanças mercadológicas.

A constituição destas novas territorialidades envolve reflexões sobre uma nova sociedade que valorize os saberes locais, as relações de confiança, o respeito, a ajuda mútua, os movimentos sociais, a recuperação e a

preservação da natureza, a produção ecológica de alimentos etc. (SAQUET, 2007, p. 151).

Neste sentido a agroecologia se mostra como uma alternativa ao agronegócio e a seu pacote de agrotóxicos, pois a utilização exacerbada destes produtos nas lavouras reverbera numa grande problemática ambiental e repercute, principalmente, na saúde pública dos brasileiros, principalmente daqueles que trabalham ou habitam no meio rural, pois os camponeses e trabalhadores da agroindústria do campo são expostos excessivamente, seja nas lavouras do agronegócio ou na agricultura familiar camponesa, esse processo pode ser vislumbrado em dois grandes grupos, sendo os camponeses os mais afetados.

Na contramão deste jogo de poder, destaca-se a luta contínua de movimentos sociais, como o *GreenPeace*, que alertam a população sobre os prejuízos à saúde ocasionados pelo agrotóxicos, e do Movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra (MST), que tem incentivado e desenvolvido ações em assentamentos rurais buscando a inserção da agroecologia como alternativa à produção e aquisição de alimentos com agrotóxicos, além disso temos inúmeros ativistas e ONGs que lutam por uma alimentação saudável e pela criminalização do uso exacerbado de agrotóxicos.

## **A utilização de veneno nas lavouras de grãos no Maranhão e em Balsas - MA**

O Maranhão é destaque em consumo de agrotóxicos na região Nordeste, sendo o segundo maior consumidor, ficando atrás apenas da Bahia. Como não foi possível acessar dados mais recentes, estimamos que o Maranhão, na atualidade, ocupe o primeiro lugar no índice de consumo na região, isso por conta da facilidade de acesso aos agrotóxicos que adentram no estado através do Porto do Itaqui e, também, devido à abertura de novas áreas de cultivo relacionadas ao agronegócio no Leste e no Norte maranhense.

### **RESULTADOS**

Os dados da tabela 1 revelam que entre os anos de 2007 e 2012 foram consumidos 76.624.476 kg de agrotóxicos em área plantada de 10.385.118 ha, com destaque para os anos de 2011 e 2012, quando o emprego do agrotóxico, quase triplicou, passando de 7,24kg/ha para 20,71 kg/ha.

**Tabela 1 – Evolução do consumo de agrotóxicos por área plantada no Maranhão entre 2007 e 2012**

| MARANHÃO                | 2007      | 2008      | 2009      | 2010       | 2011       | 2012       |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| Ingrediente Ativo (kg)  | 4.382.000 | 4.593.000 | 5.308.000 | 11.501.451 | 12.940.785 | 37.899.240 |
| Área Plantada (ha)      | 1.620.345 | 1.629.185 | 1.588.862 | 1.928.108  | 1.788.427  | 1.830.191  |
| Taxa de Consumo (kg/ha) | 2,7       | 2,82      | 3,34      | 5,97       | 7,24       | 20,71      |

Fonte: SINDAG, AGROFIT, 2012.

O município de Balsas, por se tratar do maior polo agroindustrial de grãos do Maranhão, tem sofrido com a grave problemática socioambiental devido ao avanço do agronegócio e ao uso exacerbado de agrotóxicos. A temática é ainda pouco discutida, mas é assunto recorrente nas conversas e reuniões entre camponeses e as suas entidades de classe/apoio, pois o uso de agrotóxicos tem causado inúmeros impactos sobre as comunidades, as quais estão sendo expostas a um conjunto de riscos, muitos ainda desconhecidos.

O principal agrotóxico utilizado no Brasil, no Maranhão e em Balsas, tem sido o glifosato N (*fosfometil*) que é um herbicida sistêmico e não seletivo, que tem grandes impactos em sua aplicação e causa inúmeros problemas na saúde vegetal e humana.

O glifosato é justamente o agrotóxico mais “caçado”, por exemplo, com alguns tipos de soja transgênica resistentes a este ingrediente ativo. Ou seja, trata-se de sementes nas quais se introduziu DNA de bactérias

resistentes a este herbicida. Após a aplicação do herbicida com este ingrediente ativo, os vegetais são mortos, as chamadas “ervas daninhas” são mortas, mas a soja transgênica sobrevive. Não por acaso, popularmente, entre os camponeses, o glifosato é chamado de “mata-mato” (BOMBARDI, 2016, p. 25).

Em Balsas a pulverização de agrotóxicos causou/causa inúmeros conflitos entre os camponeses e os fazendeiros, pois há um desrespeito às normas vigentes no Brasil por meio da Lei 7.802 de 11 de junho de 1989 que no Art. 2º, I - considera os agrotóxicos e afins que o englobam, normatizando sobre:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento; II - componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins (BRASIL, 1989).

Segundo informações levantadas junto à Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED – Balsas), no município o agravante de conflitos era/é a pulverização aérea, além da proximidade e dispersão do fertilizante sobre as comunidades camponesas.

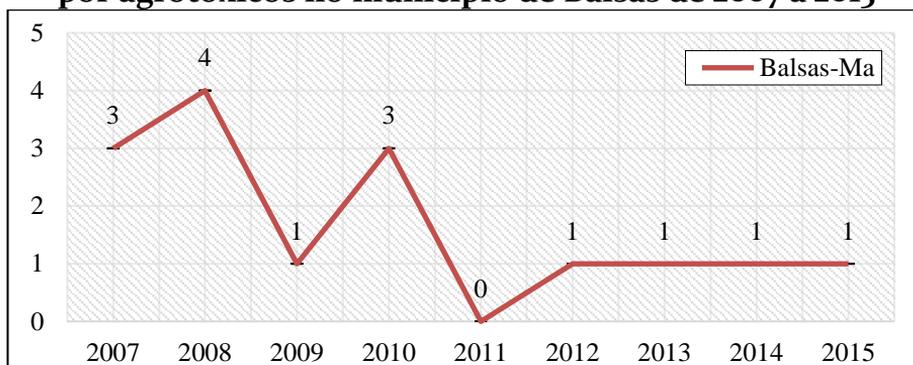
“Nós tivemos muitos problemas com a pulverização aérea, os pilotos passavam com o avião pulverizando as chapadas atingindo também as áreas de “baixões” onde os camponeses estão localizados, causando muitos problemas para eles. Porém, por causa de uma ação do Ministério Público Federal que começou em Chapadinha, nós fizemos um trabalho com o glifosato aqui no Maranhão, pois o juiz pediu uma amostra de 98 propriedades. Além dessas 98 amostras, aqui em Balsas nós fizemos mais 68. Das 98 amostras analisadas, só se constatou problemas no município de Balsas, no resto do Estado, as análises não encontraram qualquer problema. Em Balsas das sessenta e oito amostras, seis apresentaram um índice de contaminação muito acima do permitido, daí então, o juiz determinou a proibição do uso do glifosato por via aérea. Hoje no Estado do Maranhão a prática da pulverização aérea é proibida. Mesmo assim, vez ou outra flagramos alguém pulverizando com avião” (Entrevista realizada em 11 de maio de 2018, com um agente da AGED/MA-Balsas).

Em Balsas o número de pessoas contaminadas/intoxicadas por agrotóxicos utilizados nas lavouras entre os anos de 2007 e 2015, segundo dados da plataforma Datasus<sup>3</sup> (2016), é de apenas 15 contaminações (Gráfico 3).

---

<sup>3</sup> O Datasus disponibiliza informações que servem para subsidiar análises sobre a saúde pública brasileira, contudo os dados aqui apresentados não recebem atualizações desde o ano de 2016 quando o então presidente da república Michel Temer, por meio de portaria, limitou a disponibilização de tais informações.

**Gráfico 3 – Registro de pessoas contaminadas/intoxicadas por agrotóxicos no município de Balsas de 2007 a 2015**



Fonte: DATASUS, 2016

Bombardi (2017, p. 54) afirma que “se calcula que para cada caso de intoxicação notificada, tem-se 50 outros não notificados. Isso significa uma subnotificação da ordem de 1 para 50”. Isso se dá, seja pela falta de registro por parte dos contaminados ou mesmo por omissão dos médicos, que se negam (muitas vezes os médicos são também produtores ou possuem relações de parentesco com os produtores de *commodities* do município e da região) a relacionar os sintomas apresentados pelos pacientes à contaminação por agrotóxicos.

Ainda sobre Balsas, os últimos casos de contaminação de camponeses por agrotóxicos dispersados nas lavouras de grãos foram registrados no Projeto de Assentamento São José, as famílias do assentamento sofrem as consequências por estarem “ilhadas” entre as fazendas produtoras de grãos que cercam a PA (Figura 1).

**Figura 1 - Riacho São José zona rural de Balsas - MA**

Fonte: RODRIGUES, 2018

Segundo o presidente da PA, um dos principais problemas enfrentados pelos assentados refere-se à constante exposição das famílias aos agrotóxicos que são utilizados nas plantações de grãos em grande escala, há relatos de crianças que teriam adoecido no ano de 2015 e 2016. Os assentados também relatam a contaminação das águas do Riacho São José que corta o assentamento, pois os fazendeiros lançam os produtos químicos nas lavouras e os mesmos contaminam as águas dos riachos de onde os assentados coletam água para o consumo diário.

Nesta conjuntura o governo brasileiro continua liberando uma grande quantidade de novos agrotóxicos, sem se preocupar com as mazelas por eles provocadas principalmente sobre os povos e comunidades tradicionais, negligenciando e descartando os

processos de fiscalização realizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Os agrotóxicos que vêm sendo liberados são alguns dos quais possuem princípio ativo proibidos em outros países e não demonstram muita preocupação com a saúde da população e tampouco com o meio ambiente, por esta razão, o *Greenpeace* rotulou o atual governo brasileiro de “Governo do Veneno: na última década, nunca se teve tanto veneno liberado no primeiro trimestre do ano” (*GREENPEACE*, 2019).

## CONCLUSÕES

A pesquisa aqui realizada sobre a geografia do envenenamento no campo, provocada pelo agronegócio, teve como base as discussões pautadas nas políticas e desarranjos socioterritoriais que envolvem o Brasil, o Estado do Maranhão e o município de Balsas. Neste sentido a análise desenrola-se sobre a visão geográfica dos estudos dos processos transformadores e (des)organizadores do território e do espaço geográfico socialmente construído pelas comunidades tradicionais, traçando uma visão crítica e concreta, seguido do nosso método de estudo.

Assim compreendemos que a conjuntura política que facilitou a inserção do Brasil no mercado de *commodities* nas décadas de 1960-1970, ligado aos interesses políticos da elite econômica do país,

associada ao capital internacional, se consolida ao longo dos anos e em detrimento da biodiversidade e das territorialidades pré-existentes no recorte analítico adotado. Cenário esse que hoje se consubstancia nos elevados índices de utilização de agrotóxicos *pari passu* com os elevados índices de contaminação das famílias camponesas e do proletariado rural.

Em Balsas as sobreposições territoriais e a especulação pela expansão das lavouras têm elevado o número de conflitos no campo que, assim como o exacerbado uso de agrotóxicos, tem ceifado inúmeros camponeses, comprometendo suas territorialidades. Neste sentido, a resistência exercida pelos camponeses tem se apresentado como antítese à prática agroecológica em seus territórios, como uma alternativa viável ao uso de agrotóxicos, e esta prática cada vez mais se fortalece graças à intervenção de organizações não governamentais que atuam junto a diversos grupos sociais.

Conclui-se que a luta de classes se revigora e assume dimensões outras até pouco tempo não imaginadas, envolvendo os camponeses e os produtores rurais ligados ao agronegócio, este fortemente representado na política pela bancada ruralista, respaldado nos interesses e capitais internacionais, enquanto a resistência camponesa é ligada aos partidos minoritários de esquerda e pelos movimentos sociais. Depreende-se, então, que é uma luta

entre o capital amorfo e sem vida e a vida em todas as suas dimensões.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. 2012. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos> Acesso em 28 de out. 2019.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a união europeia**. FFLCH USP - São Paulo, 2017.

BOMBARDI, L. M. **Pequeno Ensaio Cartográfico Sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil**. FFLCH USP - São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária - USP. Blurb, 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br> Acesso em 13 de abr. de 2019.

CARNEIRO, F. F.; SILVA, L. G. L.; MARIA, A. R. FRIEDRICH, R. K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, M. S. **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. 1ª Edição. RJ, Brasil, 2008.

CPT. Comissão pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia 2008. Disponível em [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) Acesso em: 05 out. 2019.

DATASUS. **Departamento de informática do SUS/Ministério da saúde.** 2016. Disponível em: [ftp://ftp.datasus.gov.br/caderno/geral/ma/MA\\_Balsas](ftp://ftp.datasus.gov.br/caderno/geral/ma/MA_Balsas) Acesso em 13 de abr. de 2019.

FABRINI, J. E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Centro-Oeste /PR Enquanto Território de Resistência Camponesa.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente – SP, 2002.

FERNANDES, B. M. Entrando nos Territórios do Território. In. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campepinato e Território em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Governança da terra no século XXI: sessões *framing the* debate** Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. International Land Coalition, 2012.

FIAN Internacional. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do MATOPIBA, Brasil.** Alemanha, 2018.

**GREENPEACE, Segure a Linha:** a expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado. 2018.

**GREENPEACE. Três meses de veneno:** Liberação de agrotóxicos em ritmo inédito mantém país na trilha do veneno. Brasil, 2019. Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/tres-meses-de-veneno/> Acesso em 13 de abr. de 2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad.: SOBRAL, A; GONÇALVES, M. S. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2004.

IHU, Instituto Humanista Unicisms. **‘Pacote do veneno’ em doses homeopáticas: Anvisa libera agrotóxico perigoso**. São Leopoldo - RS, 2016. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br.pacote-do-veneno-perigoso> Acesso em 27 de out. 2019.

MARTISN, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. Ed. Hucitec. São Paulo – SP, 1997.

MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim paulista de geografia**, número 83, SP, dez. 2005.

MOYSÉS, A. E SILVA, E. R. “Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade”. **Cadernos Metrópole**. nº 20, 2008. OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PELAEZ, V; SILVA, L. R.; GUIMARÃES, T. A.; DALRI, F.; TEODOROVICZ, T. A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**. Volume 14. Campinas (SP), nº esp., p. 153-178, julho - 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.

RODRIGUES, V. V. **Desenvolvimento do agronegócio e o (des)envolvimento do campesinato – território e conflitos agrários em Balsas – MA: O caso do assentamento Gado Bravinho**. Monografia (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís – MA, 2019.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. SP: Expressão Popular, 2007.

SHANIN, T. ***Campesinos y sociedades campesinas***. México, F. de Cultura Económica, 1979.

SOUZA, J. J. F. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP, 2009.

TERRA, A.; RODRIGUES, V. V. Conflitos socioterritoriais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas Maranhão. In: SANTOS, L. C. A. *et al.* (Org.) **Geografia: Trabalho, sociedade e meio ambiente**. São Luís: Editora UEMA, 2018.

VILADESAU, T. P. *El agronegocio de la soja en Paraguay – antecedentes e impactos sociales y económicos*. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

# HISTÓRIA

## **A CRIANÇA E A MULHER ESCRAVA EM “TEMPOS DE CATIVEIRO”: demografia, violência e laços afetivos no Maranhão no começo do século XIX (1801-1810)**

Ana Caroline da Silva Magalhães<sup>1</sup>

Jesus Hellen Leal Conceição<sup>2</sup>

Reinaldo dos Santos Barroso Junior<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O historiador inglês Matthias Assunção (2010), estudioso da Balaiada e da memória sobre a escravidão no Maranhão, afirma que “o tempo do cativo” era o tempo da “violência institucionalizada”. Mais que presente, a violência era arraigada no convívio social de diferentes maneiras, contra pessoas e corpos escravos, os mais diversos, em distintos níveis e formas de ação. Subjaz em nossas imagens pessoais sobre “o tempo do cativo” uma violência que agia sobre o homem escravo, de dorso desnudo em um plantio de cana de açúcar. Entretanto, na escravidão, as formas de violência não se reduzem ao escravo do sexo masculino, mas também contra a criança escrava que assistia e participava das repetidas cenas de

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão – CESCUEMA, Bolsista PIBIC/UEMA.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão – CESC/UEMA, Bolsista PIBIC/UEMA.

<sup>3</sup> Mestre em História. Professor do Departamento de História e Geografia. CESC/UEMA.

abuso que lhe aguardavam como futuro escravo e contra a mulher escrava que sofria com “o tempo do estupro institucionalizado” (ASSUNÇÃO, 2010).

Assim, o cotidiano escravo foi marcado tanto pelo trabalho árduo, quanto pela presença de práticas violentas por parte de senhores e feitores a todos os seus escravos “que tinham que lidar com formas de perda de identidade cultural e individual” (SILVA, 2018, p. 3). Era tanto o escravo homem, quanto a mulher e a criança que sofriam com diferentes facetas da violência, em panoramas de agressão física e verbal, mas também com a perda e redução de uma identidade cultural, desumanização e redução de sua existência a uma forma de propriedade. A escravidão significava, portanto, formas de “morte”, uma morte social, uma finitude de qualquer existência humana e garantia de controle para os senhores (DRESCHER, 2001), por consequência, é tácito afirmar que mulheres e crianças escravas são, também, fatalmente marcadas pelos estigmas sociais da escravidão, então mulheres e crianças também necessitam de averiguação sistemática e contínua para entendermos parte de suas vicissitudes.

## **METODOLOGIA**

Entendemos que – apesar de a criança e a mulher conviverem socialmente juntas, não só nos plantéis de escravos em diferentes

latifúndios pelo Maranhão, mas também em agrupamentos menores, como na família escrava, nas senzalas, nos grupos de trabalho urbano – elas eram o resultado de uma visão de mundo que lhe impunha uma forma de morte social, uma coisificação reducionista à condição jurídica de propriedade. Aqui analisaremos ambas, a criança e a mulher, examinaremos algumas particularidades dessas propriedades com base nas identificações técnicas existentes nos inventários do Maranhão do começo do século XIX.

O Inventário é um imenso documento com todos os dados de posses adquiridas pelos senhores no decorrer de sua vida. É um instrumento jurídico muito dispendioso. Nestes documentos, são apresentados todos os bens do inventariado, de panos de chão a objetos de grande valor, dividindo-se em bens móveis, imóveis e semoventes, (bens de raiz; recheio da casa; ouro e prata; animais; escravos; mercadorias e gêneros; utensílios ferramentas e máquinas; dívidas ativas; dívidas passivas; dinheiro em caixa; e, fortuna líquida) (BARROSO JUNIOR, 2010; MOTA, 2004). Destes inventários coletamos apenas as partes referentes aos semoventes, aquelas propriedades que se movimentam pela vontade de outrem, o gado vacum, cavalar e os escravos. No caso destes últimos foram coletados os dados, tais como nome, idade, sexo, ocupação, valor, estado de saúde, relações de parentesco, assim por diante.

A documentação jurídica manuscrita, organizada e tabulada em bancos de dados, é imprescindível para entendermos a existência desses escravos. Sobre estes indivíduos temos informações poucas e dispersas. Precisamos de um constante esforço de recolher, tabular e organizar os dados sobre eles na esperança de melhor entender o que acontece com a sociedade escravista. Apoiado com bolsas PIBIC<sup>4</sup> e PIBITI da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), conseguimos recolher e organizar mais de dez mil registros de escravos em diferentes eitos documentais entre os anos 1680 e 1850, que delinearam a presença africana e as formas de escravidão no Maranhão colonial com base em mídias digitais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e documentos manuscritos do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (ATJMA)<sup>5</sup>. Neste caso específico, analisamos parte do bojo destes dados, dez anos, os anos de 1801 a 1810, e destes pegamos apenas alguns elementos que

---

<sup>4</sup> Aqui é importante destacar as iniciativas de diferentes modalidades de bolsa PIBIC da Universidade Estadual do Maranhão (modalidades de Ações afirmativas e Internacionalização) que possibilitaram, não somente um maior número de bolsistas nestes projetos, mas também diferentes direcionamentos, inclusive com a Universidade George Whashington nos anos de 2016, 2017 e 2018, que financiou parte da coleta e tabulação dos dados importantes para esta pesquisa.

<sup>5</sup> Neste sentido, agradecemos o empenho e colaboração das bolsistas nos anos de 2016, 2017 e 2018, vinculadas a estes diferentes projetos naquele momento, hoje mestrandas com suas próprias pesquisas, Esmeralda Lima, Samia Silva e Thalita Costa Souza.

poderiam apontar para uma realidade superficial que vislumbra um quadro da experiência escrava infantil e feminina.

Temos aqui um pequeno resultado de um conjunto de esforços empreendidos e capitaneados por diferentes pesquisadores que nos possibilitam um quadro de diagnóstico diferencial sobre a sociedade escravista maranhense através dos objetos de interpretação focados na criança e na mulher escrava. Esse quadro nos permite perceber possíveis brechas nesta sociedade que vislumbrem o funcionamento, a manutenção e possíveis crises no eito social escravista.

Começaremos nosso quadro descritivo da escravidão no Maranhão a partir da criança escrava. Sobre esta, repousava um julgo poderoso de institucionalização de sua posição social, de sua futura existência escrava. O pequeno escravo, que em breve será escravo adulto, trabalha e aprende diferentes ofícios do cotidiano escravo e coabita com o filho do senhor, “tornam-se companheiros de folguedos e amigos e, assim, estabelece-se entre eles uma familiaridade que, forçosamente, terá de ser abolida na idade em que um deve dar ordens e viver à vontade, enquanto o outro terá de trabalhar e obedecer” (MAWE, 1978, p. 72). Sobre este escravo repousa um duplo direcionamento, por um lado, as próprias lidas da labuta escrava na condição de aprendiz, por outro, reduzido às vontades do filho do senhor, usado conforme o julgo e a vontade

deste. Estes pequenos escravos eram parte pequena de um plantel como propriedades dos senhores, que se reduzem às vontades de outrem.

Após a caracterização do quadro escravo infantil, partiremos para a descrição da mulher escrava que parece possuir um conjunto de significados dentro da sociedade escravista de começo do século XIX, que perpassam por sua sexualidade racial, tornando-a um objeto foco do desejo (quando o senhor quer possuir seu corpo) e do indesejável (quando o senhor não quer publicizar qualquer elemento de uma possível relação afetiva) (MOUTINHO, 2004). Ela é, ao mesmo tempo, a trabalhadora que produz e possui papel essencial dentro da produção agroexportadora, mas também “vítima” de seu “próprio” corpo, fruto do desejo masculino do “senhor” ou das ansiedades e ciúmes da senhora, bem como, ainda, a responsável pela criação dos pequenos escravos e dos pequenos senhores. Neste sentido, a existência da mulher escrava é eivada de outras obrigações e “ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos,” conforme necessidades, vontades e anseios de outrem (SILVA, 2010, p.3).

## RESULTADOS

### “Crias de pé” e outras crianças no final do período colonial

A historiadora Kátia Mattoso de Queirós em seu tradicional trabalho sobre a escravidão “Ser escravo no Brasil” salienta que “ainda novo, o filho da escrava é olhado como escravo em redução, somente diferente do escravo adulto que mais tarde será, pelo tamanho e pela força” (MATTOSO, 1998, p.54). Neste tradicional trabalho, podemos vislumbrar uma visão sobre a criança escrava, um escravo em miniatura, uma propriedade que repete em sua existência a lógica do trabalho forçado atribuído aos seus pais. A sociedade colonial os mantinha em cerco e vigília, para que pudessem se tornar escravos bons e úteis, diante dos aspectos econômicos de então. Claro que para o senhor, o ganho baseado na ideia de tamanho e força que se esperava dele, demoraria a dar o retorno esperado, mas figurava como uma propriedade e enquanto tal oferecia alguma forma de retorno ao seu proprietário. Retorno que poderia ocorrer dentro dos mecanismos de mensura econômica, mas também com base em relações sociais, sim, pois “a criança escrava não era uma carga inútil para os senhores, pois a mesma passou a [...] vivenciar uma teia de relações próxima à família senhorial, que tinha a responsabilidade de prover as necessidades básicas desses escravos, enquanto estes lhe deviam obediência e trabalho”. (PINHEIRO, 2005, pp. 173-177)

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p.95), “os vínculos formados a partir do trabalho, da família, dos grupos de convívio e da religião foram fundamentais para a sobrevivência e para a recriação de valores e referências culturais”, esses vínculos foram importantes para manter os laços de coerção e afetividade vinculados ao mundo do trabalho, amarrando a vivência infantil escrava e o controle senhorial. Eram articulados esses laços ainda na tenra idade e seguiam por toda a vida. Entretanto, ainda não conseguimos precisar as relações exatas entre lógicas de trabalho através das faixas etárias e os ciclos de desenvolvimento do jovem trabalhador.

Aparentemente, o começo da vida adulta poderia variar muito, não parece existir consenso entre as diferentes fontes documentais e a historiografia sobre as idades da vida escrava. Não conseguimos perceber, a partir da documentação jurídica, se eles teriam infância, mas sem dúvida, não poderiam ser enquadrados enquanto adultos efetivamente. O que se apresenta é que o escravo adulto propriamente dito só pode ser alcançado por volta dos 14 anos. Não conseguimos determinar com exatidão a divisão e enquadramento desses “potenciais” escravos adultos somente com o uso da documentação manuscrita jurídica. É mais fácil que exista certa relação entre o porte físico e a atividade para a qual se esperava o compromisso do jovem escravo. Entretanto, podemos estipular

algumas faixas etárias com as quais possamos dialogar durante o desenvolvimento deste trabalho.

Maria de Fátima Neves relata que “[...]costumeiramente, as idades da criança escrava aparecem assim escalonadas, conforme atestam alguns autores, as “crias de peito” era até um ano de idade, enquanto as “crias de pé” eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar” (NEVES,1993, p.56). Esses pequenos que ainda usufruíam dos cuidados de suas mães escravas, eram denominadas como “crias de pé” ou até mesmo de “meúdos”, segundo alguns autores, visto que poucas palavras eram usadas para definir ou denominar o que é “ser criança” no meio escravo.

Katia M. de Queirós menciona que havia certa idade para a criança iniciar os seus comportamentos no meio trabalhista “[...] se dos 3 aos 8 anos era o período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com senhores e escravos, era dos 7 para 8 anos que o escravizado entrava no mundo dos adultos, na qualidade de aprendiz” (MATTOSO, 1988, p. 52). Já segundo Neves (1993, p.56), eram denominadas de “[...] menino ou menina” e assumem uma posição em que estavam aptos para desempenhar certas atividades, e dos 14 anos em diante, tanto as meninas, quanto os meninos escravos, já eram vistos como adultos no que se referia a prestação de serviços para os seus senhores. Nessa perspectiva, as crianças que prestavam serviços desde seus 7-8 anos, já sabiam que

sua condição era inferior com relação às crianças livres e que, marcadamente, aos 14 anos seriam oficialmente adultos trabalhadores escravizados. Este é um dos primeiros choques quando o jovem toma consciência quando se depara com a instituição escravista e perde qualquer elemento de infantilidade. Em virtude dessas concepções de idade, os senhores vão dando início as formas de tratamentos para com as crianças e elas internalizam a sua posição no meio escravo.

Nos inventários são informadas as prováveis idades desses indivíduos, a partir dos quais pudemos montar a tabela abaixo entre os anos de 1801 e 1810, isso vem nos propiciar a visualização do contingente infantil e o trabalho, possibilitando aí três estágios de faixa etária. Dentre os 3976 escravos em efetiva idade adulta no começo do século XIX, temos 746 escravos abaixo dos 14 anos de idade, idade quando ainda alguns eram chamados de “molequinhos” ou “molequinhas”, conforme a documentação jurídica. Esse número representa quase 20% dos escravos existentes nos plantéis do Maranhão, na capital São Luís e proximidades. É oportuno destacar que entre as três faixas etárias que definimos (0-5; 6-10;10-14), a primeira de zero a cinco anos (as crias de peito” e as “crias de pé”) representam mais de 6% da população escrava, o que destaca a significativa reprodutividade da população escrava local.

| <b>Tabela 1 - Crianças escravas de (0 – 14 Anos) segundo gênero e faixa etária</b> |          |           |       |
|--|----------|-----------|-------|
| Faixas etárias   | Sexo     |           | Total |
|  | Feminino | Masculino |       |
| 0 a 5 anos   | 149      | 100       | 249   |
| 6 a 10 anos  | 126      | 103       | 229   |
| 10 a 14 anos   | 114      | 154       | 268   |
| <b>Total de Escravos: 746</b>  |          |           |       |

Fonte: Bancos de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA

Ainda com relação ao quadro podemos distinguir duas idades de infância para os pequenos escravos: primeiro, de zero para cinco; e, segundo, de seis para dez anos de idade. Sobre a terceira faixa mencionada, ela é relativa, volúvel e atende aos interesses e necessidades dos proprietários. Em alguns momentos, eles poderiam se encaixar nas lógicas de trabalho, em outros, seriam apenas aprendizes e, por último, estariam ainda livres da penúria exaustiva e repetitiva de determinadas formas de labuta. Nas duas primeiras faixas, o “crioulinho” ou a “crioulinha” são crianças novas, que geralmente não possuíam nenhum desempenho referente às atividades de tipos econômicos, dado sua fragilidade, e tinham nascidos aqui na América Portuguesa. Entretanto, se havia os crioulinhos, nascidos nos plantéis do Maranhão, havia também os

pequenos escravos africanos entre os anos de seis e quatorze anos, eram com incidência relativa, representam 8,84%, isso diz que tanto o tráfico de escravos, quanto os compradores e fazendeiros locais queriam escravos africanos, mas não estavam dispostos a arcar com os gastos do desenvolvimento de uma criança africana.

Essas crianças mesmo que subordinadas a uma lógica de produção perpétua e sendo obrigadas a se submeter à família senhorial, especialmente ao filho do senhor e outros agregados, não significa que não possuíssem outros laços de afetividade e sociabilidade no seu dia a dia – havia primos, irmãos, pais, mães e, inclusive, avós. Na tabela abaixo, podemos perceber algum desses exemplos que justapõem essas crianças em um universo que não esperamos das relações sociais do mundo escravista. Ou seja, mesmo que o ordenamento jurídico reduzisse a vida desses indivíduos à coisificação de sua existência, a nível de relações pessoais e cotidianas aparece um leque cada vez maior de possibilidades sociais no mundo escravo.

**Tabela 2- Crianças escravas nos inventários de São Luis-MA, segundo observações acerca de laços afetivos familiares (1801-1810)**

| <b>Nomes</b> | <b>Sexo</b> | <b>Idade</b> | <b>Observações</b>        |
|--------------|-------------|--------------|---------------------------|
| -            | F           | 4            | Filha da Bernarda         |
| Cerbano      | M           | 9            | Filho do Mulato Francisco |

|           |   |    |  |
|-----------|---|----|--|
| Ismênia   | F | 7  | Filha de da escrava Rufina                   |
| João Jose | M | 2  | Filho da Maria Roza                          |
| Mareomina | F | 2  | Filha de Martha                              |
| Domingo   | M | 6  | Netos de Escolástica (Mandinga)              |
| Victorino | M | 5  |  |
| Epifania  | F | 4  | Filhos de Arelanga (Mina)                    |
| Bernardo  | M | 9  | Irmãos                                       |
| Marinla   | F | 8  |  |
| Liberata  | F | 2  |  |
| Thereza   | F | 3  | Filha de Laura (Biajago)                     |
| Jeronimo  | M | 6  | Filho de Antônia (Crioula)                   |
| Úrsula    | F | 14 | Irmãs  |
| Felícia   | F | 8  |  |
| Raimundo  | M | 14 | Filho da preta Eufrazia já falecida          |
| Januário  | M | 1  | Filho da preta Cypriana                      |
| Ignes     | F | 7  | Filha da escrava Raimunda e de Jose          |
| Maria     | F | 9  | Filhas de Josefa de Itapecuru                |
| -         | M | 6  |  |
| Domingos  | M | 12 | Irmãos filhos dos escravos Cristóvão e Maria |
| João      | M | 9  |  |
| Braz      | M | 6  |  |
| Lazaro    | M | 11 | Filhos da escrava Catharina                  |
| Vicência  | F | 8  |  |
| Variula   | F | 3  |  |

Fonte: Bancos de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA

É interessante perceber que mesmo que pareça existir uma pequena variedade de relações escravas neste universo, laços afetivos, de parentesco e social, existe um laço principal que parece ser comum na existência dessas crianças escravas, a relação materna. A relação com a mãe prevalece nos exemplos acima. Isso identifica que o principal vetor familiar e mais próximo que temos na sociedade escrava para essas crianças, era a figura da mãe e da mulher escrava. Laura, Antonia, Maria Rosa, Rufina, Bernarda, eram essas mulheres que parecem ser o fio social da existência escrava dentro desses plantéis, que pareciam ser o conforto e a guia em “tempos de cativeiro”. É sobre elas que daremos prosseguimento.

### **Os laços familiares a partir das mulheres escravas**

As mães, mulheres escravas, parecem ser elos fundamentais, tanto dentro da senzala, quanto dentro da existência da casa do senhor. Ela parece predestinada, principalmente, para o trabalho doméstico, eram profissões pelo zelo do lar, dos filhos dos senhores da casa, trabalho mais devoto às construções afetivas. A roupa, a louça, a limpeza, o preparo do banho, o zelo com o senhor e a senhora, o afeto diário. Havendo a sociabilidade, a afetividade entre as escravas e os membros da casa do senhor(MONTELEONE, 2019).

Na condição de escravas domésticas, circulavam em vários ambientes, conheciam segredos de seus senhores, eram confidentes de suas senhoras e sinhazinhas, cúmplices de muitas atitudes de suas donas, possuíam

habilidades que as tornavam valiosas no mercado, ao mesmo tempo em que podiam encontrar mecanismos para obter a alforria (ABRANTES; PEREIRA, 2016, p. 17).

Assim, se para o escravo do sexo masculino havia a labuta do trabalho árduo no cultivo agrícola, no cuidado com o gado e nas inúmeras outras atividades físicas do cotidiano, e para a criança escrava lhe era reservada a labuta do aprendizado técnico, o aprendizado de um ofício específico ou do conhecimento sobre uma vastidão de forma de trabalhos manuais, à mulher era reservada outra forma de trabalho, dentro dos limites da vigília senhorial, na casa-grande. Entretanto, ao mesmo tempo que isso significa uma infinidade de papéis ocupados que poderiam lhe render alguma forma de alforria futura e de aparentes benesses, também, poderia lhe render um rol diversificado de formas de violência, tanto psicológicas e verbais, quanto sexuais e físicas etc. Em vista disso, é importante lembrar o peso da sociedade sobre os escravos, especificamente sobre a mulher negra escrava, mulheres estas que eram consideradas como “coisas”. Acerca desta questão, Sidney Chalhoub (1990) se usando de Perdigão Malheiro, jurista do século XIX, aponta que “todos os direitos lhe eram negados. Todos os sentimentos, ainda os de família. Eram reduzidos à condição de coisa, como os irracionais, aos quais eram equiparados, salvo certas exceções”(MALHEIRO apud CHALHOUB, 1990, p.36).

A coisificação e a violência chegavam a diferentes níveis. Dessa maneira, muitas dessas mulheres se tornavam amas de leite, relacionando-se desta forma com a família de seu senhor, sendo obrigadas a deixarem de dar leite para o seu filho, para dar leite para o filho do senhor, sendo assim, (GORENDER, 1992, p. 487, apud ABRANTES; PEREIRA, 2016, p. 14), aborda que “A ordem escravocrata comercializava o sexo dos escravos e também o seu leite materno”. Diante do fato mencionado, isto significa outro âmbito da “coisificação” e da violência sobre os corpos escravos. Portanto, ocorre uma anulação do seu corpo e da sua propriedade enquanto mulher, a tal ponto, que o seu leite materno não é seu, mas sim do seu senhor.

Percebendo essa realidade escrava na capital do Maranhão e proximidades, o presente estudo tabulou os dados coletados dos Inventários Manuscritos entre os anos de 1801 e 1810 procurando as mulheres escravas. Neste universo de escravos temos 3.976 escravos, entre eles, crianças, mulheres, homens e idosos, retirando as 746 crianças e jovens que apareceram e já ponderamos anteriormente, temos 1.956 escravos do sexo masculino e, por conseqüência, 1.274 mulheres escravas, representando, 32% do total de escravos conforme os inventários do começo do século XIX, conforme expresso na tabela abaixo.

**Tabela3- Classificação de escravos (crianças, mulheres, idosos, homens) segundo faixa etária e gênero.**

| Faixas Etárias                                       | Sexo     |           | Total |
|--|----------|-----------|-------|
|  | Feminino | Masculino |       |
| 15 a 20 anos   | 136      | 216       | 352   |
| 20 a 30 anos   | 415      | 605       | 1.020 |
| 30 a 40 anos   | 363      | 537       | 900   |
| 40 a 50 anos   | 234      | 371       | 605   |
| 50 a 60 anos   | 84       | 169       | 253   |
| 60 a 70 anos   | 33       | 50        | 83    |
| 70 a 80 anos   | 9        | 8         | 17    |
| 80 a 90 anos   | 0        | 3         | 0     |
| <b>Total de Escravos adultos nos planteis: 3.230</b> |          |           |       |
| <b>Total de escravos do sexo feminino: 1.274</b>     |          |           |       |
| <b>Total de escravos do sexo masculino: 1.956</b>    |          |           |       |

Fonte: Bancos de Dados em Excel de Inventários Manuscritos do NEÁFRICA

Entre os cativos, é possível identificar que há o predomínio daqueles com idades entre 20 e 30 anos, no qual 415 são mulheres e 605 são homens, representando assim, a faixa etária com a maior quantidade de escravos em São Luís e circunvizinhanças, com o total de 1.020 escravos. Já a faixa etária com o menor predomínio se dá na idade entre 70 e 80 anos, em que nove escravos são mulheres e oito são homens, representando o total de dezessete escravos dos plantéis em questão.

Na última faixa etária, é oportuno destacar a presença exclusivamente masculina de, apenas, três escravos. Esse dado nos parece relevante, pois esperávamos o contrário, afinal, a pretensa diferença trabalhista entre os dois sexos direcionaria a vivência e velhice das mulheres escravas, enquanto os homens morreriam mais cedo. Aos escravos do sexo masculino a labuta escrava parecia ser muito mais intensa, extenuante, enquanto a o trabalho doméstico poderia ser menos desgastante com o passar dos anos. Sem dúvida nenhuma, a ambos os sexos, o passar dos anos representava uma diminuição na qualidade e duração da vida e o aumento de possibilidades de óbitos, afinal a dureza do trabalho constante da vida escrava não era diretamente compatível com estimativas prolongadas da vida escrava. Nesse sentido, é salutar questionar, será que a ausência de mulheres nos últimos anos da vida escrava não poderia também representar o efeito de possíveis alforrias conquistadas no decorrer do trabalho escravo feminino com a família senhorial? Sim, pois, se mais presente e forte for a relação escrava com a família senhorial, por consequência, isso não representaria formas de aquisição de benesses? É difícil medir essa possibilidade, mas isso revela que ainda precisamos saber mais sobre a realidade dessas trabalhadoras no nicho da sociedade escrava maranhense.

Várias dessas mulheres eram mães de algumas das “crias de peito” e das “crias de pés”, dos “crioulinhos” e “crioulinhas”, dos

“molequinhos” e “molequinhas” que comentamos anteriormente. Não eram só mulheres nessa sociedade escrava, mas também eram mulheres trabalhadoras nas casas de seus senhores, vítimas dos mesmos, bem como mães dos jovens escravos e apresentavam-se como mães para os filhos dos senhores. Preparavam, ao mesmo tempo, sua “cria de peito” para ocupar e substituir seus pais nalabuta do trabalho cotidiano, como também preparava o filho do senhor para sua posição de dominador. Elas, muitas das vezes, eram a família para esses escravos, bem como apareciam como “parte” da família nas relações senhoriais. A família seria o elo de esperanças em tempo de cativeiro, além de representar um meio de sociabilidade entre os escravizados e a possibilidade de ascensão social.

Em razão disto, havia entre os escravos laços sociais familiares e relações afetivas, demonstrando que o escravo não era uma “coisa”, como tanto aquela sociedade teimava em repetir e reduzir os escravos em documentações como os inventários. O escravo, de maneira geral, é uma pessoa, apesar do sistema jurídico de começo do século XIX no Maranhão, dizer que ele não tem direitos e nem poder, além disto, conseguiam formar um elo familiar. Portanto eram pessoas com valores, formavam família, faziam amizades, apadrinhamentos e tinham filhos. Neste contexto, Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2001) analisa que:

Os laços existentes entre a mulher escrava e seus filhos foram bastante importantes e significativos, devendo ser

valorizados neste sentido. (...) a presença materna parece ter sido mais constante na vida das crianças escravas do que a figura paterna. As mulheres foram as principais protagonistas de muitas histórias de resistência e luta pela preservação da família negra no período escravista. (REIS, 2001, p.55apud ALMEIDA, 2017, p. 3).

Destarte, a mulher escrava foi elemento importante para o entendimento desta sociedade, enquanto produtora de novas crianças ou objeto dos interesses dos grandes proprietários, tal como para a construção da família escrava, assim como para a vida familiar do escravo.

## CONCLUSÕES

Os resultados aqui expostos nos ajudam a ampliar os conhecimentos acerca dos estudos sobre escravidão, a mulher e a criança escrava, especificamente, fazendo uso de novas perspectivas historiográficas, especialmente o cruzamento de informações organizadas e anteriormente compiladas a partir dos inventários do Arquivo de Tribunal de Justiça do Maranhão. A partir desse grande contingente de dados, conseguimos vislumbrar a presença escrava infantil e feminina na sociedade de começos do século XIX no Maranhão. Desse modo, percebemos o quão grande é a importância de dar visibilidade a esses sujeitos, ainda, ocultos. Compreender a história deles e de outros, ainda pouco compreendidos na sociedade escrava, pode elucidar muitas pontas dentro das relações sociais, sim,

pois, “mulheres escravizadas, crianças, idosos e até mesmo as experiências sexuais são dimensões importantes para se compreender neste meio, assim como as suas alterações ao longo do tempo” (SILVA, 2014, p.07).

Foi diante desse bojo documental e da historiografia que se apresenta que conseguimos trazer dados preciosos sobre a vida das crianças e das mulheres escravas, evidenciando, assim, a violência, a coisificação sobre o escravo exercida por esta sociedade que os reduz a coisas em um documental jurídico, mas, também, destaca as dinâmicas e os meios de sociabilidade escrava. Portanto, vale ressaltar que, o escravo, seja ele, criança, idoso, homem e mulher, apesar de serem vistos como coisa, objeto de trocas, vendas ou exploração, são seres humanos pertencentes a um meio social e podem ser reconhecidos dentro da sociedade escravista colonial por seus embates, vivências e relações em meio ao “tempo do cativo”.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa; PEREIRA, Francinete Poncadilha. Cotidiano e resistência de mulheres escravizadas no Maranhão Oitocentista. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos (Org). **O Maranhão e a Escravidão Moderna**. São Luís: Eduema, 2016.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Carolina Cabral Ribeiro De. Mulheres Africanas, Mães Brasileiras: o papel da mulher na família escrava e na preservação da cultura africana. **Anais do XXIX de História Nacional Simpósio, ANPUH**, 2017.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A memória do tempo de cativo no Maranhão. **Tempo**. 2010, vol.15, n.29, pp.67-110.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial**: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800). Dissertação para conclusão de mestrado em História: UFBA, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DRESCHER, Seymour. **Abolição**: uma história da escravidão e do antiescravismo. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Por uma nova abordagem da solidariedade entre escravos africanos recém-chegados a América (Minas Gerais, século XVIII). **Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2007.

MATTOS, Regiane Augusto de. Batuques e Capoeiras: formas de sociabilidade. In: MATTOS, Regiane Augusto. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. São Paulo, 2006, p. 168-185.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOSO, Kátia Queirós. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8 nº 19, p. 37-55, mar/ago 1988.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, p. 72.

MONTELEONE, Joana de Moraes. “Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

MOTA, Antonia da Silva. Família e Fortuna no Maranhão Setecentista. In: COSTA, Wagner Cabral (org.) **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís, EDUFMA, 2004.

MOUTINHO, Laura. **Razão cor, desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: UNESP, 2004.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz Pinheiro. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Revista Afro-Ásia**, Bahia, núm. 32, 2005, p. 159-183, 2005.

SILVA, Kathiusy Gomes da. Escravidão, escravizadas e a família escrava: mulher negra na formação da família escrava. **XIX Encontro de História da ANPUH-MS**. “História: o que é, quanto vale, para que serve?”. ANPUH, 2018.

## **A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO: os impactos no exercício da docência**

Mário Jorge Araujo Belfort<sup>1</sup>

Sandra Regina Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

As preocupações com o campo da formação de professores continuam sendo alvo de discussões e estudos, pois este profissional é cada vez mais exigido para o desempenho de outras funções (gestão escolar, coordenação escolar, educação especial, educação de jovens e adultos etc.). É nesse contexto que podemos falar da importância da formação do professor de história na relação com o cotidiano da sala de aula, buscando pensar a relação entre o ensino da história, seus conteúdos e como o professor desempenha sua ação, a ligação com as finalidades políticas desta disciplina e com a condução didático-metodológica do seu processo.

A luta pela qualidade da formação de professores no Brasil, seja inicial ou continuada, é histórica, envolvendo os próprios educadores e as instituições que representam esta categoria. Como destacam Dourado e Siqueira (2019):

---

<sup>1</sup> Graduando em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas de Educação e Sistemas Educativos (UNICAMP) e Professora adjunta do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Uma educação comprometida com a produção e disseminação do conhecimento requer a garantia de projetos e percursos formativos emancipatórios, expressos por dinâmicas curriculares que garantam a formação como expressão do direito social e subjetivo das crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio de postura radical contra todas as formas de exclusão social. Todavia, essa consideração só se concretiza quando se tem claro que qualquer processo de inclusão social requer, antes de tudo, a superação da desigualdade social (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p. 303).

Nesse sentido, para estes autores, a formação de professores vem sendo um processo em que perpassam diversos desafios que envolvem

[...] os sistemas de ensino, as instituições, os fóruns permanentes de apoio a formação dos profissionais da educação, as entidades científico-acadêmicas e sindicais e, em especial, as instituições que se encarregam da formação na perspectiva de propostas e projetos mais orgânicos para a formação inicial e continuada como delineado nas novas DCNs, objeto de discussão neste artigo (DOURADO, 2015, p. 316).

Nessa perspectiva, a formação de professores tornou-se um ambiente de embates e lutas, visando à melhoria na qualidade do ensino-aprendizagem. Logo, segundo o autor, as pesquisas e estudos mais recentes sobre esta temática nos apresentam que o atual contexto político e educacional exige “a necessidade de se repensar a formação desses profissionais” (DOURADO, 2015, p. 304).

Sobre a formação de professor (a) de História, Fonseca (2007) enfatiza que:

Tornou-se lugar-comum afirmar que a formação do professor de História se processa ao longo de sua vida profissional e pessoal, nos diversos tempos e espaços socioeducativos. Entretanto, é sobretudo na formação inicial, nos cursos superiores de graduação, que os saberes históricos e pedagógicos são mobilizados, problematizados, sistematizados e incorporados à experiência de construção do saber docente. Trata-se de um importante momento de construção da identidade pessoal e profissional do professor, espaço de construção de maneiras de ser estar na futura profissão (FONSECA, 2003, p.60).

Neste sentido, percebemos as preocupações de Ciampi (2011) ao abordar questões sobre o ensino de História no século XXI.

As várias maneiras de conceber a natureza do conhecimento humana e conhecimento histórico. [...] Desta forma, deve ser pensado o permanente questionamento teórico-metodológico existente na construção na teoria o conhecimento [...] da História, ao se indagar o que é ensinar essa disciplina hoje, não enquanto metodologia pela metodologia, mas como reflexão necessária sobre a história que se faz e sobre a história a fazer. [...] as novas abordagens objetos e problemáticas colocados pela historiografia constituem parâmetros para elaboração dos procedimentos metodológicos de uma nova prática pedagógicas (CIAMPI, 2011, p.54).

A história no contexto escolar tem um papel extraordinário na formação política e social dos indivíduos, o que é adquirido pelo currículo no processo de escolarização. Nesse sentido, o contexto atual exige dos poderes constituídos a elaboração inicial de políticas educacionais voltadas para a formação de professores – inicial e continuada – que dê conta das imposições da cultura contemporânea.

Na graduação é necessária uma formação que prepare os futuros professores para o domínio dos conhecimentos específicos, bem como das áreas afins, dos conhecimentos pedagógicos, das políticas públicas educacionais, incluindo a cultura escolar no seu cotidiano.

Por outro lado, a formação continuada se caracteriza como sendo a busca de conhecimentos que não se esgotam com a graduação, uma formação que seja propiciadora aos sujeitos professores de uma qualificação de estudos especializados, dotando-os de competências e habilidades para o exercício da docência, onde efetivamente a prática pedagógica seja reflexo da sua qualificação teórico-metodológica.

Nessa perspectiva, o objeto de investigação desta pesquisa é a atuação de professores (as) formados (as) no curso de História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão, e que já estão atuando na rede pública, visando analisar como eles fazem referência à formação inicial recebida no curso e se, no exercício da docência, buscaram o aprimoramento profissional a partir da formação contínua.

Para o alcance destes propósitos na pesquisa, elaboramos alguns objetivos:

- Pesquisar o processo de formação inicial de professores de história ofertado pelo curso de História Licenciatura da

Universidade Estadual do Maranhão e os impactos desta formação na qualidade profissional dos egressos das instituições que atuam na rede de educação pública em São Luís.

- Fazer o levantamento e análise dos programas das disciplinas do curso de História licenciatura da UEMA para o preparo da docência na educação básica.
- Pesquisar a atuação profissional de egressos do curso de História licenciatura da UEMA, já inseridos no mercado profissional para constatar se a formação recebida contribui para a qualidade no processo ensino-aprendizagem.
- Aplicar questionários e realizar entrevistas com docentes para discorrer sobre os avanços e desafios da formação inicial de professores, considerando a realidade da formação acadêmica e do mercado de trabalho no qual estão atuando como docentes.

## **METODOLOGIA**

O curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão é o objeto desta pesquisa, a fim de perceber se a formação inicial ofertada atende aos critérios exigidos na legislação e na construção da identidade do docente, e se fundamentos teóricos, metodológicos e práticos ao longo da formação impactaram no exercício da docência. Por outro lado, tivemos a intenção de verificar

se os docentes formados no curso de História pela UEMA buscaram a formação continuada para a melhoria do exercício da docência.

Neste percurso, foi feito o levantamento e análise da literatura sobre a formação de professores (inicial e continuada) e da legislação educacional, ressaltando a BNCC. Também, pesquisamos a ação profissional de licenciados egressos deste curso que realizaram a formação continuada e estão atuando como professores em escolas públicas da cidade de São Luís.

As pesquisas de campo não foram realizadas *in loco*, devido à pandemia do vírus covid-19. Visando a segurança dos professores e do pesquisador, no processo da pesquisa, foram aplicados questionários de forma remota via e-mail para os professores participantes, com o objetivo de obter dados e informações para compreendermos se a formação continuada tem de fato contribuído para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e para mudanças no olhar sobre a docência.

## RESULTADOS

Neste tópico, apresentaremos os resultados e discussões referentes às leituras feitas ao longo da pesquisa. Cabe ressaltar que em reuniões do grupo de pesquisa NUPEGEM (Núcleo de Pesquisa de Gênero e Educação no Maranhão) contamos com presença de alunas da pós-graduação do mestrado da UEMA que nos

possibilitaram – de forma positiva, com as contribuições de suas pesquisas- novos horizontes com debates e discussões sobre currículo, formação de professores e gestão educacional e escolar, que foram relevantes para auxiliar esta pesquisa.

Sobre as leituras, ressalta-se que elas foram de grande importância para a compreensão do que vem a ser o processo de formação contínua, os seus impactos na atuação de professores e para a sociedade em geral. Sem dúvida, esta bibliografia auxiliou na pesquisa com os (as) professores (as), na compreensão da legislação que trata sobre currículo (BNCC) e para a construção do questionário.

### **Revisão de literatura: fichamentos e análises**

No atual cenário educacional, é fundamental que o docente busque a ressignificação de sua atuação, para o aprimoramento de seu trabalho no ambiente escolar. A formação continuada é um processo complexo, que auxilia o professor a avaliar as suas limitações e, ao mesmo tempo, o insere em novas óticas e mecanismos que estão sendo muito utilizados – como os meios tecnológicos, sem deixar de lado a construção do saber de forma crítica.

O autor Paim (2007) demonstra que o processo de formação é múltiplo e que está longe de ser acabado, pois

É preciso romper a ideia do formar professores, pensando que nos tornamos nós mesmos através dos outros. Assim, a construção do professor, se dá num processo relacional, ou seja, constrói-se na interação com o outro, que pode ser um professor universitário, um colega de trabalho; na troca de experiências, informações... e com os alunos que, no diálogo constante, promovem o crescimento profissional do professor (PAIM, 2007, p. 166).

Complementado as reflexões de Paim (2007), os autores Medeiros e Bezerra (2016) apresentam uma contribuição significativa para o debate sobre esta temática, reforçando que “[...] a formação continuada baseia-se em um processo sucessivo do desenvolvimento profissional do professor [...] perante uma interligação entre sua formação inicial [...]” (MEDEIROS; BEZERRA, 2016, p. 23). Portanto,

[...] a formação docente não se esgota nos cursos de graduação, pois um curso não é a práxis do futuro professor, ou seja, um curso não é a prática do professor, mas é a teoria sobre a prática docente e será mais formador à medida que as disciplinas tiverem como ponto de partida a realidade (MEDEIROS; BEZERRA, p. 23).

Analisando o que foi proposto pelos autores, entende-se que o processo de formação, levando em consideração a prática em sala de aula, deve ser propiciador de uma práxis docente, com ênfase nos aspectos teóricos e pedagógicos. Assim, construindo novos paradigmas para o desenvolvimento da ação da prática docente (SANTOS, 2017). Estes aspectos garantem ao formando a construção de uma identidade profissional.

Fazendo um paralelo com as concepções anteriormente citadas, Santos (2017) aponta outras considerações sobre o processo de formação.

É preciso que se tenha de fato uma proposta de formação para a docência que busque a superação do modelo de racionalidade técnica, uma vez que se nota a permanência de elementos desse modelo, os quais não dão conta dos fenômenos e ações que se desenvolvem nas atividades práticas (SANTOS, 2017, p. 181).

Esta autora, respaldando-se em diversos estudiosos, dentre os quais destaca-se António Nóvoa, ressalta que a formação deve configurar-se em uma “[...] nova profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional [...] no seio das escolas” (NÓVOA, 1992, p. 24), *apud*. SANTOS, 2017, p. 35). Sendo assim:

Acredita-se que uma formação de professores, inicial e continuada, que se ancore nestes aspectos, será favorecedora da construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. Com [...] práticas de formação que tomem como referências dimensões coletivas, contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma produção dos seus saberes e dos seus valores (NÓVOA, 1992, p. 27 *apud*. SANTOS, 2017, p. 35).

Para o enriquecimento deste debate, as argumentações de Silva e Fonseca (2012) são primordiais para entender o entrelaçamento do ensino e da pesquisa na formação, para que haja, de forma proativa, a qualidade na formação docente, sobretudo em História. Assim, “[...] a pesquisa não é apenas um elemento para

melhor qualificar a formação e a prática docente, mas uma postura política de produção de saberes, transgressão, emancipação e transformação social” (SILVA; FONSECA, 2012, p. 37).

Dentro do contexto social, cultural e político brasileiro, há múltiplas complexidades que não podem escapar do olhar do profissional em formação. Outro ponto que merece ser destacado é a crítica por parte dos autores no que diz respeito ao fato dos cursos de graduação em História predominarem os “conhecimentos históricos e teórico-metodológico, desvinculados dos saberes pedagógicos” (SILVA; FONSECA, 2012, p. 33).

O que exige destes profissionais constante formação.

Por isso, é necessário ao profissional de história que faz a opção pela docência, seja na educação básica, seja na educação superior, um investimento em formação continuada, com o objetivo de reconstruir os saberes da formação universitária e a complexidade dos saberes escolares [...] (SILVA; FONSECA, 2012, p. 34).

Nesse sentido, é importante que o profissional professor sempre procure novos saberes para se adequar aos diferentes ambientes educacionais, ou seja, um investimento na formação continuada para que o mesmo tenha a consciência de que estas múltiplas realidades cada vez exigem mais de seu trabalho (seja como um docente, supervisor, coordenador, etc.).

[...] torna-se necessário situar nossa concepção de formação docente (inicial e contínua) como algo permanente; um modo de ser e estar na profissão, no ofício, atitude permanente e constante de preparação,

capacitação para dar respostas adequadas, comprometidas e atualizadas aos fatos, problemas e necessidades da complexa realidade socioeducacional, às condições da vida pessoal e profissional (SILVA; FONSECA, 2012, p. 25).

### **O possível diálogo estabelecido com os professores:**

Por conta da pandemia gerada a partir do vírus covid-19, não houve visitas nas escolas para a realização das entrevistas para coleta dos dados para a conclusão da pesquisa. Portanto, estando ciente das medidas de segurança e de manutenção da saúde, optamos por aplicar o questionário de forma remota, via online pela ferramenta E-mail, com os professores que fizeram parte deste estudo.

Referente aos professores participantes, ao todo são quatro profissionais que trabalham no sistema público de ensino, do município de São Luís tanto da rede municipal, como estadual. Um deles se encontra na condição de mestre e três professoras estão em vias de concluir a pós-graduação em nível de mestrado. A UEMA é a instituição em que estes profissionais realizaram ou realizam os seus respectivos mestrados. Por segurança, identificamos cada profissional por uma letra

No que tange ao questionário, este foi construído a partir das leituras referentes à formação continuada, às implicações da BNCC para a formação docente com destaque para a continuada e, principalmente, tentando constatar como o ambiente escolar é

propiciador para a continuidade da formação destes profissionais. A seguir, analisaremos os principais questionamentos e as respostas dos docentes que fizeram parte deste processo.

### **Com a palavra, os professores: sujeitos do processo da formação continuada**

Na primeira pergunta do questionário, que busca entender se os professores receberam uma formação continuada que propicia o trabalho com a Base Nacional Comum Curricular, dois professores disseram que a formação continuada ajudou para o entendimento da BNCC e o trabalho em sala de aula, já dois pontuaram que não.

Um dos professores que disse sim, o Professor A, ressalta que as escolas onde trabalha realizaram formações pedagógicas interessantes que o auxiliaram na compreensão deste documento. Outro fator que ele destaca é o fato de que a instituição em que realizou o mestrado foi de fundamental importância para a compreensão da BNCC na educação básica, conforme suas palavras:

Sim, tanto na rede municipal de ensino de São Luís como também na rede municipal de ensino de Paço do Lumiar, teve formações pedagógicas. Além de ter trabalhado bastante sobre o tema durante o meu mestrado (PPGHIST-UEMA) na disciplina de Metodologia do Ensino da História na Educação Básica, inclusive, comparecendo em palestras de educadores notáveis como Circe Bittencourt e em audiências públicas na Assembleia Legislativa do Maranhão que debatiam a produção e itens do projeto da BNCC (Professor A).

Outra profissional que disse sim foi a Professora L, afirmando que quando estava dando continuidade à sua formação, a BNCC estava em processo de construção. Com isso, ela teve acesso ao que estava sendo discutido para a estruturação da Base, além disso, recebeu um convite para o processo de construção deste documento. Nas suas palavras:

Sim. Não sei especificar em qual ano passei por essa formação, mas nesse período ainda estava como professora seletivada do município de São Luís. A BNCC ainda estava em processo de construção, apresentaram os objetivos da plataforma e as ideias que seriam desenvolvidas, nos convidando também a participar dessa construção por meio de um site (Professora L).

Analisamos o que os dois professores pontuaram a partir das contribuições das autoras Vargas *et al.* (2017), que em suas falas realçam que os professores das disciplinas das áreas humanas necessitam se ressignificar,

[...] os seus espaços dentro da educação, o que pode acarretar na falta de estímulos, na desistência da docência, entre outros. E concomitantemente a isso, os professores que antes não trabalhavam com um olhar crítico-reflexivo precisarão estar aptos a formar um jovem cidadão que seja capaz de julgar e pensar, sendo responsável pela sua ação no meio político-social (VARGAS *et al.*, 2017, p. 442).

Sobre as professoras que responderam não, a primeira delas, Professora N, assinala que tanto na escola pública quanto na particular em que trabalha ela teve palestras que davam informações

a respeito da Base, entretanto não a ajudaram com o trabalho deste documento em sala de aula. Em suas palavras:

Não. Na escola do estado em que trabalho foi palestrante, mas que muito pouco esclareceu sobre a prática a partir da BNCC. Na escola particular que trabalhei quando do lançamento da BNCC, também tivemos acesso a palestra, mas que mais se direcionaram à estrutura da BNCC que à sua aplicação na sala de aula (Professora N).

Já a outra professora que disse não, Professora R, assevera que a única forma que encontrou para dar ênfase a sua formação continuada foi através de pesquisas pelo recurso da internet, inclusive com indicação de materiais. Em suas palavras: “Não. A formação que tenho eu busquei em pesquisa de links e materiais disponíveis na internet” (Professora R).

No que tange ao segundo bloco de respostas, as falas dos professores demonstram que por mais que não tenham domínio do que está proposto na BNCC para o trabalho em sala de aula, eles buscam alternativas para superar este impasse. Nessa perspectiva, Nóvoa ressalta que para a escola se tornar um ambiente transformador é fundamental haver empenho e dedicação dos docentes, ou seja, “[...] as escolas não podem mudar sem o empenho dos professores; [...]. O desenvolvimento profissional dos professores tem que estar articulado com as escolas e os seus projetos” (NÓVOA, 1992, p.17).

Em outra pergunta, questionamos se o conceito do estudioso Antônio Nóvoa de *reflexão sobre a ação* do professorado pode construir novas práticas de ensino frente às implicações da BNCC, 3 professoras deram respostas diferentes sobre as exigências da BNCC: um professor ressalta de forma crítica que a Base é um projeto de caráter mercadológico que restringe a autonomia do professor.

O Professor A apresenta uma fala mais crítica em relação às implicações impostas pela Base Nacional Comum Curricular, na qual ele observa que é um documento que se atenta mais à preservação da economia capitalista e, ao mesmo tempo, apresenta-se a partir de um viés autoritário, censurando o trabalho do professor de História.

Quando projetos de caráter restritivo e mercadológico do tipo da BNCC prevalecem no cenário político e jurídico, imediatamente o professor se torna um alvo de perseguição por funcionar, majoritariamente, como uma espécie de mediador indigesto, um limitador de danos em favor de uma educação pensante e libertária. Não à toa somos perseguidos por projetos que visam eliminar a liberdade de cátedra e tornar a censura aos docentes uma regra nas escolas para que esse tipo de projeto de educação mercadológica prospere, logo, por exemplo, é dessa mentalidade que surgem projetos inconstitucionais e arbitrários como o “Escola Sem Partido” (Professor A).

Este depoimento do professor, nos fez refletir sobre a Base Nacional Comum Curricular como um mecanismo que opera, obedecendo à lógica dos interesses empresariais, no qual representa um árduo desafio para o professor promover uma educação de cunho

crítico e reflexivo. Nesse sentido, as autoras Costa; Farias e Souza (2019) observam que

A BNCC ao definir competências a habilidade por áreas de conhecimento parece delimitar, restringir e retirar a autonomia dos professores em construir seus planos de ensino, como se fossem incapazes de pensar outros conhecimentos importantes ao aprendizado dos estudantes (COSTA; FARIAS; SOUZA, 2019, p. 103).

E que, portanto:

A BNCC se funda como um amparo legal que o capital encontra para o seu avanço na educação, e sua intenção de padronização curricular aos interesses do mercado, e excludente das diversidades da classe trabalhadora. O que implica em processos formativos engessados, pragmáticos, tecnicistas, acrílicos sem diálogo profundo e problematizado sobre a realidade concreta, onde se encontram os sujeitos da educação básica, aprofundando a precarização do trabalho e desintelectualizando o docente (COSTA; FARIAS; SOUZA, 2019, p. 115).

A Professora L assevera que refletir sobre a ação profissional permite estabelecer novas possibilidades de atuação em sala de aula. Ao mesmo tempo, ela demonstra que cada turma exige uma prática diferente no sentido de envolvê-los para a compreensão da aula. Por fim, a professora afirma que nem todas as instituições escolares deste país se enquadram nas exigências propostas pela Base.

Qualquer profissão que se digne tem que estar em constante pensar sobre si própria. Não só como historiadora, mas como professora, (re)pensar o que fazemos nos permite observar nossos acertos e erros. Porém como professora posso afirmar que não existe uma fórmula correta. Cada turma exige meios/ideias/formas/ferramentas diferentes. Existem práticas

de ensino que ainda permanecem, como também existem novas ideias que estão surgindo a cada novidade tecnológica. Vemos isso nessa pandemia que nos permitiu perceber como a tecnologia pode ser cada vez mais utilizada em sala de aula. Mas é também nesse momento que as desigualdades sociais de nosso país são cada vez mais gritantes e a educação no Ensino Básico se destaca entre esses problemas. A BNCC pode exigir um patamar de aprendizagem, porém nem todos esses espaços escolares disponibilizam as mesmas oportunidades (Professora L).

A professora N pontua que é fundamental haver um diálogo com os professores de diferentes áreas do conhecimento para que haja uma harmonia com o que está exposto na BNCC. Entretanto, esta reflexão tem que caminhar no sentido de possibilitar novas alternativas para o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, reformulando as práticas frente aos desafios que são instaurados pelos ambientes escolares.

Sim. É preciso parar, refletir, dialogar, planejar, replanejar, reunir, cruzar as ditas “áreas de conhecimento”, para caminharmos pelo menos no sentido do que a BNCC propõe. A reflexão sobre a ação do professorado, tem sentido se, dialogado com estes para buscar possibilidades. Por mera avaliação para identificar erros e acertos, não tem sentido. Esta reflexão deve ser acompanhada do conhecimento de todas as possibilidades que trabalho que circundam a prática do professor (Professora N).

Por último, a Professora R sinaliza que, diante das novidades impostas pela Base Nacional Comum Curricular, a reflexão dos professores é importante, pois pode auxiliar para o trabalho adequado frente às normas do documento. “A reflexão sobre a nossa

prática é bem-vinda sempre e no caso da adequação ao que prediz a BNCC é fundamental e necessário” (Professora R).

A partir das falas destes profissionais, percebemos que todos têm entendimento de que no atual cenário educacional no qual estão inseridos (as) é primordial não só haver uma reflexão de cunho individual sobre as práticas de ensino, mas, que este processo seja construído de uma forma conjunta e democrática, ou seja, de uma forma interativa com os outros professores de outras disciplinas. Nesse sentido, isso coaduna com as palavras de António Nóvoa, que ressalta:

É preciso trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas (NÓVOA, 1992, p. 16).

Na última questão, perguntamos aos professores se a instituição em que realizaram a pós-graduação propiciou os recursos teóricos e metodológicos para o trabalho com o ensino e a pesquisa em sala de aula, todas as respostas apontam que houve grandes avanços, com a formação ofertada pelo mestrado do curso de História da UEMA em relação à aplicabilidade de suas pesquisas nos seus ambientes de trabalho.

Todavia, foram levantadas ponderações por dois docentes, demonstrando que o curso de mestrado deve amadurecer em relação ao foco profissional para o ensino de História, devendo haver maior imbricamento entre teoria e prática, dando ênfase ao exercício docente.

Sim, uma vez que o programa de mestrado em que me pós-graduei, por ser profissional, tem um foco estrutural para o ensino de História. Contudo, apesar dos muitos méritos e conquistas em tão pouco tempo de existência, ainda carece de maturidade institucional para aperfeiçoar esse nicho acadêmico da História. No mais, existem outros fatores que limitam a aplicabilidade desse recurso nas escolas, um exemplo didático é o próprio currículo escolar que pressiona os professores a uma dinâmica mais corrida para o atendimento de prazos, o que tolhe sobremaneira o desenvolvimento qualitativo dos conteúdos da componente curricular de História (Professor A).

Sim. Quase todas as pesquisas feitas pelos mestrandos envolveram a pesquisa na sala de aula. Acompanhando as defesas de dissertação de outras turmas e mesmo o processo de elaboração das dissertações de minha turma, senti falta de aplicações práticas. Acho que ainda precisa amadurecer um pouco nesta passagem do campo teórico para o prático. Porém, considero que o tempo para cumprimento de créditos, elaboração da dissertação e do produto é muito curto, considerando que um mestrado profissional e que ao mesmo tempo que fazemos o mestrado, trabalhamos 40h por semana. Consegui até certo ponto levar a pesquisa até então teórica a duas escolas, buscando vivenciá-la, em uma com professores, em outra com alunos. E por conta do tempo, achei uma aplicação limitada, poderia ter sido bem mais amadurecida. Enfim, é necessário aproximar o campo teórico do prático (Professora N).

Considerando o que foi dito por estes docentes, buscamos em Nóvoa (1992) suporte para uma maior compreensão sobre a práxis, da unidade entre teoria e prática, como um campo de construção de saber e, ao mesmo tempo, de reflexão sobre a vida dos professores. Portanto,

A teoria fornece-nos indicadores e grelhas de leitura, mas o que o adulto retém como saber de referência está ligado à sua experiência e à sua identidade. [...]. Não se trata de mobilizar a experiência apenas uma dimensão pedagógica, mas também num quadro conceptual de produção de saberes. Por isso é importante a criação de redes de autoformação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo um processo interactivo e dinâmico (NÓVOA, 1992, p. 13-14).

Por outro lado, um ponto interessante das falas dos professores questionados, é o que é sinalizado pela Professora L sobre a construção de seu produto de mestrado, um paradidático em forma de um curta metragem, que se deu por meio da análise do espaço escolar no qual trabalha. Nesse sentido, a professora compreende que a escola é um grande laboratório humano que tem muito a agregar às pesquisas acadêmicas.

Minha pós-graduação foi feita no mestrado profissional de História da Universidade Estadual do Maranhão. Por ser um mestrado profissional, inevitavelmente vimos a presença de professores (principalmente da área de História) investindo em suas pesquisas voltadas para o ambiente escolar. A ideia de entender a escola como um laboratório de nossas pesquisas era inevitável. Um dos capítulos do meu texto descreve e pensa aquele espaço escolar específico e de que forma minha pesquisa de

campo seria de interesse daquele ambiente. A possibilidade de pensar como uma pesquisa “acadêmica” poderia sair das prateleiras da biblioteca e chegar às salas de aula, tanto que minha produção textual foi feita paralelamente à construção de um curta metragem para ser levado a sala de aula como material paradidático (Professora L).

Por último, a Professora R argumenta que teve uma formação direcionada para o vínculo entre o ensino e a pesquisa em todos os graus de aprendizagem. “Sim, minha formação sempre foi voltada na articulação entre o ensino e a pesquisa em todos os níveis de aprendizagem” (Professora R).

Refletindo sobre as colocações da docente L, apoiamo-nos em Nóvoa (2017), para quem a formação continuada é um processo que se constrói dentro do espaço da profissão, no qual exige do professor uma reformulação de sua atuação frente aos desafios que o ambiente escolar traz para seu cotidiano.

A formação de professores deve criar as condições para uma renovação, recomposição, do trabalho pedagógico, nos planos individual e colectivo. Para isso, é necessário que os professores realizem estudos de análise das realidades escolares e do trabalho docente. O que me interessa não são os estudos feitos “fora” da profissão, mas a maneira como a própria profissão incorpora, na sua rotina, um dinâmica de pesquisa. O que me interessa é o sentido de uma reflexão profissional própria, feita da análise sistemática do trabalho, realizada em colaboração com os colegas da escola (NÓVOA, 2017, p. 1128).

## CONCLUSÕES

As respostas dos professores apontam os desafios que perpassam a formação continuada de professores para a melhoria do exercício docente. Em relação à BNCC, ficou claro que ela precisa de maiores reflexões, pois o que percebemos nas falas de uma parte dos professores é que há uma grande desvalorização do saber docente para a reformulação de sua prática, inculcando a lógica das competências e habilidades. Portanto, a reflexão sobre a ação convida o professor a tomar consciência não só de si próprio, como profissional ou pessoa, mas também ajuda a conscientizá-lo das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas de seu próprio tempo.

Referente ao processo de formação continuada destes docentes, percebemos em suas respostas que o mestrado profissional em História da UEMA vem avançando de forma positiva, reforçando o compromisso entre o ensino e as pesquisas em sala de aula. Outro ponto que merece ser destacado, são as dificuldades destes professores mestres em aplicarem seus produtos didáticos em seus respectivos ambientes de trabalho, o que desqualifica a docência no ensino de História, segundo estes profissionais.

Ressaltamos, que uma parte dos professores que participaram desta pesquisa destacaram que, de fato, o curso ainda precisa melhorar se aprimorando para manter a unidade entre teoria e

prática. Nesse sentido, como propõe Santos (2017), é necessária uma proposta de formação inicial e continuada que vise superar o modelo técnico-racional, construindo novos paradigmas para o desenvolvimento da ação prática docente, instigando a pesquisa e, conseqüentemente, contribuindo para uma qualidade na ação da docência.

Portanto, a nossa intenção foi compreender um pouco mais sobre a realidade educacional do Maranhão. Com este estudo, levantamos novos questionamentos sobre a formação continuada de professores de História, como uma exigência de estudos, para a melhoria da docência e tudo que ela demanda.

## REFERÊNCIAS

ALBINO, Ângela; SILVA, Andréia da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola. Brasília**, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CIAMPI, Helenice. Ensinar História no Século XXI: Dilemas e Propostas. In: TOLEDO, Maria Aparecida L. Tursi (org.). **Ensino de História - Ensaio sobre Questões Teóricas e Práticas**. Maringá: Eduem, 2011.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos; FARIAS, Maria Celeste Gomes de; SOUZA, Michele Borges de. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação de professores no Brasil.

**Movimento-Revista de Educação.** Niterói, ano 6, n. 10, p. 91-120, jan/jun, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais de magistérios da educação básica: concepções e desafios. **Educação & sociedade.** Campinas, v. 36, nº. 131, abr.-jun., 2015. p. 299-324.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019. p. 291-30.

FONSECA, Selva Guimarães. A constituição de saberes pedagógicos na formação inicial do professor para o ensino de História na educação básica. In. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGUALHÃES, Marcelo de Souza (orgs ). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GALZERANI, Maria Carolina Buvério. “Políticas públicas e ensino de história”. In. ARIAS NETO, José Miguel (Org). **Dez anos de pesquisa e extensão.** Londrina: Atrito Art, 2005, vol. 1.

MEDEIROS, LMB; BEZERRA, CC. Algumas considerações sobre a formação continuada de professores a partir das necessidades formativas em novas tecnologias na educação. In: SOUSA, RP. et al (orgs). **Teorias e práticas em tecnologias educacionais.** Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 17-37.

MIRANDA, Marília. Crise na educação: a retórica conservadora. **Revista Retratos da escola.** Brasília, v.10, n. 19, p. 567-579, jul/dez, 2016.

MIRANDA, Marília. **Formação de professores e profissão docente.** Universidade de Lisboa, 1992.

NÓVOA, António. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.** *Cad. Pesqui.* [online]. v. 47, n. 166, 2017, p. 1106-1133.

PAIM, Elison Antonio. Do Formar ao Fazer-se Professor. In. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGUALHÃES, Marcelo de Souza (orgs ). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues. **Formação de professores do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão: percursos e desafios.** São Luís: EDUEMA, 2017.

SILVA, Marcos A. da. História. **O Prazer em Ensino e Pesquisa.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

SILVA, Marcos A; FONSECA, Selva Guimaraes. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido.** 4. ed. Campinas: Editora Papyrus, 2012.

VARGAS, Janete Correia; ZANARDI, Isis; SANTOS, Eliane Aparecida dos; MARQUEZAN, Fernanda. A formação continuada de professores e os impactos da Base Nacional Comum Curricular: um olhar crítico para a reforma do ensino médio. **Disciplinarum scientia.** Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 18, n. 12, p. 429-443, 2017.

## **A LITERATURA DE FRANCISCO DIAS CARNEIRO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E AFIRMAÇÃO DE SENTIDOS NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX.**

Iasmin Carvalho Ferreira Dorothe<sup>1</sup>

José Henrique de Paula Borralho<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Os materiais escritos são importantes evidências históricas relacionadas à expressão e à memória, uma delas é a literatura, conotando a referência ontológica no conjunto das representações sociais e abre uma série de possibilidades narrativas. Com a confluência e evolução da história, a literatura vem constituindo uma fonte de interlocução na busca de seus pressupostos.

Quando tratamos do significado de Literatura, etimologicamente, a expressão vem do latim *littera*, que significa “letra”, e em uma conceituação prática trata-se de manifestações artísticas utilizando da letra ou palavras para criação da expressão verbal. No entanto, a literatura nos remete a uma polissemia conceitual, o termo adquiriu diversos significados pertencentes à arte verbal, utilizando poemas e prosas, o que caracteriza os gêneros literários. A partir dessa conceituação, abre-se uma polissemia de sentidos, incluindo nessa questão as relações em torno das invenções das identidades.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de história

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História e Geografia- UEMA/São Luís.

O que verificamos nas obras **Casca da Caneleira**<sup>3</sup> (coletivo de autores) e **Poesias**, de autoria de Francisco Dias Carneiro, foi a tessitura em torno da invenção, ou um esforço discursivo acerca da identidade maranhense no século XIX, momento pelo qual o império brasileiro estava em processo de formação e as províncias imersas em disputas internas e numa tentativa de inserção nos cálculos no novo regime político, agora capitaneado pelo Rio de Janeiro, sede do império.

A literatura, através das narrativas, consubstancia uma memória social. Segundo Henrique Borralho (2014)

A relação entre a História e a Literatura não é idêntica porque a pergunta feita por essas duas outras áreas parte de premissas diferentes, mas o resultado de qualquer uma delas recai sobre a condição humana, portanto, as respostas diferentes sobre o que seja humano não deveriam constituir-se como elementos de disputa para saber quem pode ou sabe mais sobre qualquer coisa, e sim, enquanto um quadro compósito de uma sinfonia tocada por instrumentos distintos. Cada pergunta, cada axioma, teoria, conjuga-se numa grande partitura (BORRALHO, 2014, p. 33).

---

<sup>3</sup> *A casca da Caneleira*, escrita em 1866. Obra coletiva escrita a onze mãos sob forma de pseudônimos por Flávio Reimar (Gentil Homem de Almeida Braga), Pietro de Castelmare (Joaquim Serra), Pedro Botelho (Raimundo Filgueiras), Rufo Salero (Marques Rodrigues), Jaime Blumm (Trajano Galvão), Nicodemus (Sotero dos Reis), Judael de Babel-Mandeb (Henriques Leal), Stephens Van-Ritter (Dias Carneiro), Golodron de Bivac (Sabbas da Costa), Iwan Orloff (Caetano C. Cantanhede), Conrado Rotenski (Sousândrade). *Casca da Caneleira* é uma novela escrita aos moldes de *La Croix de Berny*, dirigida por George Sand, que pretendia ser uma resposta a Antero de Quental e à Questão Coimbrã.

Francisco Dias Carneiro nasceu em 1837 na cidade de Pastos Bons e faleceu em Caxias, no ano de 1896, onde atuou em diversas áreas como advocacia, poesia, prosa, foi deputado, patrono no número 27 da Academia Maranhense de Letras. É perceptível em sua trajetória a firme relação existente com a política, haja vista a sua posição como deputado provincial, deputado da Assembleia Geral e Vice-presidente da província pelo Partido Conservador, sendo responsável e um dos precursores da formação da indústria têxtil do Maranhão, especificamente na cidade de Caxias com a instalação do parque industrial. Nesse sentido, a vida do autor compreende importantes fatos históricos brasileiros como a Revolta da Sabinada<sup>4</sup> (1837-1838), Revolta da Balaiada<sup>5</sup> (1838-1841), a Lei Eusébio de Queiroz (1850), o início da carreira literária de Machado de Assis, abolição da escravatura (1888), entre outros acontecimentos que são de importância para compreensão do itinerário histórico-literário brasileiro.

---

<sup>4</sup> Sabinada foi um movimento de revolta que eclodiu na Bahia, entre 06 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838. Foi liderada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, por isso ficou conhecida como Sabinada. O principal objetivo da revolta era instituir uma república baiana, mas só enquanto o herdeiro do trono imperial não atingisse a maioridade legal.

<sup>5</sup> A Balaiada é no nome pelo qual ficou conhecida a importante revolta que se deu no Maranhão do século XIX, liderada por Raimundo Gomes, O balaio, contra a Lei dos Prefeitos, “os pegas”, recrutamento forçado, além da exploração dos mais pobres, livres e escravos. É mais um capítulo das convulsões sociais e políticas que atingiram o Brasil no turbulento momento que vai da independência do Brasil à Proclamação da República.

A partir da leitura das obras de Francisco Dias Carneiro **A Casca da Caneleira** e **Poesias**, verifica-se que a estruturação do Maranhão foi marcada por mudanças importantes. A primeira delas é apresentada nas obras do século XIX com conotações elitistas, dentre elas a invenção do epíteto da Athenas Brasileira. Já a segunda, é o olhar voltado a uma escrita não tão difundida, mas que analisa as camadas populares dessa província atreladas às grandes questões da sociedade oitocentista, não enxergando o papel importante das camadas subalternas.

No que concerne à ideia de região, é exposta pelo fato de São Luís ser intitulada como Athenas Brasileira em meio de diversas transformações, sociais e administrativas da província, como afirma Borralho:

[...] parcelas da sociedade que habitavam a cidade de São Luís decidiram se autocognominar herdeiros da civilização grega, ao tal ponto de assumirem que o Maranhão, então província, era a Athenas Brasileira, ou seja, possuía os mesmos ou parecidos marcos conceituais para o Brasil que a Grécia tinha para o ocidente. (BORRALHO, 2010, p.15).

A Casca da Caneleira aborda a construção de uma civilização literária maranhense por influências portuguesas e uma crítica à Questão Coimbrã, polêmica literária que ocorreu entre os anos de 1865 e 1866 em Portugal e que colocou um grupo de escritores denominados “Geração de 70” em um posicionamento distinto ao grupo de Antônio Feliciano de Castilho, um dos principais

instrumentos empregados na produção intelectual sobre a literatura portuguesa sobre vários pontos fundamentais quanto à situação de Portugal ao final do século XIX. Estes confrontos literários levaram Antero de Quental a tecer críticas à produção literária de Castilho, no seu folheto Bom Senso e Bom Gosto. Relatava que os intelectuais brasileiros era “uma turba de gente que nunca leu nem pensou” (ROMEU JUNIOR *apud* AUGUSTINI, 2004, p.03) pela literatura de Castilho ser colhida apenas no Brasil. Essa crítica gerou um rebulição nos então intelectuais maranhenses que já produziam inúmeras obras, daí surge **A Casca da Caneleira**, indo de encontro a esse parecer de Antero de Quental sobre as produções literárias brasileiras.

As presentes obras despertam o pensamento: como abordar todos os aspectos da sociedade (elitista e branca) que vivia no Maranhão no século XIX? Esta indagação dá aos escritores romancistas um caminho a permear e Dias Carneiro, nesse meio, traz a obra **A Casca da Caneleira** que conta a história dos personagens Américo, Clara, Carlos, Juliae Fabrício Neves que passam por divergências amorosas em suas vidas. É possível notar como algumas questões sociais são abordadas no desenrolar das obras e, dentre elas, o que era essa população maranhense para o autor, tendo impasses, pois havia negros, indígenas, mulheres e trabalhadores do campo.

Na tentativa de reafirmar a pluralidade identitária e a literatura como um marco de uma representatividade maranhense dentro dos percursos do Romantismo, Realismo e Naturalismo, a construção do livro foi o período de transição literária presente na interseção romântico-realista, tendo uma visão excludente quanto aos negros e indígenas. A pergunta que se deve fazer é: qual identidade que estava sendo construída a partir da literatura do século XIX e qual a identidade estava sendo mascarada pela mesma premissa eurocêntrica? Como nota Flávio Pereira da Costa Júnior em seu artigo:

O negro também possuiu diversos aspectos negativos nesse imaginário da formação da identidade brasileira. Ficou estereotipado como forte, viril, porém, não com um intelecto avançado, sendo também forte a visão de que são pessoas com tendências ao banditismo. Do Brasil colonial ao Brasil Império o negro era “os pés e as mãos” do senhor de engenho e dos donos de cafezais. Estavam ligados ao trabalho físico, braçal. O homem branco tinha muito medo dos negros; medo que reagissem em sua escravidão e matassem algum branco; medo de serem pegos numa emboscada feita pelos negros na estrada; e até medo da “magia” que o negro tinha conhecimento. Assim, surgiu na mente preconceituosa do branco um estereótipo que deve ser superado. (COSTA JÚNIOR, 2013, p.26).

Sendo assim, Dias Carneiro buscou entender e explicar o Maranhão através de suas especificidades e como se deu essa formação e o surgimento de uma civilização, que por sua vez, se via em diversas transformações destacando a posição das identidades existentes no século XIX.

É importante salientarmos a influência social que teve Dias Carneiro nesse momento, visto que era um respeitado político que conseguiu ser também articulador, levando para Caxias a Fábrica de Tecidos que estava em São Luís, crescendo o poder econômico familiar e ocupando, também, um papel de liderança política muito sólido em sua região. Logo, Dias Carneiro foi um dos principais representantes políticos, tendo influência também em cidades como Itapecuru, Passagem Franca e Pastos Bons. Dias Carneiro também teve participações com seus ideais conservadores, participava de uma elite agrária que se posicionava contra o movimento abolicionista. Enfatiza Barroso (2003, p.64): “ele pregava que abolição da escravidão se daria sem precisar de leis, dando-se através do que ele chamava ‘elaboração social’, ou seja, as raças africanas e europeias através das misturas constituíram uma raça brasileira.”

Afirma Pesavento (2004, p. 81): “a história e literatura são modos de explicar o presente em que a partir delas podemos inventar o passado, pensar o futuro e ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas”, reafirmando a inserção da ciência Histórica e literária enquanto elementos cruciais ao debater as representações dos ideais lusitanos no imaginário maranhense.

Nesse processo sócio-histórico se destacaram as manifestações culturais, de caráter erudito, tendo como escopo a

vertente literária, não valorizando populares, negros, abordando esses últimos enquanto subalternos, inferiores.

Existem dúvidas em relação à época da chegada dos africanos ao Brasil. Mas sabe-se que entre 1502 e 1800, mais de nove milhões de africanos foram transportados para as Américas e o Brasil figurou-se como o maior importador de homens pretos. Nesse contexto delineou-se a formação econômica do Maranhão, embora tardia em relação às outras partes do Brasil (BARROSO, 2006, p. 25).

Essas manifestações devem ser percebidas, pois se constituem enquanto elementos, ora destacados, ora obliterados, e se apresentam como forma de representação sobre uma ideia de região. Afirma Barroso (2006),

[...] os negros apesar do cansaço entoavam canções com ritmos monótonos. Seus instrumentos musicais mais usados eram viola, pífaro e os berimbau. Na festa profana praticavam danças que se resumiam no tambor, que era exercitado no pátio da senzala e no samba, dançado aos pares em local de barro batido. [...] A religião era uma mistura de espiritismo, catolicismo e seita africana. Para praticar a sua religião, dirigiam-se os negros a um local distante, na mata, onde erguiam um altar à Santa Bárbara e prestavam culto sob a liderança de um chefe. Após esse ato no “terreiro” entoavam cânticos e todos participavam da dança própria da religião (BARROSO, 2006, p. 35).

Elementos estes que reuniam a história e cultura da população afrodescendente, que começava a representar uma ideia de identidade intrinsecamente maranhense. O ano de 1866, que retratou um dos maiores auges de produção literária do autor, também teve como marco a ascensão do capital e a formação da

primeira indústria têxtil da província (1818). Segundo Dias Carneiro: “Surgiram talentos rigorosos, que honraram a província e o império com suas produções elevadas e sublimes” (CARNEIRO, 1878, p. 09).

Nesse sentido, vale ressaltar as mudanças da sociedade do período colonial oitocentista, no que se referem à exploração do pau-brasil, da cana-de-açúcar, à criação da Companhia Geral do Comércio Grão-Pará e Maranhão (1755), o que desempenhou um papel importante tanto na economia brasileira, quanto internacional.

Uma das principais mudanças do século XIX foi o surto industrial, compreendendo os anos de 1850 até 1860, qual o ritmo da produção algodoeira elevou-se, uma das principais fontes econômicas do Maranhão. Faz-se necessário compreender que a evolução das indústrias ainda era incipiente, lenta e gradual, o pólo como o Norte do país, já que o Nordeste é uma invenção do início do século XX, ainda sustentava o trabalho escravo e a riqueza de grandes proprietários de terra. Existia a vida campesina, embora retratada de forma retrógrada, legitimando a escravidão em seus campos e formas de trabalho voltados para economia de agroexportação e os ciclos sazonais. Por conseguinte, quando se fala em economia de comércio, é necessário por a questão da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que extingue o tráfico negreiro levando à crise econômica dos grandes proprietários, pois as Américas deixavam de receber sujeitos

escravizados da África. No caso do Maranhão, pode-se destacar que passa a ser exportador de mão de obra escrava para outras províncias. Assim sendo, o elemento sustentador da economia agroexportadora começava a singrar, levando os grandes proprietários rurais a minimizarem seus prejuízos vendendo mão de obra escravizada.

É de grande necessidade, também, evidenciar que o sujeito escravizado à época era apontado como um bem móvel, ou seja, como objeto pessoal de fácil locomoção. Após as expansões das indústrias, tem-se um crescimento populacional gradual, aumento também do volume das negociações comerciais nos grandes centros, e até nas pequenas cidades.

É de grande importância estabelecer que Francisco Dias Carneiro, nas obras assinaladas, correlaciona a questão econômica com as questões sociais, tais como: os indígenas, os negros, a natureza, o papel da mulher, na tentativa de situá-los neste quadro, tendo como premissa suas inserções, quais eram seus papéis quanto à noção de desenvolvimento, “progresso”, logo, não é de se estranhar sua visão preconceituosa, elitista, típica de uma mentalidade escravocrata, branca e racista, afinal, desconsiderava tais sujeitos por enxergá-los como mão de obra para a agroexportação, para uma economia monopolista e concentradora de renda. Em sua visão sobre uma sociedade ideal, negros, indígenas e até mesmo mulheres, não contribuíam enquanto sujeitos posicionados ou contribuidores da

sociedade brasileira em formação, pois sua visão elitista tinha como premissa ideais europeizantes. Assim sendo, o Brasil não poderia abrir mão do braço sustentador da economia agroexportadora, mas não podia incorporar tais sujeitos enquanto cidadãos.

Na pesquisa foram incorporadas as análises do Acervo Digital do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) por meio de panfletos, cartas e outras fontes disponibilizados virtualmente. Tais estudos demonstraram resultados em relação à forte presença da cultura popular, tal como o folclore, atribuída a uma sociedade camuflada em suas tradições.

A Casca da Caneleira aborda o Maranhão a partir do epíteto da Athenas Brasileira. Segundo Henrique Borralho (2010)

Falar da Athenas Brasileira é falar de conflitos sociais, de disputas de memórias, de opções políticas e sociais, de instrumentação econômica por parte dos detentores do poder político, das desigualdades de uma nação que nascia pautada na exclusão, na exploração do trabalho escravo, nas inúmeras diferenças que forçosamente criaram élan de pertencimento a um grande projeto de nação controlado por elites econômica e política. Ao editarem o epíteto ateniense não vislumbraram o mosaico compósito da diversidade sócio-cultural do Maranhão, encobriram segmentos sociais que ladeavam a reza do latim ao tambor-de-crioula, pratos “refinados” da Europa ao lado de vendeiros, quituteiras, pregoeiros que não escondiam um outro Maranhão. Estavam porque sempre estiveram ali (BORRALHO, 2010, p. 23).

E, segundo Evaldo Almeida Barros,

As ideias de civilização e cultura europeamente entendidas foram levadas muito a sério pelas elites letradas do Maranhão. Elas tentaram, a todo custo,

européizar e, sob certo aspecto, embranquecer o patrimônio identitário regional. E tal operação, muitas vezes, foi acompanhada por outro empreendimento, a tentativa de ignorar ou execrar a herança quantitativa e qualitativa de indígenas e africanos, e de seus descendentes, na região. Elas aceitavam que havia altas culturas, e que estas se localizavam na Europa. [...] Nessa perspectiva, a representação Atenas Brasileira pode ser entendida como uma rebuscada tentativa de europeização e embranquecimento cultural e identitário do Maranhão e do maranhense (BARROS, 2007, p. 39-40).

Quando pensamos em produções literárias, pensamos nos diversos métodos que esta predispõe, dentre todo seu sistema complexo de significados, destacando a literatura romântica, levando determinados indivíduos a reinterpretarem e ressignificarem o mundo à sua volta. O imaginário, que envolve as representações e dão sentido ao mundo, acabam construindo a partir do real e introjetam no âmbito social. Logo, elas influenciam a sociedade, cabendo a nós historiadores uma análise e compreensão do que possivelmente pode envolver as narrativas e como elas, de certa forma, influenciam determinados acontecimentos históricos e sociais do século XIX.

Essas influências do imaginário estão presentes no centro de visão da identidade maranhense. Para Pesavento (2006, p. 36): “a história e literatura são modos de explicar o presente em que a partir delas podemos inventar o passado, pensar o futuro e ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da

época em que são produzidas”, reafirmando a inserção da ciência histórica e literária como elementos cruciais.

Foi possível retratar o século XIX e todos os apontamentos sócio-históricos analisados pela literatura de Francisco Dias Carneiro, que apresentou em suas obras realidades parciais da sociedade. Na reflexão do Maranhão em suas caracterizações, a ideia central a ser posta é a compreensão dessa literatura no cômputo das obras **A casca da Caneleira** e **Poesias**, ambas trazem a combinação do gênero literário romântico. As obras, para além da característica romântica, trazem uma abordagem das relações sociais em um contexto intelectual e hierarquizado, em virtude de tratarmos o contexto excludente do período do Brasil Império.

As informações acima nos levam ao entendimento do livro *Casca da Caneleira*, que através do pseudônimo Stephen Van Ritter, pseudônimo do autor na obra, traz na abordagem do capítulo VII a mistura das relações, tanto a familiar quanto a amorosa, indicando o posicionamento de Clara quanto à indecisão em seu noivado com o Sr. Eustáquio Nogueira e as intervenções do Major Salustiano em sua vida representando algumas peculiaridades que compunham o imaginário social e as realidades do século XIX.

Paralelamente, elementos referentes à obra *Poesias*, não somente estimularam as relações sociais e econômicas do Maranhão oitocentista, mas também, apresentaram novas conjunturas desse

período. Partindo das análises sobre uma invenção sociopolítica de identidade maranhense, a vida campesina caracterizou uma resistência em busca do seu espaço na economia, que no Maranhão passou do século XVIII até o início do século XIX.

É perceptível, também, como a atividade produtiva é exposta com um certo apreço, sendo um modo de vida. No entanto, a história do campesinato até os dias atuais sempre entrou em questão da “amnésia social” (MOTTA;ZARTH, 2008), ou seja, quando tratamos de uma agricultura e até das produções agroexportadoras, devemos nos remeter ao campesinato desde as organizações familiares de povos originários até hoje, ao fato que tal vida representa uma cultura, um modo social de sobrevivência e a base para essa modernização da agricultura. Não se pode negar as origens da agricultura, visto que esse modo de vida é marcado também por diversos tipos de lutas sociais e resistências dentro do campo, na busca por inclusão. O campesinato também caracterizou no período colonial uma forma de trabalho escravo em virtude do grande número de escravizados que foram trazidos para trabalharem nas lavouras.

Na teoria é colocada enquanto atividade produtiva voltada para o caráter familiar como modo de organização trabalhista, no caso da vida campesina brasileira, a agricultura, desde o período colonial, consistia no trabalho escravo e em monoculturas. Sob esse

viés, a legislação fundiária da colônia, que deveria estabelecer a propriedade da terra, perdeu sua legitimidade em 1822, e só foi alterada em 1850. Sendo assim, vinte e oito anos sem legalidade da terra, isto é, os pequenos agricultores, além da produção familiar, tinham sua mão de obra voltada para o mercado e a classe dominante era posta como modelo de controle social, estabelecendo políticas da agricultura e as produções por comando da dominação da elite.

A identidade regional não se atribui somente aos valores característicos das elites ditas letradas, ela acabou se posicionando como uma importante peça na complexa engrenagem na qual identidade maranhense é ressignificada em marcas negras e populares. Destarte, a literatura tida por maranhense ou que se pretendeu “inventar um Maranhão”, nasceu do conjunto das ações, ideias e interesses que estavam intrinsecamente ligados ao grupo que a descreveu. Deste modo, relata-se na obra **Poesias** a religiosidade como um dos pontos importantes para Francisco Dias Carneiro, ressaltando sua visão sobre a catequização desde o período colonial.

Dias Carneiro foi um dos precursores da identidade literária maranhense, responsável pela imagem acerca da invenção sociopolítica criada por suas obras, ao passo que o pensamento brasileiro sobre a vida intelectual se baseava em jornais e na vida publicada pela necessidade de manutenção da literatura quanto produção identitária.

Também destacamos a presença de uma bipolaridade entre o popular e o erudito, embora frequentemente anunciada na época pelos sujeitos sociais, muitas vezes responsáveis pelo disciplinamento e perseguição às produções culturais populares e negras durante os anos fortes da Atenas Brasileira, já enunciada. Dentre essas produções, tinha-se as lendas populares presentes no imaginário maranhense e como elas se relacionavam com a literatura de Dias Carneiro. Com percepção de como as lendas compõem um grande valor na formação cultural e identitária da cidade, podemos destacá-las fazendo parte do patrimônio histórico local, representando características muito ligadas à sociedade. Nota-se que

As lendas maranhenses têm aspectos fundamentais para a formação dessa maranhensidade. Seu aspecto histórico e identitário denota conotações que permitem observar entre o erudito e o popular. Erudito por apresentar uma relação direta com a elite local, como temas relacionados ao escravismo, os prédios históricos, a elite em si, a formação literária, e tudo isso está imbuído sobretudo nas lendas analisadas, por estarem remetendo ao período que mais é referido pelos intelectuais, que é o século XIX (COSTA JÚNIOR, 2013, p. 20).

Retificando as ricas manifestações culturais resultante dos povos indígenas e africanos, acabavam sendo proibidas devido à imposição da mitologia cristã mantenedora de práticas de cunho eurocêntrica. Muitas das práticas religiosas desses povos que não fossem semelhantes a essas manifestações católicas, foram perseguidas no decorrer do tempo.

Outro ponto relevante das obras é no tocante ao papel feminino, destaca-se em *A Casca da Caneleira* a visão que é posta sobre a fragilidade da mulher na sociedade, além de assumir a “superioridade sexual masculina”. Partindo do pensamento de Rossini:

Historicamente, antes do surgimento das primeiras manifestações literárias de autoria feminina, o sujeito detentor do direito ao discurso - e, assim, do poder - era do sexo masculino, branco, de classe média alta, e as representações até então erigidas se davam unicamente por esta perspectiva social, atestando o silenciamento e invisibilidade até então reservadas ao sexo feminino” (ROSSINI, 2014, p.5).

Reafirmado a construção sociopolítica a partir do sujeito feminino e a literatura, como um papel eminentemente distante da mulher, ressaltamos a secularização do casamento no século XIX: “a mulher brasileira branca do século XIX aparecia como um ser despersonalizado, com atividade circunscrita ao lar e à Igreja, salvo pouquíssimas exceções. Sua situação era de subserviência, até jurídica, passando das mãos do pai às do marido” (LORDELLO, 2002, p. 33). O autor em tela enfatiza a construção social feminina e masculina a partir da diferenciação de gênero. O casamento e o lar, portanto, eram os locais de atuação da mulher no século XIX. Mas, ao longo dos períodos colonial e imperial muitos homens buscavam no casamento com moças de famílias tradicionais a resolução de problemas ligados ao status social.

Foi também a partir das análises de jornais que percebemos o papel crucial da imprensa. Ela conseguiu consolidar através dos periódicos literários uma nova forma de olhar essa província, ou seja, de atribuir valores àqueles literários que aqui habitavam, assim como falar através dos jornais sobre um Maranhão cheio de particularidades.

[...] os impressos especializados em literatura do século XIX circularam em sua maioria na capital do estado e caracterizavam-se por erguer discursos de exaltação da cultura local por meio da publicação de obras escritas por maranhenses, como Gonçalves Dias, Sousândrade, Aluizio de Azevedo, entre outros. Assim, ao publicarem as obras de escritores maranhenses, os jornais, principalmente da capital, podem ter contribuído para a legitimação do mito oitocentista de São Luís como a “Atenas Brasileira”, relacionando o lugar à literatura e artes, denominação comum até hoje (GADINI, 2017, p. 12).

Esses impressos serviram para o processo de “modernização” que impulsionou não somente um agendamento da cultura nos impressos, mas também estabeleceu uma lógica de consumo de cultura. Além de melhorar a tematização e fortalecimento da cultura nos impressos maranhenses do século XIX, associados a uma modernidade e às transformações presentes em algumas cidades do estado, como o crescimento da urbanização, baixos índices de analfabetismo, comércio e indústrias fortes.

Quando buscamos essas especificidades para tratar a população no século XIX, é de suma importância a participação

diversificada do índio e do negro, como fonte rica de conhecimento. Através das leituras realizadas, percebemos a forte presença desses personagens, que por sua vez, estiveram ausentes da escrita de Dias Carneiro. Percebemos no levantamento bibliográfico que, para além da conquista desses povos nativos servirem como uma forma mecânica, ou seja, da mão de obra escrava, militar e econômica, foi também uma conquista moral.

Escondeu-se por um tempo um Maranhão rico de diversidades no âmbito religioso, social, familiar, cultural a partir desses povos nativos e os que foram trazidos para o Maranhão em estado de escravidão imposto pela colônia portuguesa, nas palavras de Fanon (1956, p. 20), “processo de hierarquização sistemática buscada de forma impiedosa”, ressaltando o forte processo de colonização na América.

Desse modo, a pesquisa abordou na obra *A Casca da Caneleira* uma discussão sobre o olhar literário dessa invenção sociopolítica. Paralelamente, ampliamos a arguição da obra *Poesias*, em que o escritor traz elementos que fazem menção a indígenas que no Maranhão residiam. Foi possível perceber a breve abordagem da cultura dos *Tapuyas*, termo designado e originário do tupi utilizado durante o período inicial de colonização do Brasil para caracterizar indígenas que não falavam o tupi antigo, percebendo-se o forte caráter romântico de Dias Carneiro. Ele se utiliza de uma abordagem

peculiar em relação à barbárie a esses sujeitos, tão castigados no período escravista. Em alguns momentos as obras fazem referências às manifestações culturais desses povos, porém, o protagonismo ainda é voltado para uma elite branca e europeizada. É imprescindível ressaltar que boa parte dessas manifestações culturais foram extintas no decorrer do tempo em virtude da imposição religiosa, social, cultural entre outros. As práticas, como as religiões de matriz africana, passaram por um processo de aculturação.

Em virtude desses processos, o pensar no imaginário do maranhense influenciou uma polêmica diretamente ligada aos sentidos e representações da literatura que nascia, ou seja, no Maranhão foi uma das questões fundamentais, menciona Farias Brito:

A partir da problemática literária e dos questionamentos pessoais realizados pelos envolvidos, derivaram problematizações que tocavam em pontos centrais da discussão sobre a produção do conhecimento, como o questionamento a reprodução acrítica, uma preocupação maior com o conteúdo do que a forma, a valorização do mérito individual e a liberdade para a defesa de ideias e propostas divergentes instituídas. Estes elementos transpassavam, por sua vez, outros pontos que seriam várias vezes questionados na atuação da “Geração de 70, como a educação e a influência da Igreja no Estado e no comportamento do povo português” (BRITO, 2015, p.171).

Portanto, essas divergências impactavam não somente o povo português, mas a própria produção intelectual, trazendo transformações significativas tanto em Portugal, quanto no

Maranhão. Sendo assim, um olhar literário ao contexto histórico que as obras trazem como herança literária maranhense, são componentes primordiais para entendimento do período oitocentista, e as questões muito presentes atualmente que transformam esses assuntos em motivos para serem analisados.

Através da produção literária foi possível uma verificação do período histórico revelando riquezas, culturas, entre outras características que o Maranhão do século XIX apresentava. É de profunda importância as obras retratadas enquanto herança literária maranhense, já visto que a Literatura é advinda de um sentir em sua forma peculiar, que é encontrada nas leituras ao mostrar o que compunha o imaginário social e as realidades de um período.

## REFERÊNCIAS

### Fonte Primária

CARNEIRO, Francisco Dias. **A casca da caneleira**. Edições SIOGE. São Luís – Maranhão, 1980.

CARNEIRO, Francisco Dias. **Poesias**. MA: [s.n.]. 1878

### Bibliografia

ALMEIDA, A. E. **O pantheon encantado: Culturas e Heranças étnicas na Formação da Identidade Maranhense**. Salvador, 2007.

ALMEIDA, A. E. **Cultura e Identidade no Maranhão Estado-Novista**. São Luís – MA, 2007.

BARROSO, Maria das Graças Saraiva. **A Escravidão e a Crise do Escravismo no Antigo Município de Picos – MA.** Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, 2006.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **O (in)atual em Literatura. Literatura em diálogo: memória, cultura e subjetividade /** Organizado por Joseane Maia Santos Silva, Silvana Maria Pantoja dos Santos. -- São Luís: EDUEMA, 2016.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Onde Clio e Caliope se fundem: a metáfora da farinha d'água. In: Pucheu, Alberto, TROCOLI, Flávia, BRANCO, Sonia. **Teoria Literária e suas fronteiras.** Rio de Janeiro, Azougue, 2014.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: A literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro.** São Luis, Prefeitura de São Luis, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. **ENTRE O POPULAR E O ERUDITO: As lendas como representação do Maranhão oitocentista.** Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Nem tudo é valentia ou vadiagem: praticas culturais e usos de simbolos de civilidade por escravos, forros e mestiços na Provincia do Maranhão oitocentista. **Revista Outros Tempos.** São Luis, 2007.

DA ROCHA, André Gusmão. Os novos atenienses: Apropriação do imaginário da Atenas Brasileira na Primeira República. **Revista Outros Tempos.** São Luís, 2013.

EVARISTO, Conceição. [Depoimento] in: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.) **Literatura e Afrodescendência do Brasil**: antologia critica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FANON, Frantz. **Racismo e Cultura**, 1º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, Publicado no *Présence Africaine*, 1956.

FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literarios. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988

GADINI, Sérgio Luis; REIS, Thais Assunção. **Breve Panorama da Cultura nos Jornais Maranhenses do Século XIX**. Revista FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2017.

GOMES, Leandro. **Fragmento das Dinâmicas Culturais: Aculturação e Enculturação**. Universidade de Coimbra/ Portugal, 2019.

LORDELLO, Josette Magalhães. **Entre o Reino de Deus e dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LUZ, Giselle. A escrevivência de Maria Firmina dos Reis no conto A Escrava. **Revista Travessias**. UFMG, 2018.

MATA, Inocência. cap Literatura. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. In: SANSONO, Livio; FURTADO, Cláudio Alves . Salvador: EDUFBA, 2014.

MEIRELES, Mario M. **Panorama da Literatura Maranhense**. São Luis: s/e, s/d.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rossini, T. **A construção do feminino na literatura: representando a diferença**. Maringá: Universidade Estadual do Maringá (UEM), 2014.

VIGARIO, Jacqueline S. **Historia e Imaginario**. II Seminario de Pesquisa da Pos-Graduação em Historia UFG/UCG. Goias, 2009.

## **A PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DA CAPITANIA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO: conflitos de jurisdições e relações de poder (1730-1734)**

Kecianny Araújo Santos<sup>1</sup>

Eloy Barbosa de Abreu<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O processo de navegação das monarquias ibero-europeias, realizadas nos séculos XV e XVI, permitiu a diversidade espacial do império ultramarino português, e fez da cultura política a busca por uma centralização, a partir de uniformidades político-administrativas, hierarquizadas entre si, onde as competências jurisdicionais apresentavam múltiplos espaços de poder. As jurisdições eram regidas e ordenadas por um código de leis, cujo objetivo consistia no doutrinamento e disciplinamento dos agentes da coroa, funcionários régios e oficiais. Portanto, no intuito de colonizar o espaço que formaria a América Portuguesa, a coroa

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de História Licenciatura do Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista PIBIC/UEMA 2019-2020. Bolsista do Programa Residência Pedagógica 2020-2022/CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa e Documentação em História Social e Política do Maranhão-GPDOHSPM

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de História e Geografia-DHG do Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão-PPGHISTUEMA. Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco-PPGH/UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa e Documentação em História Social e Política do Maranhão-GPDOHSPM.

organizou mecanismos que possibilitaram o ideal da ação de maneira concreta e eficaz. Na efetuação das ideias, a organização de uma administração centralizada segundo as normas de território local foi a prática de colonização estabelecida pela coroa portuguesa.<sup>3</sup>

Contudo, a reprodução da política-administrativa da coroa para a colônia não se concretizou inalteráveis, houve a necessidade de ajustes nas experiências institucionais e competências dos ofícios, para que fosse possível um projeto colonizador. É nesse sentido que podemos elucidar as atribuições destinadas ao cargo de provedor, principal objeto de análise nesse trabalho. As atribuições do provedor na Colônia diferiam das exercidas pelo mesmo no Reino, pois os provedores na metrópole conheciam principalmente dos testamentos, portanto responsáveis por cuidar da Fazenda dos Ausentes (PUNTONI, 1967).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> No Estado do Brasil, de início, o sistema de capitanias hereditárias, criadas em 1534, assegurou a essência da administração colonial portuguesa no Ultramar, embora não tenha obtido sucesso absoluto em termos de administração, o sistema de capitanias foi considerado eficaz em termos comerciais. Todavia, a instalação do Governo Geral e Provedoria-mor, em 1548, a criação do Conselho de Fazenda, nos finais do século XVII e a implementação das Câmaras nas Capitanias, significou uma nova relação entre colônia e metrópole, representando uma concretização da administração política (SALGADO, 1985).

<sup>4</sup> Tratava-se de uma instituição jurídica, que tratava diretamente da transmissão de heranças de pessoas falecidas. Essa instituição contava com o apoio de um provedor, “responsável por todas as questões relativas às fazendas dos defuntos e à arrecadação dessas, bem como por cuidar dos bens dos clérigos que falecessem no ultramar” e etc. (MIRANDA, 2000, p. 82-83).

Sendo assim, ainda que a administração colonial fosse, no plano ideal, uma extensão da metrópole, cujas dinâmicas estavam submetidas às mesmas lógicas de funcionamento, há inúmeras singularidades. Nesse sentido, buscamos elucidar as relações de sociabilidade, a partir da análise da atuação dos serventuários régios diante de conflitos jurisdicionais nos assuntos referentes à fazenda, justiça e defesa no Maranhão Colonial.

### **Estrutura da Provedoria da Fazenda Real do Maranhão**

A Provedoria da Fazenda Real foi um órgão utilizado pela monarquia portuguesa para tratar da administração de suas conquistas territoriais no ultramar. A Provedoria Real da Fazenda foi criada com o intuito de “arrecadar e administrar as receitas e despesas da área que estava sob sua jurisdição” (BARBOSA, 2016, p.18). Ou ainda, a Provedoria da Fazenda pode ser compreendida como órgão, cujas atribuições estavam para além da tributação e fazenda, por assim dizer, era o centro da administração colonial e a base da intendência militar (BARBOSA, 2016, p.19). Enquanto órgão responsável por cuidar do tesouro régio na colônia, desde os primeiros momentos de exploração de novas potencialidades mercantis, é possível notar uma preocupação por parte do Estado Português com a administração fazendária. Graça Salgado (1985), discorrendo sobre o assunto, destaca:

Quanto à arrecadação e fiscalização das rendas reais – área de suma importância para o incremento do Tesouro régio -, a Coroa mostrou-se cautelosa, designando um agente de sua confiança para tais funções. A nomeação do FEITOR e ALMOXARIFE, funcionário encarregado de tal setor da administração, evitaria, conforme a ‘lógica da vigilância’ seguida pelo Reino, os descaminhos das rendas coloniais para as mãos dos seus parceiros-donatários (SALGADO, 1985, p.51, grifo da autora)<sup>5</sup>.

Portando, desde o princípio, nos assuntos referentes ao tesouro real, a prudência ocupava destaque. Primeiramente instalada no Estado do Brasil, com a criação em 1548 do Governo-Geral, a Provedoria-mor baseava-se no sistema de arrecadação e controle dos direitos da Fazenda Real, concretizando a necessidade de uma organização dos tributos reais. Diante disso, pode-se afirmar que a instalação da Provedoria-Mor foi um alicerce para o entendimento da administração orientando uma nova fase do território em questão.

Sobre a função e dinâmica de funcionamento da Fazenda, Graça Salgado (1985) destaca ainda que “revelava na administração fazendária colonial o seu aspecto fiscalista, pois além da arrecadação de impostos, garantia as atividades e possibilidades econômicas reservadas sob contratos e monopólios, chamados na época de ‘estancos’” (SALGADO, 1985, p.84, grifo da autora). A instalação de

---

<sup>5</sup> Sobre isso, a autora também destaca que em 1534 quando se iniciou o processo de exploração das terras americanas, as jurisdições e privilégios dos Donatários eram amplas. Este era encarregado de organizar “aspectos administrativos da Colônia, quais sejam: a aplicação da lei (Justiça), a cobrança dos tributos e fiscalização do comércio (Fazenda) e a manutenção da ordem interna, bem como a proteção contra o concorrente externo (Defesa)” (SALGADO, 1985, p.50).

colonos e donatários foi primordial para desenvolver a região, pois a Coroa Portuguesa almejava também o lucro, advindo do consentimento de terras. A implementação da cobrança de dízimos era um sistema valioso cobrado pela coroa. Portanto, a necessidade de se colocar pessoas que fossem inteiramente da confiança real, para se responsabilizar pela cobrança, do que era, segundo os mecanismos institucionais, de direito da Fazenda Real, era uma prerrogativa para nomeação de serventuários nos cargos da Provedoria.

Os serventuários da Fazenda deveriam, por escrito, registrar nos livros as receitas e despesas da Colônia e realizar constantemente a manutenção desses livros. Os serventuários eram mais que atualizadores de informações a serviço do monarca. Eram, segundo Silva (2015):

[...] influenciadores e principal elemento de ligação entre o Império Português. O seu esforço e empenho eram a única garantia da efetiva arrecadação das rendas. O contato que os colonos tinham com a Metrópole eram os oficiais, assim como a Coroa os mantinham como sua principal presença na colônia. Os funcionários da Fazenda serviram como elos intermediários desta lucrativa relação em que ambas as partes tinham grandes interesses de favorecimento e para isso era interessante que estivesse cada vez mais fortificada (SILVA, 2015, p.34-35).

Como colaboradores reais, estavam associados a finalidades que seguiam a mesma direção. Entretanto, os funcionários da Provedoria da Fazenda Real do Maranhão, aproveitavam-se da função que ocupavam na engrenagem administrativa para agir de

maneira ilegítima e obter rendas em causa própria. Essa questão pode ser justificada porque “a coroa portuguesa era constituída não por algo singular, mas por um polo de interesses agregados a várias organizações, sendo seu cerne formado por meio de entidades que embora obedecessem às vontades régias, também defendiam seus próprios interesses” (CARDIM, 1998, p.13 *apud* SILVA, 2014, p.19). A grande maioria das perturbações envolvendo a administração fiscal do Estado Colonial do Maranhão foi resultado da preocupação em garantir interesses particulares.

A complexa equação entre o poder régio e a distância que marcavam o alargado Império Português é destacada como motivo pelo qual os polos que constituem o poder régio na colônia defenderam seus próprios interesses. Assim, um conjunto de interesses é estabelecido, de modo que o poder cedido a diversos serventuários, em dados momentos, passam a defender interesses individuais. É nessa dinâmica de funcionamento que a administração envereda por um caminho pantanoso, onde conflitos de sociabilidade são assentados.

Consequentemente, os monarcas portugueses criaram, com frequência, organizações políticas que contribuiriam diretamente para a boa administração da Fazenda Real, objetivando “acumular mais emolumentos, diminuir as despesas e evitar atos ilícitos tanto no centro quanto nas periferias” (SILVA, 2014, p.30), como o

Conselho de Estado, que no período de D. João V criaram-se três secretarias: Secretaria de Estado do Reino, Secretaria de Estado dos Negócios de Estrangeiros e Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos. As atividades com teor fiscalista estavam diretamente associadas com a Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos e, principalmente, ao Conselho Ultramarino.<sup>6</sup> Assim, fica claro que a Fazenda Real na colônia, sendo uma das bases da sociedade portuguesa, foi moldada para atender inteiramente aos interesses do Estado, portanto, era de extrema importância que se estabelecessem esses mecanismos de reformulação do sistema, que se dava devido à presença de forças centrífugas que constituíam o poder, conforme citado anteriormente.

Ao nos referirmos à organização da Provedoria, destaca-se que era constituída por um grupo de oficiais, responsáveis por direcionar as atividades de arrecadação dos impostos e promover os recursos para dar funcionalidade nos setores da administração, à medida que estavam dispostos em seus ofícios mediante os desejos do rei. Segundo Salgado “do ponto de vista jurídico, essa rede de funcionários era um prolongamento da administração metropolitana na Colônia e estava hierarquicamente subordinada à instancias mais importantes, o governo-geral” (SALGADO, 1985, p.66). Portanto,

---

<sup>6</sup> O Conselho Ultramarino, foi criado em 1642, e teve significativa importância, pois era o órgão responsável pela comunicação oficial entre o monarca e as colônias ultramarinas (MENEZES, 2005).

esse mecanismo administrativo era de procedência da metrópole, entretanto, as capitânias executavam em menor proporção esse sistema. Em campo local, o provedor era incumbido de fiscalizar, arrecadar e dar assistência a todas as questões ligadas à esfera fazendária.

Compreendemos a estrutura administrativa da Fazenda Real como uma organização hierarquicamente montada, na qual o cargo de provedor é representado como o maior posto, desempenhando funções de arrecadação dos tributos, além de controlar o quadro de funcionários da Fazenda. Por assim afirmar, o indivíduo que ocupava o cargo deveria zelar para o bom funcionamento da instituição. Na Provedoria do Maranhão, o quadro primário de funcionários apresenta dimensões sem complexidade quando relacionado ao observado no Estado do Brasil. Nas fontes documentais percebeu-se o envolvimento ávido dos seguintes compositores da Provedoria do Maranhão:

| <b>Quadro I - Estrutura Simples da Provedoria Real no Maranhão</b> |  |
|--|--|
| <b>CARGOS</b>  | <b>ATRIBUIÇÕES</b>   |
| Provedor   | Coordenar a arrecadação e o envio dos livros.                    |
| Almoxarife   | Arrecadar os tributos, de acordo com os contratos dos rendeiros. |
| Escrivão   | Registrar todas as atividades da Provedoria.                     |

|                        |  |
|------------------------|--|
| Rendeiros <sup>7</sup> | Arrendar e receber os direitos dos contratos. Uma vez arrecadados, prestariam contas com o almoxarife. |
|------------------------|--|

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base no levantamento feito nos seguintes fundos documentais: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Maranhão e Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

## Limites de Jurisdições na Provedoria do Estado Colonial do Maranhão

Para Arno e Maria José Wehling (1994), tanto o Estado Metropolitano quanto a administração colonial eram desprovidos de uma estrutura administrativa, seja na organização do quadro administrativo, na falta de uma jurisdição plenamente constituída ou ainda da presença de sujeitos que atuavam de forma precisa na aplicação das leis (WEHLING; WEHLING, 1994), o que diretamente implica uma ineficiência na estrutura administrativa do Maranhão. Essa ambiguidade da estrutura administrativa ocasionou conflitos e rivalidades sobre as competências de poder. Contudo, nesse processo, a figura soberana do monarca garantia ao aparelho político administrativo “a manutenção da autonomia política jurídica (*irusdicto*) dos corpos sociais, como que a cada órgão corporal, tem a sua própria função (*officium*) de modo que a cada corpo deve ser conferida a autonomia necessária para que a possa desempenhar” (CONSENTINO, 2010, p. 406).

---

<sup>7</sup> Não eram funcionários diretos da Coroa, pois seu vínculo com a Provedoria dependia do arrendamento dos contratos, atualizados a cada três anos.

Portanto, o monarca deliberava aos funcionários régios competências jurisdicionais, através de um conjunto de “parafernália formalista”<sup>8</sup>, a autonomia e a autoridade para que pudessem desempenhar suas funções sem o comprometimento das funções de outros. Todavia, tal afirmativa não significa que esse processo aconteceu em perfeita harmonia, visto que, na estrutura administrativa montada pelo Estado Português, as competências se chocavam ou em outros pontos eram contraditórias. Salgado sintetiza que “as atribuições apesar, de minuciosamente discriminadas nos diversos regimentos, confundiam-se entre si à medida que as próprias funções também não estavam claramente delimitadas por área de ação” (SALGADO, 1985, p.53).

Os conflitos envolvendo os oficiais da Provedoria da Fazenda Real do Maranhão eram constantes, mas nem sempre esses desentendimentos ocorriam apenas entre os oficiais da instituição. A ausência de uma hierarquia definida gerou uma gama de conflitos entre funcionários de várias esferas na burocracia portuguesa, ainda mais quando os envolvidos podiam recorrer à figura do Monarca para mediar e interceder por aquele que se sentisse prejudicado no processo.

As competências jurisdicionais – militar, fazendária, eclesiástica ou jurídica – foram legitimadas com a finalidade de

---

<sup>8</sup> Utilizando a expressão de Arno e Maria José Wehling (1994, p.303).

aconselhar, prescrever e estipular as ações dos agentes da Coroa na organização dos seus espaços de conduta. Para tal, os Regimentos foram imprescindíveis, uma vez que correspondiam a uma espécie de manual de instrução para a execução de funções ou ainda mecanismos que designavam “os limites à sua área de atuação, quer na perspectiva hierárquica no interior do próprio órgão, quer nas dimensões limítrofes espaços jurisdicionais” (MENESEZ, 2006, p.11). Os regimentos legitimavam as funções específicas (o quê) e os espaços (onde) que os agentes administrativos deviam desempenhar, dependendo do ofício que lhes eram atribuídos, conforme destaca a autora de *Fiscais e Meirinhos*:

Destinados a instruir os funcionários em suas respectivas áreas de atuação, bem como determinar as atribuições, obrigações e jurisdição dos diversos cargos e órgãos incumbidos de gerir a administração colonial. Tais diplomas legais eram baixados a cada um dos funcionários mais importantes, traçando minuciosamente as suas competências e as dos oficiais subalternos. Eram em sua maioria personalizados, em consonância com os critérios de lealdade e confiança, além dos estritos mecanismos de vigilância e controle que marcavam as regras do poder absolutista, as quais certamente se acentuaram, em virtude da distância do ultramar (SALGADO, 1985, p.16).

Apesar de os regimentos possuírem a finalidade de instruir os funcionários régios, percebemos frequentemente um processo em que as regras nele instituídas valiam menos que as relações de interesses pessoais que ganharam notoriedade na dinâmica cotidiana e ultrapassavam o círculo de incumbência. Essa dinâmica, de acordo

com Salgado (1985), era observada constantemente, o que resultou em alterações quanto à organização administrativa, principalmente da Fazenda Real, que se modificou gradativamente de acordo com as atividades corriqueiras que se desenhavam no ajustamento das relações fiscais entre Metrópole e Colônia (SALGADO, 1985, p.95). Os conflitos de jurisdição eram rotineiros na administração colonial, e eram originados pela usurpação que não coincidia com a função de determinado ofício, como será destacado posteriormente.

### **A relação conflituosa de João Valente da França e João Alvares de Carvalho**

A trajetória de João Valente da França no cargo de provedor da Fazenda Real da Capitania de São Luís do Maranhão começou em 1730, quando demonstrou interesse em edital posto na cidade de São Luís para ocupação do referido cargo. Além dele, outros três homens mostraram interesse ao cargo: Hilário da Costa Barreiros, Francisco Velho Barreto e Manoel Barbosa Pinto, dos quais foi nomeado João Valente da França para ocupar o acenado cargo (CONSULTA..., 6 fev. 1730). Segundo a referida consulta do Conselho Ultramarino, o procedimento utilizado para a escolha do provedor foi a realização de uma votação, cuja prioridade foi a concepção de que João Valente da França realizaria as obrigações relacionadas ao ofício de provedor, em comum acordo com os interesses do monarca. Em outras

palavras, o nome de Valente da França foi julgado conveniente pelo Conselho Ultramarino.<sup>9</sup> Era de praxe que os funcionários régios recebessem graça ou mercê concedido pelo rei para a ocupação de determinados cargos. Assim, Valente da França recebeu mercê de D. João V em 2 de abril de 1730 para servir o cargo de provedor da Fazenda Real por tempo de três anos (PORTUGAL..., 4 fev. 1730).

Durante sua passagem pela Provedoria Real do Maranhão, João Valente esteve envolvido em uma série de querelas com indivíduos das mais variadas esferas de poder. Com menos de três meses em que havia assumido o cargo de provedor, João Valente da França desencadeou conflitos de jurisdição com Alexandre de Sousa Freire, que era governador do Maranhão no período. Valente foi acusado de dar descaminhos ao dinheiro da Fazenda Real (CARTA..., 23 ago. 1730), e acabou sendo preso e suspenso de suas atividades pelo governador supracitado em 1731.<sup>10</sup> Portanto, João Valente denunciou e foi denunciado. Aqui nos interessa analisar sua relação com o

---

<sup>9</sup> Nessa mesma Consulta, foi registrado que a escolha de João Valente da França para a ocupação do referido cargo não foi unânime. Segundo o que é descrito, o conselheiro Alexandre Metelo de Souza e Meneses se opôs à indicação e julgou Hilario da Costa Barreiros o nome mais apropriado para servir de provedor. Apontou em segundo lugar, o nome de Manuel Barbosa Pinto e em terceiro, Francisco Velho Barreto. Observa-se que Valente da França nem se quer é citado pelo conselheiro.

<sup>10</sup> Decorrente de tal situação, uma peculiaridade ocorre: Alexandre de Sousa Freire deu provisão a Veríssimo Homem em 10 de fevereiro de 1731, para que ele ocupasse o posto de provedor da Fazenda Real durante um ano (MARANHÃO..., 10 de fev. 1731, n. 84, fl. 197-198v). João Valente da França ficou preso até 1732, ano em que também voltou às suas atividades na Provedoria.

capitão-mor do Maranhão João Álvares de Carvalho. Conseqüentemente, para compreendermos sua conexão conflituosa com o capitão-mor, é imprescindível, antes de tudo, nos direcionarmos às funções que desempenhava um governador no Estado Colonial do Maranhão, pois, segundo nossas análises, uma ação do governador João da Maia da Gama<sup>11</sup> foi o estopim das questões que se sucederam entre o provedor e o capitão-mor citados anteriormente.

Nas conquistas ultramarinas, os governadores estavam vinculados ao “exercício da governação” (CONSENTINO *et al.*, 2007, p. 326), além da função de interlocutores, incumbidos de manter uma comunicação ativa com o centro, passando informações que abrangiam a Justiça e a Fazenda. Mas, para além disso, as competências dos governadores coloniais consistiam em executar a regulamentação portuguesa, e, portanto, fazer com que os processos, frutos das relações humanas nessas instituições de poder, ocorressem baseados unicamente na Lei.

Entretanto, casos excepcionais poderiam ocorrer – na medida em que o estatuto legal não fosse capaz de controlar determinadas ações ou ainda pela necessidade de reformular o sistema de tributação – principalmente com relação à figura dos governadores

---

<sup>11</sup> Tornou-se governador do Maranhão, por meio de carta de mercê dada pelo rei em 26 de janeiro de 1722.

que, como representantes régios de poder local e apoiados pelo soberano, tinham liberdade para expedir determinações para assuntos específicos. Isso implica afirmar que, esses indivíduos detentores de poder, em algumas situações criavam dispositivos de controle para racionalizar a administração da cobrança de tributos. Um resultado dessa “brecha” da legislação portuguesa no Ultramar são os Bandos que, de acordo com o Dicionário de Rafael Bluetou, é um “pregão público, pelo qual se fez publica alguma ordem ou decreto” (BLUETOU, 1789, p.163).

Dito isso, a primeira querela aqui tratada iniciou-se com uma prescrição em forma de Bando, assinada por João da Maia da Gama em 21 de novembro de 1724, quando ocupava o posto de Governador do Estado do Maranhão. Em 1733, o Bando em questão retornou como elemento influenciador em uma desavença entre o provedor no Maranhão, João Valente da França e o capitão-mor do Estado, João Alvares de Carvalho.

Foy sempre observado nesta cidade desde o tempo em que Governou João da Maya da Gama a q. toda Pessoa que della sahisse para os campos do Piaui dece fiança a não levar Escravo algú fugido e outra qualquer Pessoa sem licença compena de que por cada Pessoa que assim levassem pagarião ducentos mil reis foy estabellesida essa justa Providencia por hu Bando com o qual ficarão estes moradores muito agradessidos por que desta Sorte seobviava as fugas cotidianas que nos seos Escravos havia pela cautella de que quando alguem [lhes] levasse como lhe então costumavão Sempre pela fiança que havião feito nos livros desta Fazenda estavam seguros. (CARTA..., 10 ago. 1733).

A citação acima se refere a uma carta escrita em 10 de agosto de 1733, na qual o provedor João Valente da França reafirma categoricamente as determinações publicadas no Bando de Maia da Gama. Segundo o que é descrito por João Valente, foi estabelecido no governo de Maia da Gama que seria cobrada uma tributação na locomoção de pessoas do Maranhão para o Piauí. A dinâmica seria a seguinte: as pessoas que desejassem ir do Maranhão para o sertão do Piauí deveriam receber uma autorização para o deslocamento mediante o pagamento de fiança à Provedoria da Fazenda Real do Maranhão.

Esse mecanismo foi calculado, principalmente, pela perda dos proprietários de escravos. Pois como é sabido, os escravizados descontentes com o sistema escravagista acabavam fugindo da autoridade de seus proprietários. Atrelada a essa forma de resistência escrava, alguns colonos assumiam a autoridade sob os escravos fugidos e assim os levavam para outras capitanias, ação que, como descreve João Valente da França na carta supracitada, ocorria corriqueiramente.

A administração portuguesa, foi assegurada por um conjunto de ordenações, leis, decretos, cartas régias, regimentos, bandos etc., responsáveis por legislar os atos e ações não somente dos que estavam a seus serviços no Ultramar, mas de todos de modo geral. Destarte, o sistema escravagista foi fundamentado e justificado.

Portanto, as determinações legais que regiam a escravidão portuguesa eram claras e objetivas quando se referiam às punições por fugas dos escravizados e para aqueles que os ajudavam a fugir. O livro V, título XLI das Ordenações Manuelinas se referiam à punição e procedimentos que aqueles que achassem aves ou outras coisas deveriam seguir, e na condição de coisas essa lei se referia, também, aos sujeitos escravizados:

Todo aquele que achar ave alheia ou outra qualquer coisa, tanto que souber cuja é, lha entregue logo, posto que requerido não seja, e não a entregando e usando dela sem vontade de seu dono, seja constringido que a torne a seu dono, e mais será punido como se a princípio a furtara de casa de seu dono; e não sabendo cuja é essa coisa que assim achou, mandar-la-á apregoar em lugares públicos e costumados, antes de trinta dias passados e, não a mandando assim apregoar e usando dela depois do dito tempo, seu dono lha poderá demandar e lhe será julgada, e mais será punido de furto, como dito é. (HUNOLD, 2000, p. 68)

Sobre os cativos, o artigo 1 do V livro das Ordenações Manuelinas descreve que quem encontrasse um escravo fugido deveria entregá-lo ao seu senhor ou ao “juiz do Almojarifado da comarca e, que for achado, do dia que o achar a quinze dias, e não o fazendo assim saber haverá a pena de furto” (HUNOLD, 2000, p. 68). Portanto, atrelado às medidas que os próprios senhores de escravo tomavam para a proteção de seus escravos (bens semoventes), as autoridades coloniais e metropolitanas, por intermédio dos

mecanismos legais moldaram medidas a longo prazo para controlar as inevitáveis fugas dos escravos (HUNOLD, 2000, p. 46).

É também evidenciado na carta de Valente da França que o ato de João da Maia da Gama foi aplaudido pelos colonos locais, uma vez que fugidos e achados por pessoas capazes de infringir a lei e não os devolver, os seus direitos estariam assegurados. Um fato interessante é apontado pelo provedor Valente da França: o responsável por dar licença a essas pessoas era o capitão-mor do Maranhão, João Alvares de Carvalho, pois o processo que ocorria na Provedoria da Fazenda era apenas o pagamento da fiança para a locomobilidade. Segundo o que é descrito, o capitão-mor acabou negligenciando os costumes do Estado e ignorando o principal procedimento necessário para o cumprimento do processo: “apresentarem lhe certidão do Escrivão da Fazenda em q. se havia dado a tal fiança” (CARTA..., 10 AGO. 1733) na Provedoria Real.

Portanto, para receber licença do capitão-mor com o propósito de deslocar-se para os campos do Piauí, tais solicitadores deveriam apresentar a certidão do escrivão da Fazenda, onde haviam efetuado o pagamento da fiança. Todavia, João Valente da França acusa o capitão-mor de obsequiar várias vezes, os interesses de um homem chamado Francisco Nunes Pereira, o dando licença para deslocar escravos fugidos do Maranhão para o Piauí sem este

apresentar-lhe a devida comprovação do escrivão da Fazenda do Maranhão.

[...] e que não foy bastante para o dito Capitão Mor seder da sua primeira opinião com a qual tem dado [ilegível] a que Francisco Nunes Pereyra Mestre de huã sumaca levasse furtados hues Escravas de Jozeph de Araújo e Phelippe Delgado da mesma Sorte Seiz Escravas e outros muitos nesta maneyra com cujo procedimento tem dito Capitão Mor Cauzado Grande prejuizo a este Povo e a Real Fazenda de V. Mag.de e onde he aplicada a pena dos ditos duzentos mil reis que de sua fazenda deve repor Repôr visto contra a forma observada obrar dissolutamente então notorio prejuízo. (CARTA..., 10 ago. 1733).

A denúncia de João Valente da França ganha maior protuberância quando declara que a atitude de João Alvares de Carvalho, desencadeou notórios prejuízos na Provedoria da Fazenda, que uma vez burlada e impossibilitada de receber os direitos que Francisco Nunes Pereira deveria pagar pela saída dos escravos (se fossem de sua propriedade), precisaria repor o valor dos escravos a seus verdadeiros donos. O desfecho desta desavença entre esses dois sujeitos nos leva a conjecturar que conflitos mal resolvidos entre indivíduos detentores de poder no Estado Colonial poderiam gerar uma série de outras desavenças, que se alastravam e tendiam a piorar cada vez mais, fato que poderá ser observado com maior clareza nas páginas seguintes.

Uma prática rotineira observada na comunicação entre os oficiais da burocracia portuguesa era a possibilidade de defesa e/ou

justificativa. É exatamente o que faz o capitão-mor João Alvares de Carvalho, que descontente com as acusações de irresponsabilidade e descumprimento de função feitas pelo provedor do Maranhão, escreveu uma carta em 6 de julho de 1734, direcionada ao então governador do Maranhão José da Serra, onde alega outras questões que Valente da França não destacou em sua queixa de 10 de agosto de 1733, citada acima. Esse foi o seu posicionamento diante dos fatos apresentados:

Respondo que todas as petições, q se me fazem por q me pedem licença varias pessoas para irem para os sertões do Pihauhy em todas custumei sempre por despacho q dada fiança na forma do estilo nos livros da Fazenda lhe concedo licença e tem sucedido muitas vezes não querer o dito Provedor da Fazenda Real João Valente da França mandar tomar a tal fiança tomando sua soberba por pertexto de que não quer defferitas pelos junto, ou abaixo de mim, ou meu despacho com o qual procedimento se demorão injustamente pelos que feito seu negocio com a urgencia, q tem de suas jornadas partem quando lhe parece destas cidade para os tais sertois [sic.]. (CARTA..., 6 jul. 1734).

Analisando a carta do capitão-mor, observa-se uma reação direta de descontentamento às acusações de Valente da França. Segundo o que é relatado por Alvares de Carvalho, há um interesse do provedor em apresentar os fatos distorcidos, e assim discorre afirmando que somente as pessoas que apresentaram a documentação emitida pela Provedoria, em que constava o pagamento da fiança, foram habilitadas para o deslocamento até o Piauí. Diante do que destaca, o capitão-mor do Maranhão estava

seguindo os procedimentos como era de costume. Uma prática comum nas querelas das esferas judicial e fazendária, eram as acusações rebatidas à medida que o desenrolar de intrigas se sucediam. Nesse sentido, Alvares de Carvalho não apenas desmente e rebate o que afirmou o provedor, como também o acusa de interferir no pleno funcionamento da Provedoria, por motivos de soberba, e assim indo contra as competências de seu próprio cargo.

A relação entre João Valente da França e João Alvares de Carvalho é um tanto diferente. As querelas entre ambos eram constantes, fato compreendido nas oito cartas escritas nos exercícios de seus cargos para o governador do Maranhão e o rei D. João V, em um interim de um ano, onde constam queixas sobre assuntos diversificados.<sup>12</sup>

Os conflitos desencadeados nessas instituições coloniais extrapolavam o âmbito profissional. É nesse sentido que o capitão-mor persuade o governador do Maranhão, afirmando que os procedimentos que ligam o seu cargo à Provedoria da Fazenda do Maranhão são tratados com desprezo, chegando a ser demorados, portanto, prejudicados pelo o que descreve como questões pessoais, que Valente da França tem contra ele. Atrelado à demora da

---

<sup>12</sup> A exemplo: em 7 de agosto de 1733, o provedor do Maranhão, Joao Valente da França escreve ao Rei D. João, sobre as obras de restauro da Catedral de São Luís. Segundo o que destaca, Alvares de Carvalho ficou responsável por tais questões, entretanto esse fez pouco caso da restauração e não a fez (CARTA..., 7 ago. 1733).

instituição em atender os processos da alçada do capitão-mor, há também a urgência das pessoas que solicitam a documentação, em partir para outra capitania. Fato que, certamente, gerou prejuízos para o Tesouro Real, pois as pessoas continuaram se deslocando para outras capitanias sem pagar o direito necessário para a Provedoria da Fazenda.

O capitão-mor do Maranhão, veementemente desconstrói e não poupa críticas às atitudes de Valente da França e à criação do Bando de João da Maia da Gama, que utilizando suas próprias palavras, foi criado com o intuito de “acrescentar os mohumentos [sic.] do Escrivão da fazenda Real” (CARTA..., 6 jul. 1734). Assim, utilizando os termos burocráticos, explica que as fianças, aparente motivo da desavença, não passavam de mecanismos de tributação que não se coligava com a legislação vigente. Conseqüentemente, as pessoas que se aventuravam na venda de mercadorias pelas províncias do Ultramar eram asseguradas pela Lei, não sendo obrigadas a pagar os direitos exigidos em território do Maranhão. Sobre isso João Alvares de Carvalho discorre:

[...] ja tenho dito, q eu na forma do estilo sempre mandei dar fiança aquellas pessoas, q me faziao petição para licença, não obstante [ilegível] pedir a outros não a pedirem cada hum fazer sobre esta materia o que mais bem lhe parece sem castigo algum e enquanto sua Magestade não ordenar o contrario não duvido observar o tal estilo de mandar dar fianças assim como o acho. (CARTA..., 7 ago. 1734).

No que consta na documentação analisada, Alvares de Carvalho continuou cumprindo suas obrigações no que se refere às licenças de deslocação quando eram solicitadas, apesar da demora da Provedoria para dar atenção aos seus assuntos. Entretanto, na mesma carta de 6 de julho de 1734 continuou a afirmar que poucas pessoas cumpriam a exigência do pagamento da fiança na Provedoria da Fazenda, fato que para ele não era de todo errado e digno de castigo, pois como dito, era apenas uma exigência proposta pelo governador João da Maia da Gama e não a Lei.<sup>13</sup>

Como já dito, o histórico de querelas entre o capitão e o provedor é extenso. Em 12 de agosto de 1733, uma nova delegação foi feita. O provedor João Valente da França, informou ao rei que o capitão-mor do Maranhão estava causando grandes perturbações na administração da Justiça e Fazenda, e que esperava que ele fosse punido por essa ousadia. Segundo o que é discorrido por Valente da França, o capitão-mor deu comando para que um soldado e um alferes<sup>14</sup>, Antônio da Silva e Francisco Nunes da Silveira respectivamente, não respondessem às ordens do provedor. As atitudes evidenciavam que os dois oficiais cumpriam as ordens do seu superior, que por coincidência, ou não, era nada mais e nada

---

<sup>13</sup> Aqui entende-se por Lei, aquilo que é criado pelo monarca.

<sup>14</sup> De acordo com o alvará de 18 de outubro de 1709, a ocupação do cargo de alferes era aprovada e nomeada pelo capitão-mor (SALGADO, 1988, 14 p. 312).

menos que João Alvares de Carvalho, com quem o provedor tinha assuntos mal resolvidos.

Decorrente de tal caso, o provedor tinha autoridade para efetuar um auto de prisão contra os dois oficiais, o que de acordo com a documentação foi realizada, e implicou na resistência de Francisco Nunes da Silveira que se refugiou na residência do capitão-mor. A resposta de Alvares de Carvalho foi elaborar autos de prisão contra os dois oficiais que estavam a serviço de Valente da França na tentativa da prisão do alferes Francisco Nunes da Silveira. Essas situações de conflitos em ambientes institucionais eram propícias para incorporação de aliados, foi o que o capitão Alvares de Carvalho buscou ao pedir portarias ao ouvidor da cidade, com o propósito de manter os dois oficiais presos na enxovia pública e autuar as atitudes de João Valente da França como abusivas. O ouvidor, por sua vez, assim não o fez afirmando que não compeliavam com as obrigações do capitão e que tais acusações eram rasas, assim sendo os dois oficiais foram liberados<sup>15</sup> e Valente da França não foi autuado.

O acusado justificou-se em carta do dia 6 de julho de 1734, afirmando que desconhecia os motivos que levaram o provedor a formar falsas queixas e que em nenhum momento ele fez uso das jurisdições do provedor ou teve a intenção de atrapalhar na sua

---

<sup>15</sup> A tentativa de prisão feita pelos oficiais do provedor, foi considerado um delito leve contra o oficial da ordenança de Alvares de Carvalho.

esfera. O autor da argumentação ainda aproveitou para alfinetar Valente da França, apontando-o como displicente nas suas atribuições e que o mesmo utilizava medidas repressivas apoiado no poder do seu cargo para intimidar as pessoas. Em suas palavras: “este ministro cuida mais em semelhantes contas por satisfazer seus ódios, q em cumprir com a sua obrigação e assim se faz digno de reprehenção [sic]” (CARTA..., 8 ago. 1733).

Situações como as citadas, fomentavam outras desavenças gerando um ciclo que adentrava o ambiente institucional e acaba por se desenrolar sob a roupagem jurídico- administrativa, como as constantes queixas por interferência em alçadas jurídicas. O mês de agosto de 1733 foi embaraçoso para Alvares de Carvalho e Valente da França, pois mal tinham tempo de descansar das constantes acusações que um levantava contra o outro, já tinham que elaborar novas argumentações para outras queixas. Em 8 de agosto de 1733, Valente da França remeteu carta ao monarca, relatando que Alvares de Carvalho uniu sargentos do Estado para apresentar petição, a fim de retirá-lo do cargo que ocupava. Ainda segundo o provedor, o objetivo do capitão foi perturbar sua jurisdição, o que de fato conseguiu, visto que Valente afirmou na carta em questão que o levante causou “dezordem na administração da Junta e Fazenda” (CARTA..., 8 ago. 1733). Diante da queixa, o capitão-mor solicitou que o govenador do Maranhão apresentasse ao rei a resposta das

acusações. Segundo o capitão, ele, parentes ou amigos, não tinham nada contra a pessoa do provedor capaz de reunir forças para descompô-lo de seu cargo e que sobre tal questão não tinha conhecimento algum.

[...] eu o não sei, nem tal couza me foi noticiada e assim parece deve este ministro ser advertido, q não levante semelhantes testemunhos principalmente a mim, q pello Cargo de Capitão mor q ocupo não emprego os meus designios mais q nas incumbencias do meu cargo e nas operaçois do Real Serviço. (CARTA..., 10 ago. 1734).

Mais uma vez, Alvares de Carvalho acusa Valente da França de levantar falso testemunho contra ele, e que, na competência de capitão-mor, os assuntos de sua alçada eram ligados à defesa e não à Fazenda Real. Diante disso, é imprescindível notar que a relação dos representantes régios, até aqui descrita, foi pautada por uma acirrada disputa de poder.

## CONCLUSÕES

A sociedade colonial, apoiada pela cultura política do Antigo Regime, era imbrincada de conflitos. Nesse sentido, numa tentativa de controlar suas possessões na América, a coroa portuguesa buscou institucionalizar suas conquistas, por meio de uma legislação baseada em regimentos, alvarás, cartas régias, bandos etc. Entretanto, os serventuários régios que estiveram a seu mando no ultramar, movidos por interesses que beneficiavam a si mesmos – seja com relação a dinheiro ou/e poder – estiveram envolvidos em

muitas querelas. Nesse sentido, a Provedoria da Fazenda do Maranhão tornou-se um ambiente propício para as demonstrações de poder e autoridade, pois foi uma instituição poderosa, sobretudo porque cuidava da arrecadação de tributos.

As sucessivas desavenças entre o provedor João Valente da França e o capitão-mor João Alvares de Carvalho extrapolavam as barreiras dos cargos, ou seja, em meio às doutrinas das jurisdições, havia as atuações individuais que cada ocupante de cargo vivenciava. É possível conjecturar que as constantes denúncias de Valente da França, não eram apenas tentativas de corrigir as irregularidades e seguir com exatidão o que a legislação ordenava, mas a obstinação de patentear que as conquistas portuguesas foram pautadas na hierarquização das instituições de poder, e conseqüentemente dos cargos que compuseram essas instituições.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; COSTA, André. Fiscalidade e comunicação política no Império. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Gonçalo. (org.). **Um reino e suas repúblicas no atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII E XVIII**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 209-336.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Nos trâmites da fiscalidade: aspectos administrativos da provedoria da fazenda do Rio**

**Grande (1660-1723).** 2016. 77f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 31, nº 61, jun. 2011. p. 317-338.

**CARTA de João Valente da França ao rei D. João V, sobre as obras de restauro que necessita a igreja catedral da cidade de São Luís do Maranhão [...].** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 7 de agosto de 1733, Maranhão, Cx. 20, D. 2097. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&Pesq=Jo%C3%A3o%20Valente%20da%20Fran%C3%A7a&pagfis=13461](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&Pesq=Jo%C3%A3o%20Valente%20da%20Fran%C3%A7a&pagfis=13461). Acesso em: 25 de jan. de 2021.

**CARTA do [Provedor da Fazenda Real do Maranhão] João Valente da Fonseca ao rei [D. João V] informando a agressividade de alguns moradores daquela capitania para com os oficiais da Fazenda Real, quando estes cobravam a fiança determinada pelo Bando publicado pelo Governador João da Maia da Gama, que proibia a passagem para o Piauí de colônias com escravos fugidos ou outras pessoas sem a devida licença; queixando-se dos procedimentos do capitão-mor João Álvares de Carvalho, ao conceder essas licenças sem apresentação da certidão do pagamento da fiança, permitindo a saída de escravos fugidos, com prejuízo para alguns moradores daquela capitania e para a Fazenda Real.** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 10 de agosto de 1733, Maranhão, Cx. 5, D. 500. Disponível em: [http://resgate.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=003\\_BG\\_AV&pesq=Jo%C3%A3o%20Valente%20da%20Fonseca](http://resgate.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=003_BG_AV&pesq=Jo%C3%A3o%20Valente%20da%20Fonseca). Acesso em: 25 de jan. de 2021.

**CARTA do capitão-mor João Álvares de Carvalho para o governador e capitão-general do Maranhão, José da Serra, sobre a representação que o provedor da Fazenda Real no**

**Maranhão, João Valente da França, fez contra si por ter concedido licença a várias pessoas para irem aos campos do Piauí sem pagarem fiança. Adverte da necessidade de se fazer uma representação ao rei D. João V, onde se exponham as razões pelas quais tal fiança é desnecessária.** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 6 de julho de 1734, São Luís do Maranhão, CX. 21, D. 2191. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&pagfis=13927](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=13927). Acesso em: 25 de jan. de 2021.

**CARTA do governador do Maranhão, José da Serra, ao rei D. João V, em resposta a uma provisão sobre as queixas do provedor da Fazenda Real da capitania do Maranhão, João Valente da França, contra o capitão-mor João Alves de Carvalho.** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) 10 de agosto de 1734, Belém do Pará, CX. 21, D. 2208. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&pagfis=14036](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=14036). Acesso em: 26 de jan. de 2021.

**CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, José da Serra, ao rei D. João V, em resposta à provisão régia sobre as queixas apresentadas pelo provedor da Fazenda real de São Luís do Maranhão, João Valente da França, contra o capitão-mor daquela capitania, João Álvares de Carvalho.** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 7 de agosto de 1733, Belém do Pará, CX. 21, D.2205. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&pagfis=14005](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=14005). Acesso em: 26 de jan. de 2021.

**CARTA do provedor da Fazenda, de João Valente da França ao rei D. João V, sobre a interferência do capitão-mor do Maranhão, João Álvares de Carvalho, na administração da Justiça e da Fazenda.** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 12 de agosto de 1733, Maranhão, CX. 20, D. 2109. Disponível em:

[http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&pagfis=13497](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=13497). Acesso em: 25 de jan. de 2021.

**CARTA do provedor-mor da Fazenda, João Valente da França, ao rei D. João V, em que se queixa do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, por interferir na sua jurisdição.** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 23 de agosto de 1730, São Luís do Maranhão, Cx. 18, D. 1846. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&pagfis=11600](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=11600). Acesso em: 20 de jul. de 2020.

**CARTA do provedor-mor da Fazenda, João Valente da França, ao rei D. João V, sobre os conflitos de jurisdição que tem tido com o capitão-mor do Maranhão, João Alvares de Carvalho.** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 8 de agosto de 1733, Maranhão, CX. 20, D.2103. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&pagfis=13478](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=13478). Acesso em: 25 de jan. de 2021.

CONSENTINO, Francisco Carlos. Governo-geral no Estado do Brasil: governações, jurisdições e conflitos (XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

CONSENTINO, Francisco; CUNHA, Mafalda da; NUNES, António Castro; RAMINELLI, Ronald. Governadores Reinóis e Ultramarinos. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p.299-333.

**CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre os candidatos ao ofício de provedor-mor da Fazenda da capitania do Maranhão, para o qual foi nomeado João Valente da França.**

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 6 de fevereiro de 1830, Lisboa, C. 17, D. 1780. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA&pagfis=11144](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=11144). Acesso em: 20 de jul. de 2020.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “**Para aumento da conquista e bom governo dos moradores**”: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2011.

LARA, Silvia Hunold. Leis e documentos legais. In:\_\_\_\_. **Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa**, [s.l], [s.n], 2000.

MARANHÃO, Arquivo Público do Estado do (APEM). Registro da carta crença de Sua Majestade que Deus guarde para qual faz mercê do cargo de governador e capitão general deste estado ao senhor João da Maia da Gama que é aqui se segue. **Livro de Registro Geral da Câmara de São Luís (1714-1722)**. São Luís, 31 de maio de 1722, n. 83, fl. 165 – 165v. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

MARANHÃO, Arquivo Público do Estado do (APEM). Registro da patente do novo capitão maior desta praça João Alvares de Carvalho. **Livro de Registro Geral da Câmara de São Luís (1723-1736)**. São Luís, 13 de julho de 1732, n. 84, fl. 236 – 237v. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

MARANHÃO, Arquivo Público do Estado do (APEM). Registro de um Bando q o Governador e Capitão do Estado João da Maia da Gama mandou lançar sobre a falsidade do pano de algodão, moeda da terra

e sobre não correr novos senão moedas como dele melhor conste. **Livro de Registro Geral da Câmara de São Luís (1723-1736)**. São Luís, 21 de novembro de 1724, n. 84, fl. 24 – 25v. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

MARANHÃO, Arquivo Público do Estado do (APEM). Registro de uma provisão de Veríssimo Homem em que foi provido no cargo de provedor da Fazenda Real o qual é na forma seguinte. **Livro de Registro Geral da Câmara de São Luís (1723-1736)**. São Luís, 10 de fevereiro de 1731, n. 84, fl. 197 – 198v. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitanias do norte (1654-1755). **Saeculum-Revista de História**, João Pessoa, n.14, jan./jun. 2006, p. 11-25.

MIRANDA, Marcia Eckert. Administração da justiça. In: \_\_\_\_\_. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: assembleia Legislativa do Estado do RS/ Ministério Público do Estado do RS/ CORAG, 2000. p. 75-87.

PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). João Valente da França, 1730-04-02-1730-04-02. **Registro Geral de Mercês**, Mercês de D. João V, liv. 21, f. 261. Disponível em: <<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7350734>>. Acesso em: 15 de mar. 2020.

PRADO JR, Caio. A Formação do Brasil Contemporâneo. 23 ed. Editora Brasiliense, 1994.

PUNTONI, Pedro. A Provedoria-Mor: fiscalidade e poder no Brasil colonial. In:\_\_\_\_. **O estado do Brasil: O poder e política na Bahia Colonial, 1548-1700.** São Paulo: Alameda, 2013. p. 111-145.

ROMEIRO, Adriana. Ladrão, régulo e tirano: queixas contra governadores ultramarinos, entre os séculos XVI e XVIII. In:\_\_\_\_. **Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI – XVIII.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SALGADO, Graça (org.). **Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Ana Carolina da. **Administração fazendária, Fiscalidade, poder e Sociedade colonial no Rio de Janeiro, no início do século XVIII.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Clarissa Costa Carvalho. **Nos labirintos da governança a administração fazendária na capitania de Pernambuco (1755-1777).** Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. O poder na Colônia. In:\_\_\_\_. **Formação do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. P.299-312.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. Direito e Justiça no Brasil colônia. In:\_\_\_\_. **Direito e justiça no “encontro de culturas”.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 9-46.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Sob a mira da Câmara: Viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2013.

## **AS CONFLUÊNCIAS CULTURAIS ENTRE BRASIL E CABO VERDE: uma análise do impacto das produções literárias brasileiras sobre os claridosos (1950-1975)**

Igor Santos Carneiro<sup>1</sup>

Tatiana Raquel Reis Silva<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho em questão é um recorte do projeto de iniciação científica orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Raquel Reis Silva, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Possuímos como foco de análise o quarto volume da revista literária *Claridade* e contamos com o recorte temporal entre os anos 1950 a 1975. A revista foi fundada em 1936, em Cabo Verde, mais precisamente em Mindelo, na ilha de São Vicente. E possui nove volumes que somados contam com 370 páginas. Os fundadores foram Jorge Barbosa (1902-1971), Baltasar Lopes (1907-1990) e Manuel Lopes (1907-2005).

O discurso literário da *Claridade* possibilitou a formação de um sentimento regionalista fundamentado na recuperação das raízes locais de Cabo Verde, colaborando para estabelecer denominadores comuns na identidade do sujeito ilhéu. Utilizando os postulados

---

<sup>1</sup>Graduando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/UEMA.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão.

científicos de Gilberto Freyre e as produções literárias do poeta Manuel Bandeira, os claridosos tinham como objetivo caracterizar Cabo Verde, e acabaram por ressaltar suas especificidades, como, por exemplo, os problemas climáticos e sociais, a língua crioula, as características da população autóctone e o cotidiano das ilhas do arquipélago africano. Portanto, as produções brasileiras possibilitaram que os literatos cabo-verdianos tivessem os aportes necessários para representar sua região frente ao regime colonial lusitano.

Apesar do atual trabalho ter como enfoque as produções literárias, pretendemos partir do ponto de vista e análise do campo da História, mas sem excluir pensadores das mais variadas áreas do conhecimento, como letrólogos, sociólogos, historiadores, jornalistas etc. Acreditamos que a interdisciplinaridade amplia as chances de atingir nossos objetivos. Dessa forma, primeiro, apresentamos um breve debate teórico envolvendo a Literatura e História, sobretudo no que tange à sociedade colonial, posteriormente, há espaço para uma contextualização panorâmica sobre Cabo Verde. E, por fim, na análise dos trechos de maior relevância, do quarto volume da Revista Claridade, visamos perceber como a tradição literária desses intelectuais estava ligada às questões e problemas sociais locais, além disso, também intentamos perceber como o diálogo com os postulados de Gilberto Freyre e Manuel

Bandeira aconteceram nas páginas deste volume da revista caboverdiana.

### **A História, Literatura e a sociedade colonial**

Os estudos envolvendo a literatura africana são essenciais para entendermos como variados grupos étnicos resistiram ao colonialismo, retomaram o controle da sua história e formaram, paulatinamente, uma identidade própria em oposição à Europa. No tocante às produções artísticas podemos pontuar que “a arte e a literatura são vistas como formas de conhecimento, como testemunhos sobre fatos e processos históricos, como intérpretes e produtores de opinião, contraditórias e comprometidas com grupos dominantes ou dominados [...]” (CHIAPPINI, 2000, p. 23). De fato, é inviável que historiadores ignorem as produções literárias que remetem à consolidação da identidade nacional de alguns locais, principalmente, em países africanos que passaram pelo colonialismo tardio e constituem na atualidade jovens nações independentes.

O historiador, geralmente, pesquisa “pensando que as narrativas, sejam históricas ou literárias, ou outras, constroem uma representação acerca da realidade, procura-se compreender a produção e a recepção dos textos” (BORGES, 2010, p. 95). O pesquisador, de forma sensível, tende a buscar algo muito específico

e, devido a isso, fragmenta a obra em busca do que deseja, exatamente como defende Chiappini:

De fato, o que parece ter mudado é o que eles [historiadores] buscam no texto literário. Se antes buscavam testemunho sobre os fatos [...] hoje buscam vestígios de ‘fatos’ menos palpáveis que só se captam pela sensibilidade, intuição ou imaginação, por metáforas mais que por conceitos. Mas se o que eles buscam mudou, o modo de buscar permanece. Isto é, um modo igualmente, pontual e fragmentário (CHIAPPINI, 2000, p.24).

Para os historiadores outra questão importante é a recepção do texto e como ele moldou o imaginário de determinada época. Pois, “com efeito, numerosos textos têm por objetivo anular-se enquanto discurso e produzir na prática comportamentos ou condutas tidos por legítimas e úteis” (CHARTIER, 2002, p. 135). Exatamente como defende Borges (2010), a produção se situa entre o produtor e o receptor e articula um diálogo que transmite representações. Dessa forma, continua argumentando, que há uma necessidade de:

Realização de uma reflexão, por parte do historiador, sobre as condições históricas dessa produção, abarcando a figura do produtor, o lugar social de onde se produz, como se produz, as intenções do produtor, as relações de poder que cercam, as instituições que atravessam a produção e o produto (BORGES, 2010, p. 95).

Borges (2010) chama a atenção para as especificidades em que os textos literários são produzidos, e isso significa muito para o historiador, pois, para além de questões universais que envolvem estética, gêneros e escolas literárias, o contexto sócio-histórico do

escritor e da sua obra dizem muito a respeito da motivação e objetivo que a escrita deste autor representa ou quer representar. Portanto, a literatura claridosa está intrinsecamente envolta no contexto da sociedade cabo-verdiana entre os anos 30 e 60 do século XX.

Na trilha do teórico em literatura pós-colonial, Thomas Bonnici (1998), podemos dividir o desenvolvimento das literaturas dos espaços colonizados em três etapas, sendo que a primeira “envolve textos literários que foram produzidos por representantes do poder colonizador” (BONNICI, 1998, p. 11). Esse período marca a chegada dos colonizadores no território a ser colonizado, geralmente são textos que descrevem as regiões utilizando como parâmetro a metrópole. Posteriormente,

A segunda etapa envolve textos literários escritos sob supervisão imperial por nativos que receberam sua educação na metrópole e que se sentiam gratificados em poder escrever na língua do europeu (não há consciência de ela ser também do colonizador) [...] A terceira etapa envolve uma gama de textos, a partir de certo grau de diferenciação até uma total ruptura com os padrões emanados pela metrópole (BONNICI, 1998, p. 12).

A terceira, e última fase, como argumentou o teórico, envolve muitos textos que estabelecem diferenciação dos padrões dominantes. A claridade que, deu início à fase do regionalismo cabo-verdiano, pode enquadrar-se nesta última fase devido às características próprias estabelecidas por sua tradição literária que se afastava, com ressalvas, da literatura lusitana. Dessa forma, os

claridosos se apropriaram de diversas características comuns em Cabo Verde (emigração, secas, fome, festividades, músicas, contos populares etc.) e as representaram por meio da literatura, estas representações solidificaram um imaginário em comum que persiste na memória coletiva da sociedade cabo-verdiana até hoje.

### **Cabo Verde em contexto**

A República de Cabo Verde é um arquipélago formado por um total de dez ilhas e de treze ilhéus e possui como capital a Cidade da Praia. Esse país fica localizado a 570 km da costa da África Ocidental, conta com um território de 4033 km<sup>2</sup> e uma área marítima de 700.000 km<sup>2</sup>. O clima cabo-verdiano se caracteriza como seco e às vezes com pouca ou nenhuma chuva, essa peculiaridade ocasiona diversas crises de seca no arquipélago. Sendo assim, desde a publicação do primeiro volume da Revista *Claridade*, em 1936, é possível identificar problematizações acerca da fome, pobreza e o desejo de emigrar, mas ao mesmo tempo, os claridosos projetavam a identidade do sujeito cabo-verdiano e o apego ao espaço das ilhas.

Porém, o sistema colonial tentava impedir que as populações autóctones se auto representassem, no caso específico das colônias lusitanas estava sob o julgo da ditadura de Salazar (1933-1974) que era amparada por um forte sistema repressivo. Dessa forma, quando as literaturas das colônias se desenvolveram estavam associadas a

movimentos de identidade nacional e, posteriormente, à independência, como pontua Tania Macedo (2009):

Ocorre que sob o sistema colonial a tradição [literária] é fraturada, na medida em que na lógica colonial a existência de um sistema literário autônomo, do colonizado, significaria não apenas uma maneira própria de representação de si e do outro, a negação dos modelos tecno-formais da literatura da metrópole mas, principalmente, a negação do domínio colonial. Nesse sentido, a formação dos sistemas literários dos países africanos de língua portuguesa articular-se-á, necessariamente ao projeto de nação (MACEDO, 2009, p. 126).

Portanto, os intelectuais claridosos precisaram encontrar meios de burlar o sistema colonial e autoritário de Salazar, por meio da poesia, romances e ensaios o grupo formulava críticas a realidade do local, muitas vezes de forma indireta. O que implicou em críticas posteriores, advindas da Geração Nacionalista das décadas de 1960-70, que acusaram os claridosos de coadunarem com o regime colonialista. Mas tais afirmações devem ser analisadas com devido cuidado levando em consideração o papel histórico diferenciado de Cabo Verde em relação às outras colônias africanas do Império Lusitano.

Cabo Verde foi identificado por Portugal, em 1460, e a narrativa oficial afirma que as ilhas do arquipélago estavam vazias. Diferentemente dos outros territórios africanos como Moçambique, Guiné-Bissau e Angola, que já possuíam variados grupos étnicos quando os portugueses chegaram, dificultando assim a consolidação

de uma administração colonial. Em Cabo Verde a instalação do quadro administrativo foi um processo mais rápido e sem grandes dificuldades, exceto pelas questões climáticas. Sendo assim, Cabo Verde passou a ser descrito como um local de encontro entre os europeus e africanos gerando uma população mestiça, e a sociedade passou a ser descrita como a mais culta de todas as colônias africanas portuguesas.

Peter Mendy (2012) afirma que esses pequenos privilégios acabavam escondendo que “Cabo Verde fosse uma colônia e os cabo-verdianos, um povo colonizado, com uma história pautada pela exploração e opressão brutais, bem como pelo cruel abandono à mercê da seca e da fome” (MENDY, 2012, p. 21). Desta maneira, os intelectuais cabo-verdianos possivelmente acreditavam possuir mais aproximação com Portugal do que com as demais colônias africanas e devido a isso não pregavam uma mudança radical no sistema. Entretanto, isso não quer dizer que não teciam críticas relevantes ao regime lusitano, pois, os claridosos tinham

como gesto inaugural de uma literatura que procurava afirmar a sua nacionalidade, o ideário da publicação vinculava-se principalmente à afirmação da cabo-verdianidade, isto é, a redescoberta da realidade social e psicológica do Arquipélago, tarefa que se apresentava como principal aos seus idealizadores, em função da ‘amnésia cultural’ imposta pelo colonialismo (MACEDO, 2009, p. 148).

De fato, os pensadores claridosos trataram de temas como as secas, emigrações e atraso econômico como um meio de tomada de consciência da situação deplorável do arquipélago. O que acabou por gerar, paulatinamente, a identidade do sujeito ilhéu. Bourdieu (1989) pontua a importância que os intelectuais possuem sobre o processo de naturalização de fenômenos culturais por meio das suas práticas discursivas:

O auctor, mesmo quando só diz, com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser, ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir como conforme à natureza das coisas, 'naturais' (BOURDIEU, 1989, p. 114).

É necessário recorrer ao contexto de Cabo Verde, pois estava a sofrer com a crise do Porto Grande de São Vicente, que era responsável por boa parte da riqueza do arquipélago. A crise portuária se inicia no fim do século XIX e é potencializada durante o século XX e ampliou as problemáticas que o espaço já era obrigado a lidar desde os primórdios de sua longa história colonial. Elisângela Rocha (2015) narra a crise como sendo:

Dias difíceis aqueles – fome, recessão, abandono e censura. Tudo isso se aliava à crise do Porto Grande, que em seu auge contribuiria com grande parte dos rendimentos do arquipélago. A decadência do porto iniciada ainda no final do século XIX, foi responsável pelo aumento do desemprego, que conseqüentemente e, de forma sucessiva, afetou o comércio da ilha, estendendo a problemática ao aspecto social. Com a diminuição do movimento do porto não havia

circulação de dinheiro [...] o que fortalecia [...] a fome” (ROCHA, 2015, p. 23).

Com o declínio do Porto Grande houve uma alteração na estrutura socioeconômica do arquipélago, São Vicente foi perdendo sua importância econômica, enquanto a Ilha de Santiago consolidou-se. A crise e a fome potencializavam as emigrações que podem ser notadas durante boa parte da história de Cabo Verde, mas ficaram mais recorrentes a partir do século XIX e, de acordo com Andréa Lobo (2016), a emigração cabo-verdiana deve ser entendida sob um contexto “conservador, e não só como um produto da modernidade” (LOBO, 2016, p. 45). Seguindo essa lógica a emigração passou a ser identificada como algo inerente ao arquipélago, e anterior à Claridade, cabendo à revista se apropriar e ressignificar isso como peculiaridade do cabo-verdiano.

Outro ponto relevante sobre a literatura cabo-verdiana, especialmente a claridosa, é que ela foi influenciada pelo brasileiro Gilberto Freyre que idealizou e defendeu o movimento lusotropicalista. O conceito, segundo o sociólogo, “advém da junção de elementos portugueses, de elementos históricos como a ocupação da península ibérica pelos mouros e pelas colônias e ex-colônias, Brasil, Cabo Verde, Angola, partes da Índia etc.” (FREYRE, 2010, p. 41). O conceito luso-tropical, assim como boa parte do legado freyriano, pregava a mestiçagem como ponto crucial da teoria, “e se é certo que o ‘lusotropicalismo’ influenciou a literatura cabo-verdiana em busca

de uma identidade, o mesmo não sucedeu nas outras colónias portuguesas” (CABAÇO, 2009, p. 205). Portanto, esta é mais uma especificidade de Cabo Verde, pois provavelmente já se consideravam um povo mestiçado.

## RESULTADOS

Dentre os nove volumes da *Claridade*, o escolhido para esta análise é o quarto, publicado em janeiro de 1947. Esta edição conta com 40 páginas e 14 produções, entre poemas, trechos de romance e ensaios críticos. Os principais autores são Manuel Lopes, Jorge Barbosa e Baltasar Lopes, mas o volume conta com a colaboração de outras personalidades do Arquipélago, como Pedro Corsino, Tomaz Martins, António Aurélio Gonçalves, Arnaldo França e Nuno Miranda.

A primeira produção significativa do quarto volume da *Revista Claridade* é intitulada *O Jamaica Zarpou*. O texto em prosa foi escrito por Manuel Lopes e é crucial para notarmos, logo de início, os temas que os claridosos já vinham tratando em volumes anteriores, estabelecendo a tradição literária que envolvia temáticas como pobreza, fome, emigração e características regionais em Cabo Verde. A narrativa se passa em Mindelo e possui como personagens principais o jovem Maninho, sua tia Nha Gegê e a vizinha Nha Eufémia.

Maninho, após o falecimento de sua mãe, cresceu aos cuidados de sua tia, e quando se tornou adulto decidiu emigrar, no vapor Jamaica, com seu pai. A narrativa perpassa pelos sentimentos de preocupação e saudade de Nha Gegê e do medo que Maninho possui do desconhecido. O sentimento que fica perceptível é o desejo de emigrar, mas também a dificuldade de abandonar a terra e a família. Na noite que finalmente iria emigrar por meio do Jamaica, o jovem decide retornar para casa de último hora, abandonando a embarcação ainda ancorada no porto mindelense. A seguir o sentimento que atravessa a personagem jovem Maninho:

Quis chamá-la, dizer-lhe: ‘deixei sair o vapor, deixei meu pai ir ele só. Voltei para viver minha vida com vocês’, quis dar-lhe essa notícia boa, e depois abraça-la como fazia dantes, brincar no seu corpo pequenino e ágil, sentir seu calor de carvão rijo – sim, para ter a sensação real de que estava regressando a casa deveras, para sentir, entre os braços o lume de uma vida que voltava a acender, a alegria do viver tranquilo de família melhor que a aventura do mar e a insegurança de destinos desconhecidos (LOPES, 1947, p. 3).

Ao chegar em casa ele pôde escutar, de forma escondida, o diálogo entre sua tia e a vizinha Nha Eufémia. A tia Nha Gegê demonstra insegurança com a partida de seu sobrinho criado como um filho. A personagem tece críticas à realidade do arquipélago, principalmente no sentido da falta de oportunidade de trabalho e sobrevivência para os jovens, como segue no trecho abaixo, o descontentamento com as condições locais é facilmente percebido:

É claro, estou satisfeita porque ele não tinha futuro nesta terra... É o melhor passo que ele podia ter dado na vida, Só esta agoniação de não saber que fazer uma terra desgraçada e ingrata. Sem futuro. Ora desempregado, ora com empreguinhos cacaracá, que nem roupa dão. Não imagina os sacrifícios que eu fazia com a vida tão cara (LOPES, 1947, p. 4).

Durante a conversa entre as personagens, Nha Gegê e Nha Eufémia, algumas características da sociedade cabo-verdiana são apresentadas, como, por exemplo, a importância de cargos públicos como uma das poucas maneiras de ascender socialmente nas então colônias portuguesas em África, e como era difícil a vida em Cabo Verde, pois, faltava emprego, dinheiro e, conseqüentemente, alimento para a população mais pobre. A terra chega a ser descrita como ingrata, mas podemos perceber que a ausência de empregos pode ser associada a uma falha do regime colonialista lusitano.

No texto é notável a utilização de um português diferente do metropolitano. A língua portuguesa usada nos textos claridosos carrega influência do crioulo, podemos notar em alguns trechos desta produção, como em: “Os homens têm manha de nós. Gosta de pegar nós no seio, abraçar nós, deitar nós no chão, brincar nós na perna. Quando nós não quere, agora é que eles quere mais” (LOPES, 1947, p. 5). No 4º volume da *Claridade* também foi publicado o ensaio *uma experiência românica nos trópicos*, de autoria de Baltasar Lopes, que aborda as diferenças entre o português falado no Brasil e o falado em Portugal.

Seguindo a lógica dos escritores da Claridade o português falado no arquipélago é de fato uma grande peculiaridade de Cabo Verde em diferenciação à metrópole, uma vez que mistura as línguas africanas com a europeia. Portanto, a Claridade “é uma afronta ao purismo da língua [portuguesa], devido a convivência entre o crioulo e o português, num hibridismo nunca antes pensado” (SEMEDO, 1995, p. 36). Sendo assim, os claridosos mesclavam a língua cabo-verdiana com o português metropolitano. A partir daí uma grande característica da identidade dos sujeitos do espaço passa a ser a língua crioula.

Retornamos à narrativa do texto, quando finalmente o encontro entre Nha Gegê e Maninho acontece, mas não é bem como o jovem esperava. Maninho possui o desejo de ficar, porém, para sua tia isso causa medo e tristeza. Ela ama seu sobrinho e sabe que se ele continuar no arquipélago seu futuro será penoso, neste momento mais problematizações acerca do espaço local surgem, tais como o desemprego e desnutrição, sendo a única chance de melhoria de vida o ato de emigrar, como no trecho abaixo:

Sentiu o mesmo carinho por aquele mesmo menino. Veio cá despedir-se de novo. O remorso entrou de mansinho no seu coração. Mas viu o desemprego. O sobrinho curvado no canto do quarto, emagrecendo a olhos vistos, sem esforço deante da vida. O futuro a fugir-lhe naquele vapor [...] (LOPES, 1947, p. 7).

Dessa forma, ela afirma que ele deve voltar para o vapor Jamaica. Maninho então sente que aquele lugar já não é dele e a única

oportunidade é rumo aos novos territórios, decide seguir as ordens da tia e correr para alcançar a embarcação, entretanto, já era tarde demais, o barco havia partido. O sentimento que invade o jovem é avassalador, um sentimento de perda, de dor, vergonha e, sobretudo, de fracasso. Como podemos notar no seguinte trecho: “Agora está ele junto do mar como um presidiário agarrado as grades Preso<sup>3</sup> à sua pequenina ilha.” (LOPES, 1947, p. 10). A sensação de estar preso é constantemente enfocada na obra claridosa, pois o mar tanto pode ser a oportunidade de sair e descobrir novos lugares, como também representa isolamento e prisão. Durante sua corrida na tentativa de encontrar o vapor Jamaica, um turbilhão de pensamentos invadiu a mente de Maninho, que começou a lembrar com carinho da terra em que cresceu, uma série de características que geram um sentimento de pertença com o território:

– A tia Gegê que o trouxe desde menino até fazê-lo gente, a bicharada ruidosa do quintal que tanto o enervava; o povo bom que não faz mal a ninguém, que gosta do seu violão, da sua morna, do seu grog barato; o mar na baía que desperta sonhos, os vapores que entram e saem, e deixam um vazio e uma saudade nos corações, este viver igual de todos os dias, sem perigos, sem cuidados de maior, a resignação desses corações simples sempre à espera de qualquer coisa que nunca chega. Eram imagens da sua vida cotidiana que o acompanharam desde a infância, e continuariam formando o grande cortejo das recordações, pela vida fora” (LOPES, 1947, p. 8).

---

<sup>3</sup> Grafia do autor do poema.

Por meio disso, a escrita claridosa apela para o sentimento do que é nascer e crescer em Cabo Verde, mais especificamente neste texto, em Mindelo. Portanto, caracteriza a sociedade, e mesmo centralizando o desejo de emigrar para a melhoria na qualidade de vida, o coração do cabo-verdiano nutre um carinho pela gente e pela cultura local, apegando-se aos detalhes mais simples da infância. Algo que Gilberto Freyre já vinha tentando desenvolver no Nordeste brasileiro desde a década de 20, do século XX, com o regionalismo. “Em 1926, no I Congresso de Regionalismo, Gilberto Freyre apresenta os preceitos básicos que iriam compor o seu importante Manifesto Regionalista” (ROCHA, 2015, p.13). Entre as especificidades do regionalismo proposto por Freyre está a valorização das características do Nordeste. Isso serviu como exemplo para a literatura claridosa que buscou valorizar as peculiaridades cabo-verdianas, dando início ao regionalismo no Arquipélago.

Dando prosseguimento à análise do volume, retornamos aos problemas sociais retratados dessa vez no poema *Faminto* produzido por Osvaldo Alcantara, pseudônimo de Baltasar Lopes. Os versos trazem à tona o descontentamento e o sentimento de impotência do sujeito poético frente a problemática da fome em Cabo Verde. A falta de comida era causada por fatores como as secas constantes e as poucas medidas tomadas por Portugal com intuito de melhorar a conjuntura do arquipélago, esse problema penalizava drasticamente

parte considerável da população cabo-verdiana. O sujeito poético denuncia que sente tristeza pela situação excruciante que a fome causa, mas que não faz nada de suma importância para a situação melhorar. Em alguns versos do poema fica clara a tristeza expressada pelo eu-lírico:

Ele chegou a minha porta; / os seus olhos não tinham brilho, / Bem certo que eles não poderiam mais colaborar na maravilha da vida. /As suas mãos já não tinham aquele jeito potente de quem vai criar / [...] trazia apenas o modo pedinte de quem quer viver mais um dia [...] (ALCANTARA, 1947, p. 24).

É possível notar alterações discursivas nesse poema, pois, o eu lírico se mostra, primeiramente, sensibilizado com a dor do outro e até mesmo o ajuda: “dei roupa para o seu corpo, / dei pão para a sua fome” (ALCANTARA, 1947, p. 24). Mas depois se mostra culpado por sentir que realmente não faz o suficiente para romper efetivamente com a situação de desigualdade e fome, então pontua o que deveria fazer: “Eu devia ter clamado, para todos ouvirem, que ele era o desterrado, / e ensinar-lhe o caminho para ele se libertar da sua renúncia / [...] o que fiz foi somente dar-lhe a moeda das grandes traições” (ALCANTARA, 1947, p. 24).

Estratégica a narrativa criada por Osvaldo Alcantara, visto que a *Claridade* era uma revista consumida pelos grupos mais privilegiados da sociedade cabo-verdiana, atingindo assim o público que era responsável pela mediação entre a colônia e a metrópole, portanto, responsável pelas cobranças ao império Português. Com

esse poema ele demonstra que a real ajuda ao Arquipélago não era ainda colocada em prática e que a solução não seria apenas sanar as necessidades com caridade, mas que seria necessário tomar atitudes e defender um ponto de vista mais radical para buscar soluções mais enfáticas que pudessem libertar a parte da população que mais sofria com a fome.

A *Claridade*, segundo Elisangela Rocha (2015), podia não escrever sobre romper com Portugal, mas produzia uma literatura que denunciava a fome, o descaso e a pobreza e “esse drama, desde o surgimento da *Claridade* está presente na literatura produzida no arquipélago, se não como instrumento de ação militante, ao menos como denúncia, uma vez que o contexto histórico-político das colônias não era propício a livre criação literária” (ROCHA, 2015, p. 127). O momento não era adequado para críticas mais profundas devido à ditadura de Salazar, que chegou a proibir publicações que enfatizassem demais a crise.

As colônias portuguesas “estarão sob a mão pesada de uma ditadura que por várias décadas censurará tudo quanto for escrito nos jornais. O jornalismo possível volta para o Mindelo” (CRUZ, 2009, p. 53). Apesar do teor de denúncia não enfatizar o regime colonialista, a *Claridade* servia para romper com a ideia de que os territórios sob controle de Portugal estavam em bom estado. Além

de situar Mindelo, na Ilha de São Vicente, como um importante polo de resistência dentro do arquipélago.

De fato, era necessário burlar a PIDE<sup>4</sup> e “a denúncia fazia-se da única forma possível; nos apontamentos breves, contos, mornas<sup>5</sup> e poemas de uma revista literária ou nos próprios livros que a censura catalogava como ficção” (CRUZ, 2009, p. 58). Dessa forma, quando os claridosos recorriam a uma literatura que denunciava o estado de pobreza e descaso, estavam a contrariar o regime autoritário salazarista, propondo uma autorreflexão nos sujeitos que consumiam as edições da Revista Claridade para que pudessem agir de forma mais enfática contra as mazelas sociais.

Dando continuidade à análise da Claridade, desta vez centralizando o debate em torno da língua falada no Arquipélago, nos leva diretamente ao texto ensaístico escrito por Baltasar Lopes intitulado *Uma experiência românica nos trópicos*. Este é o primeiro do tipo ensaio presente no volume. A característica principal desta produção é o diálogo direto com os postulados do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Os ideais luso-tropicalistas ficam visíveis como ponto central na análise de Baltasar Lopes, servindo-lhe como aporte teórico metodológico.

---

<sup>4</sup> Polícia Internacional e de Defesa do Estado, responsável por reprimir oposições políticas.

<sup>5</sup> Gênero musical e de dança cabo-verdiano.

Baltasar Lopes é enfático e retoma diretamente os estudos de Freyre, citando a sua obra *O mundo que o português criou* (1940) e pontua a unidade sentimental e cultural entre os espaços colonizados pelo império lusitano. Seguindo esse raciocínio, o claridoso enfatiza este sentimento único partilhado pelos “lusó-descendentes” independentes de serem “puros e mestiços” que possuem um “lastro comum” que é a colonização lusitana que possibilitou o estabelecimento de “semelhanças e critério ético e estético, de inclinações sentimentais e de aspirações sociais e políticas” (LOPES, 1947, p. 15).

Portanto, Baltasar Lopes se mostra alinhado ao pensamento de Gilberto Freyre, e faz um chamado acerca da necessidade de maiores trabalhos acadêmicos que abordem, de forma comparativa, a relação de Portugal e os espaços que este dominava. Lopes passa a discutir a influência da cultura portuguesa nos variados locais em que Portugal marcou presença, utilizando ideias luso-tropicais acerca “do êxito português nos trópicos, mobilidade que compensava e de certo modo anulava as distâncias geográficas” (LOPES, 1947, p.16). Exatamente como Gilberto Freyre defendia, que “Portugal era flexivelmente lusotropical em seus métodos ou formas de expansão” (FREYRE, 2010, p. 60). Dessa forma, é explícita a influência do luso-tropicalismo neste ensaio, principalmente para estabelecer uma possível relação entre Brasil, Portugal e Cabo Verde.

O ensaísta afirma que o português brasileiro é o mais privilegiado em relação às modificações da língua portuguesa, pois, possui menor grau de distanciamento do padrão europeu. A partir daí passa a centralizar Cabo Verde, afirmando que, inicialmente, a sociedade crioula precisou simplificar uma língua rica, provavelmente o português, mas que, posteriormente, houve um enriquecimento cultural no arquipélago, causando um descompasso entre “uma linguagem extraordinariamente simplificada [crioulo] na estrutura gramatical e uma cultura progressivamente enriquecida no sentido europeu” (LOPES, 1947, p. 16).

Baltasar Lopes chama a atenção para o bilinguismo dos caboverdianos que conseguem transitar, facilmente, entre o português e o crioulo, e, também, para os falantes que unem termos advindos da metrópole e da língua autóctone. O ensaísta passa a debater o emprego dos pronomes, de forma comparativa, entre os modos português e brasileiro. Sendo o lusitano (dê-me, faça-me) imponente e autoritário, e o brasileiro (me dê, me faça) de modo suave e passivo. Recorrendo aos estudos de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933) para pontuar que o português do senhor de engenho, patriarcal e bravo, era autoritário enquanto o escravizado era suave e obediente. Isso explicaria, segundo o claridoso, a herança linguística tênue do português brasileiro. E seria a partir desse ponto que teria

surgido a diferenciação do português falado no Brasil e o utilizado em Portugal.

Provavelmente, o Brasil surge como um exemplo do que ocorreu com a língua falada em Cabo Verde, que também sofreu mudanças, o ponto comum entre o arquipélago e o país sul-americano seria justamente o passado colonial lusitano. De fato, Baltasar Lopes acredita ser importante haver essas diferenciações porque gera distância do caráter aristocratizante da metrópole gerando peculiaridades linguísticas locais. Ele recorre a uma possível relação histórica entre a linguagem crioula e o português, para responder demandas do seu presente, como defende Kathryn Woodward (2014):

Aquilo que parece ser simplesmente um argumento sobre o passado e a reafirmação de uma verdade histórica pode nos dizer mais sobre a nova posição de sujeito guerreiro do século XX que está tentando defender e afirmar o sentimento de separação e de distinção de sua identidade nacional no presente do que sobre aquele suposto passado. (WOODWARD, 2014, p. 11)

De modo que fica visível a importância da língua crioula para a formação da identidade cabo-verdiana, um dos principais pilares que diferencia o arquipélago da metrópole. Este ensaio é provavelmente o ponto mais alto, dentro do quarto volume da revista, do exemplo da influência de Gilberto Freyre e, conseqüentemente, da presença brasileira no arquipélago, ficam

diretamente visíveis as ideias luso-tropicais e até mesmo a forma da escrita ensaística lembra a maneira como o sociólogo brasileiro escrevia seus trabalhos.

A influência brasileira também aparece, no quarto volume da *Claridade*, por meio da literatura de Manuel Bandeira. Podemos pontuar diversas vezes em que são feitas alusões ao poeta brasileiro. Foi possível notar a influência de Manuel Bandeira no poema *Há um homem estranho na multidão* de autoria de Baltasar Lopes, a narrativa gira em torno da passagem de um homem misterioso, nunca visto antes em Cabo Verde, a figura deste homem acarreta à população local o receio, medo e curiosidade, então surgem discussões acerca de quem seria este sujeito e de onde ele teria vindo. Entre as hipóteses se encontra a possibilidade do homem ser ligado a Pasárgada. Fica clara a influência do poema *Vou-me embora pra Pasárgada* (1930). Esta produção de Manuel Bandeira possui características do movimento modernista brasileiro e fala sobre ir embora para um lugar melhor, no caso Pasárgada. Este termo é recorrente na escrita claridosa que idealiza este local como sendo o destino ideal para se emigrar.

A influência de Bandeira é sentida também no poema *Carta para Manuel Bandeira*, escrito por Jorge Barbosa. Esta produção cabo-verdiana atua como uma resposta amigável de Barbosa ao poema *Estrela da Manhã* (1936) de Manuel Bandeira. Na poesia do brasileiro,

o sujeito poético está à procura da amada, existe a presença marcante do sentimento de carência e estado de solidão, a partir daí surge o apoio do poeta claridoso que “lança-se solidariamente na empreitada de aplacar as angústias do poeta Pernambucano levando-lhe o objeto-síntese do seu desejo, a Estrela da Manhã.” (PAULA, 2005, p.81). Segue abaixo trechos do poema de Jorge Barbosa:

Aqui onde estou, no outro lado do mesmo mar / Tu me preocupas, Manuel Bandeira, / Meu irmão atlântico. / Eu faria por ti qualquer coisa impossível. / Era capaz de procurar a / Estrela da Manhã / Por todos os cabarés / Por todos os prostíbulos. / E eu ti levaria / ‘pura ou degrada até à última baixeza’. / Bateria de manso / à porta dos teus apartamentos de poeta solitário / ali na Avenida Beira-mar do Rio de Janeiro. [...] / e virias abrir-me a porta. / Então sem qualquer palavra / eu te passaria a Estrela da Manhã. / Depois voltaria tranquilamente para a minha ilha / Do outro lado do atlântico [...] (BARBOSA, 1947, p. 25)

O claridoso idealiza uma visita ao Brasil, mesmo que tenha afirmado, no início do poema, que nunca veio ao Brasil, “os planos das minhas viagens nunca passaram de sonhos e versos” (BARBOSA, 1947, p.25). Além disso, nota-se que Jorge Barbosa chama o poeta brasileiro de irmão atlântico. Vera Oliveira (2010) ao analisar este poema ressalta que o claridoso incorpora a literatura de Manuel Bandeira trazendo à tona características do brasileiro para a sua escrita:

É de Jorge Barbosa a poesia ‘Carta a Manuel Bandeira’, na qual Barbosa define o poeta brasileiro como o seu ‘irmão atlântico’, incorporando no seu texto o mesmo lirismo intimista e confidencial do outro, assim como a

comoção, a ternura e a humildade com que Bandeira falava do mundo das periferias do Rio de Janeiro [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 86).

Nota-se outra referência a Manuel Bandeira em mais um poema presente neste volume da *Claridade*. Intitulado *Simplicidade*, também escrito por Jorge Barbosa, no qual o sujeito poético empreende uma autorreflexão e deseja se tornar alguém mais simples, e por meio disso, ter a oportunidade de valorizar as coisas consideradas insignificantes da vida. Jorge Barbosa pincela Cabo Verde como uma terra de gente simples. Segue abaixo alguns trechos do poema:

Eu queria ser simples naturalmente / sem o propósito de ser simples. / Saberria assim sofrer com mais calma / rir com mais graça. / E saberia amar sem precipitações. / Nas minhas ironias haveria generosidade. / Nas minhas amarguras / Haveria conformação e paciência. / Os meus sonhos não meteriam esses rumos impossíveis / De terras mais além [...] / E quando estivesse em mangas de camisa assentado à porta da casa nas noites de verão / veria as horas / no mostrador luminoso [...] / a minha poesia / seria sem gramática / feita toda de cor / ao som do violão / com palavras aprendidas na fala do povo [...]. (BARBOSA, 1947, p. 39)

Dessa forma, podemos notar o apelo a simplicidade que o eu-lírico deseja alcançar, é perceptível a influência do poeta pernambucano Manuel Bandeira, sobretudo, no trecho “com palavras aprendidas na fala do povo” o que nos leva a comparar com o trecho do poema *Evocação do Recife*, momento em que o brasileiro escreve sobre a fala/língua do povo, fazendo referência a linguagem

coloquial. Este ponto é, sem dúvidas, algo em comum com a empreitada claridosa em Cabo Verde, visto que, no Brasil, Bandeira visava por meio da sua poesia criar laços entre as camadas populares e os intelectuais artistas:

Manuel Bandeira, tal como outros escritores da sua geração, através da poesia e da literatura procura uma reconciliação entre dois 'Brasis' que não se comunicam, uma composição linguística que, na realidade, evidencia a necessidade de uma recomposição social entre os intelectuais e o país e entre as várias classes, os vários segmentos em que se dividia a população. A literatura deveria dar conta da complexidade de um país levado a discriminar, como acontecera no passado, inteiras e enormes faixas de populações. (OLIVEIRA, 2010, p. 86)

Portanto, Jorge Barbosa identificou os objetivos de Manuel Bandeira, no tocante ao contexto da sociedade brasileira, e sobretudo, o claridoso seguiu os passos criativos do poeta pernambucano. Para Machado de Paula (2005), Manuel Bandeira e Jorge Barbosa tinham muito em comum quando o assunto era uma escrita modernista e simplificada:

Como fizera Bandeira, o caminho da libertação formal, para Jorge Barbosa, ocorreria pelo desrecalque progressivo da escrita, sobretudo pela flexibilização rítmica e pela busca de uma simplicidade natural capaz de conduzir, sem alardes altissonantes, à essencialidade poética. Uma simplicidade sem artificialismos. (PAULA, 2005, p. 86)

Jorge Barbosa é um exemplo de escrita que exalta as características da sociedade cabo-verdiana, descrita como humilde e simples. Neste sentido, Manuel Bandeira fazia exatamente o mesmo

no Brasil, estabelecendo os aportes necessários para os claridosos cabo-verdianos. Nota-se a constante tentativa de diálogo entre a escrita do claridoso e a literatura de Bandeira, o que nos leva a perceber como o Brasil era essencial nas representações da Claridade o que resultava em certo distanciamento da metrópole lusitana.

## CONCLUSÕES

Portanto, como foi possível observar ao longo do texto, o diálogo entre Literatura e História pode render ricos debates para suprir lacunas historiográficas. A literatura retrata as especificidades das regiões e dos povos, contribuindo para a formação das identidades. No caso específico de Cabo Verde, as peculiaridades climáticas, históricas e sociais, foram o que fundamentaram a escrita claridosa. O fato dos cabo-verdianos se entenderem como mestiços possibilitou um diálogo com a teoria luso-tropical, e a colonização lusitana era concebida como um meio de gerar um sentimento cultural em consonância com o Brasil, e, conseqüentemente, com as produções científicas e também literárias.

Gilberto Freyre, naquela conjuntura, século XX, era um intelectual de muita relevância, e sua teoria luso-tropical possuía diversos problemas, mas é inegável que, por meio dela, a relação com o Brasil foi fortalecida. Além disso, o poeta Manuel Bandeira, por meio da sua escrita simplificada, prezava pelas referências à

linguagem coloquial e às narrativas que buscavam na infância a originalidade que os cabo-verdianos tanto desejavam. Desta maneira, foi uma grande influência para os claridosos, que viam no seu trabalho os aportes necessários para se distanciar dos moldes europeus, sobretudo, lusitanos.

A tradição literária da Claridade se organizou em torno da língua crioula, das narrativas de infância, secas e emigrações para produzir uma literatura de denúncia, um contraponto ao regime salazarista, que prezava pelo discurso de que nas colônias a vida, sob os cuidados de Portugal, era positiva. Pelo contrário, nas páginas da Claridade, o contradiscurso era feito por meios poéticos para burlar o sistema repressivo, visto que a imprensa não possuía autonomia, coube aos literatos assumirem o papel de agentes que abordassem as mazelas sociais. O que abriria espaço, posteriormente, para que outras gerações tecessem críticas mais enfáticas ao regime colonial.

## REFERÊNCIAS

### Fonte Primária

*Claridade: revista de artes e letras*. Mindelo, janeiro de 1947, v. 4, p. 1-40.

### Bibliografia

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. *Mimesis*. Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

BORGES, Valdeci R. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*. Goiás, v. 1, n. 3, p. 94-109, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

CHIAPPINI, Lígia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Literatura e Sociedade**. São Paulo, v. 5, n. 5, p. 18-28, 2000.

CRUZ, Sandra Inês. **A quase-informação na literatura de Cabo Verde em tempo de censura (1926-1975)**. Dissertação, mestrado em literaturas e culturas africanas e da diáspora, Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação**. São Paulo: É Realizações, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível lusotropicologia**. São Paulo: É Realizações, 2010.

HALL, Stuart. WOODWARD, Kathyn. SILVA, T. T. Tomaz. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOBO, Andréa. Vida de crioulo. Sobre trajetórias e movimentos na sociedade cabo-verdiana. In: ÉVORA, Iolanda (Coord.) **Diáspora cabo-verdiana: temas em debate**. Lisboa: CEsa, 2016.

MACEDO, Tânia Celestino. A presença da literatura brasileira na formação dos sistemas literários dos países africanos de língua portuguesa. **Via atlântica**, São Paulo, v. 1, n.13, p. 124-152, 2009.

MENDY, Peter K. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. In: LOPES, Carlos (Coord.) **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Unesp, 2012.

OLIVEIRA, Vera Lucia de. Brasil e Cabo Verde: duas margens do mesmo mar. **Navegações**, Porto Alegre, n.1, v. 3, p. 84-87, 2010.

PAULA, Júlio Cesar Machado de. **Manuel Bandeira e Claridade: confluências literárias entre o modernismo brasileiro e o cabo-verdiano**. Dissertação, mestrado em Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROCHA, Elisangela Aparecida da. **Claridade – o canto e o louvor de um povo no percurso da construção identitária: o diálogo com o regionalismo**. Tese, doutorado em Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEMEDO, Manuel Brito. **Caboverdianamente ensaiando 1**. Mindelo: Ilhéu Editora, 1995.

## **BALAIO DE MEMÓRIAS: os folguedos caxienses em representação e diálogo.**

Cleidiane dos Santos Fernandes<sup>1</sup>

Maria Lúcia Aguiar Teixeira<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Atualmente, a diversidade cultural brasileira é uma das características mais visíveis e discutidas em nosso país. Desde a descoberta do Brasil, o contato com diferentes povos acrescentou diferentes modos de viver, dando a isso um valor significativo à cultura brasileira, caracterizada hoje de inúmeras formas. Sabemos então o quanto é intensa a discussão em torno, não apenas dos conceitos, mas dos próprios desafios de nossa atual cultura. Neste sentido, apresentamos neste artigo a complexidade que existe nas relações culturais e a sua importância para nosso desenvolvimento social, em especial no contexto local. Porém, apesar da pluralidade presente, optamos por abordar neste artigo especificamente sobre dois Folguedos: Dança do Lili e Reisado Careta Encanto da Terra,

---

<sup>1</sup> Aluna acadêmica do 6º período de Licenciatura Plena em História, na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC. Membro do Grupo de Pesquisa Educação Memória História e Cultura- GPEMHC. E-mail: cleidianesantos1412@gmail.com.

<sup>2</sup> Profa. Dra. Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Centro de Estudos Superiores de Caxias- CESC. Departamento de Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação Memória História e Cultura- GPEMHC. Orientadora do referido projeto. E-mail: mariateixeira@professor.uema.br.

ambos da localidade caxiense. Antes disso, necessário se faz entender o significado do principal objeto de pesquisa, que são os “Folguedos”.

Desde o século XIX, período pós-independência, intelectuais da área da cultura popular se dedicaram aos estudos sobre nossas diferenças e semelhanças culturais, a fim de buscar a nossa nacionalidade que representasse e realçasse a pluralidade e significância do nosso país. Neste contexto, os folguedos começam a surgir com uma variedade de nomeação que variava de cada região: festa, chegada, brincadeira, folgança. Somente no século XX, o conceito começaria a se definir, com estudos de folcloristas como Mario Andrade e Câmara Cascudo, que passaram a usar o termo “Folguedo”, este por sua vez, passou a ser difundido, assim como esclarece Rossini Tavares Lima (1962):

E depois de inúmeras discussões foi aceito que por “folguedo popular” se entenderia todo ato folclórico, dramático, coletivo e com estruturação. Dramático não só no sentido de ser uma representação teatral, mas também por apresentar um elemento especificamente espetacular, constituído pelo cortejo, sua organização, danças e cantorias. Coletivo por ser de aceitação integral e espontânea de uma determinada coletividade, e com estruturação, porque através da reunião de seus participantes, dos ensaios periódicos, adquire uma certa estratificação. Seu cenário são as ruas e praças públicas de nossas cidades, especialmente nos dias de festas locais, em louvor de santos padroeiros ou do calendário” (LIMA, 1962, p.11).

Desse modo, passamos a entender que os folguedos se tratam de momentos festivos, apresentados em dias específicos, ou não, em

que os sujeitos brincantes se reúnem para conversar, cantar, brincar, festejar, e formar grupos como: Reisado, Tambor de Crioula, Danças, Bumba-meu-boi, e alguns mais específicos de cada localidade, como no caso de Caxias - Maranhão. Porém, o que para nós é relevante aqui, não é pensar nestes momentos festivos apenas como simples “brincadeiras”, logicamente são brincadeiras em primeiro momento, mas que ao longo dos anos vieram a se tornar importantes representações e manifestações da nossa cultura, alimentando nos participantes sentimentos de pertencimento a sua realidade cultural local e a sentimentos de lutas e resistências por condições de disseminação dos valores e respeito das tradições.

Apesar do caráter fundamental de brincadeira, de festa, de jogo, está por trás dos folguedos uma imensa carga cultural, identitária e, em vários casos, religiosa. Existe uma dualidade entre o brincar e o viver, entre ser e representar – uma força daquele saber, que proporciona interação íntima entre os participantes, a ponto de atingir um grau ritualístico intenso. O brincante cresce envolvido na brincadeira, aprende os primeiros passos na infância, aprende sem “ninguém ensinar”, porque aprende junto ao coletivo, observando, imitando e participando. Por isso a carga de identidade é bastante vigorosa em cada participante do folguedo – dançar faz parte da história de cada um e da vida da comunidade (NEVES, 2010, p.36).

Sob a ótica do participante que é brincante, o espaço usado para o folguedo, embora sobreponha-se ao espaço do cotidiano, se destaca especialmente pela função que exerce no momento da festa, pela sua condição comunicante, pelo campo relacional que

estabelece, ou seja, caracterizada principalmente por aquilo que se deseja representar. São momentos que além de envolver momentos de lazer e diversão, promovem relações de conhecimentos e representações nos mais diversos aspectos da sociedade. Deste modo, Maia (1999) enfatiza que:

[...] as festas fornecem nova função às formas espaciais [...] ruas, praças, terrenos baldios transformam-se em palcos para o evento. O espaço das festas populares possui uma composição bastante complexa. Neles subsistem relações econômicas, político-ideológicas, simbólicas e afetivas extremamente ricas (MAIA, 1999, p.04).

Os folguedos, portanto, são parte fundamental na construção da identidade. Porém, durante muito tempo estes não recebiam a devida importância, visto que o patrimônio cultural se limitava a edificações históricas, prédios, cidades, bairros e outros tantos bens materiais, dificultando assim a participação de “nossa gente” produtora de “saberes e fazeres” na construção da cultura. Após lutas e mudanças, o patrimônio imaterial, representado por festas, costumes, danças, crenças, manifestações folclóricas, passaram a ser inseridas e entendidas como um bem cultural, que necessariamente deveria ser conhecido, valorizado e preservado.

Entre os conceitos estudados para desenvolvimento deste trabalho, é válido destacar que nossa tarefa aqui não é definir a cultura como “inferior ou superior”, mas de ressaltarmos que é necessário entender a cultura dentro de sua especificidade local,

compreendendo que esta faz parte de um processo principalmente interno, que deve ser analisado em sua realidade mais profunda, o que também brevemente nos explica Santos (2003):

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos que são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. Fazem sentido para os agrupamentos humanos que as vivem, são resultados de sua história, relacionam-se com as condições materiais de sua existência (...) (SANTOS, 2003, p. 08).

Diante dos fatores apresentados anteriormente, para melhor entender o significado e relevância de nosso objeto de trabalho, destacamos que, como fruto de um projeto de pesquisa da cultura local, nos atentamos em estudar e apresentar, em especial, alguns fatores e representatividade de alguns grupos existentes na cidade de Caxias - Maranhão, conhecida como a “Princesinha do Sertão”, Terra de Gonçalves Dias, que como muitas outras cidades de nosso estado, apresenta uma pluralidade de personagens que representam nossa história e cultura, rica em alegria, simbolismo, lutas e resistências de um povo que tem voz e identidade. Contamos ainda com o diálogo entre sujeitos que representam as manifestações em destaque e jovens acadêmicos que relatam suas experiências com a cultura caxiense. Apresentamos a seguir folgedos da cultura caxiense.

## Dança do Lili: folgado genuinamente caxiense

Um dos maiores exemplos de nossa cultura local, é a “Dança do Lili”, própria da cidade, criada em 1985 pelo produtor cultural Raimundo Nonato da Silva (conhecido popularmente como Pelé), que na época, se reunia na zona rural de Caxias para “brincar” e se reunir com familiares e amigos, onde mal sabia que, mais à frente, a “brincadeira” se tornaria uma das mais importantes representações da cultura caxiense. Historicamente falando, a autora Francisca Augusta destaca em sua tese:

A Dança do Lili foi criada em 03 de maio de 1985 e originou-se a partir de brincadeiras da Semana Santa na zona rural do município de Caxias – MA, onde as pessoas se reuniam em frente às suas casas, dançando e cantando cantigas em versos sem o uso de instrumentos. É uma manifestação popular resultante do sincretismo religioso, da redefinição dos elementos culturais formadores da identidade brasileira que desperta o interesse no que se refere à peculiaridade da vida no campo (SOUSA, 2014, p. 09).

O nome dado à dança surge da brincadeira do Lili, “uma prática característica dos costumes do homem do campo, que integrava diversas brincadeiras como “Cair no poço”, “Casamento da viúva” e músicas de roda. Brincava-se ao som de músicas entoadas por ritmos em versos duelados pelos brincantes, de forma simples” (SOUSA, 2014, p.28). Nesta brincadeira, os brincantes decidem dar uma nova estrutura de dança, passando a representar para eles não só mais o ato de brincar, mas de representar a história, os costumes

e a cultura do homem trabalhador rural que, apesar das dificuldades enfrentadas no campo, se mantem disposto a brincar, dançar e viver.

Em visita ao grupo dos integrantes da Dança do Lili, percebemos claramente o ambiente coletivo em que vivem, não só como um grupo de simples dançarinos, mas como uma família, em que se sentem realizados por representar nossa história e mais ainda por serem personagens transformadores da sua realidade, se reconhecendo também como parte da identidade coletiva, em valorização não só da própria história, mas do outro, enquanto sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade, lembrando o que nos diz Ribeiro:

A identidade de um povo é o resultado da identidade individual e coletiva estabelecidas pelos membros de uma mesma comunidade. Neste sentido [...] chegam a ser uma gente só, que se reconhece como igual em alguma coisa tão substancial que anula suas diferenças e os opõe a todas as outras gentes. Dentro do novo agrupamento, cada membro, como pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença a certa identidade coletiva (RIBEIRO, 1995, p. 131).

A construção da identidade, o valor da memória e o conhecimento da própria história deveriam ser fatores que nos levassem a valorizar nosso patrimônio imaterial, e tudo isso se faz presente na Dança do Lili. A referida dança, muitas vezes é desvalorizada por não conhecermos nem entendermos que a Cultura Popular faz parte da nossa história, não só do passado, mas de todos os dias de nossas vidas, para inclusive lembrar quem somos.

No ano de 2020, a Dança do Lili completou 35 anos de existência. O que foi possível perceber é que apesar das dificuldades enfrentadas, como principalmente a falta de um apoio financeiro de autoridades públicas, o grupo vem resistindo ao tempo, ao preconceito e à desvalorização.

Representando principalmente o trabalhador rural em seu cotidiano de luta, a dança nos faz questionar a grande importância das manifestações folclóricas para nossa formação enquanto cidadão, que reconhece sua identidade e suas raízes.

Ao visitar a história de um folguedo como este, é necessário, também, compreender a realidade enfrentada principalmente pelos sujeitos atuantes que se dedicam dia a dia por suas práticas culturais, pois estes são os protagonistas do Balaio de Memórias, no qual vivemos e aprendemos. O fato de escrevermos sobre a cultura local, nos leva a crê que, antes de mais nada, precisamos conhecer o que é “nosso”, para entendermos que tudo isso faz parte de nossa história, e só assim compreender que é necessária a valorização de tais grupos, manifestações, que às vezes são esquecidas ou colocadas de lado em um mundo tão marcado pela “prisão” aos avanços tecnológicos. A Dança do Lili é mais do que uma simples brincadeira, se trata aqui de uma representação identitária de várias pessoas que lutam diariamente pelo seu sustento, e é por isso que nosso olhar se deve

voltar a isto, para que nossa origem e história não passe despercebida.

Ao relacionar os folguedos com identidade, é válido lembrar que a formação do povo brasileiro aconteceu de maneira invasiva no que se diz cultural, o que durante muito tempo gerou enormes discussões sobre as matrizes étnicas das misturas entre índios, negros e brancos, que a partir do século XX se tornou melhor compreendida com os clássicos como Gilberto Freire em seu livro *Casa-Grande e Senzala*, e Sérgio Buarque de Holanda com “*Raízes do Brasil*”. Através deles podemos afirmar que nossa formação e história nacional não são homogêneas, mas inteiramente caracterizadas pelas misturas das etnias, que trazem a nós uma grande diversidade cultural de crenças, tradições, costumes, saberes e fazeres e, por este motivo, somos híbridos culturais, o que nos leva a perceber que a construção de nossa identidade não pode ser tida como algo isolado, pois é a diferença o que evidencia nossa identidade.

As diferenças distinguem as identidades. Essas identidades são classificadas de acordo com a representação e a significação, frutos da construção simbólica e discursiva, são também, históricas e sociais. Isso sugere uma noção de movimento, de flexibilidade, pois os significados além de subjetivos são variados (OLIVEIRA, 2011, p.52).

Conforme o autor supracitado, percebemos que a construção de identidade, não é algo “pronto e acabado”, mas decorre de processos em que o indivíduo vive ao longo do tempo, visto que as

sociedades são resultado de processos dentro dos contextos culturais.

Conforme destaca Cortês (2010), “Tão importante quanto a tradição de dança, é também a sua funcionalidade, que define a importância e a função dada pela coletividade ao ato de dançar, e que normalmente dá sentido ao pertencimento do indivíduo ao grupo” (CORTÊS, 2010, p.02), contribuindo fortemente para a formação do sujeito e também servindo significativamente como mecanismo de representação. Nisto, compreendemos que a dança ao longo das gerações, se tornou mecanismo fundamental da expressão humana, podendo ser apresentada e produzida conforme cada realidade específica, baseada nos valores, crenças, e características de cada comunidade. Portanto, é assim que destacamos que a Dança do Lili caracteriza-se principalmente pela simplicidade, representando a cultura do trabalhador do campo dentro de seu trabalho cotidiano, em que os brincantes durante a apresentação manifestam a criatividade e o amor por nossa cultura, representados em seu gingado nas expressões corporais e vestimentas usadas pelos brincantes, lembrando e revivendo a realidade e os costumes do homem trabalhador do campo, deixando assim na memória dos caxienses a vida de quem tanto luta por dias melhores.

## Reisado Encanto da Terra

O Reisado (nome referido na localidade, mas que pode variar em outras regiões) se caracteriza como uma festividade e espetáculo popular de origem e cunho religioso, pois surge do marcante episódio da celebração do nascimento do Menino Jesus que foi visitado e louvado pelos três reis magos vindos do Oriente (Gaspar, Melchior e Baltazar), sendo estes a quem a festa melhor simboliza. Além disso, a festa busca especialmente representar a alegria da louvação aos reis que foram grandes personagens na acolhida ao Salvador, o que trazia a estes um sinal de esperança e salvação, tornando este Folgado originalmente e intimamente caracterizado por suas raízes religiosas, como é relatado na Bíblia Sagrada, no Novo Testamento, Mateus (2, 1-12):

“A visita dos magos – Tendo Jesus nascido em Belém da Judeia, no tempo do rei Herodes, eis que vieram magos do Oriente a Jerusalém, perguntando: ‘Onde está o Rei dos Judeus recém-nascido? Com efeito, vimos sua estrela no seu surgir e viemos homenageá-lo’ [...] Em Belém da Judeia, pois é isto que foi escrito pelo profeta. [...] Eles partiram e eis que a estrela que tinham visto no céu surgir ia à frente deles até que parou sobre onde se encontrava o menino. Eles, revendo a estrela, alegraram-se imensamente. Ao entrar na casa, viram o menino com Maria, sua mãe, e, prostrando-se, o homenagearam. Em seguida, abriram seus cofres ofereceram—lhe presentes: ouro, incenso e mirra” (BÍBLIA, Mateus 2, 1-12).

Atualmente, representado por cortejos que se realizam pelas ruas da cidade, em praças e até mesmo na casa de devotos, particularmente dos Santos Reis, o Reisado é considerado como

forma de manifestação cultural, que foi se modificando e remodelando de acordo com as significações dadas a certos povos, de determinados locais. Sendo assim, é válido ressaltar, que em cada lugar, o Reisado ou a Folia de Reis, acontece de maneira diferente, mas em data semelhante de 25 de dezembro a 6 de janeiro, data final em que foi determinado o dia oficial de Santos Reis. Uma importante afirmação teórica é destacada pelo autor Barroso (2007) em sua tese sobre o Reisado Careta do Ceará:

[...] cheguei à conceituação do Reisado como um folguedo tradicional do ciclo natalino, que se estrutura na forma de um cortejo de brincantes, representando a peregrinação dos Reis Magos à Belém, e se desenvolve, em autos, como uma rapsódia de cantos, danças e entremeses, incluindo obrigatoriamente o episódio do Boi (BARROSO, 2007, p.25).

Como também destaca Brandão (2004), o ritual da festa de reis costuma ser visto como um ato folclórico, que se caracteriza como “persistência cultural popular”, por justamente ser uma tradição muito antiga do catolicismo, representado como um “rito coletivizado”. Deste modo, percebemos o ritual aqui neste contexto, como fator marcante em nossa trajetória social, visto e elaborado dentro do evento festivo que é a festa de Reis, que todos estes anos permeia a existência de milhares de apreciadores e devotos. Deste modo, apesar das diferenças contidas em cada região no que se refere ao reisado, este tem se perpetuado durante todos esses anos, como ato simbólico que nos dizem muito sobre as pessoas que praticam, e

sobre aos que se fazem devoto da festa, passando a ser entendida por muitas pessoas, mais que um simples ato cultural, como uma forma simbólica de expressão, comunicação, que nos diz muito sobre nosso contexto específico.

O Reisado, ao qual damos destaque neste artigo, tem por nome “Reisado Encanto da Terra”, criado por Sebastião Rodrigues dos Santos, 57 anos, conhecido popularmente como seu Chinês, é marcada como início a data 23 de dezembro de 1993, tendo então 27 anos de História. O grupo, como já contou e relatou Sebastião Chinês em entrevista, surgiu através de uma promessa sua feita aos Santos Reis, dentro de sua relação religiosa pertencente à Igreja Católica, na qual ele considerava importante a “verdadeira amizade” dos Reis Magos com a Família Sagrada (Jesus, José e Maria).

“Nós, começamos o grupo de Reisadinho aqui através de uma promessa que eu fiz a um santo, de santidade, porque hoje a gente tem que ter uma santidade pra gente se apegar, e foi aí que surgiu a festa aqui. Eu decidi criar um grupo pra festejar sobre os três reis santos, que defendiam e seguiam Jesus. Aí todos que fazem parte do grupo tem essa relação com a santidade, a religião” (CHINÊS, (informação verbal), 2019).

A história deste grupo, assim como a de outro grupo existente na cidade de nome Reisado Mirim Encanto dos Cocais, nos remete ao que a importante pesquisadora das Folias de Reis no Rio de Janeiro, Cáscia Frade (1997) nos destaca ao definir as Folias de Reis como um grande ritual do catolicismo popular, organizado em torno

do cumprimento de uma promessa, sendo realizado na peregrinação pelas casas no período natalino. Sobre as origens das folias, a autora as considera imprecisas, aproximando-se talvez das festividades europeias medievais, nas quais lugares de cultos religiosos e suas festividades também eram espaços de danças, especialmente no período de Natal.

Então, neste primeiro ponto de criação histórica, temos aqui a religião como principal aspecto formador deste grupo, dito como um catolicismo popular rural, visto que o coordenador e participante do grupo são de origens e trabalhos rurais. Ponto importante este de nossa cultura popular, sobre a qual Alba Zaluar (1993) destaca que nas práticas religiosas do catolicismo popular, as formas de contato com o sagrado intermediadas pela presença dos Santos entram em jogo na construção social do corpo. O elemento central desta religiosidade pelos seus praticantes é a devoção dos santos cujas festas celebradas são um meio de fortalecimento das relações sociais entre famílias e sociedades rurais. Neste sentido, a performance devocional do aspecto religioso se torna elemento principal na criação deste grupo.

É válido e pertinente destacar que o Reisado a que se refere o presente trabalho, assim como outras festas populares, desenvolve funções sociais específicas referentes ao cotidiano dos brincantes, como uma festividade que “ameniza” a dureza de suas vidas, em que

os participantes da festa se sentem renovados para novas lutas diárias, algo que ficou nitidamente presente na fala de Sebastião Chinês ao ser perguntando sobre o que a festividade procura trazer à sociedade local, destacou que “é trazer paz, alegria pra as pessoas, e sendo recebido de boa forma, onde todo mundo recebe a gente de braço aberto” (CHINÊS, 2019).

Falar sobre o Reisado em Caxias é rememorar uma forte tradição presente em nossa cidade, em que vemos novamente a representação da identidade do povo caxiense, mostrando como se vestem, cantam, rezam e dançam, como forma particular de entender e viver. Deste modo, por meio do Reisado, o povo caxiense manifesta sua fé e sua vivência. Diante do ritual, encontra-se a fonte de lazer e diversão, principalmente a devoção existente dos sujeitos. Conhecer a história do grupo de Reisado nos leva a compreender o legado deixado pelos nossos antecessores, que construíam seus valores através de suas crenças, alegrias, festas e celebrações. Sendo assim, pertinente reviver e disseminar toda nossa riqueza cultural presente neste folguedo.

### **Em diálogo com a comunidade popular e acadêmica**

Ao longo das pesquisas, visto que este trabalho, como já ressaltado, foi desenvolvido anteriormente em um projeto, buscamos não somente conhecer a realidade da cultura local, mas

principalmente dialogar com os diferentes sujeitos que regem nossa sociedade cultural, a fim de colecionar as memórias de quem representa, participa ou admira os folguedos da cidade. Pensar e estabelecer o diálogo entre os sujeitos, é indispensável para entendermos a construção e desenvolvimento das manifestações culturais. Entre algumas falas específicas de estudantes, destacamos primeiramente a da acadêmica do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, de Caxias, Maria José Soares Silva, que nos relatou em entrevista:

Cultura mais do que danças, ritos ou músicas, é sobretudo a representação da identidade de um povo, pois através da mesma torna-se possível perceber diferenças e particularidade que por sua vez são elementos enriquecedores próprios de cada população. Portanto pensar na cultura Caxiense é voltar os olhos para a singularidade do local e entender esse espaço como meio de reproduzir o que nos caracteriza como pertencentes ao ambiente. Porém, embora nossa cidade tenha uma dimensão cultural significativa, é visível que existe um enorme descaso por parte das entidades representativas, e que dessa maneira dificulta a manutenção de tal herança. Outro fator ameaçador se encontra presente na própria população, pois a falta de conhecimento das origens culturais de sua importância interfere diretamente em sua valorização (SILVA, informação verbal, 2020)

Na fala desta acadêmica, percebemos o nosso forte dever ao buscar escrever e divulgar o trabalho presente, visto, primeiramente, a grande importância que a cultura caxiense carrega em termos de riqueza, bem como a representação do povo. Por isso, considera-se

relevante apresentar o conhecimento dos referidos folguedos de Caxias, haja vista que se entende que um povo que não conhece sua cultura, não tem como valorizá-la. Por último, a dificuldade que ainda interfere de maneira intensa é o descaso por parte do poder público, que pouco lembra da cultura.

Ao estabelecer o contato com alguns dos representantes culturais caxienses, nosso olhar se manteve atento aos diferentes relatos escutados e gravados, e percebemos claramente a importância dos folguedos na vida destes sujeitos que, mesmo apesar das inúmeras dificuldades apresentadas, decidem todos os dias continuar em seus grupos ensaiando, cantando, se divertindo, mas principalmente vivendo e representando nossa história. E como diz Raimundo Nonato da Silva (Pelé), criador da Dança do Lili, “Que as pessoas não deixem a cultura morrer. Nós temos uma riqueza muito grande. A cultura depende de todos nós, do povo”

Ao relatarem suas experiências, os sujeitos entrevistados faziam questão e se sentiam felizes de voltar ao passado para relembrar a criação e trajetória de suas manifestações. Percebemos em cada um a satisfação de contar suas histórias, algo de extremo valor para eles, pois muitas vezes esta procura e olhar para estas danças são falhas, fazendo com que cada pesquisa feita se torne algo relevante para eles que se dedicam a produzir seus saberes e fazeres. Dialogando também com alguns universitários, percebemos, apesar

da falta de interesse de alguns que pesquisam, que tem crescido dentro do campo acadêmico um interesse pela temática, fazendo com o que o interesse e conhecimento sejam estabelecidos e levados adiante por quem trabalha e pesquisa sobre os folguedos.

Outro relato que merece destaque é o do acadêmico de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão Francisco Valdenilson da Silva Vieira que, tendo experiência em projeto de pesquisa com a devida temática aqui trabalhada, nos contou sobre sua vivência com a cultura caxiense. Segue abaixo parte do relato do jovem:

A minha história com a cultura se inicia desde a minha infância, visto que a cultura de Caxias é composta de grupos de dança e outros, desta maneira eu tinha um contato não muito próxima, mas eu tinha na minha cabeça o propósito de valorizar, acompanhar e prestigiar momentos que seriam únicos. Na minha vida acadêmica que se iniciou em 2018 e está até agora, eu me aproximei ainda mais da cultura da princesinha do sertão, ao participar de um projeto como voluntário intitulado Balaio de Memórias: de tela em tela os folguedos se desvelam. Neste projeto eu pude vivenciar ao acompanhar grupos como Dança do Lili, Reisado e entre outros. Desta maneira, ao ter experiência eu conseguir captar que cada grupo é singular e importante para a cidade, mas estes grupos precisam ter o apoio e o compromisso da sociedade caxiense e dos órgãos públicos para assim poderem transmitir em cada momento cultural sua riqueza que faz assim a cidade brilhar ainda mais (VIERA, informação verbal, 2020).

Sendo assim, vemos o quão tem sido importante o desenvolvimento de trabalhos que apresentem o conhecimento dos

folguedos, assim mais facilmente a população terá a possibilidade de conhecer a sua própria cultura. Nossa tarefa começa por isso, e, portanto, o diálogo é fonte principal nesta trajetória, dialogar com a comunidade popular e acadêmica nos permite compreender a história de quem se dedica a disseminar os valores, crenças e símbolos da sociedade caxiense. Isso é memória, história, identidade e vida.

Diante dos relatos obtidos, ficou bastante evidente que o povo faz da cultura seu objeto de luta, resistência e representação. E que muito mais além do profissionalismo das apresentações em datas comemorativas, faz-se presente a dedicação e até mesmo o amor dos sujeitos por suas festas, danças, devoções, visto que em cada momento, e na realidade vivida por trás do cotidiano destas pessoas, há muito mais emoção do que interesse, não estão ali por simplesmente “ganhos financeiros”, até porque estes muitas vezes lhe faltam, mas, além disso, estão entregues ao pertencimento e dedicação de mostrar que são um povo que, apesar das batalhas enfrentadas, também sabe se divertir, cantar, brincar, dançar junto com a vida. Independente de gostar ou não, não se pode negar o valor e importância que os folguedos trazem à nossa história, não só a Caxias, mas ao Brasil, país este, como já mencionamos, rico na pluralidade cultural.

## CONCLUSÕES

Quando decidimos falar em folgedos, optamos não por apenas descrever modos, padrões ou apenas apresentar estruturas, mas, ao contrário disso, pensamos e falamos sobre a dinâmica de nossa realidade, que como bem já sabemos é marcada pela pluralidade cultural que, mais do que objeto de análise e estudo, é ponto fundamental de nossa formação, ou melhor dizendo, de nossa história. Abordar o estudo da cultura é falar principalmente de “nossa gente”, não colocada aqui no sentimentalismo, mas na própria construção em sociedade, visto que ela jamais pode acontecer sem os sujeitos, não há cultura sem sujeito e muito menos sujeito sem cultura. Portanto, escrever sobre tais manifestações nos levaram a conhecer a história de vida dos sujeitos que se dedicam a “ser” e “produzir” história, tornando ainda mais preciso o nosso trabalho, pois reconhecer isso nos conduz a conhecer nossa origem e, mais ainda, nosso presente.

Acreditamos que por se tratar de uma pesquisa que trabalha com a cultura popular, esta por sua vez não tem um “fim”, visto que o objeto aqui escolhido para análise, que são os folgedos, em especial da cidade de Caxias - MA, fazem parte da nossa história carregando assim várias histórias, memórias e transformações que todos os dias podem ser modeladas e revistas de uma nova forma ou um novo olhar, portanto pensar um fim para isso, seria destruir

aquilo que vem sendo construído todos os dias, e que resumir isso tudo em apenas “algo pronto e apagado” seria apagar tais memórias.

O que nos é devidamente relevante ressaltar nestas considerações é que os folguedos, como vimos ao longo deste trabalho, representam um espelho de nosso povo, que mesmo entendido muitas vezes como “brincadeiras”, eles carregam símbolos de uma população que se reconhece no ato do “brincar”, cantar, dançar, em que também o individual se encontra com o coletivo. Os folguedos acolhem e permitem que todos os participantes, sem distinção alguma, brinquem, fazendo parte de um momento único de vivência e representação comunitária. Diante disso, nossa missão, enquanto não só pesquisadores, mas habitantes da localidade, é disseminar a tradição, a fim de que esta se torne cada vez mais “(re)conhecida” e conseqüentemente valorizada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. **Danças Dramáticas do Brasil**. Inserir o local: Ed. Itatiaia limitada, 1934.

BARROSO, Oswald. **Reisado: Um Patrimônio da Humanidade**. Juazeiro do Norte: Banco do Nordeste, 2008.

BERTAGNOLLI, Gisele B. **Processos de Construção de identidades Regionais: Cultura Imaterial, identidade e desenvolvimento**. Rio grande do Sul: UNISC, 2015.

BRANT, Leonardo. **O poder da Cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

CHINÊS, Sebastião. Reisado Encanto da Terra. **Entrevista concedida em projeto de pesquisa a Cleidiane dos Santos Fernandes**. Caxias – MA. 01 de março de 2019.

CORNELIO, Paloma Sá de Castro. **REISADO CARETA: Santo Reis**. 2009. 81 f. Dissertação (Mestrado em SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

CORREIA, Célia Regina. **Resgate do processo histórico-cultural da Dança do Lili na cidade de Caxias- MA na década de 80 a 90**. Universidade Estadual do Maranhão/ Centro de Estudos Superiores de Caxias. Monografia de Conclusão de Curso, 2006.

CORTÊS, G. Processos de criação em Danças brasileiras: o folclore como inspiração. **Congresso de Pesquisa e pós-graduação em artes cênicas**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisa e pós-graduação em Artes cênicas (Anais eletrônicos), 2010.

FRADE, Cascia. **Folclore**. São Paulo: Global, 1997.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LIMA, Rossini Tavares. **Folguedos populares do Brasil**. São Paulo, Recorde, 1962.

MAIA, Carlos Eduardo S. (1999). Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares. Proposição sobre festas brasileiras”. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.).

**Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 191-218.

NEVES, L. O. **Os folguedos brasileiros e a formação da nacionalidade.** *Cadernos Letra e Ato*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 35-43, 2013.

NUNES, Izaurina Maria de Azevedo. **Olhar, Memória e Reflexões sobre a gente do Maranhão.** São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** 16ª ed. – São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

SILVA, Maria José Soares. **Entrevista concedida a Cleidiane dos Santos Fernandes no projeto de pesquisa: “Balaio de Memórias: Registrando os Folguedos de Caxias – dialogando com a comunidade universitária CESC/UEMA.** Caxias – MA. 15 de abril de 2020.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Entrevista concedida ao site Portal Guanaré.** Caxias - MA 03 de maio de 2019.

SOUSA, Francisca A. O. **A Dança do Lili: Cultura Popular em Caxias - MA nos anos 2000 a 2013.** Teresina: FAMEP, 2014.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Folclore Brasileiro – Maranhão.** Rio de Janeiro: Funarte, 1977.

VIEIRA, Francisco Valdenilson da. **Entrevista concedida a Cleidiane dos Santos no projeto de pesquisa “Balaio de Memórias: Registrando os Folguedos de Caxias – dialogando com a**

comunidade universitária CESC/UEMA. Caxias – Maranhão. 25 de março de 2020.

ZALUAR, Alba. ***Os homens de Deus um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular.*** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

## **CASAR MOÇAS DESVALIDAS: os dotes de casamento para moças pobres concedidos pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão no século XIX**

Denilson Costa Pinheiro<sup>1</sup>  
Elizabeth Sousa Abrantes<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A Santa Casa de Misericórdia foi uma instituição de caridade que tinha como objetivo dar assistência aos desvalidos, pobres, doentes, presos, crianças abandonadas e mulheres. Neste trabalho fizemos um estudo sobre a assistência que essa instituição pia prestava às jovens desvalidadas em São Luís por meio da Casa dos Expostos, principalmente no que se refere à concessão de dotes de casamento. No século XIX, o casamento era visto como meio moralizador e de segurança às mulheres, portanto, a sua prática deveria ser estendida às mulheres pobres. Foi por meio das instituições caritativas, como a Santa Casa de Misericórdia, que muitas mulheres pobres e órfãs puderam se casar, devido à concessão de dotes de casamentos, objetivando livrá-las da miséria e da prostituição, e ao longo do século XIX a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão prestou essa assistência.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Bolsista PIBIC/FAPEMA.

<sup>2</sup> Doutora em História Social (UFF); Professora do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão.

Este trabalho resulta da pesquisa de iniciação científica (PIBIC/UEMA), desenvolvida por meio do projeto “DOTAR PARA CASAR”: a concessão de dotes de casamento a moças desvalidas pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (século XIX), que visa compreender como foi a atuação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão no século XIX em relação ao amparo de moças órfãs e pobres, por meio de doações da própria instituição ou de legados por ela administrados.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa trata dos dotes de casamento para jovens desvalidas como parte das práticas caritativas da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão. Além da historiografia que trata sobre o tema em Portugal e no Brasil, as fontes utilizadas na pesquisa foram os periódicos maranhenses do século XIX que circularam na capital São Luís, os quais apresentam matérias sobre a instituição e documentos oficiais, como relatórios da administração provincial e da Mesa da Santa Casa. Essas fontes de imprensa nos ajudam a entender a assistência prestada à sociedade maranhense, a organização dos seus estabelecimentos caritativos e o momento de crise financeira e administrativa que essa instituição passou ao longo do século XIX, bem como o imaginário social sobre as mulheres, em especial aquelas sem amparo familiar.

## RESULTADOS

### A Irmandade da Misericórdia: breve histórico

A primeira Santa Casa de Misericórdia foi criada em Lisboa, por ação da Rainha Leonor, no ano de 1498. Após alcançar visibilidade, importância e ter o seu próprio meio de organização, esta instituição se expandiu para as colônias portuguesas, estando presente nos continentes africano, americano e asiático.

Com o aumento da população em Portugal, cada vez mais pessoas pobres migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida, deste modo, a pobreza tornou-se intolerável nesse meio. Para isso, foi necessário assistir esses pobres desvalidos (SÁ; LOPES, 2008). Assim, as instituições de caridade tiveram cada vez mais importância, em especial a Santa Casa de Misericórdia para atender a população de marginalizados, mendigos, doentes etc.

Segundo Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antônia Lopes (2008), no período Moderno, as Misericórdias passaram a incorporar antigas instituições de caridade e abrangeram as fundações de estabelecimentos nos territórios de domínio português. Isso resultou em um amplo serviço de caridade às pessoas desvalidas. Dessa forma, a Santa Casa de Misericórdia passou a atuar não somente em hospitais, no cuidado com os doentes, mas também em recolhimentos femininos, na distribuição de esmolas aos pobres,

abrigoando os peregrinos, alimentando e tratando os presos, entre outras funções de caridade.

O corpo administrativo da Santa Casa de Misericórdia era composto por doze irmãos e mais o Provedor (Presidente), sendo essa organização administrativa denominada de Mesa. “Todos tinham de ser de boa reputação, tementes a Deus, servir à irmandade sem tergiversações e reunir-se quando convocados pela Misericórdia” (RUSSELL-WOOD, 1981, p.15). Pela prestação de trabalho à sociedade, o irmão e sua família possuíam o direito de receberem assistência financeira ou médica, caso precisassem, e, também, de um enterro promovido pela Misericórdia.

Uma característica presente em todas as Misericórdias foi o alinhamento que possuíam com os poderes locais. Seus membros eram principalmente homens pertencentes à elite, que pelo *status* social, poder e riqueza consideravam que tinham muito a contribuir com a Irmandade. Nas Santas Casas de Misericórdia das colônias portuguesas houve uma maior atuação dessa elite nos cargos administrativos da instituição (SÁ; LOPES, 2008).

A Misericórdia em Portugal foi tão importante e bem-sucedida, que rapidamente multiplicaram-se esses estabelecimentos.

Somente no ano de 1498 fundaram-se dez filiais, além da Misericórdia de Lisboa. Dessas, oito estavam em Portugal e duas na Madeira. Em 1524, quando D. Leonor morreu, todas as cidades e muitas vilas de Portugal tinham uma Santa Casa da Misericórdia, totalizando

sessenta e uma, que seguiam o Compromisso da matriz de Lisboa.

O crescimento rápido da irmandade não se restringiu a Portugal. O desenvolvimento das rotas comerciais para a Índia e Extremo Oriente e as oportunidades oferecidas pelo lucrativo comércio, com base nos portos de Nagasaki-Macau-Málaca-Goa, levou ao estabelecimento de colônias portuguesas em todas essas cidades. Quando o comércio com o Oriente deixou de ser vantajoso, o interesse real se voltou para o Brasil, onde a fundação das Misericórdias frequentemente coincidiu com o estabelecimento das primeiras cidades (RUSSELL-WOOD, 1981, p.17).

No Brasil, ao longo do século XVI, foram fundadas várias irmandades da Santa Casa de Misericórdia. A primeira foi a Irmandade de Santos, na capitania de São Vicente, em 1543. Logo após foram fundadas Misericórdias em Espírito Santo (1551); Olinda e Ilhéus, na década de 1560; a do Rio de Janeiro já funcionava em 1582. No início do século XVII fundaram-se Misericórdias em muitas partes do Brasil, como em Sergipe, Paraíba (1604), Itamaracá (1611), Belém (1619) e Igarassu (1629) (RUSSELL-WOOD, 1981).

Segundo César Augusto Marques, no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (1870), no verbete referente à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, essa instituição foi criada pelo “alvará 3 de dezembro de 1622 (segundo se lê nas actas das sessões d’esta irmandade, firmada em 4 de fevereiro de 1830) parece, que seu princípio não teve muita animação” (MARQUES, 1870, p. 412).

Mário Meireles (1994), em seu breve estudo sobre a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão<sup>3</sup>, desde o período colonial ao republicano, destaca que essa instituição só poderia ter sido fundada no ano de 1623, devido ser o tempo necessário para que o alvará de fundação da Irmandade, decretado em Portugal, chegasse a São Luís. Segundo esse autor, a Misericórdia teria sido criada no fim do primeiro trimestre do ano de 1623, mas resta a dúvida quanto ao dia e ao mês.

Portanto, quando se trata da fundação e dos primeiros anos de atuação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, trabalhamos com informações pouco precisas, devido grande parte da documentação da instituição ter se perdido ao longo do tempo.

Segundo Eduardo Oliveira (2011), no fim do século XVIII, ainda não fazia parte do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão o estabelecimento de um hospital, as atividades de caridade da Misericórdia não estavam necessariamente ligadas a práticas médicas, mas destinavam-se basicamente à distribuição de roupas e alimentos aos pobres, e, também, ter-se-ia criado espaços improvisados para o cuidado e acolhimento dos doentes.

Outra prática caritativa da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão estava relacionada às atividades de sepultamento, o qual,

---

<sup>3</sup> Esse estudo foi publicado na obra-coletânea do autor, intitulada Dez Estudos Históricos, e faz parte da coleção Documentos Maranhenses, publicada pela ALUMAR (1994).

até meados do século XIX, foi fonte de lucros para a instituição. A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão possuía um patrimônio advindo de legados deixados por benfeitores, para assistência aos desvalidos e despesas da instituição, além de vários imóveis alugados, terrenos e escravizados, sendo a prática de enterros bem lucrativa para a Santa Casa. Mas “as práticas supostamente ilícitas eram corriqueiras dentro da instituição” (COE, 2008, p.59), fazendo com que esse patrimônio fosse corrompido devido à má gerência dos administradores.

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão possuiu vários estabelecimentos que permitiam oferecer à sociedade diferenciadas obras de caridade, as quais se estendiam desde a prática de enterros, no cuidado com os doentes, na criação de crianças abandonadas, ao amparo de pobres desvalidos. A Santa Casa possuía entre os seus principais estabelecimentos a Igreja de São Pantaleão, o Cemitério, o Hospital da Caridade, o Asilo dos Lázaros e a Casa dos Expostos, a qual daremos ênfase nesse estudo.

### **Roda e Casa dos Expostos**

No Brasil, ao longo do período colonial e do século XIX, muitas mulheres viram-se diante da necessidade de abandonarem seus filhos por motivos sociais, econômicos e morais. A história dessas mulheres mães representa a experiência de conviverem com

uma dor secreta por não terem condições de cuidar ou assumir seus filhos (VENÂNCIO, 2018).

Segundo Russell-Wood (1981) o abandono de crianças em locais indevidos causava um grande problema urbano, pois estas eram deixadas nas portas de casas e igrejas, na esperança de serem cuidadas por pessoas de melhor condição ou religiosos. Quando eram deixadas em ruas sujas, os bebês acabavam morrendo por causa de fome e exposição ao ambiente, eram também vítimas de animais que as atacavam.

[...] O abandono de seus filhos foi, muitas vezes, justificado pela necessidade de sobrevivência da mãe do próprio infante, pois a limitava e exigia-lhe tempo e recursos. Os gêmeos, os doentes, moribundos ou portadores de qualquer anomalia eram os que mais corriam riscos de abandono, devido aos encargos e despesas maiores que causariam às mães, aos pais ou responsáveis (SANTANA, 2008, p.60).

Dessa forma, coube às Misericórdias assumirem a responsabilidade de dar assistência às crianças que eram abandonadas, tendo que instalar na parede central ou lateral, dos hospitais, a Roda dos Expostos:

O nome *Roda* – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido (MARCÍLIO, 2006, p. 57).

Segundo Renato Pinto Venâncio (2018), no período colonial havia apenas três Rodas instaladas no Brasil: em Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Após a Independência do Brasil, em 1822, várias Misericórdias passaram a ter esse tipo de estabelecimento em suas dependências. Até meados do século XIX, podia-se contar com 12 Casas dos Expostos.

No que se refere ao Maranhão, no verbete do *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (1870), referente à *Casa dos Expostos*, César Marques descreve que a criação do estabelecimento foi proporcionada por meio da esmola de 2 mil contos de réis deixada pelo coronel Isidoro Rodrigues Pereira, no ano de 1825. No dia 1º de dezembro de 1825 a Casa dos Expostos foi inaugurada, no mandato do presidente da província Pedro José da Costa Barros. E na noite de 24 de outubro desse ano entrou o primeiro exposto. O estabelecimento funcionava ao lado da Igreja de São Pantaleão, com poucas acomodações e em péssimas condições.

O jornal *Diário do Maranhão* (1886), em um relatório referente à Casa dos Expostos, descreve que o estabelecimento estava em precária situação de preservação.

Posto que em excelente local, a casa dos Expostos está em ruínas e não tem acomodações necessárias.

São grandes os reparos a fazer, e alli ha precisão, pode-se dizer, de tudo quanto é indispensável a um instituto da ordem deste (Santa Casa da Misericórdia. Diário do Maranhão, de 07.04.1886, p.2).

No que se refere à educação, o jornal *Publicador Maranhense* (1859) publicou um relatório da Casa dos Expostos com informações sobre as aulas ministradas no estabelecimento.

[...] Neste estabelecimento a directora, que por sua circumspecção é própria para dirigil-o, ensina as primeiras lettras aos expostos menores de ambos os sexos, e a coser e gomar as meninas, sendo neste mister substituída, ou por duas filhas que residem com ella, ou por alguma das expostas adultas, que se empregão também em todo o gênero de serviço domestico (Relatório do Presidente da Província do Maranhão. *Publicador Maranhense*, de 10.05.1859).

Percebe-se que havia uma diferenciação na educação das expostas, com fins bem específicos, as de serem preparadas para o casamento ou trabalho, e para isso deveriam saber cozinhar, lavar, costurar e engomar. A diretora da casa ficava com a responsabilidade de educar as crianças, ou as expostas mais velhas, que ainda não tinham destino certo, também podiam exercer essa função.

### **Assistência e Dotação das Expostas**

Segundo Maria Marta Lobo de Araújo (2008), as instituições de caridade tiveram como um dos seus principais objetivos o amparo às mulheres desvalidas. Assim, práticas caritativas foram especialmente criadas para atender essas mulheres, a exemplo da dotação das órfãs pobres e, também, o amparo às desvalidas no estado de viuvez e de velhice.

Isabel de Sá e Maria Lopes (2008), ao contextualizarem a história das Misericórdias em Portugal, analisam que o controle da honra sexual feminina foi uma forma de repressão do aparelho estatal, civil e religioso sobre o corpo das mulheres. Dessa forma, mães solteiras e os seus filhos bastardos eram considerados marginalizados socialmente.

Para preservar a honra feminina criaram-se instituições próprias, onde as mulheres viviam enclausuradas segundo regras de vida conventual, mas onde não tomavam votos solenes. Desta forma podiam regressar à vida ao exterior a maior parte das vezes para casar, sem que pairassem dúvidas sobre a sua reputação. Estas instituições tinham o nome de recolhimentos, e Portugal não foi exceção do resto da Europa católica onde foram criados em praticamente todas as cidades (SÁ; LOPES, 2008, p.38).

Foi comum em Portugal a prática de ajuda às moças órfãs pobres para que elas pudessem se casar e preservar sua honra. Preocupados com essa questão feminina, muitos testadores deixavam quantidades expressivas de seus bens para que fossem transformados em dotes de casamento. Mas para recebê-los, as moças pobres teriam que se sujeitar às regras – muitas delas repressivas – dos recolhimentos ou da vontade desses homens. Em muitos casos, a procura era maior que a oferta de dotes, sendo assim muitos pré-requisitos foram utilizados para a obtenção desse bem. Dessa forma, a concessão de dotes de casamento foi uma das práticas

de caridade mais bem-sucedida até o final do período moderno (SÁ; LOPES, 2008).

Era um consenso social que o casamento era a melhor forma para que as jovens desvalidas não caíssem no caminho da prostituição e da miséria, preservando dessa maneira a sua honra.

Perder a honra, ser desonrada, era cair em desgraça. Em descrédito, ser mal visto, desconsiderado pela comunidade e andar na “boca do mundo”. [...] Numa sociedade controladora, os gestos, as atitudes, os comportamentos estavam em permanente observação e avaliação pelos vizinhos. Por isso, “ser falado” era ter má fama e cair em descrédito público. A perda não era só pessoal, envolvia a família e, em algumas circunstâncias, o grupo social a que se pertencia (ARAÚJO, 2008, p.3).

Por esse motivo, as mulheres foram mantidas enclausuradas em conventos ou recolhimentos, onde aprendiam a ter comportamentos de recato e obediência, além de ensinamentos religiosos. Tudo isso, longe da convivência com o sexo masculino. A preocupação maior era com as órfãs pobres, devido acreditar-se que estas estavam desprotegidas e sem a segurança de seus pais, considerava-se que se perderiam facilmente. “Tornava-se, portanto, urgente, recolhê-las e dotá-las para que se tornassem atractivas no mercado matrimonial. As Misericórdias guardavam estas mulheres, fechando-as do mundo e depois colocavam-nas na sociedade já casadas” (ARAÚJO, 2008, p.4).

O casamento era o melhor e o mais desejado destino que poderia dar às meninas sob a tutela da Santa Casa. Para multiplicar os casamentos das expostas, manteve-se até

inícios do século XX, o sistema de dotes, oferecidos aos moços que se casavam com as expostas reclusas. O dote, além de costume antigo, era o meio necessário para as moças casadouras e do Recolhimento das Misericórdias (MARCÍLIO, 2006, p.296).

Analisando a prática da concessão de dotes de casamento na Misericórdia do Rio de Janeiro, Leila Mezan Algranti (1993) afirma que antes mesmo de haver a criação de um estabelecimento de fins educativos às órfãs pobres, a dotação dessas mulheres já era uma prática existente naquela sociedade, devido à preocupação com os graves perigos morais que poderiam desvirtuar as desvalidas: [...] “dotar jovens que não viviam no Recolhimento, nem na Casa dos Expostos, era provavelmente uma forma de estender a caridade a mais moças sem recursos que desejassem se casar” (ALGRANTI, 1993, p.48).

O dote provinha de doações de benfeitores ou dos recursos da própria Santa Casa. A orfandade, pobreza, virtude e castidade eram os principais requisitos para o recebimento do benefício:

A prática da concessão dos dotes pela Misericórdia seguia normalmente algumas regras básicas. Eles poderiam ser recebidos através de sorteio, ou de acordo com as prioridades estabelecidas pela Mesa. Na maior parte das vezes, os dotes foram concedidos após solicitação das próprias candidatas. Elas encaminhavam um requerimento à Mesa, solicitando um dote para “tomar estado de casamento” ou [...] “livrar-se da comunicação do mundo”. [...] “livrar-se da comunicação do mundo”, não necessariamente deveria significar recolher-se a um convento. A instituição do casamento garantia no imaginário da época a “proteção” e a

segurança que a expressão sugere e era desejada pelas candidatas (ALGRANTI, 1993, p.52-53).

De acordo com Algranti (1993), o estado de casada era um valor que não estava restrito apenas às mulheres mais ricas da sociedade, mas também se estendia às pobres que o desejavam. A partir do casamento e do dote, estas mulheres buscavam status, proteção e respeitabilidade. Russell-Wood (1981), ao analisar a prática de concessão de dotes de casamento na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, afirma que esta instituição desempenhou um valioso papel na promoção de casamentos, dando a possibilidade das moças pobres se casarem, permitindo-as terem segurança e livrarem-se da prostituição, de acordo com a visão da época.

No que se refere à concessão de dotes de casamento na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, as fontes de imprensa fornecem algumas informações sobre essa prática: algumas notícias se referem a requerimentos de dote, a concessão do benefício dotal, e ainda, tratam do casamento, mas nem sempre nomeiam a exposta que se casou e se houve o caso da dotação.

No jornal *Publicador Maranhense* (1853), tem-se o caso de um requerimento feito por um cidadão que ficou responsável pela criação de uma exposta, a qual necessitava do dote para a realização do seu casamento:

[...] Por ocasião de tratar-se do casamento de uma exposta da santa casa de nome Belisaria de Seixas, que sem ônus algum da parte da mesma, fôra educada em

casa do cidadão José Raymundo Rego, solicitou este um auxilio pecuniario para as despesas do consorcio, o qual julgou a mesa rigorosa justiça conceder-lhe, arbitrando a quantia de 400\$000 reis. Como, porem, não cogitasse o orçamento vigente de fundos para despesa desta natureza, determinou-se, que não effectuasse o pagamento sem previa aprovação do corpo legislativo provincial. Eis porque no orçamento, que vos será presente, regulando a receita e despesa da santa casa, se incluiu a competente verba.

Existindo na casa dos expostos algumas moças em estado núbil, às quais não se tem sido possível dar destino, conviria que houvesse no orçamento uma verba permanente para ser distribuído em dotes com aquellas que achassem pertinente (Relatório do Presidente da Província do Maranhão. Publicador Maranhense, de 12.11.1853, p.2).

Pelo exposto, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão não possuía um orçamento próprio para a concessão de dotes de casamento, sendo o caso do requerimento para dotação da exposta Belisaria de Seixas analisado pelo corpo legislativo provincial e não pela Santa Casa. Percebe-se também que nesta instituição havia moças em estado de se casar, mas não havia verba para dotá-las, o que acarretava que muitas não conseguiam o casamento, ainda mais que o dote funcionava como uma forma de atrativo aos homens para se casarem com mulheres em estado de orfandade e pobreza.

Já em outra publicação do mesmo jornal, no ano de 1854, é noticiada a concessão do dote à exposta Belisaria de Seixas, por meio da Lei nº 341, de 2 de janeiro de 1854, aprovada pelo Governo

Provincial, no mandato do presidente Eduardo Olimpio Machado, o qual também era provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Art. 4.º Fica aprovado o dote de quatrocentos mil reis concedido à Exposta Belisaria de Seixas e autorizada a Administração da Santa Casa a fazer iguaes concessões a qualquer das outras Expostas do Estabelecimento que pretenderem desposar-se, abrindo para este fim um credito extraordinário (Lei nº 341. Publicador Maranhense, de 21.01.1854, p.1).

Podemos ver também a concessão desse dote no relatório da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, sobre os gastos com a Casa dos Expostos:

Artigo 4.º

Casa dos Expostos

- |  |                 |
|--|-----------------|
| 1. Ordenado na Directora.....  | 480\$000        |
| 2. Alimento aos expostos, luz, lenha, sabão &.....   | 1:174\$800      |
| 3. Salários calculados para vinte amas externas e 1 paneiro de farinha a cada uma.....   | 1:800\$000      |
| 4. Vestuário e calçado.....  | 240\$000        |
| 5. <b>Auxilio concedido à exposta Belisaria de Seixas para as despesas de seu casamento dependente da aprovação d'Assembleia Provincial.....</b> | <b>400\$000</b> |

—————  
4:094\$800

(Le nº 341. Publicador Maranhense, de 21.01.1854, p.1, **grifo nosso**)

Através dessa lei, podemos perceber o valor fixado para o dote destinado às expostas da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão,

de 400 mil réis, para as que quisessem o matrimônio ou mesmo já tivessem pretendentes para se casar, embora o pecúlio não fosse suficiente para atender a todas as moças nessas condições. Percebe-se, novamente, que esse recurso não foi tirado do orçamento da Santa Casa, mas sim do Governo Provincial.

Além desse caso de dotação, no relatório da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão referente ao estabelecimento da Casa dos Expostos, publicado no jornal *Publicador Maranhense*, na edição de 10 de maio de 1859, temos um caso de outra concessão de dotes, sem que o nome da beneficiária fosse mencionado.

[...] Além da exposta, que casou-se em Novembro de 1858, e a que a Santa Casa deu um dote de 400\$000 reis, existem no estabelecimento 7 ou 8 meninas em circumstancias de tomar estado, sem que a mesa saiba o destino que lhes ha de dar, e continuarão pela ventura a permanecer nelle durante toda a vida, por serem ainda mui raros os casamentos, que para as mesmas se deparão. São ellas que cosem a roupa dos hospitaes (Relatório do Presidente da Província do Maranhão. *Publicador Maranhense*, de 10.05.1859, p.2).

Novamente se repete o argumento de que havia na Casa dos Expostos muitas meninas em estado de se casar, mas essa possibilidade era dificultada pela falta de dote, tornando raro o casamento das expostas. Assim, por não se saber qual destino dar a essas moças, elas permaneceriam sob a proteção da Santa Casa, mas, em troca, trabalhariam costurando as roupas dos hospitais desta instituição.

Na edição de 22 de abril de 1856, do jornal *Publicador Maranhense*, foi publicado o parecer do presidente da Relação, Joaquim Vieira da Silva e Souza, relatando a insatisfação da Mesa da Santa Casa de Misericórdia pelas decisões consideradas arbitrárias do Juiz dos Órfãos.

Illm, e Exm. Sr. – Para poder informar sobre o officio que o secretário da Santa Casa da Misericórdia, em nome da mesa, dirigio a V. Exc. à respeito do ocorrido entre a mencionada mesa, e o juiz dos órfãos desta cidade, por occasião de dar execução à dous officios, que o mesmo juiz do antecessor de V. Exc., acerca das expostas maiores de 44 annos, e especialmente sobre o casamento de duas por simples auctorisação do dito juiz sem audiência da mesa da Santa Casa, e de uma que a mesa diz maltractada em casa de D. Anna de Carvalho Filgueiras [...] (Expediente do dia 19 de abril de 1856. *Publicador Maranhense* de, 22.04.1856, p.1).

A reclamação era que o Juiz dos Órfãos havia tomado uma decisão sem o parecer da Mesa administrativa da Santa Casa, sobre o destino das expostas, tendo ocorrido a autorização do casamento destas. É interessante o fato de algumas delas possuírem mais de 44 anos e ainda estarem vivendo nas dependências da Misericórdia. Segundo Maria Marcílio (2006), muitas expostas, que após o fim do dito período de “educação”, e que não tinham local para onde ir, permaneciam na Roda dos Expostos ocupando variadas funções, as mais velhas, por exemplo, eram responsáveis por cuidar das crianças mais novas.

Ainda sobre o parecer do presidente da Relação, para comprovar a irregularidade da ação do Juiz de Órfãos, é apresentado o argumento da legislação que concede à Mesa da Santa Casa jurisdição para decidir sobre o futuro das expostas, como se observa no trecho abaixo:

[...] tenho de offerecer a consideração de V. Exc. que a Santa Casa da Misericórdia desta cidade, em virtude da provisão de 15 de maio de 1820, goza dos mesmos privilégios, isenções, franquezas e liberdade que foram concedidas à casa da Misericórdia da corte do Rio de Janeiro, à qual por alvará de 6 de outubro de 1605 se concedeo os mesmos privilégios, de que gosava a cidade de Lisboa. Uma das jurisdições da Santa Casa de Lisboa, segundo se vê do alvará de 12 de fevereiro de 1783, é o privilégio da livre administração das expostas sem intervenção do juízo dos orphãos, ordenando-se nelle que os mordomos fação as entregas das expostas às pessoas que as procurarem para o honesto trabalho e serviço, sendo evidente que a mesma jurisdição compete à Santa Casa da Misericórdia desta cidade, pelo que parece-me, que não obstante as ordens do antecessor de V. Exc., talvez fundado no alvará de 31 de janeiro de 1775, que é especial para o exposto, e não para as expostas, jamais devião ser cumpridas sem a previa audiência da dita mesa, e com aquella urbanidade tantas vezes recommendada com que se devem tractar todas as auctoridades ainda no exercício dos actos de sua jurisdição (Expediente do dia 19 de abril de 1856. Publicador Maranhense de, 22.04.1856, p.1).

Era comum que os expostos da Santa Casa, tanto meninos quanto meninas, fossem iniciados no mundo do trabalho. Assim, a Casa dos Expostos tornou-se uma fonte de mão-de-obra para as casas de família, prática considerada como uma forma de troca de benefícios: do patrão que precisava de mão-de-obra dócil e gratuita,

e do(a) exposto(a) que necessitava de ensinamento para a profissionalização. Também este era o momento em que o(a) exposto(a) passaria a viver fora do estabelecimento da Misericórdia e teria de enfrentar o ambiente familiar e do trabalho (MARCÍLIO, 2006).

Além do descontentamento com a aprovação do casamento das expostas pelo Juiz dos Órfãos, sem o consentimento da Mesa da Santa Casa, a crítica também era feita considerando a qualidade dos pretendentes das jovens desvalidas, considerados inadequados para merecerem “uma menina bem educada, como são as da Santa Casa”.

Devo informar a V. Exc., que me parece muito fundada a oposição, que faz a mesa da Santa Casa, aos casamentos das duas orphãs, pois que recordo-me que na qualidade de provedor da mesma Santa Casa não consenti, com a mesa desse tempo, que se realizasse a pretensão do casamento que teve Manoel Raimundo Pereira Leal; por não concorrer nelle as boas qualidades, que se requerem no individuo para merecer uma menina bem educada, como são as da Santa Casa.

Quanto ao segundo pretendente, a mesa não teria repugnância de deixar verificar o casamento se o não considerasse em idênticas circumstancias do primeiro; [...] (Expediente do dia 19 de abril de 1856. Publicador Maranhense de, 22.04.1856, p.1).

O perfil dos pretendentes a casar-se com as expostas da Santa Casa era algo que sempre deveria ser analisado pela instituição, não só do Maranhão, mas como de todas as outras Irmandades do Brasil. Era comum que alguns homens se casassem apenas com o interesse nos dotes das expostas, após o casamento abandonavam-nas ou as

violentavam, tudo isso por conta da ambição pelo dinheiro. Dessa forma, foi necessária a averiguação da conduta desses homens para o estabelecimento de melhores relações conjugais (MARCÍLIO, 2006).

[...] à respeito da exposta Rosa Augusta Fontes, que a mesa da Santa Casa reclama que lhe seja de novamente restituída pelo mau tracto que soffre em casa de D. Anna de Carvalho Filgueiras, à quem foi entregue sem sua intervenção e com expressa violação do alvará citado, parece-me que deve ser attendida a sua reclamação, visto ser ella filha d'aquele estabelecimento

V. Ex, porem resolverá conforme julgar mais acertado (Expediente do dia 19 de abril de 1856. Publicador Maranhense de, 22.04.1856, p.1).

Como explicado anteriormente, a ida dos expostos para a casa de famílias possibilitava que tivessem iniciação no mundo do trabalho. Para as meninas, foram recorrentes os pedidos feitos por chefes de família às Misericórdias para que elas exercessem variadas funções domésticas. A violação, exploração e os maus tratos foram muito comuns às expostas, embora o discurso dessas famílias era de que dariam abrigo, proteção, alimentação e vestuário para essas meninas desvalidas, na prática, muitas delas acabavam passando por constante sofrimento.

## CONCLUSÕES

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi detentora de um patrimônio que incluía imóveis, terrenos, escravizados, além dos legados valorosos que costumava receber. Nas análises das fontes de

imprensa consultadas, nota-se a preocupação com a má administração dos recursos e imprudência de Mesas e Provedores, levando a instituição a passar por diversas crises financeiras que afetaram a realização de serviços de caridade.

Nos relatórios da Santa Casa do século XIX, é comum a descrição das dívidas que ela possuía, dos recursos que eram poucos e deveriam ser economizados, a venda dos bens, além das péssimas instalações dos estabelecimentos, estando estes em péssimas condições, precisando de reformas e ampliações. Nos jornais também são publicadas as inquietações de alguns segmentos da população, que culpava todo esse estado de precariedade pela má gerência dos responsáveis, além de também serem cobrados melhores serviços de caridade.

No que se refere à dotação das expostas, podemos perceber que foi uma prática que sofreu prejuízo em razão das dificuldades financeiras da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, comprometendo o casamento como o destino das moças desvalidas. Não havia um orçamento próprio da instituição para a concessão de dotes, o Governo Provincial que destinava os recursos para esse fim. Talvez essa falta de organização possa demonstrar como foram poucos os casos de dotação. E se não havia dote, dificilmente haveria homens atraídos em se casar com mulheres no estado de pobreza e orfandade, como era o caso das expostas.

A prática de dotação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão é pouco referida nas fontes de imprensa, mas podemos saber que o dote de casamento, aprovado pela Assembleia Provincial, possuía o valor de 400 mil réis, e que deveria ser concedido às expostas que tivessem a pretensão de se casar. Com poucos recursos, dotar uma exposta no valor de 400 mil réis poderia ser visto muito mais como uma despesa, do que como obra de caridade.

Vimos também que a Casa dos Expostos não tinha o objetivo de permanecer com os expostos logo após estes completarem sete anos de idade, era comum que se desse destino a eles em casas de família, para que houvesse a adoção desses menores. Mas caso tivessem que permanecer na Casa dos Expostos, a Santa Casa não faria com que esses enjeitados sofressem mais uma vez com o abandono. No caso da Misericórdia do Maranhão, essas crianças eram encaminhadas para outras instituições de caridade, como o Asilo de Santa Tereza, o Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios, a Casa dos Educandos Artificies.

As meninas que permaneciam na Casa dos Expostos eram educadas para exercerem trabalhos domésticos, como costurar, bordar, cozinhar, passar e engomar, pois deveriam ser iniciadas no mundo do trabalho para poderem se sustentar e terem uma vida autônoma. As expostas que não se casaram, ou não foram trabalhar na casa de família, permaneciam na Casa dos Expostos, trabalhando

para a Santa Casa de Misericórdia, cuidando e educando as crianças mais novas ou costurando as roupas dos hospitais.

Diante da pouca assistência às expostas por meio da dotação para o casamento, a Santa Casa procurava cumprir seu papel caritativo encaminhando-as, sempre que possível, para outras instituições de caridade ou para as casas de família que aceitavam, e requeriam, o trabalho das expostas. A Santa Casa de Misericórdia não restringiu sua assistência somente às expostas, mas também a outras mulheres desvalidas.

## REFERÊNCIAS

### Fontes de Imprensa

Santa Casa da Misericórdia. Diário do Maranhão, de 07/04/1886.

Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o Dr. Eduardo Olimpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de novembro de 1853. Publicador Maranhense, de 12/11/1853.

Lei nº 341, de 2 de janeiro de 1854. Publicador Maranhense, de 21/01/1854.

Expediente do dia 19 de abril de 1856. Publicador Maranhense, de 22/04/1856.

Relatório com que o Ilmo. e Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 3 do corrente. Publicador Maranhense, de 10/05/1859.

## **Bibliografia**

ALGRANTI, Leila Mezan. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a Concessão de Dotes (1808-1822). **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 46-66, 1993.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). **Nuevo Mundo Mundo Nuevos**, Colóquios 2008, p. 2-11.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos**: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828-1855). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FRANCO, Renato Júnio. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol.27, n. 53, 2014, p.5-25.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2.ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

MARQUES, César Augusto. **Diccionario Histórico-Geographico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typ, do Frias, 1870.

MEIRELES, Mário. A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão: subsídios para sua História. In: \_\_\_\_\_. **Dez Estudos Históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994, p. 257-295.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. **Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antônia. **História Breve das Misericórdias Portuguesas.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SANTANA, Ângela Cristina. **Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa; 1862 – 1934.** Tese (Doutorado em História da Educação) – Programa de Pós-Graduação em História da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VENANCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: PRIORI, Mary Del (org.) **História das Mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p.189-222.

## **DUAS FACES PARADISIÁCAS: Simbolismo do Paraíso no Além da Visão de Túndalo e Divina Comédia.**

Ricardo Marques de Jesus<sup>1</sup>  
Adriana Maria de Souza Zierer<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Durante a Idade Média foram produzidos vários escritos que descreviam os espaços do Além-túmulo, esses relatos tinham como objetivos moralizar a cristandade, mas também serviam aos interesses particulares dos clérigos. Este trabalho tem como objetivo evidenciar duas descrições do Além cristão, presentes no manuscrito da *Visão de Túndalo* e no poema *Divina Comédia*, do florentino Dante Alighieri (1265-1321). Daremos ênfase no elemento simbólico das obras como formas de remeter os medievos um conjunto de valores.

Devemos deixar claro que a análise feita dos espaços espirituais nas duas produções medievais constitui um exercício breve, devido a tamanha extensão do poema dantesco, discutiremos apenas o último espaço comumente apresentado nesse tipo de narrativa, ou seja, o Paraíso.

---

<sup>1</sup> Graduando em História. Bolsista de Iniciação Científica (BIC-CNPq-UEMA) e membro do *Brathair* (Grupo de Estudos Celtas e Germânicos). Sob a orientação da Prof. Dra. Adriana Zierer (PPGHIST-UEMA/PPGHIS-UFMA). E-mail: rikardouema@hotmail.com .

<sup>2</sup> Doutora em História (UFF). Docente do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA). Coordenadora do *Brathair* – Grupo de Estudos Celtas e Germânicos. E-mail: adrianazierer@gmail.com

A primeira fonte é chamada *Visão de Túndalo*, escrita em 1149 por um monge irlandês chamado Marcus, esse relato narra a história de um cavaleiro rebelde por nome Túndalo, que, por não fazer os quererres de Deus, é levado em alma para visitar os lugares de castigo e de bonanças no Além. A *Divina Comédia*, originalmente chamada apenas de *Commedia*<sup>3</sup>, foi escrita pelo florentino Dante Alighieri em princípios do século XIV. O poema narra a peregrinação fictícia de Dante personagem no Além tripartido, em que presencia, assim como Túndalo, a sorte das almas após a morte.

Os dois escritos medievais previamente apresentados, foram influenciados sobretudo pela conjuntura dos séculos XI ao XIII, temporalidade chamada por alguns autores de Idade Média Central. Nesse momento houve várias mudanças no Ocidente medieval, no meio econômico ocorreu o desenvolvimento do comércio a longa distância, que foi possível principalmente pelas rotas marítimas, controladas sobretudo pelos germânicos e italianos (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 49).

No campo da política, os poderes leigos e eclesiásticos travaram disputas pela soberania, nesse momento os papas,

---

<sup>3</sup> O adjetivo *Divina*, trata-se de um acréscimo do também florentino Giovanni Boccaccio (1313-1375), escritor do *Decameron*. Boccaccio foi um grande entusiasta das obras de Dante e contemporâneo a ele, pela admiração da *Commedia*, a batizou posteriormente de *Divina* (CAVALCANTE, 2012). A partir desse momento vamos nos referir à obra de Dante Alighieri apenas pelo nome original dado pelo próprio autor.

imperadores e reis foram protagonistas de episódios como a reforma dita gregoriana (finais do século XI ao XII) e a querela das investiduras (1075-1122) que contribuíram para o desenvolvimento do conceito de soberania que foi reutilizado na modernidade (KRITSCH, 2002).

Na área do saber ocorreu uma valorização pelo pensamento racional, nos séculos XII e XIII, as universidades floresceram, o pensamento aristotélico, possível principalmente pelas traduções dos árabes, fez com que as formas de ensino mudassem, favorecendo o método escolástico (LE GOFF, 2006). Ademais, podemos citar a pujante produção literária desse momento, surgiu o romance cortês na França, as líricas provençais na Itália e península Ibérica, bem como as línguas vernáculas, que contribuíram para a vulgarização de textos latinos e conseqüentemente a quebra do monopólio do latim em textos religiosos (AUERBACH, 1987).

A noção de Além-túmulo também sofreu modificações, para Baschet (2006) foi nesse momento que a cristandade criou uma verdadeira “geografia do Além”, representando de forma específica e clara os lugares onde os mortos estavam, de acordo com suas práticas em vida (BASCHET, 2006). Essas representações ordenadas do Além podem ser vistas nas duas fontes discutidas neste trabalho.

Desse modo podemos considerar que o mundo terreno e o Além se complementam na Idade Média. “Não apenas esse último é

parte integrante do universo do ser humano medieval, como lhe atribui o verdadeiro sentido e lhe traça a perspectiva correta” (BASCHET, 2019, p. 163).

Dito isso, devemos reforçar que o símbolo é um importante recurso para entendermos o emaranhado de informações que é o imaginário medieval, o mundo terreno e o mundo espiritual eram para o medievo um só. Michel Pastoureau (2006) pontua assim que o símbolo medieval mantinha uma função analógica, que no geral estabelecia uma relação entre as coisas terrenas e as verdades eternas do Além (PASTOUREAU, 2006).

Por fim, devemos ressaltar que não temos a pretensão de atingir uma “verdade histórica” por meio da utilização das fontes medievais. A literatura, apesar de sempre ter o real como referencial acaba o ultrapassando, criando um sentido próprio, ela não precisa comprovar nada, apenas estabelece em certos pontos um elemento de verossimilhança com o tempo do autor. Podemos dizer então, que a literatura tem lógica própria, representando não a ideia do “real” ou acontecido, mas a relação dos homens com o seu tempo (PESAVENTO, 2003).

## **METODOLOGIA**

No decorrer da pesquisa, optamos por aprofundar o conhecimento acerca da cavalaria Medieval e o ideal de bom cristão,

além disso buscamos dar ênfase ao contexto social da Idade Média Central (Séculos XI-XIII), para melhor compreendermos as transformações urbanas e políticas que ocorreram entre esses séculos. Aprofundamos as leituras sobre o conceito de imaginário no período medieval, conjuntamente com análises de obras que tratam sobre a concepção de simbolismo em obras literárias no medievo (como as discussões de Michel Pastoureau).

Procuramos realizar a leitura de obras que tratam das sociedades medievais, como livros do Hilário Franco Júnior, Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt entre outros. Sintetizando essas informações, conseguimos contextualizar o momento social no qual as produções literárias foram feitas, e quais foram os eventos que influenciaram os autores a terem tais posições no momento da escrita.

Leituras de teses e artigos foram feitas para nos situarmos de maneira mais efetiva sobre a conjuntura que se encontrava Florença, nos séculos XII e XIII. A pesquisa centra-se em torno das simbologias do Além para os medievos, e, para identificar o simbólico optamos por analisar a viagem imaginária *Visão de Túndalo*, muito popular na sua época e a obra de Dante Alighieri a *Commedia*. Nosso propósito é identificar nessas produções, as representações do Além paradisíaco fragmentado e procurando entender as suas representações divergentes.

## O Paraíso

O Além cristão foi elaborado, principalmente no período correspondente à Idade Média, apesar desse espaço ser descrito pelos mais diversos autores em viagens e visões, a Bíblia nunca ofereceu material suficiente para o desenvolvimento do tema. Em geral os escritos bíblicos dão descrições e alusões genéricas do destino das almas após a morte, contudo o material base para a criação desse relatos medievais foram encontrados em livros apócrifos, como o *Quarto livro de Esdras*, os *Apocalipses* de Paulo e Pedro e o *Livro de Enoch*, textos datados dos séculos II ao IV (LEDDA, 2016).

Para Jean Delumeau (1998), o tema do Paraíso e de suas delícias, como paisagens vívidas e jardins irrigados, foi primeiro manifestado no Oriente Médio e posteriormente no Ocidente. O autor argumenta que isso deve-se ao motivo que a ideia de Paraíso representava os anseios de países onde a água era escassa e a paisagem desértica (DELUMEAU, 1998). Desse modo, é compreensível que a história do Paraíso cristão é em grande medida a história do Paraíso terrestre (DELUMEAU, 1998).

O Paraíso foi no medievo, o elemento simbólico que remetia à alegria, que possuía um sentido moral para a edificação dos clérigos e mais ainda dos leigos. As descrições desse espaço sempre possuíam plasticidades, a cada momento e contexto o Paraíso carregava o

sentido que o adequava a mudanças sociais e religiosas (DE DEUS, 2005).

De modo geral, durante os séculos VII a X foram feitas as compilações que serviram para a cristianização dos relatos pagãos aos ideais cristãos. Já nos séculos X a XIII as descrições do Além foram utilizadas pelos clérigos para a tentativa de moralização ligadas ao meio mundano, como a cristianização da sociedade cavaleiresca e a elementos como de fidelidade (DE DEUS, 2005).

Sobre a influência da conjuntura histórica nas representações do Além, podemos considerar a própria descrição dos textos sobre o Paraíso no medievo. No contexto da urbanização do Ocidente medieval o Paraíso e mesmo o Inferno, foram descritos na forma de cidades, à paisagem paradisíaca coube a associação de uma “cidade modelo” e ao Inferno a relação com o governo pervertido, dirigido por um mau senhor feudal ou tirano pecaminoso. Já nos séculos XIV a XV, o Paraíso começou a ser representado cada vez mais como uma corte celestial, em que os santos, coros celestiais e outras figuras se organizavam harmoniosamente em torno do monarca supremo, Deus (LE GOFF, 2017).

É preciso admitirmos que por muito tempo, a ideia de uma Idade Média repleta de medos e angústias foi sustentada, principalmente pela ideia de que a conversão cristã se dava pelo medo instigado nos fiéis pelos eclesiásticos. No entanto, Jean

Delumeau foi contra essa ideia recorrente, argumentando que o tema paradisíaco foi tão amplo quanto dos outros espaços do Além cristão, sendo considerável as *visões* e os tratados filosóficos destinados a esse local (DELUMEAU, 2004).

A última parte da *Commedia*, o livro *Paraíso* de Dante Alighieri, por exemplo, foi considerado por muito tempo inferior aos outros poemas anteriores, *Purgatório* e principalmente *Inferno*. Isso se deve principalmente ao movimento romântico dos séculos XVIII e XIX, que media a qualidade poética através da “realidade” descritiva, ou seja, o *Inferno* foi beneficiado pela valorização da poesia realista (DISTANTE, 2019).

### **O Paraíso da *Visão de Túndalo*: tripartido e hierárquico**

A *Visão de Túndalo* foi escrita por um monge chamado Marcus a qual não se sabe muito a respeito, contudo, podemos afirmar, segundo o prólogo da *Visão* que foi escrita durante a estadia de Marcus na Alemanha (OLIVEIRA, 2019). O texto herda características dos escritos do mesmo gênero, como por exemplo, as chamadas *Visões políticas*, em que figuras conhecidas, como reis e santos, eram descritos no Além. Essas visões foram elaboradas principalmente no período carolíngio, no século IX, e dava ênfase mais na situação dos personagens que propriamente na descrição dos espaços espirituais (LEDDA, 2016).

A *Visão de Túndalo*, no entanto, realiza a dupla descrição dos lugares e dos personagens, não se despreocupando com nenhum dos dois. No relato da *Visão*, a alma de Túndalo vaga pelos espaços do Além na companhia de um anjo guia, passado pelo sofrimento corpóreo nos lugares de castigos, como Inferno e Purgatório<sup>4</sup>. Após ser redimido dos pecados cometidos em vida, a alma itinerante visita os lugares paradisíacos de delícias infinitas reservadas aos eleitos de Deus.

No momento de transição dos lugares de sofrimento aos lugares de bonanças o redator escreve o seguinte: "*Ata aqui da vison que vio no purgatorio e das penas e tribulaçoens que padecen os maaos en el e no inferno. **Daqui en deante fla dos beens e galardooens. que vio receber aos boons na gloria do parayso***" (V.T, 1895, p. 111) (Grifo nosso). Assim como no *Inferno*, a paisagem do *Paraíso* é descontínua, apresentando recintos específicos para cada grupo de cristãos.

---

<sup>4</sup> É importante pontuar que na versão original do manuscrito o termo purgatório não é empregado, sendo utilizado apenas em versões posteriores, como a portuguesa que estamos usando, por exemplo. Isso se deve ao contexto da época, pois em meados do século XII o purgatório como espaço espiritual ainda não existia de fato. Para Jacques Le Goff o termo *purgatorium*, que deu lógica a uma ideia de lugar intermediário das almas, só começou a ser aplicado entre os anos de 1170 a 1180 (LE GOFF, 2017). Portanto, o manuscrito só viria a mencionar o purgatório propriamente dito em versões posteriores, mesmo que já houvesse a ideia de um lugar temporário para os pecadores antes do século XII.

É importante ressaltar, que no princípio das descrições paradisíacas, a alma de Túndalo não presencia o Paraíso de fato, antes disso é apresentada na narrativa as almas daqueles que estão em uma espécie de pré-Paraíso (ZIERER; OLIVEIRA, 2013). Para os medievos, a hierarquização eclesiástica era uma projeção do pensamento de Deus na terra, tendo, portanto, semelhanças com a hierarquia celeste (DUBY, 1994). Desse modo é compreensível, em alguns casos, um espaço, mesmo que espiritual, que reflita essa hierarquização terrena.

Na *Visão de Túndalo* o tema do Paraíso é dividido em dois momentos, pré-Paraíso e Paraíso subdividido em três muros, o de prata, ouro e pedras preciosas.

O texto da *Visão* possui uma narrativa relativamente longa, isso se deve ao contexto do século XII em que as visões elaboradas voltaram a se preocupar com as condições das almas no Além, descrevendo de forma minuciosa a sorte de cada uma delas (LEDDA, 2016). Ao chegarem no pré-Paraíso, a alma itinerante, juntamente com o anjo guia, presencia um espaço semelhante a um jardim, o qual a narrativa nos dá a seguinte descrição:

[...] e assy como entraron. **viron huun campo muy verde e muy fermoso e plantado de muitas e muy fermosas rodas. e de outras hervas que davan muy boon odor** [...] en aquel logar non era noite. e o sol nunca hy falece e ali he a fonte de agua viva" (V.T, 1895, p. 112. grifo nosso).

Como dito anteriormente, a ideia de Paraíso foi por muito tempo concebida na forma de um jardim com flores vívidas e aroma agradável, devemos dar atenção para a própria etimologia da palavra “Paraíso”, que em sua origem persa e grega significa “jardim” (DELUMEAU, 2004).

Dando continuidade a narrativa da *Visão de Túndalo*, a alma do cavaleiro viu nesses espaços alguns pecadores, como figuras da realeza, destacando três reis pecadores, Cantubrio, Donato e Cormaçõ<sup>5</sup>. Os reis por praticarem pecados em vida, mas se arreperderem próximo de suas mortes padecem temporariamente antes de poderem adentrar no Paraíso de fato (V.T, 1895).

Após deixarem este lugar, a alma e seu anjo guia presenciam o primeiro muro do Paraíso. *"Aquel muro era todo de prata. muy fermoso e muy luzente. **E a alma non achava en el porta nenhuma per hu entrasse. E tomova o poder de nosso senhor. e posea dentro. non ssabendo ela. nem o entendendo**"* (V.T, 1895, p. 114) (grifo nosso). É curioso o fato do Paraíso ser constituído por muros fechados, em que a alma não achava portas ou entrada para continuar. Isso pode ser visto como uma contraposição aos espaços infernais, que eram

---

<sup>5</sup> A presença de monarcas no Além como representações de *contramodelos* cristãos tem relação com o contexto dos séculos XI a XII, onde se deu o embate entre os papas, imperadores e reis. O autor da *Visão de Túndalo* era favorável à Reforma Gregoriana (ZIERER, 2019). Logo, podemos considerar que Marcus provavelmente apoiava a supremacia da Igreja em relação aos poderes temporais.

em sua maioria descritos como lugares abertos, semelhantes a bocas e ânus (ZIERER; MESSIAS, 2011). Ademais, podemos dizer que as descrições do Paraíso fechado podem remeter a clausura monástica, entendendo o fechado e o retiro como símbolo de santidade.

O muro de prata é destinado aos “bem casados”, é importante pontuarmos que para o discurso proferido pelos clérigos as relações sexuais mesmo dentro do matrimônio constituíam uma falta venial, sendo o ideal a completa abstenção dos prazeres sexuais (VAUCHEZ, 1995). No entanto, o casamento foi sacralizado a partir do II concílio de Latrão (1139), e quem rejeitasse essa condição era passivo de excomunhão (REIS 1965, p. 343).

O segundo muro, é destinado para os mártires, monges e defensores da Igreja, sobre esse lugar na *Visão* é descrito o seguinte:

apareceolhes outro muro tan alto como o primeyro. laurado todo de ouro puro. e tan grande era a sua fermosura. que muito era mais contenta a alma e mais se alegrava en veer aquela nobreza. que outra nenhuma que ia ouvesse vista" (V.T, 1895, p. 115. grifo nosso).

Sobre o meio monástico, é interessante a hierarquia apresentada no relato, não podemos esquecer que a autoria do manuscrito foi realizada por um monge, portanto é compreensível que o clero regular esteja acima de outros segmentos eclesiais. Além desse muro, a presença monástica está assinalada também na última repartição paradisíaca, o muro de pedras preciosas, contando com a figura de São Patrício (V.T, 1895).

Na repartição tripartida do imaginário feudal, em *oratores* (que rezavam), *bellatores* (que combatiam) e *laboratores* (que trabalhavam), estes primeiros foram beneficiados. “Embora as suas primeiras formulações se encontram em textos redigidos pelos bispos, o esquema tripartite devia favorecer principalmente os monges que, aos olhos dos homens daquele tempo eram os que rezavam mais e melhor” (VAUCHEZ, 1995, p. 33-34).

O último muro visto por Túndalo na sua viagem extraterrena é o muro de pedras preciosas, o qual o manuscrito reserva uma descrição mais detalhada que as feitas anteriormente, vejamos:

E eles assi hindo viron huun muro muy alto. que de fermosura e de claridade vencia e passava per todos os outros que ia dissemos. Era muy fermoso e fecto todo de pedras preciosas. e de metaaes mesturados de colores de muitas guisas. Assi que o fundamento dele era todo fecto de ouro puro. E as pedras de que era fecto son estas. Cristal. Crisolitus. Berilus. Jaspe. Jagonça. Smaragda. Çafira. Onichina. Topazio. Sardia. Crisoprasa. Amestica. Careata. E granata. Destas pedras. e de outras muytas semelhantes era fecto este muro (V.T, 1895, p. 118).

A descrição nos revela um espaço ainda mais belo que os muros passados, reunindo pedras preciosas e metais multicoloridos. Nesse local estão os apóstolos de cristo, os coros angélicos, virgens de ambos os sexos e os bispos e arcebispos. Na versão original, são apresentados diversos personagens da Igreja irlandesa, como os abades Celestino e Malaquias, para Zierer (2019) isso revela a intenção do autor, ao acreditar que os eclesiásticos irlandeses terem

mais direito de se aproximarem de Deus, como de creditar a Igreja irlandesa como sendo mais pura (ZIERER, 2019).

### **O Paraíso da *Commedia*, pensamento escolástico e defesa do império.**

Na *Commedia*, o paraíso continua a ser representado como uma espécie de “macro-símbolo” de felicidades e de delícias eternas. No entanto, pode-se verificar alguns elementos destoantes da descrição paradisíaca dantesca em relação com o apresentado no manuscrito da *Visão de Túndalo*.

O poema de Dante Alighieri pode ser encaixado na categoria de literatura *semi-empenhada* descrita por Segismundo Spina (2007), em que já é possível ver uma tendência ao elemento artístico, e também a presença de trechos satíricos que questionam as ideias aceitas pelo seu tempo (SPINA, 2007). A *Commedia* foi escrita durante o exílio político de Dante, devido a isso o poeta realiza duras críticas a figuras políticas de seu tempo, como por exemplo o papa Bonifácio VIII<sup>6</sup> e exaltando outras como a do imperador do Sacro Império Henrique VII de Luxemburgo (1273-1313).

---

<sup>6</sup> Os conflitos políticos de Dante com o papa Bonifácio VIII ocorreram principalmente durante o seu mandato como prior de Florença, espécie de governador para política comunal daquela época. No ano de 1301, por exemplo, ele participou de um debate, negando o pedido do papa Bonifácio VIII, que havia requerido a força militar de Florença para combater inimigos pessoais (REYNOLDS, 2011).

O Paraíso de Dante assim como da *Visão de Túndalo*, é apresentado de forma fragmentada, no geral esse espaço do Além é subdividido em dez céus ou esferas celestes, o céu da Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter, Saturno, o céu das Estrelas Fixas, o *Primum Mobile* e por último o chamado *Empíreo*<sup>7</sup>. Devemos pontuar que antes de chegar ao Paraíso espiritual, Dante personagem adentra o paraíso-terrestre nos últimos cantos do *Purgatório* (XXVII-XXXIII).

O esquema do Paraíso de Dante segue o pensamento de alguns importantes membros escolásticos do século XIII, como de Alberto Magno (1193-1280) e de São Tomás de Aquino (1225-1274). Sobre a influência de Alberto Magno, isso se torna claro quando Dante concebe o Paraíso, ou pelos menos o empíreo, como algo completamente etéreo, que contém o caráter infinito das substâncias divinas, e reserva esta última repartição do Paraíso a Trindade, pois não existe nada nesse lugar espiritual que não sejam o pai, o filho e o espírito santo. Esses elementos presentes na *Commedia*, foram

---

Ademais, Dante acreditava que o referido papa teve relações com o seu exílio de Florença no ano de 1301, Bonifácio por acreditar que o partido ao qual Dante fazia parte, tinha ambições anti-papais, se alinhou com facções e políticos rivais, conspirando para o banimento dos chamados guelfos *brancos* de Florença (REYNOLDS, 2011)

<sup>7</sup> “Dante construiu seu Paraíso de maneira deslumbrante a partir da hierarquia celeste do pseudo-Dionísio: de fato, aprendera com este que os sete céus planetários, depois acima deles, o céu das estrelas fixas e o do ‘primeiro motor’ (circundado pelo empíreo), são habitados pelos nove coros angélicos e que as diferentes categorias de espíritos celestes servem de mediadores para fazer vir de cima para baixo a força divina que move os astros” (DELUMEAU, 2003, p. 43).

afirmados de maneira filosófica na obra *Summa de Creaturis* de Alberto Magno (DELUMEAU, 2003).

Sobre o segundo pensador elencado que influencia profundamente Dante, São Tomás de Aquino, podemos dizer que a estrutura do *Paraíso* dantesco adota a ideia das *Cinco Vias* elaborada por ele. As ideias das Vias, repartidas em cinco, diz respeito a procura e reconhecimento de Deus mediante as coisas sensíveis.

Elencamos aqui apenas a primeira *Via*, conhecida como *A Via do Movimento*, que pode ser resumida a grosso modo dessa maneira, “[...] todo movimento depende de um motor. Mover é levar algo que está em potência a estar em ato. O que é movido está sempre em potência para aquilo que o move, e o que move, ao contrário, está sempre em ato para aquilo que move” (CAMPOS, 2016, p. 43).

O primeiro motor referido trata-se do *primum-mobile*, que comunica o movimento as outras esferas. Seguindo o pensamento de Eric Auerbach (1997), as relações das esferas podem ser descritas como, “[...] concêntrico e circular. Um ardente desejo de união com Deus comunica um movimento circular da mais alta velocidade à nona esfera, a que fica mais próximo do empíreo imóvel, onde ele (Deus) habita” (AUERBACH, 1997, p. 128)

“Quando a causa é infinita e o efeito finito, não se pode evidentemente dizer que as propriedades constatadas no efeito se encontram tais quais na causa, mas o que existe nos efeitos também

deve preexistir em sua causa” (GILSON, 1995, p. 669). Desse modo, a ascensão de Dante no Paraíso até a visão da Trindade, pode ser considerada a volta do medievo as suas origens e seu criador, da onde todo homem deriva.

Atentemos, ainda, para o fato de que Deus habita no empíreo, um lugar imóvel. A ideia de Dante poeta estabelecer o Deus medieval nesse local na *Commedia* têm a ver com o próprio pensamento no medievo. “Ao passo que Deus apresenta a condição imutável – o estável, o imóvel, o *perfectus* (aquele que está terminado) -, o homem representa constante mudança – a instabilidade, o movimento, o *imperfectus* (aquele que se encontra por terminar)” (MAGALHÃES, 2019, p. 88-89). Percebe-se que o poema de Dante sintetiza boa parte do pensamento produzido no medievo e também antes dele.

Durante a *Commedia*, outro elemento visível é a defesa do Império. Mas o poeta florentino já havia defendido as prerrogativas do poder temporal em seu tratado político *De Monarchia* (1313), obra que carrega argumentos que visam legitimar o poder imperial. Defende-se a ideia de uma monarquia universal como condição necessária para a felicidade humana, além disso Dante exprime a ideia que o poder legítimo foi dado aos romanos, por fim a obra finaliza com ideias filosóficas e contra-argumentos para minar a superioridade do poder espiritual sobre o temporal (FRANCO JÚNIOR, 2000).

Na sexta esfera do Paraíso, Dante poeta escreve que as almas presentes ali moviam-se em uma forma de dança, formando palavras com os seus corpos, que serviam de conselho aos governantes da terra: “De cinco vezes sete letras, eu vi então a mensagem que anotei inteira, nas duas partes em que me apareceu *DILIGITE JUSTITIAM*, a primeira, do céu no fundo letra a letra tinta, *QUI JUDICATIS TERRAM*, a lindeira” (ALIGHIERI, Pard. XVIII, 88,91).

As palavras destacadas em latim no canto XVIII, significam “*Amo a justiça da terra*”, por meio desse recurso Dante expõe seu posicionamento a favor de uma cristandade dirigida pelos “justos” governantes seculares, utilizando almas no Paraíso para reafirmar suas proposições políticas.

Ademais, as tendências políticas de Dante são acentuadas no Paraíso, quando o poeta condena o papado de seu tempo na oitava esfera, das estrelas fixas. “Dante tinha uma forte razão política para escrever a *Commedia*. Isso fica óbvio especialmente no *Inferno*, sendo aparente no *Purgatório* e assustador quando se revela no *Paradiso*” (REYNOLDS, 2011, p. 477).

O momento assustador dito por Barbara Reynolds (2011), consiste nos versos em que Dante denuncia a corrupção e pecaminosidade do papado de sua época. Colocando o próprio Pedro para proferir suas críticas pessoais ao papa Bonifácio VIII (ALIGHIERI, Pard. XXVII).

## RESULTADOS

O manuscrito da *Visão de Túndalo* e a obra *Commedia* do florentino Dante Alighieri são importantes fontes para se compreender o Imaginário e o simbólico no medievo, nelas o macro e o micro convergem criando uma mensagem e uma individualidade que tornam ao mesmo tempo as duas produções semelhantes e diferentes. Enquanto uma carrega consigo tradições monásticas da própria Igreja de sua época, a outra é pessoal, fruto de uma visão única do autor que expõem seus inimigos e seus referenciais.

Apesar de representarem um Além fragmentado, em ambas as obras é verificável a polivalência dos símbolos, nesse sentido consequentemente acaba-se alterando as intenções das duas fontes. Enquanto a primeira, escrita no século XII, foi influenciada pela ala reformista eclesiástica do século XI representando um nobre submisso aos poderes de Deus e da Igreja. A outra produção literária, *Commedia*, do início do século XIV, valoriza a primazia do indivíduo, que para chegar ao sublime observa as coisas sensíveis e racionais, utilizando a arte e a filosofia. Para exemplificar nossos resultados, optamos por criar um pequeno esquema das duas obras e do Paraíso nelas representado (Quadro 1):

### Quadro 1. O espaço paradisiaco na Visão de Túndalo e Divina Comédia

| Fontes             | <i>Visão de Túndalo</i>   | <i>Commedia</i>   |
|--------------------|---|---|
| Redatores          | Marcus, um monge irlandês.  | Dante Alighieri, um poeta florentino.   |
| Tipo literário     | Viagem imaginária em formato de relato (Empenhada).   | Ficcional e poética (semi-empenhada).   |
| O Paraíso          | Hierárquico com feições de um centro urbano.  | Escolástico com aparência de uma corte.   |
| Intenção simbólica | Moralizar os medievos através dos ensinamentos da Igreja (notavelmente os nobres, como os cavaleiros e os monarcas).  | Autobiográfica, criar um julgamento pessoal e singular, exaltando o Império e condenando o papado.  |
| Estrutura          | Fragmentado e hierárquico, subdividido em pré-Paraíso e Paraíso tripartido (muros de prata, ouro e pedras preciosas). | Fragmentado, subdividido em dez céus ou esferas concêntricas (Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter, Saturno, Estrelas Fixas, <i>Primum Mobile</i> e <i>Empíreo</i> |

Diante do exposto, acreditamos que as duas obras apresentam as perspectivas dos autores e do meio social no qual estavam

inseridos, o Imaginário medieval, portanto, é maleável de acordo com o seu tempo e lugar. A noção do Além, conseqüentemente se transforma pelas influências e inspirações vinculadas nas duas produções, dessa forma suas representações são distintas, mas ao mesmo tempo próximas, nos revelando uma complexidade do simbólico e dos grupos sociais do medievo.

## CONCLUSÃO

A breve análise dos espaços paradisíacos nos escritos da *Visão de Túndalo* e da *Commedia* de Dante Alighieri, nos revelam o simbolismo que o último espaço do Além simbolizava aos medievos, tendo características específicas ao longo de suas elaborações. As mudanças ocorreram pela relação dos autores com o contexto histórico em que se encontravam.

Na *Visão de Túndalo* o Paraíso foi representado como semelhante a um espaço urbano, com muros e repartições internas. Em que o meio monástico e a Igreja em geral ganham o destaque como ideais de santidade, enquanto as figuras leigas são relegadas da plena piedade, alocando-se em um pré-Paraíso, em que são castigados temporariamente pelos pecados em vida.

Na *Commedia*, o espaço espiritual do Paraíso é descrito como uma corte celestial, com esferas concêntricas que circundam o *empíreo*, lugar totalmente etéreo e morada da trindade. Os desejos e

angústias de Dante poeta são vinculados a elaboração desse espaço, exaltando o “bom” governo terrestre e denunciando, o que seria para ele, a corrupção e o pecado do papado de sua época. Desse modo, podemos considerar, que o Paraíso, em suas várias representações, simbolizava os anseios dos autores de suas épocas, mantendo ainda assim a característica geral de lugar com delicias infinitas e plena comunhão com Deus.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

ALIGHIERI, Dante, 1265-1321. **A Divina Comédia**. Edição bilíngue. São Paulo: Editora 34, 2019 (5ª Edição).

**Visão de Túndalo**. Ed. de F.H. Esteves Pereira. Revista Lusitana, 3, 1895, p. 97-120 (Códice 244).

### Bibliografia

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1987.

AUERBACH, Erich. **Dante, poeta do mundo secular**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

BASCHET, Jérôme. **Corpos e almas: uma história da pessoa na Idade Média**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2019.

CAMPOS, Sávio Laet de Barros. **As Provas da Existência de Deus em Tomás de Aquino**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

CAVALCANTE, Acilon H.B. Dante Alighieri: o Inferno e Florença. Revista Urbana. Urbana - **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, v. 4, p. 188-212, 2012.

DE DEUS, Paulo Roberto Soares. Paraísos Medievais – esboço para uma tipologia dos lugares de recompensa dos justos no final da Idade Média. COSTA, Ricardo da (coord.). **Mirabilia** 4 Jun-Dez 2005/ISSN 1676-5818.

DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DELUMEAU, Jean. **Uma História do Paraíso: o jardim das delícias.** Lisboa: Terramar, 1998.

DISTANTE, Carmelo. “Préfacio”. In: ALIGHIERI, Dante, 1265-1321. **A Divina Comédia - Inferno**. Edição bilíngue. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 7-17.

DUBY, Georges. **As Três ordens ou o imaginário do Feudalismo.** Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Dante Alighieri: O Poeta do Absoluto.** Cotia: Ateliê, 2000.

GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Paidéia).

KRITSCH, Raquel. **Soberania: a construção de um conceito.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

LE GOFF, Jacques. “Além”. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord). **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**, São Paulo: Editora Unesp, vol I, 2017, p. 25-40.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LEDDA, Giuseppe. “Visões do Além”. In: ECO, Umberto (org.). **Idade Média: Catedrais, cavaleiros e cidades**. Introdução à Idade Média. 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote: Milão, 2016, p. 411-415.

MAGALHÃES, Ana Paula T. A Idade Média e a produção do conhecimento; alguns apontamentos sobre a relação dos homens com a ciência. In: Adriana Zierer, Ana Livia Bomfim Vieira, Marcus Baccaga (Orgs.). **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência**. São Luís: EDUEMA, 2019, V. 7. p. 87-96.

OLIVEIRA, Solange Pereira. **A Salvação como um itinerário no Além medieval: a viagem imaginária da *Visão de Túndalo***. (Séculos XIV-XV) (Tese de doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

PASTOUREAU, Michel. **Una historia simbólica de la Edad Media occidental**. 1ª ed. Buenos Aires : Katz, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

REIS, Josué Callender dos. **Os concílios ecumênicos (III)**. doi.org/10.11606/issn.2316 9141.rh.1965.123425. 1965, p. 339-346.

REYNOLDS, Barbara. **Dante**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SPINA, Segismundo. **A cultura literária medieval**: uma introdução. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental**: (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ZIERER, Adriana. A *Visão de Túndalo* no contexto das viagens imaginárias ao Além Túmulo: religiosidade, imaginário e educação no medievo, **Notandum** 32 maio-ago 2013 CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto.

ZIERER, Adriana. Um Monge Irlandês e suas Concepções de Inferno e Paraíso: a *Visão de Túndalo*. **Brathair** (ONLINE), v. 19, n,1, p. 52-75, 2019.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca T. Os Monges e as Viagens ao Além: a *Visão de Túndalo*, ISSN 15199053. **Brathair** (Online), v. 11(2), p. 70-84, 2011.

ZIERER, Adriana; OLIVEIRA, Solange Pereira. A *Visão de Túndalo*. Harmonia, Paraíso e Salvação no Além Medieval. TÔRRES, Moisés Romanazzi (org.). **Mirabilia** 16 (2013/1). Jan-Jun 2013/ISSN 1676-5818.

## **IMAGENS DO ORIENTE ANTIGO: iconografia de guerra na sociedade Assíria do primeiro milênio a.c.**

Samir de Barros Rebêlo<sup>1</sup>  
Ana Livia Bomfim Vieira<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O seguinte artigo visa fazer um levantamento dos documentos pictóricos chamados de “relevos em pedra”, que se referem às campanhas bélicas e compreender a cultura militar, política-religiosa da Assíria durante o I milênio a.C.. Para isto iremos ressaltar as discussões sobre a violência e crueldade. Podemos olhar sobre outra perspectiva a noção que consolida a ideia dos povos assírios como grupos que exclusivamente semeavam a guerra, porém deve ficar claro que a mesma fazia parte do mundo assírio.

A Assíria conformou um grande império ao decorrer do tempo, desde o II milênio até o século VII a.C.. O processo de construção do império está marcado por disputas, como os conflitos

---

<sup>1</sup> Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mestrando na linha de pesquisa “Memória e Saberes Históricos” e foi bolsista PIVIC em 2020.

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), tendo realizado doutorado Sanduíche pela Université de Liège - Bélgica e duas estadias como pesquisadora na École Française d'Athènes - Grécia. É professora de História Antiga na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e coordena o grupo de pesquisa em História Antiga e Medieval "Mnemosine - Laboratório de História Antiga e Medieval" da UEMA. Organiza bianualmente o Encontro Internacional de História Antiga e Medieval do Maranhão.

de *Tiglat-Pileser III* (745-727 a.C.) que em meados do século VIII a.C. consolidou incursões expansionistas, incitando mudanças no cenário militarista para poder ampliar os domínios assírios. Passando por vários reinados, como, o período de *Assur-nasir-pal II* (883-859) “Com sua política expansionista leva a Assíria ao mediterrâneo e atinge a Síria [...] e despoja pesados tributos” (ROSSI, 2008, p. 47).

As cenas retratadas nos relevos em pedra mostravam batalhas, cercos, soldados utilizando armas, mutilando os inimigos. Contudo, esta arte queria dizer algo, a dominação ou demonstração de força e poder pode não ser simplesmente o seu real significado. A importância reside na dimensão interior à imagem, ou seja, seu conteúdo, isto que dizer que há alguma intensão na construção do documento imagético e que, certamente, não fora produzida pelo mero acaso. Por exemplo, a demonstração da força assíria como o poderio do próprio deus Assur (principal deus cultuado) ou de um momento amplamente ritualístico, como há de vermos.

### **Contextualização geográfica**

O território assírio se encontra ao norte do atual Iraque. Vale ressaltar que diversas civilizações mesopotâmicas estão localizadas neste mesmo país. A primeira capital da Assíria se chamava Assur<sup>3</sup>,

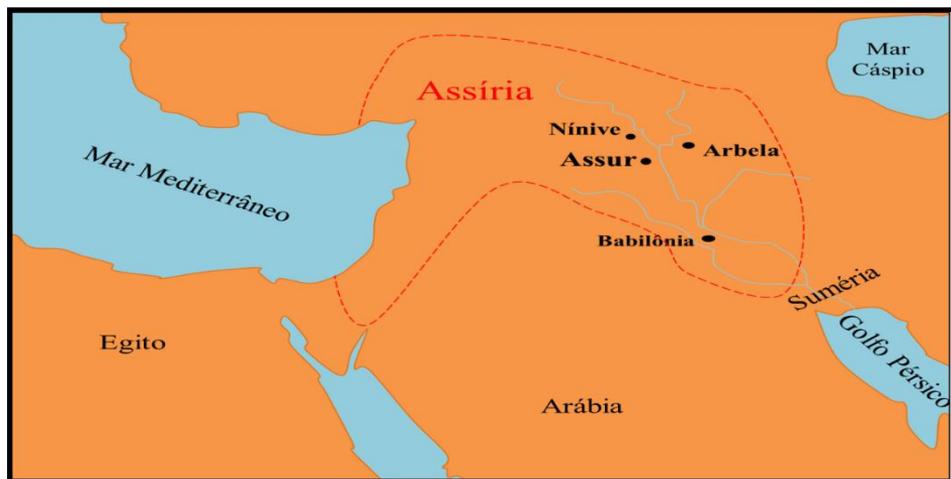
---

<sup>3</sup> Também era o nome da principal divindade cultuada pelos assírios, o deus da guerra e justiça Assur.

uma das principais cidades do Oriente Próximo, tão importante durante o seu tempo quanto a Babilônia. Inclusive, o nome desta primeira sede do poder hegemônico foi palco de um interessante debate, pois se procurou saber por muito tempo o “por quê?” de se chamar Assur. Foi uma homenagem ao deus da guerra? Ou era a própria materialização desta entidade cósmica? De qualquer maneira a cidade tinha o mesmo nome do deus bélico Assur.

Para um melhor entendimento espacial, Assur estava próxima de outros polos bem conhecidos, tais quais, Nínive, Babilônia, Arbela e Suméria. A imagem a seguir ilustra esta afirmação.

**Fig. 1. A Assíria e sua capital Assur**



Fonte: Adaptado de POZZER, 2011, p. 13.

A Assíria está delimitada por traçados vermelhos, mas essa configuração espacial iria se modificar bastante até o século VII a.C.

Ainda assim percebe-se que atingia proporções consideráveis. O próximo mapa demonstra os contornos do país hoje conhecido como Iraque, lar de variadas civilizações do passado. Hoje em dia o Iraque faz parte da Região conhecida como Oriente Médio.

**Fig. 2. Contorno territorial do Iraque**



Fonte: Adaptado do Google Earth

Após uma breve introdução do recorte espacial, devemos explicar o “por quê?” de abordarmos o período Neo-assírio especificamente. Embora este artigo se trate do 1º milênio a.C., vamos abordar especificamente os séculos IX a.C. á VII a.C. pela quantidade de informações obtidas sobre esta época. Tais dados se referem, obviamente, aos relevos em pedra, e o que são esses documentos?

## Os relevos em pedra

As esculturas em baixo relevo são, certamente, uma das fontes mais importantes para atingir algum entendimento quando se trata da antiguidade, digo, do mundo mesopotâmico. Em razão disso são bastante estudados por historiadores e arqueólogos, e não é de se surpreender, tendo em vista que para nós são retratos<sup>4</sup> de uma sociedade que não vive mais, o que não significa que deixaram de existir.

Os assírios estiveram próximos de locais que lhes garantiam um desenvolvimento seguro, ou seja, regiões que tinham o potencial para se tornarem rotas comerciais. Procuraram lugares propícios para construção de canais, e áreas onde a extração de pedras fosse garantida, áreas montanhosas (RANIERI, 2018). Parece-nos bastante claro a necessidade de tal empreendimento, ou como o meio urbano poderia ser edificado? Precisavam, é claro, de recursos abundantes.

Assim como quase tudo na antiguidade (templos, palácios, estátuas, moradia etc.) as pedras foram essenciais na elaboração dos relevos no interior dos palácios. Tal expressão cultural jazia em murais, nas paredes da morada real. O mármore produzido no Mosul

---

<sup>4</sup> Existem muitos elementos na imagem que podem ser decifradas e correlacionadas com outras documentações (inscrições, arquitetura etc.), contudo, um quadro por si só não diz tudo sobre uma época e não poderia. Não quer dizer que não tenha algo a nos dizer, pelo contrário pode ser retirada muita informação se bem analisado.

servia como material necessário para confeccionar os relevos em pedra, e possuíam colorações variadas, cinza, branco, preto, azul e vermelho (TAKLA, 2008).

É bastante comum encontrar relevos que representam o contexto bélico, mas, seria irresponsável dizer que são o único tema existente sobre os quais os assírios (ou terceiros) se importaram em retratar. Encontram-se também retratações de jardins, animais, caçadas, momentos de descanso e expressões ritualísticas. Os documentos trazidos aqui por nós, portanto, são de caráter imagético e portadores de conteúdo e significado. Tendo uma ideia do que é um relevo em pedra, cabe agora sabermos como analisaremos este material.

## **METODOLOGIA**

Como o principal objetivo do artigo indica um levantamento e análise de imagens, os métodos não se distanciariam desta lógica, dito isto, decidimos abordar os estudos elaborados por dois importantes estudiosos do ramo da Iconografia. Claude Bérard (1989) e Claude Calame (2013) nos oferecem meios úteis para compreender uma imagem, e a partir desta afirmativa explicaremos como a metodologia funciona. Primeiramente, um dos elementos que devemos nos atentar se trata dos *signos* ou *atributos comuns* que compõem uma obra, um tipo de representação que acaba se

repetindo, são constantes e estáveis e se chamam *unidades formais mínimas*. A combinação de várias desta última constituem um *sintagma mínimo suscetível*, e a combinação de todas elas uma imagem com conteúdo narrativo.

As imagens nos vasos e afrescos, como sistemas de signos emitem uma mensagem que para ser apreendida e decodificada pelo pesquisador necessita da aplicação de métodos adequados de análise [...] A Semiótica tem como objetivo de estudo os componentes expressivos das manifestações culturais de diversos gêneros, entre elas [...] a semiótica da significação das imagens que permite estabelecer uma maior aproximação com o sentido da mensagem como nos indica Claude Calame [...] Claude Berard com a *identificação das unidades formais mínimas* (CANDIDO, p. 95, 2004).

Claude Bérard (1989) compreende que o pesquisador precisa estar focado a priori nos seguintes fatores para analisar vasos<sup>5</sup> (imagens). Os vasos possuem imagens com conteúdo narrativo. Os indivíduos que criaram tais peças de cerâmica com imagens, a fizeram levando em consideração elementos estáveis e constantes de sua sociedade, em outras palavras, eles pintaram o que viam ou sabiam. Claude Calame (2013) diz que é necessário observar o espaço dos personagens, obviamente uma questão de posicionamento, dito isto, a posição de objetos, de animais, de plantas são relevantes, bem como, adereços, vestuário e gestos, e, por último, os jogo de olhares dos personagens da imagem (LESSA, 2011).

---

<sup>5</sup> Ambos os historiadores Claude Bérard e Claude Calame são helenistas, estes estudam vasos gregos.

Embora o objeto de análise seja, para estes estudiosos, vasos de cerâmica helenísticos, o método não é ineficaz. Os meios aqui podem acabar alcançando um fim parecido, mesmo que o nosso objeto sejam os relevos em pedra. Decidimos que a metodologia seria esta por prezar pelos detalhes, o que pode ser bastante didático para atingir algum entendimento relevante. Sabendo agora como é a análise devemos partir para prática, observando, investigando e compreendendo.

## RESULTADOS (análise das imagens)

**Fig. 3. As cabeças decapitadas**



Fonte: Adaptado de ROAF, 2006, p. 195.

### **Repertório**

Anatômicos: um soldado assírio segurando uma cabeça com o braço direito e uma lança com o braço esquerdo. Está reunindo as cabeças dos inimigos derrotados em um só lugar.

Utensílios: o soldado está usando uma túnica de combate, um elmo cônico, está portando uma lança.

### **Signos**

O Soldado, a lança, as cabeças decapitadas, a vegetação, a mesa, os vasos de cerâmica ou cestas.

### **Intenção de comunicação**

A figura 3 retrata a organização das cabeças decapitadas, há a figura de apenas um guerreiro. Não apenas nessa imagem, mas em várias outras o signo cabeça é representado, pode estar ligado ao um ato religioso, uma tradição possivelmente muito antiga. Porém, com aparição de vegetação, possivelmente, esta imagem está externando um momento de equilíbrio cósmico (a natureza), o ser de carne (mortal) e suas práticas rituais aos deuses ligadas à decapitação. Assim como os soldados eram servos do rei, o rei era servo dos deuses.

### **Unidades formais mínimas**

Soldado, sujeitos decapitados, vegetação, estes elementos juntos podem enfatizar assim como nas imagens anteriores, o que acontece depois de uma batalha, a decapitação e contagem das cabeças, bem como equilíbrio entre o plano terreno e o divino.

## **Ponderação da figura 03**

Quando se estuda a Antiguidade é melhor ter sempre em mente que nem tudo é como parece ser, estamos falando de sociedades milenares, com percepções socioculturais religiosas

diferentes da nossa. Portanto, até mesmo a guerra não se abstém deste entendimento, não estamos falando de guerras modernas movidas por interesses sumariamente geopolíticos. A guerra tinha uma importância abissal para os assírios, uma evidência disto é o culto ao deus Assur (deus da guerra), principal deidade do panteão assírio. O conflito, os cercos e as batalhas são muito representados nos relevos em pedra, o que indica uma atenção especial para este fenômeno social.

Outro elemento bastante difundido são as decapitações, é claro que não é meramente uma forma de demonstração do terror ou imposição de medo, é mais profundo do que isto. Este tipo de prática vista na figura 03 é uma representação de um momento muito delicado, pois se trata de um ritual, talvez um sacrifício aos deuses. Na verdade já se observa a citação desse ato em narrativas muito antigas, embora seja uma retratação de eventos míticos não impossibilita visarmos um imaginário real e disseminado através das gerações.

Nas narrativas mitológicas, como a *Epopéia de Gilgamesh*, podemos encontrar uma passagem que notadamente acentua traços que estão presentes no imaginário assírio, o desmembramento como algo realmente necessário e não apenas como uma forma de propagação do horror. Quando os guerreiros Gilgamesh e Enkidu

enfrentam um ser poderoso chamado Khumbaba<sup>6</sup>, nas florestas de cedro, acabam derrotando a criatura assim arrancando sua cabeça e retornando a Uruque triunfantemente (BUDGE, 2004). Anteriormente, Gilgamesh havia sonhado com um desmoronamento de onde saíam ilesos, este o interpretou como um sinal de que iriam vencer. Os sonhos acompanham os heróis, assim como a figura do divino, o que não seria espantoso considerar a decapitação como uma espécie de destino que se realizaria.

Podemos notar a importância dessa prática pela quantidade de documentos existentes que tratam deste tema, dos mais variados, isto é, de inscrições até relevos em pedra. A historiadora Kátia Pozzer (2011) analisa uma citação que utiliza em “Poder, Guerra e Violência na iconografia assíria” que diz “Eu, Assurbanipal, rei da Assíria, exibi publicamente a cabeça de Teumman, rei de Elam, na frente do portão dentro da cidade, onde desde a antiguidade fora dito pelo oráculo: 'A cabeça de teus inimigos deve ser cortada'”<sup>7</sup> (POZZER, 2011, p. 9. Tradução própria). O desmembramento é, portanto, uma forma de externar a necessidade de seguir o que já foi determinado pelos deuses, pela razão de estar em comunhão com a esfera cósmica.

---

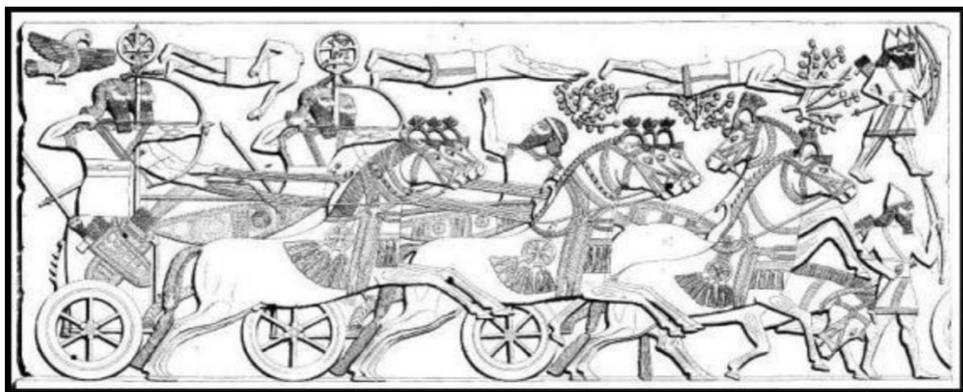
<sup>6</sup> Narrativa decorrente da quinta tabuleta.

<sup>7</sup> I, Assurbanipal, king of Assyria, displayed publicly the head of Teumman, king of Elam, in front of gate inside the city, where from of old it had been said by the oracle: 'The head of thy foes shalt cut off'. Citação original.

Há acima de tudo um espaço amplamente simbólico, a cabeça decapitada representa uma relação entre o rei e o destino do mesmo proferido pelos imortais, dos quais o chefe-guerreiro deve obediência. Marcelo Rede chamará isto de “signo-mensagem”, que porta um sentido expressa no relevo em pedra, vetorizando uma noção ritualística (REDE, 2017). Sendo assim, há um elo extremamente importante entre o divino e o mundano, de maneira tal que a realeza externa suas ações baseadas nos sinais extraterrenos.

A próxima figura, assim, como a última, também tem um significado bastante complexo, mas dessa vez o conteúdo militar possuía mais ênfase.

**Fig. 4. A campanha militar assíria**



Fonte: POZZER; SANTOS, 2012, p. 210.

### Repertório

Anatômicos: no relevo acima são representados, sete soldados em ação, quatro estão na esquerda, entre eles, dois possuem arco e flechas (estão aparecendo sobrepostos aos condutores), assim como, “carros” de guerra (bigas). O guerreiro à frente das bigas, controladas por cavalos (nove equinos são visíveis) foi atingido por uma flecha. Dois arqueiros à direita da figura, na posição superior, e um arqueiro na posição inferior. Na parte superior de todo relevo são visíveis três soldados decapitados, bem como, a vegetação pisoteada pelos veículos. Estandartes são utilizados nas bigas, e uma ave sobrevoa a zona de conflito.

Utensílios: os soldados portam trajes de combate, cintos, armas (arco e flechas), elmos e estandartes. Os cavalos portam adereços sofisticados para o combate.

### Signo

Soldados, animais (cavalos e aves), plantas destruídas, bigas, armas (arco e flechas), cadáveres, trajes de combate, elmos, cintos, tiara, adereços para os equinos, estandartes.

### Intenção de comunicação

A imagem acima é do rei Assurnarsipal II (883-859 a.C.). Trata-se de algo que está acontecendo, na representação imagética, podemos ver soldados portando arcos (disparando flechas), e um dos guerreiros está ferido, atingido no peito. Um pássaro paira sobre o campo de batalha, e possivelmente pode se tratar de uma ave de rapina como uma águia, simbolizando poder ou proteção. Há a presença de soldados arqueiros na frente dos carros na frente da disparada. A segunda questão referente a esta imagem é, portanto, a batalha em si como um ataque eficiente, poderoso, como uma tempestade que derruba tudo que está em seu caminho. Vale destacar que a decapitação poderia ser até mais do que meras ações violentas, podendo ser considerada um ritual.

### Unidades formais mínimas

Os elementos soldados, carros de guerra, armas, decapitação, inseridos em um mesmo contexto, ressaltam um exemplo do poderio do exército assírio.

## Ponderação da figura 04

Os assírios contaram com uma capacitação bélica proeminente durante os três séculos (IX a.C. – VII a.C) de hegemonia no Oriente Próximo. Então, não é surpresa que esse tipo de aparato fosse representado de alguma forma, nesse caso, pelos relevos em pedra. O exército assírio foi, de fato, poderoso e se comparado, durante o período Neo-assírio, à outras nações a superioridade bélica era sem igual.

Durante o século VIII a.C., no reinado de Tiglat-Pileser III (745 a.C.- 727 a.C.), os assírios presenciaram uma revolução do seu arsenal, o que fomentou a vontade de se expandirem. A Assíria viria se tornar no século seguinte um dos maiores impérios da Antiguidade, apenas durante as invasões macedônicas e romanas, séculos depois, ultrapassaria este feito.

Desejoso por estender seu território, provocou uma revolução na técnica de guerra: nos carros de combate substituiu as rodas de seis raios por outras de oito, mais resistentes; também passou a empregar cavalos de reposição, que permitiam maior rapidez e liberdade de movimentos; equipa os cavalos com armaduras e a infantaria com botas (ROSSI, 2008, p. 46).

Então, a infantaria sendo representada nos murais ou as bigas (carros de guerra) não é surpresa. O viés histórico, contextual, nos permite organizar alguns fatos, mas não devemos retirar o mérito da imagem, pois, como dissemos anteriormente, ao se tratar da Antiguidade nem tudo é como parece ser. Na figura 04 observamos

diversos soldados assírios, bem como inimigos mortos e decapitados (este elemento se repete nesta imagem), porém, o elemento mais acentuado aqui são as bigas puxadas pelos cavalos.

Esses animais possuem uma desenvoltura robusta e poderosa, e, por isso, intensificam a ideia de uma verdadeira tempestade que varre tudo no seu caminho, quer dizer, se perceber com mais cuidado pode-se notar a vegetação acima derrubada, isso também é uma dica para externar tal ideia de poder. Todavia, algo que pode passar despercebido é o valor simbólico da ave, pode significar muitas coisas, um rei, um deus, proteção, um culto mesmo no campo de batalha a alguém. O animal alado pode ser um águia, e se este for o caso pode se tratar de alguém importante, tendo em vista que a águia é um predador de topo da cadeia alimentar (REBÊLO, 2020).

Os relevos em pedra, portanto, mostrados pela figura 03 e 04 externam muitos elementos intrigantes que abre margens a muitas discussões, o que de todo modo é enriquecedor. O tema de guerra é agora, mais do que nunca, uma forma bastante interessante de se compreender a Assíria, é claro que não compõe todo o quadro cultural assírio, e não pode compor, mas assim como outras práticas históricas o fenômeno da guerra também possui sua importância, e querendo ou não transformou o mundo que conhecemos.

## CONCLUSÕES

As esculturas em baixo relevo oferecem aos estudiosos da área, assim como, os métodos de análise das imagens, uma perspectiva, um entendimento de uma possível aproximação sobre determinada realidade. As imagens nos mostram para além de um entendimento precoce de guerra por guerra, uma cultura que possuía um espaço simbólico, ritualístico e religioso, ou seja, o historiador precisa ficar atento aos mínimos detalhes como um investigador detetive.

Ora, se por um lado entendemos que a guerra acompanha o agente histórico, por outro sabemos que são edificadas por uma razão, a conformação do império assírio não se deu pelo acaso, mas, foi uma empreitada em comunhão com o sagrado e o mundano. Essa característica expansiva permaneceu firme durante anos até o desagregar do império assírio e o advento do fortalecimento do período Neo-babilônico.

É interessante pensar que na Mesopotâmia havia um verdadeiro caldeirão cultural e sempre houve contato entre os povos, tendo sido a guerra uma forma de linguagem também, uma maneira de externar poder, divindade e riquezas. Durante o reinado de Assurbanipal (VII a.C), filho de Essaradão, a Assíria já havia se estendido até o Egito faraônico, este fato expõe o sucesso desses soberanos, e de seu deus, durante o período Neo-assírio.

Cabe, mais uma vez, afirmar que o período Neo-assírio foi o recorte temporal com mais dados encontrados, e existem vários trabalhos atualmente que ressaltam a importância da iconografia, ou melhor, do estudo dos relevos em pedra. Ainda assim, no Brasil esse assunto não tem uma dimensão tão significativa, tornando os artigos, dissertações e livros sobre o tema cada vez mais importantes e necessários.

Os documentos de caráter imagético acentuam fatos que foram essenciais para a consolidação do poder assírio no passado, ao menos parte deste, daí sua imensa importância. A arte assíria, sendo esta, a mais numerosa em termos de imagens encontradas e analisadas, são fontes de suma importância para compreender a antiguidade, especificamente o mundo mesopotâmico. Pesquisar a partir do olhar metodológico de Claude Bérard e Claude Calame, nos permite enxergar o que antes não poderia ser visualizado. Por esta razão o período antigo pode transparecer-se mais vasto. Apesar do número limitado de imagens trazidas à luz na análise neste artigo, foi o suficiente para submergir no universo assírio, dos símbolos, rituais e religião.

Sabemos como a Mesopotâmia é importante para a História, também dispomos, enquanto estudiosos, dos meios necessários para entender esses universos mesmo que parcialmente. Os estudos que fazemos dizem que um objeto fragmento, em uma parede, pode vir a

ser precioso e são nesses singelos detalhes onde ficamos diante de concepções culturais que nos surpreendem. Força, triunfo e glória, geralmente, são atributos e ambições que se repassam para nós, mas existe espaço para ritos, anseios, proteção (possivelmente medo). O que faz desses sujeitos pessoas com seus ideais e imaginário próprio do seu contexto histórico, contudo, assim como nós fizemos parte de um todo.

## REFERÊNCIAS

BUDGE, E.A. Willis. **A versão babilônica sobre o dilúvio e a Epopeia de Gilgamesh**. São Paulo: Madras, 2004.

CANDIDO, Maria Regina. **Medeia e as unidades formais mínimas que ultrapassam o tempo**: grego, romano e da modernidade. p. 94-103, 2004. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/principia/article/view/11322/8962>> acesso em 17 de agosto de 2018.

LESSA, Fábio de Souza. **Imagens dos Jogos Helênicos na Atenas Clássica**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, p. 01-10, 2011. Disponível em: < [1308059241\\_ARQUIVO\\_ComunicacaoANPUH2011.pdf](#)> Acesso em 10 Fev. 2021.

POZZER, Katia Maria Paim. **A comemoração da Vitória: O banquete Triunfal**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, p. 01-14, 2011. Disponível em: < [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307910440\\_ARQ\\_UIVO\\_Katia\\_Pozzer.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307910440_ARQ_UIVO_Katia_Pozzer.pdf)> Acesso em Fev. 14.

POZZER, Kátia Maria Paim. Poder, guerra e violência na iconografia assíria. **Phoïnix**, Rio de Janeiro, 17-2: 12-25, 2011. Disponível em: [http://phoenix.historia.ufrj.br/media/uploads/artigos/Poder\\_guerra\\_e\\_violencia\\_na\\_iconografia\\_assiria.pdf](http://phoenix.historia.ufrj.br/media/uploads/artigos/Poder_guerra_e_violencia_na_iconografia_assiria.pdf)>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

POZZER, Katia Maria Paim; SANTOS, Leandro Barbosa dos. **Tortura, Sujeição e Flagelo nos Relevos Assírios**. **Revista Mundo Antigo**. Volume 1, p. 206-219, 2012. Disponível em: <<http://www.nehmaat.uff.br/revista/2012-1/artigo10-2012-1.pdf>> acesso em 27 de junho de 2018.

RANIERI, Leandro Penna. **Concepções de corpo na Assíria do primeiro milênio AEC: entre materialidade e textualidade**. 2018. Doutorado (Tese de doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23112018-123812/pt-br.php>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

REBÊLO, Samir de Barros. **O império neoassírio (séculos IX-VII a.C.): a política religiosa frontal, a política religiosa tratativa e o mundo simbólico**. 2020. Monografia (Graduação). Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

REDE, Marcelo. **O "Rei de justiça": soberania e ordenamento na antiga Mesopotâmia**. **Phoïnix**, p. 135-146, 2009. Disponível em: <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33176/1/Phoïnix15-1\\_artigo9.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33176/1/Phoïnix15-1_artigo9.pdf?ln=pt-pt)>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ROAF, Michael. **Mesopotâmia: grandes civilizações do passado**. Barcelona: Folio, 2006.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Cultura militar e de violência no mundo antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia. In: \_\_\_\_ **Cultura militar e de violência no mundo assírio**. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2008. cap. 2, p. 43-56.

TAKLA, Philippe Racy. **Desenvolvimento do esquema decorativo das salas do trono do período Neo- assírio (934-609 a.C.):** imagem texto e espaço como veículos da retórica real. 2008. Dissertação de mestrado (pós-graduação em arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde09042009-153010/pt-br.php>. Acesso em: 17 de abr. 2019.

## **MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE IDOSOS: reflexo e autoestima no envelhecer saudável**

Mariangela Santana Guimarães Santos<sup>1</sup>

Matheus Wilson Silva dos Santos<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O artigo ora apresentado é resultado da pesquisa desenvolvida pelo Programa de Pesquisa da UEMA-PPG. Aqui consta o detalhamento do processo de organização, produção e resultados da investigação, o qual trata de uma temática sensivelmente importante para disseminar um processo de reflexão na sociedade como todo.

A construção da memória é um processo denso, pois está ligada às experiências vividas pelo indivíduo e tem como propósito a definição do sujeito a partir da memória, transformando-a em um agente das atividades sociais, políticas e econômicas. Quando o sujeito fala, ele se expressa de algum lugar, ou seja, a construção dessa memória tem relação a lugares que partem do pressuposto de eternizar essa memória coletiva, representada pelo lugar que é conhecido por muitas pessoas. A edificação da identidade do sujeito

---

<sup>1</sup> Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS. Mestre em Educação -UFPI. Professora da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA / Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC. [mariangelasantos@professor.uema.br](mailto:mariangelasantos@professor.uema.br)

<sup>2</sup> Graduando do curso Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA / Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC. [matheussantos5@aluno.uema.br](mailto:matheussantos5@aluno.uema.br)

é gerada a partir de uma vivência de experiência que o incumbe de se relacionar com o seu meio social, razão essa que nos apresenta a perspectiva de que a memória é o principal agente modulador de quem somos, pois isso nos liga a uma memória coletiva e individual.

Os exemplos delas são: “memória coletiva”, “memória individual”, “memórias subterrâneas” e o enquadramento da memória que vem na tentativa de direcionar uma memória específica. Assim, a sua relação com a identidade tem um vínculo que perpassa pela complexidade da construção de um sujeito que, de certa forma, é aquele que vai passar a sua experiência através de histórias de vida no formato de conselho.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.5).

Deste modo, o esquecimento é um mecanismo utilizado como uma maneira de lidar com as lembranças dolorosas ou com as que o indivíduo apenas não quer repassar. Essa perspectiva relaciona-se com a concepção do não-dito, que é a propriedade da memória que veta os acontecimentos que o sujeito não entende como relevantes por vários motivos, que podem ser memórias de acontecimentos embaraçosos ou até mesmo memórias herdadas que são passadas de geração para geração.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 3).

As propostas referentes à pesquisa e à análise das memórias coletadas em primeiro plano, como uma maneira de assegurar a socialização dos idosos na sociedade brasileira, seriam uma forma de mostrar a importância deles como experiência vivida nos tempos passados. São levadas em consideração também as vivências políticas, sociais e culturais dos entrevistados, além de mostrar a problemática do abandono como forma de desvalorização. Com a conversação, que está envolvida na pesquisa, podemos obter o aumento da autoestima e, conseqüentemente, a aquisição dos relatos de vida, que podem vir em forma de conselhos por meio de histórias vivenciadas ou através de fábulas contadas pelos seus avós ou pais na infância, concordado com o que afirma Norberto Bobbio (1997):

Afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião (BOBBIO, 1997, p. 30).

Para que possamos fazer uma contextualização da memória, como objeto de análise, temos que verificar o seu conceito e seu

impacto, ao ser vista como uma forma de ajustar a sua problematização a respeito da história, pois a memória pode ser, também, um sujeito de mudança dos agentes externos e internos do indivíduo, diferente da história que é movida e regida por fatos e pela documentação, e, para a sua mudança, é necessária uma releitura e revisão dos acontecimentos. A memória é um objeto de pesquisa que tem mudança constante devido à modulação que o possuidor da memória exerce na sua atividade de rememorar, pois, de uma forma ou de outra, é regida pela experiência individual ou coletiva, tornando-se suscetível à mudança. Outro problema a respeito da memória vem do campo científico, já que existe uma lacuna que dificulta a arrumação dos projetos do indivíduo.

A nossa identidade está diretamente ligada às nossas memórias, ou seja, a rememoração delas define quem somos, nos adequando a um novo contexto histórico e social. Nessa perspectiva, as vidas dos idosos têm muitas dificuldades referentes à exclusão sofrida pela sociedade, à saúde que por muitas vezes é debilitada, além desse abandono da memória e uma desvalorização dessas experiências. Por conta disso, essas pessoas são excluídas de várias áreas sociais e políticas. Muitas vezes a sua identidade fica perdida porque não ocorre a rememoração dessa lembrança pelos parentes mais próximos, ou por ouvintes sem ligação sanguínea, o que causa

uma grande desvalorização dos indivíduos de idade avançada como pessoas. Ecléa Bosi (1994) afirma:

A sociedade registro velho não oferece nenhuma sobrevivência a sua obra. perdendo a força de trabalho ele já não é produto nem reproduzidor[...] o velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. quando as pessoas absorvem Tais ideias da classe dominante, agem como Loucos porque delineiam assim o seu próprio futuro (BOSI, 1994, p. 77 - 78).

O ato de ouvir e de se ater às histórias de vida ou relatos contados pelos pais das pessoas mais velhas, quando crianças, causam um efeito de felicidade e de valorização, pois isso inicia um círculo de confiança e de crescimento da autoestima. A rememoração dos acontecimentos da vida das pessoas, em específica a dos idosos, é uma maneira de se firmarem como agentes da sociedade, por meio da passagem das experiências vividas através de conselhos, histórias ou até mesmo fábulas que eram repassadas pelos mais antigos, na época de sua juventude. Dentro disso, é interessante considerar o que assevera Michel de Certeau (1982):

Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas (CERTEAU, 1982, p. 56).

As ideias levantadas por Certeau vêm na perspectiva da criação e elaboração dessas memórias a partir do olhar do

historiador, ou seja, o processo percorrido para o desenvolvimento de um documento escrito, tentando assim conectar essas memórias coletadas ao lugar de fala da pessoa, sendo que também priorizando as normas da intuição e seus conceitos de ética e moral, assim tendo uma visão geral.

As constatações feitas até o presente momento nos fazem observar que a identidade do sujeito, dessa forma, do idoso, está ligada à sua memória, e com a rememoração ele exerce uma atividade de reviver essa lembrança e assim ter a confirmação do “eu”, sendo assim, uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito (BOSI, 1994). Nesse sentido, a lapidação da memória está ligada aos atos de lembrar e repassar memórias, através de conversas com outras pessoas e isso implica na aquisição de uma identidade individual e coletiva.

Quando entramos no campo da individualidade, que se refere à pessoa, a construção dessa identidade é formada pelas suas experiências e vivências diárias e, conseqüentemente, pela reconstrução que é feita todos os dias, nos quais a pessoa se lembra e rememora eventos do passado. Observamos a importância de transmitir essas memórias como uma forma de guardá-las e preservá-las, mas as dificuldades são colocadas pela sociedade, na perspectiva de que esse idoso não é mais ouvido e assim ocorre uma falha na comunicação com o mundo, ou seja, com as pessoas que compõem

essa sociedade e fazem com que, dessa forma, o idoso não possa mais ensinar aquilo que sabe e que passou toda uma vida para aprender.

Quando falamos sobre a memória coletiva entramos em um novo contexto, pois isso já está fundamentado na consciência de uma população, criando uma ideia fixa de um certo assunto, ou de uma figura política ou histórica. Assim, as memórias coletivas estão mais ligadas a eventos vivenciados em grupos ou em comunidade e isso não significa, necessariamente, que os mesmos fatos foram vividos por todas as pessoas, pois a contação desses eventos, para quem não participou, os coloca como agentes dessa memória também, não por terem vivido, mas por fazerem parte da comunidade que vivenciou esse fato.

Apresentaremos, com o auxílio dos teóricos e das metodologias que analisam os trajetos da memória, como isso influencia a construção de uma história do indivíduo com base nessas memórias, que muitas vezes são silenciadas por não serem ouvidas ou repassadas, e outras vezes apenas não-ditas por diversos motivos. Em muitos casos não é dada a importância merecida por essas memórias e em outros os próprios idosos não se sentem confortáveis para falar de suas memórias.

As perspectivas da autoestima dos idosos se caracterizam como efeito dessa rememoração, pois o ouvir e ser valorizado resulta na elevação da sua felicidade e, assim, ativa um efeito cascata nas

memórias, porque uma sempre está ligada a outra. Assim as pesquisas aqui desenvolvidas vêm na vertente de tentar recolher essa memória, e produzir assim um material de cunho científico e, posteriormente, utilizá-lo como uma fonte para pesquisas futuras.

### **O modo de escolha dos indivíduos para as entrevistas**

O modo de escolha dos indivíduos para as entrevistas é fundamentado em três aspectos que melhor sintetizariam a pesquisa e seus resultados, dessa forma, foi observada a melhor maneira para a escolha dessas pessoas. Sendo assim, um primeiro modo de escolha foi baseado nos CCI, para ter uma visão de como e quais são as questões que os levam para aquele ambiente, analisando, assim, as situações sociais e familiares e motivações para frequentarem a instituição e, com isso, verificar se está relacionado com suas autoestimas, e se a convivência influencia no aumento, ou se isso diminui, constância que é vista por diversos motivos que podem afetar de diferentes formas os seus sentimentos. Esse foi um dos motivos para selecionar esses ambientes para a pesquisa e para recolher o máximo de dados, objetivando uma maior efetividade, levando em consideração que esse local é um ambiente criado e pensado para eles, tendo exercícios e atividades desenvolvidas a eles.

O segundo modo de seleção dos idosos foi a procura dos mais antigos moradores que residiam nos bairros da cidade, para assim ter

uma referência da visão de como é desenvolvida a relação dos idosos nos bairros e de como a autoestima deles é percebida nessa perspectiva social, sendo que nem todos os moradores desses bairros frequentam os CCI. Sendo assim, outra situação que pode ser analisada diz respeito a como isso pode ser um caráter de aumento ou de diminuição da sua autoestima. Isso se deu a partir da constatação de que alguns deles moram sozinhos ou com os filhos, podendo ser considerado como um aspecto fundamentador para a coleta de dados, ou seja, cada contexto que eles estão inseridos é uma nova perspectiva a ser vista e analisada.

Assim, podemos ter uma percepção de como eles se comportam diante de uma sociedade que de certa forma os exclui, e se isso reflete diretamente no seu comportamento na sua comunidade, afetando, também, a sua autoestima e seus sentimentos. A crítica feita para contestar a concepção de memória de grupo, tendo como perspectiva que a memória coletiva seria uma memória que deveria ter uma consolidação natural, com base na convivência afetiva em uma comunidade ou grupo, onde todos os indivíduos compartilhassem a mesma memória e a colocasse como uma “memória verdadeira”, sem levar em perspectiva todas as outras memórias que os membros individuais possuíam como memórias subterrâneas ou até mesmo silenciados, por qualquer motivo aparente, os não ditos que aquelas pessoas possuíam e não

compartilhavam por medo de retaliação ou até mesmo de exclusão daquela comunidade.

O último modo de escolha dos entrevistados se resume nas indicações dos idosos anteriores, que se baseava nas relações de amizade entre eles, assim podemos ter uma concepção de como essas relações são formadas e se mantêm, sendo que em algumas vezes, na fala deles em momentos de informalidades, falam com tristeza dos amigos que já se foram e que fazem falta para o bairro ou mesmo para os moradores dessas localidades, assim as indicações feitas por idosos foram poucas devido às idades elevadas deles. Assim essas indicações, na maioria das vezes, foram feitas por conhecidos e pessoas que tenham um conhecimento do projeto. Com isso, era feita a abordagem a esses idosos para conversas a fim de saber se iriam aceitar ou não as entrevistas ou, até mesmo, para ter uma interação inicial com eles.

### **Análise a partir das falas dos entrevistados**

No decorrer das entrevistas foi possível caracterizar alguns dos perfis dos idosos que as concederam, claro que para isso foi necessária uma observação que se pauta nas atitudes antes e durante as entrevistas, além, também, dos gestos e a fala que influenciaram nessa caracterização, pois, na observação identificamos os moldes de cada um dos perfis que foram vistos nos idosos, tendo uma

percepção que os lugares que eles moram, trabalham (os poucos que ainda exercem atividade remunerada) e convivem exercem uma grande influência, sendo que esse lugar social e, muitas vezes, até mesmo a formação escolar tem esse impacto na caracterização da sua personalidade, no seu viver e repassar memória, ou até mesmo no falar, deixando retraídos ou envergonhados.

No momento de caracterização dos idosos identificamos, assim, três perfis distintos, destacando que até podem ser encontrados mais, porém devido ao tempo destinado à pesquisa e, também, à quantidade mínima de entrevistados, só foi possível a identificação desses perfis. A primeira identificação foi feita no centro de convivência de idosos (CCI), encontramos nesse local os idosos que, em sua maioria, são aposentados e não exercem nenhuma atividade remunerada, e que frequentam esse ambiente por estarem sozinhos em suas casas ou porque seus filhos trabalham o dia inteiro, segundo relato dos responsáveis do Centro de Idosos. Nessa instituição eles praticam diversas atividades voltadas para o seu bem-estar, além de existir uma equipe que conduz as práticas dos exercícios físicos de maneira saudável, já que alguns dos idosos têm problemas nas articulações, isso também ajuda na saúde física e mental, além de serem realizados vários passeios interativos feitos pela instituição. Assim, o primeiro perfil é delimitado por idosos que não realizam atividade remuneradas ou outra atividade, e se

concentra nesses centros como formas de auxílios por seus motivos de saúde.

Outro perfil que foi identificada se refere aos que não frequentam os centros de convivência de idosos (CCI), mas são aposentados, mas que atuam nas instituições religiosas, sendo assim, são encarregados de organização dos eventos que, em sua maioria, são festejos de santos, vendo por esse lado observamos que os idosos que estão vinculados às instituições religiosas transmitem um vigor maior em relação à sua saúde física e mental, pois têm um contato maior com a comunidade em que vivem. Sendo assim, passam com facilidade suas memórias no ato de contar e, assim, rememorar, pois nesses eventos há uma constância de jovens vinculados a movimentos ligados às igrejas. Assim, temos um perfil de idoso mais ativo na sociedade, o que é um fato claro é que esse contato e as conversas ajudam no aumento da autoestima, além de um sentimento de dever cumprido, o que é relatado nos momentos de entrevistas.

O terceiro perfil observado pode ser visto em ambas as descrições acima, pois existem os idosos que, por conta das dificuldades, ainda exercem atividades remuneradas para manter sua vida e as dos filhos que por diversos motivos estão desempregados. Sendo assim, são idosos que têm uma obrigação mediante a sociedade, mas, por conta da sua idade, sofrem algum tipo de

discriminação e geralmente estão empregados em serviços de vigilantes (homens) e costureiras ou na venda de vegetais (geralmente nesses dois últimos a mulher se sobressai). É válido destacar que, mesmo nessas atividades que estão, de certa forma, imersos no ambiente social, eles não têm uma interação tão grande. Evidentemente, em certos casos, existem as exceções, ou seja, alguns idosos são comunicativos e têm uma boa interação.

Diante das análises realizadas com base nos lugares de fala, nas reações durante as entrevistas, os gestos e manias, é relevante acrescentar as composições dos finais das entrevistas que são colocadas como momentos informais de vivência entre o entrevistador e o entrevistado. A maneira que ele se mostra com o carinho e a alegria de ter alguém ali para conversar e também entrevistar, é perceptivo no rosto, no modo de fala e nas atitudes, que vêm a serem presentes que são dados. Assim, é um fato muito importante para essa pesquisa, pois pode ser percebido que apenas conversar é um atrativo, e faz bem para o idoso a demonstração de carinho, mesmo de um estranho, que demonstra um interesse por suas histórias. Essas características, então, fundamentam o intuito da pesquisa.

A relação criada entre entrevistador e entrevistado é um aspecto importante para o pleno andamento do projeto, pois a demonstração afetiva entre os dois é um elo que permite a confiança

e a aceitação para ser realizada uma boa entrevista, e para serem relatadas histórias ou acontecimentos de sua vida que podem ser íntimos ou de caráter pessoal. Essa confiança é estabelecida no primeiro contato, momento em que o entrevistado decide se irá conceder ou não a entrevista, com isso é necessário que a pessoa estabeleça e passe confiança, para ocorrer um bom desenvolvimento da relação, para que tudo ocorra como planejado.

## RESULTADOS

O início do projeto, em relação às entrevistas, se configurou com conversas para a permissão de alguns idosos que moravam perto da UEMA e que concordaram em ser entrevistados, pois alguns não permitiram a gravação, apenas as conversas informais em suas residências para compreensão dessa memória.

Após isso, sucederam os procedimentos necessários para que pudessem ocorrer as entrevistas no Centro de Convivência de Idosos (CCI) e, por ser uma organização municipal, foi necessária uma permissão em forma de ofício. Essa autorização foi emitida pela Secretaria de Assistência Social, para que tivesse início as conversas com os idosos no CCI, uma vez essa Instituição é mantida por esta Secretaria. Após a emissão do documento para o início da pesquisa no centro dos idosos, foi iniciada uma conversa, primeiramente, com os responsáveis e logo em seguida com os idosos para saber quem

estava disposto a participar desse estudo, ser entrevistado e gravado, logo após essa conversa se deu o início das entrevistas de fato.

Com base nas fotos apresentadas logo abaixo podemos ver o processo em andamento do projeto, e como foram realizadas as etapas aqui relatadas de entrevistas dos idosos selecionados, que se encontram no CCI, onde foi feita a explicação de como iria ocorrer toda a etapa de entrevistas e, posteriormente, foi dito o assunto e o propósito do trabalho, para que os idosos, e também os funcionários, ficassem cientes. Sendo feito pedido para a autorização de imagem e falas através de um documento escrito e assinado por eles e com o aval da família.

**Figura 01: Idosa sendo entrevistada pelo bolsista**



Fonte: Arquivo pessoal.

Na imagem acima está a senhora Maria das Graça Silva, que frequenta o centro de convivência de idoso e que concedeu o uso da entrevista e da sua imagem para a pesquisa. Durante as entrevistas podemos observar que a conversa, não apenas com o entrevistado, mas também com os funcionários, tem um efeito positivo na autoestima, pois a atenção, os cuidados e o carinho os deixam mais contentes e, assim, uma confiança é criada para o repasse de memórias que, antes, por medo ou vergonha, não eram ditas. Além disso, o lugar também influencia nesse processo, já que o ambiente é um dos elementos que os deixa confortáveis e inspira suas lembranças. No caso do CCI, o estabelecimento proporciona esses estímulos, por conta de atividades que são oferecidas, o que os beneficia a curto e longo prazo.

**Figura 02: Bolsista entrevistando idosa**



Fonte: Arquivo pessoal.

Outra senhora que concedeu o uso da entrevista e da sua imagem para a pesquisa foi Maria José Viana, que relatou a sua ida para Caixas com seu marido, contando sua história de vida do modo que, para ela, fosse o mais confortável. Assim se deu a entrevista, com histórias e até mesmo momentos de desabafo. A partir disso é percebido que um elemento essencial para o desenrolar de uma boa entrevista é a confiança, um elo criado entre as pessoas envolvidas na entrevista em consonância com a memória, pois, se o idoso confia, ele, conseqüentemente, fala e lembra de mais coisas e repassa-as sem medo de julgamento ou de condenação.

Em parte, os idosos e funcionários do CCI foram muito acolhedores com o projeto, pois colocaram-se à disposição para as entrevistas. Estão ocorrendo as entrevistas com os idosos que permitem serem gravados (áudio) e fotografados, porém, alguns permitem apenas a gravação, mas não as fotografias. A transcrição do material obtido durante as gravações das conversas será efetuada posteriormente, outro aspecto do trabalho é a definição dos perfis de idosos entrevistados com base nas suas falas e nas expressões, além da convivência com os idosos durante as entrevistas. Assim, ocorrerão as análises para uma utilização do material no corpo do trabalho.

O lugar de fala está diretamente conectado com as afirmações da memória do sujeito, envolve, também, a questão da lembrança

coletiva e individual que estão interligadas, pois as memórias dos dois lados não podem entrar em contradição. Observando esses aspectos é possível perceber que o meio influencia na criação e modificação das memórias e, por conta disso, a rememoração pode estar ligada a esses lugares, eventos e pessoas, ou não, pois a memória também é uma ação de afirmação de identificação do eu.

Devido ao fato de as entrevistas serem com pessoas idosas, foi solicitada uma documentação específica para a Universidade Estadual do Maranhão, que eram as autorizações, ou, ainda, que o responsável assinasse o termo de anuência no que se refere ao andamento do processo da pesquisa para a utilização da gravação das conversas e das fotografias recolhidas durante as entrevistas, para serem utilizadas como material para o embasamento do trabalho.

como ajuda muito, muito, eu não quero ficar em quatro paredes pensando o que eu vou fazer, o que tem para fazer, já quero meio ao amanhecer eu já quero tá ali no ponto, desempenhado alguma coisa, ter alguma atividade a desempenhar a resolver, não posso ficar sem fazer nada, sem trabalhar. (Informação verbal)<sup>3</sup>.

Outro aspecto que podemos observar é esse que está representado no trecho citado, proveniente de uma entrevista concedida por Maria Geni Campos, que nos relata que há uma necessidade, dos idosos desenvolverem alguma atividade prática, seja ela, como já foi especificada anteriormente, no Centro de Convivência

---

<sup>3</sup> entrevista concedida a Matheus Wilson Silva dos Santos, por Maria Genir Campos

de Idosos CCI ou até mesmo em alguma instituição de cunho religioso, seja ele católico, evangélico ou de outra vertente. Assim, eles ainda estariam, de certa forma, inseridos na sociedade para manterem-se ativos e revitalizar a sua memória, como a dona Geni fala na sua entrevista. É necessária, para os idosos, a continuidade de práticas que, além de mantê-los em exercícios físicos, revitalizem a memória da qual são detentores, para não ocorrer uma deterioração do corpo e da mente, pois, dessa forma, as atividades também influenciam diretamente na autoestima dos idosos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Asseguramos que os resultados obtidos até o momento são de grande relevância para a pesquisa, pois podemos perceber diante das conversas, e do convívio com os idosos, que o ato de dialogar e dar atenção resulta em uma certa credibilidade a ele e conseqüentemente, um aumento da sua autoestima. Além disso, somos capazes de observar muitas outras questões envolvidas com base nessas conversas e nesse convívio. De certo modo, a execução das atividades do projeto nos apresentou uma percepção de que para os idosos essa vivência foram de grande importância para o aumento de sua autoestima, diante das questões levantadas por eles, as conversas podem ressignificar sua memória para uma sociedade que, de certa forma, os deixa de lado e os abandona.

Podemos perceber que o projeto tem uma grande relevância para essa comunidade e, também, para a ação dos envolvidos, pois adquirimos uma nova percepção dessa comunidade, além de desenvolver atividades voltadas para essa perspectiva que possam ajudá-los futuramente. Levando em perspectiva todas as conversas e o convívio, esse projeto tem o objetivo, também, de religar esses idosos à sociedade por meio da sua memória, da sua fala e até mesmo dessas reivindicações. Isso mostra que eles ainda têm muito para ensinar e muito ainda no que ajudar. Essas são visões parciais sobre o projeto e seus resultados, pois ainda podem ser extraídas e analisadas algumas perspectivas para trazer concepções mais pertinentes sobre as propostas feitas, o que significa que ainda há um caminho a ser percorrido nessa proposta.

Percebeu-se que, ao falarem de suas vidas, os idosos se sentiram melhor, em seus relatos durante a entrevista. Assim, alinhando-se com Pollak (1989), sobre a perspectiva de memórias subterrâneas – que são memórias não compartilhadas com a sociedade, pois os idosos não são ouvidos por muitas pessoas – este projeto intenta, assim, como proposta secundária, uma visão dessas lembranças uma hora esquecidas, mas que agora podem ser compartilhadas através dessa pesquisa. Destaco que o objetivo principal é voltado para a autoestima dos idosos. Assim, observamos

que durante a pesquisa foi possível perceber esse a significação da autoestima, visto na conversa, no rosto e nos modos deles.

O cronograma estabelecido no início foi organizado e desenvolvido de acordo com as orientações estabelecidas no projeto. Assim, estão foram registradas as informações coletadas durante as entrevistas de idosos que não são reconhecidos ou até mesmo que não são escutados pela população, sendo que esse conhecimento é encontrado apenas nas memórias dos idosos.

Tendo em vista que a metodologia utilizada foi entrevista oral, a qual resulta uma gama de possibilidades e, também, a apreensão de um grande número de informações. As entrevistas são transcritas com o intuito de serem armazenados como dados de observação que possam ser utilizadas no decorrer dos trabalhos como consulta e serem anexadas ao corpo do projeto como fonte, sendo que as entrevistas serão documentos que registraram a memória daqueles que foram entrevistados e suas famílias, suas histórias de Infância e da Juventude, constando toda a memória que antes não era passada, pois não eram escutados. Assim, podemos observar a importância dessas memórias adquiridas durante as entrevistas e o papel desse projeto como uma forma de poder estudo para posteriores.

Contudo, as intervenções também buscaram contemplar o âmbito das memórias dos idosos quando na fala são apresentadas, a ausência e perda de algumas das tradições que existiam naqueles

espaços de cultos religiosos, culturais artísticas que eram feitas pelos moradores e com o decorrer do tempo foram se perdendo e não passados de geração a geração, por considerarem que alguns dos jovens não se escutam ou acham aqueles eventos ou tradições desnecessários para os tempos atuais, sendo que algumas dessas reclamações não eram feitas durante as entrevistas, mas sim nas conversas informais que eram feitas após ou antes, quando o entrevistador tentava convencer o entrevistado a conceder uma entrevista.

Uma questão que é muito observada durante as visitas ao centro dos idosos (CCI) e a algumas casas de idosos, tem relação com a permissão da realização da entrevista e também da obtenção da foto, pois muitos deles se recusam a tirar foto ou até mesmo permitir e assinarem as atualizações para a utilização da entrevista no projeto. A partir disso, podemos observar que alguns querem apenas ser escutados, mas não querem ser gravados, podemos observar que essa resistência pode ser compreendida de duas formas distintas. A primeira é que a não permissão se refere a uma questão de quererem ser apenas escutados não como uma forma de estudo, mas sim de uma forma amigável.

A segunda forma que podemos compreender a negação da permissão das entrevistas, no quesito gravação vem a ser devido à vergonha ou medo que eles possam ter da repercussão do que pode

ser dito durante a gravação, isto é, entendi também como uma forma de preservar algumas das memórias que podem trazer para eles um sentimento tristeza ou até mesmo doloroso.

Com o decorrer da pesquisa percebemos outros fatores que levam ao crescimento da autoestima dos idosos, que está relacionado à conversação, como autonomia que por muitas vezes esses idosos não têm, para poderem realizarem as suas atividades por conta própria e, de certa forma, dependem muito dos outros para realizarem tarefas que antes eram efetuadas pelos mesmos, isso, às vezes, causa um sentimento de impotência, ou seja, com a conversa notamos como esse sentimento de autonomia poderá aumentar a sua autoestima e, por muitas vezes, está prejudicada por fatores que são decorrentes do seu dia, sendo assim vemos que a conversa, a escuta tem efeito na vida e na autoestima desses idosos que foram entrevistados.

A continuidade das entrevistas não foi possível serem desenvolvidas em detrimento à pandemia do Coronavírus (COVID-19) – por conta dos idosos se apresentarem no grupo de risco. Com isso, as entrevistas e o recolhimento de dados, formal e informal, que eram feitos com eles foi cancelado devido à periculosidade que existia, tanto para entrevistador quanto para o entrevistado.

As medidas sanitárias tomadas pelo governo Estadual e pelo Município de Caxias as entrevistas marcadas com os idosos no centro

de convivência e na casa de alguns deles foram canceladas, além das conversas informais que ocorriam na casa deles e nos lugares marcados para entrevistas. Além disso, as fotografias que seriam tiradas com alguns dos idosos também foram canceladas devido a essas medidas sanitárias tomadas e pelo distanciamento social. Com todo o ocorrido não foi possível continuar o ciclo de entrevistas e recolhimento de dados a respeito da autoestima dos idosos, pois o contato para essa pesquisa é essencial, o presencial, ver como idosos se comportam nas entrevistas, os modos de fala, a linguagem corporal, tudo conta para o melhor entendimento da autoestima. , mas, de certa forma, foram recolhidos materiais suficientes para a conclusão desse projeto, o que resultou numa fonte de pesquisa para estudiosos na área e pesquisadores da comunidade acadêmica e outros que tenha interesse por essa temática.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória** – de senectude e outros escritos autobiográficos: Rio de Janeiro, Campus, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

CANDAU, Joel. **Antropología de La Memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. (org.) **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

LASCA, V. B. (2003). **Treinamento de memória no envelhecimento normal**: um estudo experimental utilizando a técnica de organização. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MONTENEGRO, Antonio. **História oral e memória** – a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história** – a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

SCHULTZ, D. P. & SCHULTZ, S. E. (2002). **História da Psicologia Moderna**. (A. U. Sobral e M. S. Gonçalves). São Paulo: Editora Cultrix.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda.

## **MST, REFORMA AGRÁRIA POPULAR E AGROECOLOGIA**

Dandara Câmara Rodrigues Freire<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Brasil possui uma das maiores desigualdades sociais e concentração fundiária do mundo, legado de um processo histórico excludente na distribuição de riquezas. Dentro desse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desponta como um importante movimento social na luta pelo acesso à terra, defendendo a implementação de uma Reforma Agrária Popular.

Conforme os versos cantados por Chico César: “porque a luta não para quando se conquista o chão, fazendo estudo, juntando a companheirada criando cooperativa para avançar a produção”, a luta do MST não se encerra com a conquista da terra, mas se propõe a criar um novo modelo de sociedade em oposição ao modelo de sociedade capitalista. Nesse sentido, nos últimos anos, o MST elaborou e passou a defender um Projeto de Reforma Agrária Popular que tem um dos seus pilares fundamentais no modelo de produção agroecológico.

Através da análise bibliográfica, pretende-se traçar um histórico de alguns aspectos importantes da questão agrária

---

<sup>1</sup> Graduanda em História Licenciatura/UEMA e integrante do Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira - NEQAB/UEMA. Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat, do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, fundador do NEQAB/UEMA.

brasileira a fim de buscar as raízes do desenvolvimento do projeto de Reforma Agrária Popular feito pelo MST, criado de modo a superar os anseios por uma reforma agrária clássica/burguesa. Busca-se também demonstrar como se deu a implementação do discurso agroecológico no MST, além de destacar como o projeto de Reforma Agrária Popular está em plena consonância com o desenvolvimento de práticas agroecológicas.

### **Aspectos Históricos da Questão Agrária Brasileira**

Ao se explorar um pouco sobre a questão agrária brasileira entramos em um campo de grande disputa ideológica. A estrutura fundiária altamente concentrada é responsável por grande parte da desigualdade do país, celebrada pelo governo e mídia como os ovos de ouro da economia brasileira, “agro é pop”, enquanto movimentos sociais que buscam a democratização do acesso à terra são criminalizados.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados do último Censo Agropecuário (2017) mostram que metade de toda a área agrícola do país é ocupada por apenas 1% das propriedades. Ou seja, metade da área produtiva do país é controlada por apenas 1% de todos os proprietários de terras. Esse índice aumentou em comparação ao último censo realizado em 2006,

mostrando que a tendência no Brasil é uma concentração de terras cada vez maior.

Por mais de quatro séculos a grande exploração se apresenta como base de organização da estrutura fundiária, derivando daí todas as demais esferas de poder não só econômico como também político e de estrutura social, reproduzindo uma tríade que une três elementos indissociáveis, que vem a ser: a grande exploração latifundiária; monocultura destinada a exportação e trabalho degradante, seja num primeiro momento a escravidão, num segundo colonato e por último assalariamento precário (SANTOS, 2014, p.2).

A alta concentração de terras no Brasil é um legado de um processo histórico que sempre buscou impedir o acesso dos trabalhadores à terra. Antes da chegada dos portugueses o que se tinha era o uso comum da terra feito pelas populações indígenas. Com a chegada dos europeus passou-se a adotar o modelo de plantation, baseado na grande propriedade da terra e no trabalho escravo. Todas as terras pertenciam à Coroa, que fazia concessão de uso hereditário.

No Brasil a propriedade privada da terra foi instituída com a promulgação da Lei de Terras (Lei 601/1850):

A Lei de Terras instituía que “qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras”. Todavia, para ocorrer o direito a propriedade era necessário pagar certo valor a Coroa. A partir daí é possível constatar o impedimento do acesso à terra para alguns cidadãos, pois, embora, a lei afirmasse que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário, na prática, somente aqueles que tinham poder aquisitivo teriam de fato

acesso a propriedade da terra. “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (ROCHA; CABRA, 2016, p.77).

A partir da década de 1930, o Brasil experimenta um grande incentivo à industrialização. Em muitos países, esse avanço do capitalismo industrial esteve acompanhado da implementação de uma reforma agrária que servisse aos interesses da própria burguesia industrial (via Junker / via Farmer / via Prussiana), a chamada reforma agrária clássica ou burguesa.

A partir do início da década de 1950, as primeiras organizações camponesas surgem e intensifica-se o debate público sobre uma divisão mais equânime da terra mediante a implantação de uma reforma agrária. Nesse cenário, onde o vínculo com a arcaica estrutura agrária ainda era forte e a classe dominante não pretendia ceder, é instaurado o golpe civil militar de 1964, formulando uma aliança entre capital, grande propriedade e Estado autoritário. Nesse período, com o pacote de modernização trazido pela “Revolução Verde” o Estado passa a liberar uma série de créditos para os latifundiários e cria todo um aparelhamento de apoio, tal qual a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a expansão das rodovias para o escoamento da produção.

Como uma maneira de aliviar os conflitos pela terra, a solução encontrada pelos militares foi a criação dos planos de colonização

para o Centro-Oeste e Norte. Mas, diferente dos latifundiários, aqueles que se dispunham a colonizar as terras não tinham nenhum apoio do governo além da propaganda de “terra livre”.

Somos tentados até a dizer que a expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse de terra nas regiões mais novas. Quando a fronteira se “fecha”, acaba se tornando, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra, como aqueles a que vimos assistindo em nossos dias” (SILVA,1982, p.125).

Ainda sobre o período da ditadura militar, é importante pontuar que logo no primeiro ano é promulgado o Estatuto da Terra, em vigor até os dias atuais. Não se trata de uma legislação para a efetiva distribuição de terra, mas apenas para tratar de conflitos pontuais, sem mudar a estrutura da grande propriedade rural. Somente no final dos anos 70 que as brechas deixadas pelo Estatuto passam a embasar a luta dos movimentos sociais pela terra, diante da previsão de desapropriação pelo não cumprimento da função social da propriedade. Inclusive será esta a metodologia de acesso à terra que adotará o MST, ocupar a área em disputa para pressionar o governo a verificar se a propriedade está cumprindo com sua função social.

Durante a redemocratização, com o crescimento da crise social no campo, e com apoio de segmentos da Igreja Católica que

aderiram à Teologia Libertação, houve uma reorganização dos movimentos que lutavam pela terra e que tinham sido desarticulados pelo golpe de 1964. Dessa forma, os debates sobre a reforma agrária voltam a ser pautas nacionais, assim como passam a ocorrer diversas ocupações em todo país.

Mesmo com toda a pressão exercida, diante de um parlamento dominado pelos interesses dos grandes proprietários de terra, a Constituição de 1988 não avançou de forma substancial na questão da reforma agrária, apenas reforçando os pontos elencados no Estatuto da Terra.

Os governos democráticos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, adotaram uma política de criminalização dos movimentos sociais, se utilizando do aparelho estatal para reprimir de forma violenta os grupos de Sem Terra.

De 1990 a 1996 duas grandes chacinas de trabalhadores sem-terra chocaram o país, na qual causou a morte direta de 31 trabalhadores, nos episódios de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), ambas organizadas e comandadas pelo Estado, na qual envolveu o sistema judiciário, a polícia e governos estaduais (SANTOS, 2014, p.6).

Ocorre que, mesmo com a constante violência, os conflitos não diminuam, o que obrigou o governo FHC a atender demandas pontuais, para amenizar a alta conflitualidade. Ao mesmo tempo que o governo FHC passou a assentar diversas famílias, também criou

mecanismos que impossibilitavam a alteração da estrutura agrária ao criar políticas para adequação ao modelo do agronegócio.

A eleição do petista Lula da Silva, apoiado por muitos movimentos sociais, trouxe a esperança de que finalmente poderia haver de fato uma reforma agrária ampla. O governo Lula, assim com o governo Dilma que o sucedeu, deram continuidade às políticas do governo FHC, intensificando o desenvolvimento do agronegócio e estabelecendo políticas compensatórias.

Estabeleceu-se ainda a chamada política do silêncio, ao se trocar o termo “reforma agrária” por “agricultura familiar”, conforme destacado por Débora Lerrer e Adriano de Almeida Forigo (2019):

O paradoxo dos governos petistas com relação a resolução do problema agrário brasileiro é produto de alguns processos concomitantes. O perfil de crescimento econômico adotado pelos governos liderados pelo PT aprofundou mecanismos de modernização conservadora que já haviam sido aplicadas pelos governos militares. Ao invés de priorizar uma política agrária distributiva, optaram por aplacar as demandas dos movimentos sociais do campo com maiores verbas para educação, crédito e infraestrutura para os assentamentos de reforma agrária (LERRER; FORIGO, 2019, p.502).

Dessa forma, notamos que mesmo diante de governos que em tese levantavam uma bandeira de esquerda, não houve mudanças substanciais na estrutura fundiária brasileira, pelo contrário o que temos é um aumento da concentração cada vez maior. Enterrando, por fim, qualquer possibilidade de uma aliança com a

burguesia/Estado que pudesse resultar em uma reforma agrária clássica.

Dentro dessa perspectiva, a partir do início do século XXI, o MST passa a difundir sua proposta de uma Reforma Agrária Popular. Surgido no final da década de 70 e formalizado em janeiro de 1984, o MST se apresenta como uma importante força social coletiva no Brasil, tanto qualitativamente quanto quantitativamente<sup>2</sup>. O MST, enquanto movimento social, procura defender os direitos e interesses dos menos favorecidos da sociedade, indo em confronto com os interesses do capital multinacional e as oligarquias latifundiárias que concentram grandes extensões de terra em poucas mãos.

Cabe enfatizar que a luta do MST vai além da luta pela terra, pois propõe também uma transformação nas estruturas do campo e a criação de um modelo diferente de sociedade que não reproduza a estrutura machista, patriarcal, opressora e segregante, que são marcas do capitalismo.

---

<sup>2</sup> O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

## **A Revolução Verde e a incorporação do discurso agroecológico no MST**

Após a Segunda Guerra Mundial, diante da polarização provocada pela Guerra Fria, os Estados Unidos tomaram frente em diversos projetos para frear a influência comunista no mundo. Na América Latina, esse projeto foi a conhecida como Aliança para o Progresso, cujos objetivos foram delineados na Carta de Punta del Este, em agosto de 1961:

Esta Alianza se funda en el principio de que al amparo de la libertad y mediante las instituciones de la democracia representativa, es como mejor se satisfacen, entre otros anhelos, los de trabajo, techo y tierra, escuela y salud. No hay ni puede haber sistema que garantice verdadero progreso si no proporciona las oportunidades para que se afirme la dignidad de la persona que es fundamento de nuestra civilización (UNIÓN PANAMERICANA, 1961, p.01).

O discurso de auxílio humanitário para diminuir as desigualdades sociais e combater a miséria, escamoteava o objetivo principal de tentar controlar as massas, principalmente os sujeitos camponeses que, durante o século XX, já tinham demonstrado seu papel fundamental em processos revolucionários na Rússia, China e Cuba.

Sob a justificativa de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, passou-se a incentivar a modernização agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes,

fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade, a chamada Revolução Verde.

No Brasil, a implementação dessas práticas ocorreu durante o regime militar e foi um dos pilares do chamado "milagre econômico", alterando a estrutura agrária, pois pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção não atingiram produtividade suficiente para se manterem na atividade, consequentemente resultando na expulsão desses pequenos produtores de suas propriedades, aumentando assim a concentração fundiária.

Resumiendo la dinámica generada por el desarrollo del capitalismo en la agricultura, podría decirse que la primera modernización global del manejo de los recursos naturales, desarrollada a través de la implementación de la Revolución Verde, supuso para el llamado Tercer Mundo la sustitución masiva de los terrenos comunales por la propiedad privada superconcentrada y el desalojo generalizado de formas sociales de agricultura familiar por latifundios agroindustriales (GUZMÁN, 2011, p.135).

Essas mudanças no contexto socioeconômico de produção agrícola, decorrentes da dominação do capital financeiro e das corporações, provocaram a concentração da propriedade assim como do processo produtivo, introduzindo a propriedade privada onde antes não existia. Essas mudanças resultaram num novo modo de produzir, o chamado Agronegócio, que coaduna os interesses do capital internacional com os do fazendeiro capitalista.

Mas de uns cinco ou seis anos para cá esse modo de acumulação se voltou para a agricultura. Esse modelo foi conhecido popularmente como neoliberalismo, mas em nossa opinião não é o melhor conceito para explicar esse modelo. Nós preferimos usar a denominação “Modelo que subordina a economia ao capital financeiro e internacional”, que chegou então à agricultura. Ou seja, ele passou a dominar o que antes eram as esferas da produção que estavam às margens das taxas de lucros maiores como era a produção agrícola. Nos últimos anos nós estamos vivendo uma mudança no contexto sócio econômico de produção agrícola, uma mudança provocada por essa dominação do capital financeiro e das corporações que não existia antes (STEDILE, 2007, p.25).

O pacote da Revolução Verde pauta-se em três bases: aprisionamento das sementes, insumos químicos industriais (adubos e agrotóxicos) e produção com base em maquinário pesado. As sementes passam a ser produzidas dentro da lógica empresarial (sementes híbridas). Para as sementes se desenvolverem de forma homogênea como as empresas desejam, é necessário fornecer ao solo determinados adubos para o rápido desenvolvimento das plantas. O rápido desenvolvimento e grande uso de insumos tornam a planta doente, sendo necessário o uso de agrotóxicos para eliminar as pragas e manter a produção (MST, 2014).

Dessa forma, tem-se um ciclo de dependência na qual a agricultura está totalmente subordinada ao capital, um ciclo literalmente tóxico, que além de provocar a destruição dos solos, das águas e produzir alimentos que não são saudáveis.

O atual modelo agrícola adotado no Brasil pelas forças do capital e das grandes empresas é prejudicial aos interesses do povo brasileiro. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens da natureza (água, terra, biodiversidade, sementes etc.) e se organiza com o único objetivo do aumento do lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos, que controlam a produção, os insumos, os preços e o mercado (STÉDILE, 2013, p.41).

O próprio MST endossava esse modelo de produção hegemônico, pela própria experiência anterior dos assentados em latifúndios, que ao conquistarem a terra tentavam reproduzir. Ademais, preconizava-se um modelo de assentamento rural inspirado nas ideias de Marx, Lênin e Kautsky, isto é, altamente produtivos, especializados, integrados verticalmente e coletivizados, uma proposta cooperativista, baseada na forte mecanização, na divisão e especialização do trabalho e na produção em escala (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 665).

Cabe ressaltar que esse modelo era fundamentado no chamado marxismo ortodoxo, que desqualifica o comportamento camponês clássico que era caracterizado como isolacionista, individualista e personalista, priorizando o proletariado enquanto sujeito com potencial revolucionário.

A implementação dessa teoria tinha em vista a construção de grandes fazendas de produção coletiva, de inspiração kautskiana e leninista, no modelo dos colchozes soviéticos, fortemente mecanizadas, com utilização intensiva de agroquímicos, especializadas, com agroindústrias para transformação da mercadoria, nas quais todos os meios de produção seriam coletivos.

Preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial, pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e, concomitantemente, desenvolver a consciência revolucionária.[...]Em relação ao aspecto produtivo, esse modelo se baseava exclusivamente nas proposições da Revolução Verde, fato que levou os assentados a dependerem do mercado para aquisição de todos os insumos necessários à produção agrícola[...] Paradoxalmente, o MST difundiu em seus assentamentos um modelo de produção que tinha sido a causa da expropriação dos camponeses em um momento anterior. É certo que este modelo tinha incorporado novas dimensões, como a coletivização e sistematização do trabalho, bem como a divisão social do capital com vistas a suplantarem os problemas anteriores; porém, os agricultores continuaram dependendo do mercado, tanto para a aquisição dos bens para produção quanto para a comercialização de suas mercadorias, fato que levou os assentados a ficarem reféns de conjunturas que não estavam sob o seu controle (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 665).

Somente a partir da década de 1990, o MST passa a difundir propostas mais preocupadas com outras dimensões além da produtiva, passando a buscar modelos produtivos que também incorporassem as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais nas que o modo de vida camponês e seus conhecimentos são a engrenagem mestra de um processo de desenvolvimento diferenciado do capitalista.

O maior acerto, nessa etapa, foi que não nos prendemos a uma única forma de cooperação agrícola. Aprendemos bem da teoria e da experiência, por que esses companheiros que estavam na Comissão Nacional dos Assentados estudaram e pesquisaram bastante. Estudaram muito os motivos que faziam com que de

cooperativas no Brasil não dessem certo. [...] as formas não podem ser rígidas, devem ser variáveis. Podem ser formas mais simples como um mutirão, em que vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer. [...] aprendemos também que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis. É preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. Com isso, aprendemos que a forma de cooperação não é determinada pelo MST (STEDILE, FERNANDES, 2005, p.100).

Dentre os modelos alternativos de agricultura, incentivado pela Via Campesina, o MST passa a assumir, a partir do ano 2000, a Agroecologia como uma base na qual deveria se erigir a realização da reforma agrária no Brasil, a partir de então várias foram as ações deferidas e fomentadas pelo Movimento com vistas a internalizar a Agroecologia dentro dos assentamentos rurais. Sendo ainda um dos pilares básicos do seu projeto de Reforma Agrária Popular.

A Agroecologia é mais que um conjunto de técnicas alternativas de produção de alimentos, não consiste simplesmente em trocar adubos industriais por orgânicos, mas de toda uma mudança no sistema de produção e de entendimento de agricultura. Trata-se de um sistema produtivo diferente, que tem como perspectiva a produção de alimentos saudáveis, que tem como sujeito o campesinato e que busca estabelecer a Soberania Alimentar dos povos. Segundo Eduardo Sevilla Guzmán, a Agroecologia pode ser definida:

Como el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatoria. Y ello mediante propuestas participativas desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el neoliberalismo actual. Su estrategia tiene una naturaleza sistémica, al considerar la finca, la organización comunitaria, y el resto de los marcos de relación de las sociedades rurales articulados en torno a la dimensión local, donde se encuentran los sistemas de conocimiento (local, campesino y/o indígena) portadores del potencial endógeno que permite potenciar la biodiversidad ecológica y sociocultural (GUZMÁN, 2011, p.13).

Trata-se de um sistema de produção de alimentos de alto valor nutritivo que tem a centralidade na família camponesa, sujeito social e possuidor dos conhecimentos que possibilitam sua emancipação. Num contexto em que a natureza, em vez de ser adversária na hora de alcançar a produção, torna-se parceira quando são respeitadas suas lógicas internas.

### **Projeto de Reforma Agrária Popular e Agroecologia**

O programa de Reforma Agrária Popular é resultado de intenso debate ocorrido no interior do MST em articulação com diversos outros setores da classe trabalhadora, diante da necessidade de superação da proposta de reforma agrária clássica e de propor uma reforma agrária de acordo com seu tempo histórico e que realmente

transforme as bases da estrutura fundiária brasileira (MAZIN *et al*, 2015).

Assim se insere o debate da Reforma Agraria Popular: uma tentativa de superação da proposta de reforma agrária clássica e de construção de um projeto que contemple a dimensão humana e de qualidade de vida em sintonia com o meio ambiente, a biodiversidade, os recursos naturais que contemplam as diversas formas de vida. E não simplesmente a dimensão econômica da renda, do lucro e do individualismo burguês, pautado na propriedade privada da terra, no controle dos recursos naturais e da força de trabalho como fonte de lucro (MAZIN *et al*, 2015, p.147).

Logo, já identificamos uma grande ruptura em relação à reforma agrária clássica, pois esta nasce de uma estratégia do capital para desenvolver a industrialização nacional, enquanto a Reforma Agraria Popular nasce do interesse dos trabalhadores como classe, mostrando um evidente interesse dos camponeses em viabilizar o acesso a alimentos saudáveis aos setores populares urbanos.

As diretrizes da proposta de Reforma Agrária Popular tem na Agroecologia o modelo de produção e de sociabilidade a ser alcançado. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da Agroecologia encontra nas áreas de reforma agrária, vinculadas ao MST, territórios muito propícios para sua implementação.

Assim, a proposta da Reforma Agraria Popular anda de mãos dadas com a Agroecologia, ambas retroalimentam-se sendo possível observar resultados destacados de sua implementação combinada

nos assentamentos vinculados ao MST, mostrando que existe um outro modelo de sociedade possível.

## CONCLUSÕES

Ao traçar o histórico da questão agrária brasileira percebemos as peculiaridades da adoção do modelo capitalista da agricultura, que não se deu nos moldes clássicos na qual a reforma agrária constitui uma etapa do capitalismo e a subordinação da agricultura à indústria, mas através de uma aliança entre os grandes proprietários de terra e o capital.

Diante da modernização conservadora que esta posta, o MST propõe a superação do modelo clássico de reforma agrária mediante uma proposta que transcenda a simples distribuição de terra. Trata-se de uma empreitada que além de fomentar a produção agroecológica respeita a sociabilidade e as particularidades camponesas.

A confluência entre Reforma Agrária Popular e Agroecologia é nítida. Na atualidade, mesmo enfrentando a oposição aberta do governo, seus frutos já podem ser percebidos nos assentamentos vinculados ao MST, mostrando na prática que é viável um sistema que respeite a natureza, valorize o camponês e consiga produzir alimentos a baixo custo e em grande quantidade.

## REFERÊNCIAS

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 645-660, Dec. 2013.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Sobre los Orígenes de la Agroecología en el Pensamiento** Marxista y Libertário. AGRUCO: La Paz, 2011.

LERRER, Débora; FORIGO, Adriano de Almeida. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27 n. 3, 2019.

MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Selma de Fatima; SANTOS, Marcio José dos. A questão agrária e os desafios da construção da Reforma Agrária Popular. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.). **Territórios, movimentos sociais e políticas de Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. págs. 145-162.

MEDEIROS, Leonilde Sérbolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. SP: Editora UNESP, 2008.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRA, José Pedro Cabrera. Aspectos Históricos Da Questão Agrária No Brasil. **Revista Produção Acadêmica** –Núcleo De Estudos Urbanos Regionais E Agrários/ NURBA –Vol. 2 N. 1 p. 75-86. 2016.

SANTOS, Marcio José, Reforma Agrária Popular: Tática Necessária para um Posicionamento Concreto na Atualidade da Questão Agrária Brasileira, **Anais da Jornada de Estudos Agrários: Territórios e Movimentos**, UNESP, 2014.

STEDILE, JOÃO PEDRO. A luta pela Reforma Agrária e a Produção de Conhecimento. IN: Dalmagro Sandra Luciana (org.). **Cadernos do Iterra**, Ano VII , nº 14 , 1ª edição, Rio Grande do Sul: Iterra, 2007.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

UNIÓN PANAMERICANA. Declaración a los Pueblos de América. In: Alianza para el Progreso. **Documentos oficiales emanados de la Reunión Extraordinária del Consejo Interamericano Económico y Social al Nivel Ministerial**. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1967.

# **REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM-MA NOS ANOS 1980: uma abordagem através da imprensa**

Lucas Victor Quaresma Barbosa<sup>1</sup>

Márcia Milena Galdez Ferreira<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A partir do final da década de 1960, com a Lei de Terras de 1969, intensifica-se a negociação de terras devolutas e assiste-se ao avanço da grilagem e da pecuária extensiva, que transformam drasticamente diversas áreas rurais do Maranhão, dentre as quais, a região do Médio Mearim. Um número significativo de pequenos proprietários e posseiros é paulatinamente expulso dos lotes de terra. Na década de 1980 os conflitos se intensificam em diversos estados brasileiros, ao passo que as discussões sobre Reforma Agrária ganham amplo espaço e emergem novos movimentos sociais no campo.

Busca-se compreender os conflitos de terra ao longo da década de 1980 no Médio Mearim, a partir do aprofundamento das discussões travadas sobre Reforma Agrária mais recentemente pela historiografia e pelas Ciências Sociais. Utilizamos como estratégia o

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão, tendo realizado tal pesquisa como bolsista FAPEMA

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2015), Professora Adjunta III da Universidade Estadual do Maranhão e Coordenadora do Projeto Universal FAPEMA Luta pela terra no Médio Mearim-MA (1960-1990): experiências, narrativas e deslocamentos, ao qual essa pesquisa se vincula.

mapeamento e a análise de notícias referentes à Reforma Agrária, buscando compreender o conjunto de argumentos e ideias-imagens articulados a este tema na imprensa.

Tenta-se compreender a função do Estado no contexto classista a partir da análise de Engels (2010), de forma que se entenda-se porque o governo se arma de forma a beneficiar o patronato rural enquanto classe dominante. Busca-se analisar os conflitos de terras maranhenses com Asselin (2009), de forma que se compreenda como começaram os processos de falsificação de documentos para obtenção ilegal de terras, em um processo conhecido como “grilagem”, dessa forma, fazendo um paralelo com o legado da Lei de Terras do governo Sarney de 1969.

Também nos anos 1980, para contextualizar as discussões sobre reforma agrária, tem-se como referência, principalmente, Mendonça (2010) e Bruno (1997) que debatem acerca do patronato rural, de suas posições acerca da reforma agrária e de que forma eles influenciam no governo, bem como o surgimento, influência e modos de atuação da UDR, União Democrática Ruralista.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa visa analisar conflitos relacionados à luta pela terra que ocorrem no Médio Mearim nos anos 1980 através da abordagem da imprensa, mais especificamente pela análise dos

jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial, veículos ainda existentes e de grande circulação no estado. A análise que se pretende elaborar visa correlacionar tais conflitos locais com os debates que ocorrem a nível estadual e nacional no que se relaciona à questão agrária, buscando entender as discussões e leis anteriores aos anos 1980 (Estatuto da Terra, Lei de Terras do governo José Sarney) e também os que ocorrem durante o período estudado (PNRA, Constituinte, Constituição de 1988) e como estas influenciam no manejo dos conflitos. Para isso, objetivamos fazer análises das fontes através do diálogo com a bibliografia consultada.

Adotamos como metodologia quatro etapas: leituras acerca da luta por terra no Brasil e no Maranhão, levantamento dos jornais do recorte temporal estudado na Biblioteca Benedito Leite, discussões acerca do uso da imprensa como fonte histórica e análise das notícias catalogadas. Essas discussões aparecem mais pormenorizadamente no corpo do artigo no tópico seguinte.

## **RESULTADOS**

Para tornar mais didático aos leitores, apresentamos nos tópicos seguintes os resultados alcançados nessa pesquisa.

## **Ilusão e desengano em terras maranhenses: contextualizando o Médio Mearim.**

Esta região, em si, já sofreu várias modificações em seus termos e definições, sendo chamada no passado de Alto Mearim ou mesmo de Sertão Agrícola (FERREIRA, 2015)). Atualmente o espaço configura cerca de 22 municípios, sendo eles: Barra do Corda, Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lagoa Grande do Maranhão, Lima Campos, Marajá do Sena, Olho D'Água das Cunhãs, Paulo Ramos, Pedreiras, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Trizidela do Vale e Vitorino Freire (Banco do Nordeste, 2019).

No século XIX, há discussões relacionadas às voltas das práticas pombalinas assimilacionistas relacionadas aos indígenas, sobre como se poderia integrá-los à civilização, por conta do interesse em sua mão de obra. Esta política não procede de modo diferente na região que hoje corresponde ao Médio Mearim, como concorda Ferreira (2015). A autora afirma que a conquista do território estudado pelo Império brasileiro foi bem sucedida e logo começaram suas imposições relacionadas à tentativa de civilizá-los. Nesse sentido, dentre as várias colônias indígenas feitas ao longo do território maranhense, três são localizadas às margens do rio

Mearim, como a Leopoldina, localizada onde se encontra atualmente a cidade de Bacabal.

Este foi um dos processos que iniciou a ocupação do Médio Mearim. O segundo fenômeno, é o da migração nordestina em massa para as regiões maranhenses, num episódio conhecido como *a maldita dos três setes*, referente à grande onda de migração em massa de retirantes nordestinos (à época, nortistas) entre 1877 e 1879, por conta da grande seca do sertão cearense. A migração se dá em demasia preferência dos retirantes de áreas com fartura em recursos hídricos, conforme Marcia Milena Ferreira (2015), "rumo ao eldorado", sendo uma das áreas escolhidas para migração o Médio Mearim.

Vendo a oportunidade de adquirir mão de obra para a agricultura, com a grande massa de migrações, a província maranhense se possibilita à criação de medidas para incentivá-la, como a "Comissão de Socorros". Nesse sentido, verifica-se a importância da migração para o povoamento das áreas do Alto Mearim, como argumentam autores (Lago, 1976, p. 8 *apud* Ferreira, p. 114), afirmando que em 1877 mais de 100 famílias povoaram a cidade de Pedreiras.

O terceiro ator aqui abordado são os negros ex escravizados, elencados por Ferreira (2015) como personagens essenciais para a construção da história do Médio Mearim, como afirma:

É importante assinalar a permanência de descendentes de escravos e quilombolas desde o final do século XIX na região do Médio Mearim. Esses sujeitos dotados de uma história social específica convivem ao longo do século XX com a fixação de outros moradores, oriundos de outras regiões do Maranhão e de outros estados do Nordeste. Os quilombolas, portanto, são personagens fundamentais da configuração desse espaço (FERREIRA, 2015, p. 116).

A expansão de negros na região dá-se principalmente com a abolição da escravatura em 1889, em que os escravos libertos veem na região uma possibilidade de tocar suas vidas em liberdade. Ferreira (2015, p. 115) aponta o argumento da socióloga Regina Luna, afirmando que “a pequena produção encontrou condições para sua expansão, alavancada pela abolição da escravidão e pela dita decadência da agro exportação.”

É possível afirmar que, diante da fixação de muitos retirantes em terras maranhenses, mesmo após o fim da seca em suas terras natais, o eldorado se configurava como verdade no imaginário ou na realidade daqueles, mesmo que esta venha a se modificar, especialmente na segunda metade do século XX. Falando sobre as representações deste espaço construídas por sujeitos que para ali migraram entre as décadas de 1930 e 1960, Marcia Milena Ferreira (2015), acrescenta:

As representações do espaço de fixação nas narrativas de migrantes nordestinos e descendentes vão do eldorado à fábula. Diversas ideias-imagens do eldorado são construídas: “melancias espocando na roça”, três safras

de arroz num ano, “nuvens de mangas e cajus”, “tanto arroz, que não tinha quem vencesse”, movimento intenso de caminhões, chegada de “raparigas novas” quinzenalmente nos cabarés, abundância de caças nas matas, de chuvas e fontes de água potável (FERREIRA, 2015, p.262).

Este primeiro tópico visa apresentar de maneira geral a região do Médio Mearim, bem como os municípios que o compõem segundo dados atuais, e a composição populacional em sua origem. É importante afirmar que a noção de eldorado se perde em algum momento da história, como apresenta Ferreira (2015):

O eldorado maranhense do Médio Mearim tem data de encerramento. Ela varia entre os municípios da região, mas tem como divisor de águas o fim do tempo das *terras sem dono*. No município de São Luiz Gonzaga, desde a década de 1950 muitos migrantes nordestinos afluem à região para trabalhar como agregados em terras de proprietários ou ditos proprietários. No município de Bacabal e nos desmembramentos a partir dele, observa-se desde a década de 1960 tensões pela posse da terra que estimulam o êxodo rural. No município de Pedreiras, as referências aos conflitos e às disputas pela terra dão-se a partir de 1970. Em todos os municípios do Médio Mearim, nos anos 70 e 80, a *canaã de nordestinos e maranhenses* transforma-se em faroeste (FERREIRA, 2015, p. 263).

## **Das heranças da ditadura: o Estatuto da Terra e a Lei Sarney de Terras**

É importante ressaltar, aqui, o período que antecede a ditadura militar, em que, diante de problemas colocados para resolver a profunda crise econômica brasileira, entraria como

possibilidade uma modernização da agricultura no país, subentendida como um projeto de reforma agrária, proposto e movido pela gestão do então presidente João Goulart. Assim, o governo lança mão de reformas de base realizadas pela SUPRA (Superintendência da Política Agrária), que já em 1962 tinha reconhecido oficialmente os sindicatos dos trabalhadores rurais e começou a trabalhar na capacitação dos trabalhadores para organização dessas entidades (Welch, 2014). Para o patronato rural, entretanto, esta seria uma ameaça para o sistema fundiário vigente, já que em curto prazo, a SUPRA conseguiu unir todas as organizações divergentes dentre a própria classe dos camponeses pobres, obtendo um forte poder de organização. Para Welch (2014, p. 72), isso “fica demonstrado com a participação central da SRB [Sociedade Rural Brasileira] no golpe”, uma das organizações do patronato rural brasileiro, que veio a acontecer antes mesmo do projeto de reforma agrária se iniciar.

Diante do golpe, proferido a primeiro de abril de 1964, as questões relacionadas à reforma agrária tomam outros rumos. O texto do Estatuto da Terra, de Castello Branco, será o marco inicial de toda a conjuntura fundiária estabelecida pós-1964. Analisaremos, aqui, o texto final.

Destaca-se, à primazia, que era inicialmente um texto referido exclusivamente à reforma agrária, mas com as alterações, produzidas

a partir de pressões exercidas pelo patronato rural, se tornam propostas de leis relacionadas tanto à reforma agrária quanto à reforma agrícola. Nunca foi um Estatuto para os trabalhadores, nem mesmo quando somente era referido à reforma agrária como afirmamos Mendonça (2010):

Logicamente as reformas sociais, no governo Castello Branco, adquiririam uma nova configuração, a começar pelo fato de virem a se concretizar não mais por intermédio de uma frente com os setores populares, e sim através da repressão ao conjunto do movimento social e da lenta destruição dos canais institucionais de mediação entre estado e sociedade civil organizada (MENDONÇA, 2010, p. 38).

E, ainda assim, com o advento da reforma agrícola, o Estatuto peca muito mais em relação aos direitos dos camponeses pobres, dando prioridade ao patronato rural e aos grandes proprietários, como argumenta Regina Bruno (1997), afirmando que este projeto é uma forma de modernizar o latifúndio, retirando deles a estrutura antiga, de uma família com grandes extensões de terras em suas mãos possuindo um poder político territorial, para se tornar uma empresa agrícola, com incentivo estatal para a obtenção de maquinarias modernas, incentivo este que, afirma Brito (2015), fará com que o Estado assuma dívidas internas e externas, garantindo a superacumulação dos empresários nacionais:

Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou

agroindustrial. Também promoverá a ampliação do sistema cooperativo e organização daquelas empresas, em companhias que objetivem a democratização do capital. (Brasil, 1964).

Nesse contexto, vale dizer, concordando com Mendonça (2010) que o Estatuto da Terra tinha um caráter estritamente produtivista, sempre dando destaque à produção da terra, bem como afirma em seu Art. 2, § 1º, *b*, que a terra exerce sua função social quando “mantém níveis satisfatórios de produtividade”, correndo risco de desapropriação das terras improdutivas apropriadas pelo latifúndio, sendo estas preferidas para a aplicação da reforma agrária, apesar de suas ressalvas, já que, no que diz respeito à reforma agrária, o Estatuto afirma:

Art. 17. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas: a) desapropriação por interesse social; b) doação; c) compra e venda; d) arrecadação dos bens vagos; e) reversão à posse (Vetado) do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros; f) herança ou legado (Brasil, 1964).

Ou seja, quando se foca no item *b*, conseguimos ver que a desapropriação vem quase que por caridade das mãos do latifúndio, enquanto, contraditoriamente, o item *a* refere-se à desapropriação por interesse social, explicado no Art. 18:

Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim: a) condicionar o uso da terra à sua função social; b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade; c) obrigar a exploração racional da

terra; d) permitir a recuperação social e econômica de regiões; e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica; f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais; g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural; h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias (Brasil, 1964).

É perceptível o desinteresse do governo em se desfazer dos latifúndios, incentivando-o com a reforma agrícola e, quando se trata da reforma agrária, se arma de modo que pouco se modifiquem as estruturas rurais, como argumenta Bruno (1997), citando Eudes de Souza Leão (1985) na *Exposição proferida no Seminário sobre Reforma e Justiça Agrária*, afirmando ficar por decisão do proprietário, continuar ou não a ser latifundiário. É interessante também observar o item *e* do Art. 17, sobre a posse indevida de terras públicas, por se servir de sua própria inutilidade já que, justamente no momento posterior ao Estatuto é que os casos de grilagens de terra<sup>3</sup> se intensificam por todo o Brasil, não ocorrendo diferente no estado do Maranhão.

De qualquer forma, será importante frisar o item *a* do Art. 17, sobre a desapropriação por interesse social garantir o que se chama de função social<sup>4</sup>, pois esta será uma importante arma de luta dos

---

<sup>3</sup> Ato de falsificar documento para ocupar indevidamente terras devolutas, afirmando ser terreno de origem privada.

<sup>4</sup> Julgamos aqui importante apresentar quando para o Estatuto a propriedade da terra garante integralmente sua função social, presente no Art. 2º § 1º: a) favorece

movimentos sociais posteriores, bem como o MST, que tem sua estratégia política baseada na ocupação das terras improdutivas dos latifundiários. Também assim será apresentado o próprio Plano Nacional de Reforma Agrária, o PNRA, em 1985, como falaremos mais à frente.

Acima, sinalizamos para algumas contradições do Estatuto, muito relacionadas à abordagem sobre desapropriar terras públicas indevidamente apropriadas – não atribuindo nenhum outro tipo de punição a isso, visto que esse processo geralmente se dá através da falsificação de documentos – e a industrialização do campo, que veio a ser uma forma de intensificar o processo de grilagem no Brasil.

Não acontece diferente no Maranhão, especialmente no que diz respeito ao “Maranhão Novo”, de Sarney, que veio a se reproduzir discursivamente justamente com palavras de ordem de modernização. Tal discurso fica na ordem da oratória e se reproduz no campo através da nomeada Lei Sarney de Terras, N° 2.979/69, que garante a facilidade da privatização das terras públicas a sociedades anônimas e sem limitação para número de sócios, de forma que,

---

o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

como argumenta Barbosa (2015), este seria um tipo de atualização do Estatuto da Terra: “o processo de regularização de terras requeridas naquele estado será prelativo e sumário quando as normas equivalerem, (...) a módulo estabelecido pela lei N° 4.504, dispensando o custo de regularização” (BARBOSA, 2015, p.53), ou seja, dispensava a licitação. Para além disso, conforme tal lei, prevaleceria o incentivo à expansão de grupos agropecuários e agroindustriais. “Diz o art. 14, caput, da Lei 2.979/69: ‘Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial.’” (PEDROSA, s/a, p. 19 *apud* BORBA; SANTOS, 2014, p.9).

Essas medidas legislativas se tornam problemáticas de várias maneiras, já que, primeiramente, exclui a possibilidade de ocupantes nas terras as quais estão sendo possuídas (Borba; Santos, 2014); e se, para a lei, eles não existem, muito menos há uma forma própria desses de cultivar a terra. Essa exclusão é, então, um incentivo à expulsão dos camponeses de suas terras por conta da intensa privatização, feita especialmente em zonas de ocupação dos posseiros.

E a coisa piora, como cita Asselin (2009) com a criação do Incra:

Para seguir seu projeto, de forma mais segura, o governo federal resolveu, a 9 de julho de 1970, pela Lei 1.110, criar o Incra (...). A coisa piorou. Não houve mais reconhecimento de nenhuma posse. Os títulos emitidos anteriormente, de pequenas propriedades, emitidas no governo anterior, foram cancelados e começou-se a proteger os requerimentos das grandes propriedades e, como prêmio de consolação, deu-se licença de ocupação aos outros. Mas, na medida em que se instalava a grande empresa, a licença de ocupação perdia sua validade (ASSELIN, 2009, p. 154).

Desta forma, são inevitáveis os conflitos. Criou-se uma intensa mobilização por aqueles antigos ocupantes das terras, que resistem à expulsão e ao êxodo rural, especialmente ao final dos anos 1960, em que a revolta desses se intensificava conforme a expropriação das terras e os casos de violência cresciam.

Já nesse contexto, expondo duas leis em que o estado se mostra a favor das classes patronais, concordamos com Asselin (2009, p.151), quando afirma que a grilagem é instrumento de poder, pois foi “acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada pelo governo”, e mais embaixo, na mesma página, nos afirma que o Estado é cúmplice. Tal afirmação tem sua concordância com Engels (2010):

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2010, p. 215-216).

## **Reforma agrária *versus* patronato brasileiro: o I PNRA e o surgimento da UDR.**

Agora sabemos por que as organizações patronais são tão influentes nas ações do governo, como o caso da pressão da SRB para mudança do texto do Estatuto da Terra de 1964<sup>5</sup>. Agora, nos anos 1980, a história não será diferente, com a divulgação do I PNRA pelo primeiro presidente civil do período da Nova República, o já citado José Sarney. Tal ação do governo irá incitar, prontamente, a criação de uma nova instituição patronal a favor dos grandes proprietários fundiários e do sagrado direito à propriedade. Falamos da UDR, a União Democrática Ruralista. Começemos pelo I PNRA.

Segundo Engels (2010) o Estado, genuinamente gerido por uma classe dominante, atualiza seus meios de repressão sobre a classe subalterna, de forma que oculte de diversas formas a exploração. Observamos como sendo esse o caso do I Plano Nacional de Reforma Agrária, sugerido pelo governo federal em 1985, de início com seu parecer benevolente para com a classe oprimida, foi uma maneira encontrada pelo governo de estabelecer paz para os inúmeros conflitos relacionados à terra que vinham ocorrendo ao longo do território brasileiro, bem como uma tentativa de conter a reorganização desse segmento enquanto classe (Oliveira, 2018).

---

<sup>5</sup> Tal ação não foi abordada aqui para que nossa pesquisa fosse mais direcionada ao nosso assunto principal, mas este pode ser melhor estudado através da obra de Sônia Mendonça (2010).

Ainda nesse contexto, concordamos também com Mendonça (2010) quando afirma que o projeto de reforma agrária se viu necessário para apaziguar os ânimos do povo também no sentido de que o presidente eleito indiretamente, Sarney, foi o presidente nacional da ARENA, Partido defensor da ditadura, o que dificultava seu prestígio, análise baseada nas eleições estaduais de 1982, em que a maioria vencedora representava a oposição da ditadura civil-militar, na época ainda em vigor.

O PNRA se anunciará como um resgate ao Estatuto da Terra, recuperando de lá o que viria a ser o seu principal artifício: a desapropriação da terra por interesse social (Frazão, 2017). Nesse sentido, o que se verificam são dados futuros que em tese beneficiariam os camponeses pobres:

REFORMA: INCRA EXCEDERÁ META NO MA

A meta para o primeiro ano da 1ª Fase de Execução do PNRA, no Maranhão, é desapropriar 380 mil hectares e assentar 12.700 famílias. No período de 4 anos, entre os anos 86 e 89, o Incra prevê desapropriar no estado 3 milhões 560 mil hectares para o assentamento de 118 mil e 800 famílias (*O Estado do Maranhão*, 07 ago. 1986).

De tal forma, veremos uma desaprovação da classe patronal em relação ao PNRA desde seu anúncio, visto que o contexto estava relacionado à redemocratização do país e, acompanhando tal progresso, cresciam os movimentos e os meios de organização dos trabalhadores rurais. Sentia-se traída, dessa maneira, a classe dominante que via a divulgação do plano sendo pronunciada pelo

Estado em um congresso de trabalhadores rurais, promovido pela CONTAG, a Confederação de Trabalhadores da Agricultura, o sindicato oficial dos trabalhadores rurais.

A indignação vinha desde os setores do latifúndio e da agroindústria, que se sentiam ameaçados pelo risco de perder porções de sua propriedade, até os setores liberais, já que, diferentemente do Estatuto da Terra, que garantia o processo de reforma agrária de forma coercitiva em relação aos movimentos de organização dos camponeses, o Plano prevê a participação das organizações dos trabalhadores nas fases do processo. Vale lembrar que as áreas favoritas para a execução do Plano, tendo em vista todos os conflitos ocorridos nestes meios, se verificarão principalmente no Norte e Nordeste, sendo um dos alvos principais o Maranhão.

Nesse sentido, o que se verifica é que, mesmo que o Plano seja uma forma de apaziguar a possibilidade de acirramento da luta de classes, ele não agrada aos setores mais retrógrados da burguesia agrária e nem do latifúndio. É importante especificar, para esse momento de nossa análise, que latifundiários e burgueses agrários são os que irão se incomodar majoritariamente e prontamente, visto que não serão de áreas de latifúndio mais tradicionais, como os do Norte e Nordeste, mas sim os que se concentram no Sul e Sudeste, e, o item surpresa, Centro-Oeste. Os autores (Mendonça, 2010) afirmam ser o item surpresa, pois este setor nunca representara

relevância política nos debates nacionais, mas, logo que se faz presente em cena a UDR, passa a ser o principal, acirrando os conflitos agrários e mudando o foco da reforma que se efetivará no campo.

A União Democrática Ruralista tem seu nascedouro em meados de junho de 1985, em Goiás, visto que já se passava no estado por um processo de luta do patronato relacionado à marginalização deste na etapa de modernização conservadora, e logo, também, os pecuaristas se revoltariam com o PNRA. Mendonça (2010) argumenta que ali, Plínio Junqueira Jr. viu para si um espaço de atuação, visto que suas terras em São Paulo estavam na lista das que deveriam ser desapropriadas e dentre os que estavam se mobilizando, ele se sentia representado, justamente por também ser pecuarista. Bruno (1997) comenta que esse encontro é mais que definitivo para criação da instituição, porque Junqueira, após uma palestra na sede da Federação da Agricultura, comenta sobre o quanto a reforma agrária prejudicaria as propriedades produtivas, enquanto Ronaldo Caiado “há tempo articulava a necessidade da criação de um partido político voltado para a defesa dos produtores rurais e para o combate ao avanço do Movimento Sem-Terra” (Bruno, 1997, p. 51). Após vários de seus encontros, decidem pela criação de um movimento centrado no uso da violência para conseguir seus objetivos e pensam ter em comum os mesmos inimigos, que irão vir a atacar posteriormente, a

Igreja progressista, que àquele tempo era uma das principais instituições a auxiliar na luta pela terra, e o Movimento Sem-Terra.

Esta tendência à violência confere com aquela que Mendonça (2010) argumenta sobre a origem da UDR na visão das entidades a favor da reforma agrária, que afirmam ter a formação dessa instituição ligada à compra de armamentos para “proteção” dos grandes proprietários e formação de milícias privadas. Essas milícias privadas são compostas geralmente por camponeses pobres aliciados ao trabalho dentro das fazendas com a função de pistoleiros, como argumenta Asselin (2009). Sobre a figura dos pistoleiros, afirma Freire (2019, p. 45): “raros são os camponeses que, ao serem ‘promovidos’ a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo”. Dessa forma, podemos dizer que a luta pela terra se volta para esses ares, já que a ascensão da UDR foi muito grande em dois anos, podendo dizer que influencia em todos os parâmetros dos debates da luta pela terra, sendo também assim no Maranhão, tendo no estado três sedes: São Luís, Imperatriz e Bacabal, sendo esta última sede a principal no estado. É significativo para nós termos a presença de uma sede em Bacabal, uma das regiões que compreende o Médio Mearim, pois é uma área que apresenta um número significativo de conflitos.

Podemos identificar as influências da UDR nos debates políticos também em nível de Maranhão, mesmo que não se cite o

nome da instituição, mas apresenta aquilo que virá a ser uma das identidades da UDR, como já citadas aqui, o armamento de proprietários e milícia privada:

CAFETEIRA DIZ QUE “QUEM PLANTA É O DONO DA TERRA”

Júlio César Gueterres, representante da CGT, destacou que atualmente a polícia não é mais a força de reserva dos latifundiários e disse que quem tem armas são os próprios proprietários, ‘já que ela não serve como capanga aos grileiros.’ Na opinião dele, a tendência atual é no sentido dos proprietários reforçarem suas milícias, aconselhando que haja desarmamento total dos proprietários, dos grileiros e dos lavradores (*O Imparcial*, 29 abr. 1987).

De mesmo modo, verificaremos significativa participação ao longo de suas atividades também no sentido de modificar os planos de governo, já que, já apresentada a notícia do Jornal *O Estado do Maranhão*, que tem como proprietário o próprio José Sarney, de 29/04/1986, percebemos uma mudança no discurso relacionado à execução do projeto no ano posterior, noticiado no Jornal concorrente:

#### CONFLITOS

Continua sendo tema de grande discussão na Assembléia Legislativa os conflitos no interior do Estado, em função do Projeto de Reforma Agrária que até agora não saiu do papel. Enquanto os parlamentares estão preocupados em discutir a melhor forma de encaminhar o projeto no Estado, cresce o clima de tensão entre posseiros e latifundiários na luta pela posse da terra (*O Imparcial*, 22 abr. 1987).

## Conflitos no Médio Mearim: uma abordagem através da imprensa

Os conflitos, nos anos 1980, se intensificam no Maranhão e também no Médio Mearim, local onde a grilagem também se faz presente e se torna um dos motivos para que estes ocorram demasiadamente. Em nossas pesquisas, até o momento, encontramos quatorze notícias que se relacionam com o Médio Mearim, nove de autoria de *O Imparcial*, todas elas ocorridas em 1980 e 1987, e as cinco que o jornal *O Estado do Maranhão* noticia, são ocorridas em 1980, 1982 e 1986. Dentre as cidades citadas em conflitos, estão elas: Lago do Junco, Lago da Pedra, Lima Campos, São Luís Gonzaga, Pio XII, Paulo Ramos, Bacabal, Olho D'Água das Cunhãs, Vitorino Freire e Pedreiras.

Será notável que, durante a década de 1980, o auge dos conflitos no Médio Mearim se concentra entre 1984 e 1986, mas muito chama atenção que, àquele momento, estavam-se estabelecendo instâncias estaduais para resolução de assuntos fundiários, como o ITERMA, principalmente visando à preocupação em resolver os problemas fundiários que se relacionam com atores como posseiros e grileiros. Dessa forma, farão ações discriminatórias para delimitar quais terras são de posse do estado e quais terras são privadas. Da mesma forma, há instâncias que vão trabalhar regularizando a titularização das terras ocupadas pelos posseiros,

bem como desapropriando terras improdutivas de grandes fazendas.

Assim ocorre em PIO XII:

#### INCRA ENTREGA 560 TÍTULOS DE TERRA NO MA

Dando continuidade ao programa de titulação de terras pelo INCRA, o coordenador regional do Meio Norte, Joaquim Itapary, presidiu dia 20 a solenidade de entrega de 560 títulos definitivos a pequenos lavradores nas áreas de Montevideu, Pio XII e Taboleiro Alegre, municípios de Caxias e Eugênio Barros, sob a jurisdição do projeto fundiário de Bacabal (*O Estado do Maranhão*, 26 set. 1980).

Dessa forma, dando atenção ao fato de que o principal objetivo dessas ações era a resolução de conflitos agrários, é viável a afirmação de que, sendo essas cidades do Médio Mearim citadas nesses programas, o início da década de 1980 herda ainda focos de conflito da década anterior, que supomos terem sido enfáticos. Devido à urgência de atuação, como se observou, tanto o âmbito nacional quanto o estadual concentraram seus trabalhos no Médio Mearim.

Ainda uma notícia é de extrema importância para que essa suposição se valide, em se tratando de uma das consequências desse conflito: o êxodo rural.

#### JOÃO ALBERTO DEFENDE A CONTENÇÃO DO ÊXODO RURAL

A Ilha de São Luís, Capital do Estado, cidade fundada em 1612 – observou João Alberto – em 1970 apresentava uma população de 256 mil habitantes, vê-se hoje com quase 500 mil. Todavia – acrescentou – lamentavelmente, grandes municípios produtores como Olho D'Água das Cunhãs, Vitorino Freire, Pio XII, Lago verde, São Luís

Gonzaga do Maranhão, localizados entre os férteis leitos dos rios Mearim e Grajaú, viram suas populações caírem assustadoramente, para um Maranhão de 4 milhões de habitantes, contra 2.992 mil existentes em 1970 (*O Imparcial*, 28 nov. 1980).

Com esta notícia, fica mais evidente que os conflitos entram a década de 1980 acentuados, através da emigração daqueles que no Médio Mearim viviam e da atenção que *O Estado do Maranhão* deu para o a região.

Muito chama atenção, também, um caso noticiado que ocorre no município de Bom Jardim, mas que é citada a cidade de Lago da Pedra. Tudo indica que lá os conflitos estão tão acirrados que ela vira referência para qualquer notícia relacionada aos conflitos de terra, como nos afirma uma matéria noticiada no jornal *O Imparcial*, que tem por título “Violência”, noticiada em 12 de abril de 1987: “O prefeito de Bom Jardim Adroaldo Matos, foi assassinado anteontem por pistoleiros desconhecidos, mas há quem conhece o clima de guerra que vivem grupos políticos daquele município, como ocorre também em Lago da Pedra.”

Em Lago do Junco, há duas notícias do mesmo mês que chamam atenção. A primeira, noticiada dia 09/08/1986, faz referência a um pedido de reintegração de posse que faz com que policiais fortemente armados se dirijam ao povoado de São Manoel, agindo de forma coercitiva contra os moradores que fogem para a

mata, enquanto as mulheres continuam lá. Nesse caso, até a igreja foi proibida de ir até a localidade dar assistência às mulheres.

#### VIOLÊNCIA RURAL

O contingente policial fortemente armado, usou tratores e caminhões para destruir 19 casas dos posseiros, não permitindo nem mesmo que eles retirassem seus pertences dos escombros. (...) Ontem, mais 10 policiais chegaram ao povoado de São Manoel, onde só restam as mulheres, porque os homens fugiram para o mato. A polícia não permite que os religiosos prestem nenhum auxílio às mulheres (*O Estado do Maranhão*, 09 ago. 1986).

Três dias depois, dia 12/08/1986, outra notícia relacionada a Lago do Junco é divulgada, dessa vez acerca do assassinato de um vereador executado por dois pistoleiros:

#### NOVO ATENTADO DE ENCOMENDA

(...) o coronel Francisco Xavier Gomes Filho, da Superintendência de Polícia Civil do Interior, abordado a respeito do atentado, ressaltou que no seu entender se trata de mais um caso de origem política mas que não tinha elementos para dizer se o atentado contra o vereador Dimas tinha ou não relacionamento com os constantes crimes políticos que há muito vêm assolando aquela região (...) (*O Estado do Maranhão*, 12 ago. 1986).

É de se imaginar, mesmo que o jornal não deixe isso explícito, de quais motivos os políticos estão falando: a luta pela terra. Para além destes, encontramos mais duas notícias relacionadas a Lima Campos e uma relacionada a São Luís Gonzaga. Na primeira cidade, se noticiam os conflitos relacionados à posse da terra por grileiros, expulsando famílias. Esta notícia também dá destaque aos conflitos de terra em Turiaçu:

## CAFETEIRA: “INCRA VAI INTERCEDER NOS CONFLITOS”

Epitácio Cafeteira, ao comentar a situação fundiária no Maranhão, durante o encontro mantido no palácio dos Leões, com os deputados José Carlos Sabóia e Juarez Medeiros, o vigário de Turiaçu, padre Antonio Di Foggio e um grupo de lavradores. Os visitantes relataram a situação em Turiaçu, onde, no Domingo de Ramos, duas pessoas morreram, denunciando também a expulsão de 49 famílias de colonos do povoado de São José dos Mouros, em Lima Campos, no sábado de aleluia. (...) Em Lima Campos, segundo o abaixo-assinado entregue ao governador Cafeteira, o ‘latifundiário Chico Messias’ expulsou 49 das 80 famílias que residem no povoado de São José dos Mouros há várias décadas. Em consequência, os lavradores tiveram que se deslocar para Lima Campos, enquanto outros encontram-se em São Luís, procurando solução para o problema. Os lavradores denunciam ainda o sequestro e tortura de colonos e tentativas de assassinato de membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB e da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. Segundo ainda o documento, desde 1985 o INCRA atua na área com vistas à desapropriação de 2.220 hectares, num processo que já foi aprovado pela Comissão Agrária do Maranhão e que encontra-se atualmente na mesa do presidente José Sarney. Dentre as providências solicitadas, os lavradores querem a interferência do governador junto ao presidente Sarney para assinatura do decreto de desapropriação e o retorno das famílias a área até a solução definitiva do problema (*O Imparcial*, 22 abr. 1987).

Diante de todos esses conflitos, o que mais se apresenta diferente é o de São Luís Gonzaga. Marx (2011, p. 25), diz que “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram

transmitidas assim como se encontram”. Isso significa dizer que, os homens agem de acordo com as circunstâncias às quais ele está submetido e de acordo com os métodos os quais ele se vê apto a realizar para garantir sua liberdade. Esse trecho, que se relaciona com uma violência revolucionária, adaptamos neste contexto para uma situação de violência no campo: se eles (a classe dominante) os tratam sempre com violência, então também responderão a eles com violência. Essa nos parece ser a situação ocorrida no município, em que se trata da morte do delegado regional de Bacabal, Paulo Augusto de Melo. Após isso, a FETAEMA denuncia que três lavradores foram violentados pela Polícia Militar, tendo até metralhadoras colocadas em suas bocas, situação esta negada pela própria polícia, que afirma ter um alibi em sua defesa de uma defensora pública.

#### POLÍCIA VERSOS LAVRADORES: A GUERRA ESTÁ DECLARADA

Jamais um assassinato no interior do Estado por conflito de terra nem mesmo o do padre Josimo no centro de Imperatriz chamou tanta atenção das autoridades como o que ocorreu no pobre povoado de Nova Vida em São Luís Gonzaga onde o delegado regional de Bacabal Paulo Augusto foi assassinado por sem-terras. As mobilizações foram feitas e Nova Vida recebia comissões de parlamentares e a visita do próprio secretário de Segurança Carlos Duailibi que pessoalmente trocou entendimentos com as entidades sindicais da região. (...)

As primeiras denúncias de tortura e coação e invasão de casas de lavradores feitas por policiais que empreendiam diligências na área começaram na manhã de anteontem.

Os advogados da Federação dos Trabalhadores apresentaram três lavradores que teriam sido torturados para apontar o nome de Elesbão como o autor dos tiros contra o delegado. Esse primeiro tiroteio de denúncias foi feito pessoalmente ao delegado Duailibi. (*O Imparcial*, 10 abr. 1987)

## CONCLUSÕES

É importante destacar que tais conflitos se tornam recorrentes nos anos de 1980, também por conta das brechas oferecidas na legislação vigente, tanto a nível federal com o Estatuto da Terra, quanto a nível estadual como a Lei Sarney de Terras, e, a partir daí, compreende-se uma intensificação nos conflitos que vão chegar aos anos 1980.

Contraditoriamente, nos anos 1980, no cargo de presidente do Brasil, José Sarney, muda a abordagem que teve em relação aos problemas agrários na época em que era governador do estado do Maranhão, divulgando seu Plano Nacional de Reforma Agrária, mesmo que para desfazer a imagem ruim que seu governo no seu início já possuía, por conta de sua militância a favor da ditadura militar sendo presidente da ARENA, mas logo as classes patronais se levantaram e obrigaram o governo a servir sua classe. E, assim, é importante frisar o movimento da classe patronal, UDR, que teve três sedes no Maranhão, sendo uma delas concentrada na região do Médio Mearim, na cidade de Bacabal.

E assim, chegamos ao Médio Mearim e aos conflitos que o atravessam, compreendendo os camponeses, mas como sujeitos que fazem a sua história, que usam de seus artifícios que aprendem com a luta para garantir seus direitos, desde ocupar órgãos do governo procurando a defesa de suas terras quanto reagindo contra aqueles que consideram inimigos.

Dessa forma, os conflitos chegam até a imprensa, de forma que os relate de acordo com seus interesses. Assim, podemos destacar principalmente os conflitos que atravessam as décadas de 1980, principalmente noticiados pelo *O Imparcial*, como é o caso das autoridades estatais que concentram suas atenções para resolver, de imediato, conflitos na região, evidenciados pela forte emigração também denunciada pelo periódico através da fala do deputado João Alberto.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

*O Estado Maranhão*. **Maranhão terá instituto de terra**. São Luís, 20 dez. 1980.

*O Estado Maranhão*. **COTERMA discrimina terras de doze municípios**. São Luís, 12 dez. 1980.

*O Estado Maranhão*, **Incra entrega 560 títulos de terras no MA**. São Luís, 26 set.1980.

*O Estado Maranhão, Lavrador assassina vereador em Pio XII.* São Luís, 04 mar. 1982.

*O imparcial. Parlamentar apoia Instituto da Terra.* São Luís, 28 nov. 1980.

*O imparcial. João Alberto defende a contenção do êxodo rural.* São Luís, 28 nov. 1980.

*O imparcial. Figueiredo desapropria terras no MA.* São Luís – 22 out. 1980.

*O imparcial. Incra entrega 560 títulos de terras no MA.* São Luís – 26 set. 1980.

*O imparcial. Possesiros.* São Luís – 09 set. 1980.

*O imparcial. Castelo anula vários títulos de terra no ma.* São Luís – 08 jan. 1980.

*O imparcial. Preferência aos possesiros na alienação de terras.* São Luís – 04 jan. 1981.

*O imparcial. Lavradores de Lima Campos acampam em frente ao Incra.* São Luís – 24 mai. 1987.

*O imparcial. Conflitos.* São Luís – 22 abr. 1987.

*O imparcial. Cafeteira: “Incra vai interceder nos conflitos”.* São Luís – 22 abr. 1987.

*O imparcial. A Reforma Agrária vai ser descentralizada.* São Luís – 15 fev. 1987.

*O imparcial. Polícia versos lavradores A guerra está declarada.* São Luís – 10 abr. 1987

## Bibliografia

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: Corrupção e violência em terra do Carajás. Imperatriz-MA: Ética, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In. FERREIRA, Marcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto O.; ROCHA, Cristiana Rocha da (orgs.). **Histórias sociais do trabalho**: uso da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus**: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. jul 2015. Disponível em <habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho 2015.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil: Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e estudo de objeto para o historiador. In VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). **História das Américas**: Fontes e abordagens historiográficas. Humanitas: CAPES, 2015.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In. PISNKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 3ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESTADO, O. Um jornal de história e tradição. <<  
<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/05/01/um-jornal-de-historia-e-tradicao/>>>. São Luís, 2017. Acesso em: 22/01/2020.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Configurando o espaço social do Vale do Mearim: Terra, trabalho e migração. In. FERREIRA, Marcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto O.; ROCHA, Cristiana Rocha da (orgs.). **Histórias sociais do trabalho: uso da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim-MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado).

FRAZÃO, Jaciara Leite. **Conflitos Agrários no Médio Mearim - MA (1970-1990): Memória e experiência da luta pela terra no povoado Aldeia**. UEMA, São Luís, 2017. (Monografia de graduação).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e terra, 2019.

H CASTELLO BRANCO. **Estatuto da Terra**. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos. Lei No 4.504, 30 de novembro de 1964.<<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>> acessado dia: 15/01/2020.

IMPARCIAL, O. **O Imparcial: nossa história é a sua história**. <<  
<https://oimparcial.com.br/noticias/2019/05/imparcial-93-nossa-historia-e-a-sua-historia/>>>. São Luís, 2019. Acesso em: 22/01/2020.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NORDESTE, Banco do. **Informações socioeconômicas. Território:** Médio Mearim-MA. 2019 In. [https://www.bnb.gov.br > documents > MA+-+Médio+Mearim+-+2019.pdf](https://www.bnb.gov.br/documents/MA+-+Médio+Mearim+-+2019.pdf). <<acessado em: 13/01/2020 às 21:40>>

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. A reforma agrária em debate na abertura política (1985-1988). **Tempos Históricos**. 2018, Volume 22, p. 161-183.

SANTOS, Tamires Rosy Mota; BORBA, Poliana. **Leis de terras 1850 (Brasil) e 1969 (Maranhão) e suas consequências para povos e grupos sociais tradicionais:** contextualizações, diferenças e semelhanças, uma perspectiva histórica. In. <<<http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/artigo-Tamires-Rosy-Mota-Santos-e-Poliana-III-SEDMMA.pdf>>>. Acesso em: 16/01/2020.

STEDILE, João Pedro (org.); MENDONÇA, Sônia Regina: **A questão agrária no Brasil:** A classe dominante agrária - natureza e comportamento (1964-1990). 2a edição – São Paulo: expressão popular, 2010.

WELCH, Clifford Andrew. Camponeses, a verdade e a História da ditadura em São Paulo. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014. P. 57-78.

## **TRADIÇÃO, MODERNIDADE E CINEMA DECOLONIAL: uma análise sobre Xala (1975), de Ousmane Sembène<sup>1</sup>**

Viviane de Oliveira Barbosa<sup>2</sup>

Rafaele Chaves Freitas<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Durante os anos 1960, a História passou por um processo de renovação, no qual novos objetos e métodos foram propostos. Denominado de “Nova História”, esse movimento diversificou e ampliou a possibilidade de fontes utilizadas na pesquisa histórica. Nesse sentido, a obra fílmica começou a ser cogitada como um documento que permitiria uma análise de valores, contradições, identidades e ideologias de uma sociedade em determinado momento histórico.

O questionamento “O filme será um objeto indesejável para o historiador?” - contido em “O filme: uma contra-análise da sociedade”, escrito em 1971 por Marc Ferro, um dos pioneiros no

---

<sup>1</sup> Este artigo é um dos resultados do plano de trabalho “Tradição e modernidade na filmografia de Ousmane Sembène”, vinculado ao projeto “A África em tela: representações da África e dos africanos no cinema”, sob coordenação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Viviane de Oliveira Barbosa. O plano de trabalho foi desenvolvido de agosto de 2019 a julho de 2020 e foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), no âmbito do PIBIC/UEMA.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de História e Geografia (DHG) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da UEMA.

<sup>3</sup> Discente do curso de História Licenciatura da UEMA. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA). E-mail: rafaelechaves17@gmail.com

trabalho da relação entre História e Cinema, além de nos fazer confrontar os possíveis motivos da recusa do historiador em enxergar novas áreas de atuação, lança luz para a observação de que as películas, para além de entretenimento, são documentos que permitem analisar tanto a sociedade que os produz quanto a que os recebe. Sob essa perspectiva, para além do filme em si, elementos relacionados tanto à produção quanto à recepção da obra são passíveis de análise.

Imagina-se que a realização de um filme produz rivalidades, conflitos, lutas de influência [...] De maneira disfarçada ou aberta, esses conflitos causam um enfrentamento, segundo à sociedade em questão, entre o artista e o Estado, o produtor e o distribuidor, o autor e o realizador, bem como entre os membros da equipe, às equipes entre si, etc. [...] Assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História, com sua rede de relações pessoais, seu estatuto dos objetos e dos homens, onde privilégios e trabalhos pesados, hierarquias e honras encontram-se regulamentados [...] Eisenstein já havia observado que toda sociedade recebe as imagens em função de sua própria cultura. Por exemplo: a alegoria do açougue, em *A greve*<sup>4</sup>, suscitava muito bem o efeito desejados nas cidades, mas os camponeses, habituados a ver correr o sangue daquela forma, permaneciam indiferentes (FERRO, 2010, p.19).

---

<sup>4</sup> O filme do cineasta soviético Sergei Eisenstein, narra a história de uma greve desencadeada após um operário se suicidar devido a falsas acusações de roubo. Lançado em 1925, *A greve* é inspirado em um movimento grevista ocorrido na Rússia czarista, no início do século XX, e inova no que tange às técnicas de montagem.

Para Ferro (2010), o filme não é apenas um produto, mas também um agente histórico. Desta forma, o cinema constitui um “local” de disputas, pois, ao mesmo tempo em que é utilizado pelas autoridades para a realização de campanhas legitimadoras de ações governamentais, a exemplo do que ocorreu em Moçambique, pode tornar-se um meio para uma tomada de consciência frente à ideologia dominante. Ou seja, conscientemente ou não, os cineastas imbuem discursos políticos e sociais em suas obras. E esta é certamente uma característica do chamado “cinema engajado” de Ousmane Sembène.

Sem dúvida, assim como nos “documentos tradicionais”, ao lidar com a fonte filmica, o historiador deve compreender a existência de uma manipulação prévia das imagens e dos elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica. Os diversos elementos da confecção de um filme, como a montagem, o enquadramento, os movimentos de câmera e a iluminação, são elementos estéticos constituintes da linguagem cinematográfica que também conferem um significado específico que transforma e interpreta aquilo que foi recortado do real (KORNIS, 1992, p.239). Sobre esse aspecto, entendemos que é necessário

Analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa (FERRO, 2010, p.33).

Como indicado por Kornis (1992), para Marc Ferro (2010), a pesquisa histórica que utiliza fontes filmicas constrói uma contra-história, que, por sua vez, possibilita uma contra-análise da sociedade. Isso se dá, principalmente, porque o filme revelaria aspectos da realidade que ultrapassariam o objetivo do realizador. Desta forma, para além do visível, o historiador deveria buscar o não-visível, já que o filme excede seu próprio conteúdo, desvelando uma realidade social.

O filme ajuda assim na constituição de uma contra-história, não oficial, liberada, parcialmente, desses arquivos escritos que muito amiúde nada contém além da memória conservada por nossas instituições. Desempenhando, assim um papel ativo, em contraponto com a História oficial, o filme se torna um agente da História pelo fato de contribuir para uma conscientização (FERRO, 2010, p.11).

A partir das considerações realizadas, e tendo em vista a importância da produção e difusão do conhecimento sobre o continente africano, o presente texto busca analisar o filme *Xala* (1975), de Ousmane Sembène, cineasta senegalês considerado um dos precursores do(s) cinema(s) africano(s), a partir da chave analítica tradição-modernidade, sobre a qual é recorrente o debate teórico no campo dos Estudos Africanos, especialmente no que tange ao estudo da África contemporânea.

Metodologicamente, depois de promover um levantamento de produções cinematográficas de Ousmane Sembène, entre os anos

de 1960 até 1980, e, conseqüentemente, dos contextos dessas produções, suas narrativas e alcance de público, optamos pela análise do filme *Xala* tendo em vista que a obra concentra diferentes elementos característicos das produções de Sembène e, principalmente, por notoriamente trabalhar as relações entre modernidade e tradição. A análise da fonte filmica é realizada em diálogo com bibliografia pertinente.

### **Da exterioridade à descolonização do olhar**

“A imagem do continente africano esteve, desde muito cedo, marcada por uma *exterioridade do olhar*” (NASCIMENTO, 2013, p. 41) e a produção do conhecimento sobre o continente tem historicamente sido uma elaboração extravertida (HOUNTONDJI, 2008), direcionada a atender necessidades que normalmente não partem da África e não consideram suas perspectivas próprias. As produções audiovisuais, principalmente as realizadas por etnólogos, como Jean Rouch, buscavam o africano como objeto temático e não como sujeito. Isto é, ao mesmo tempo em que o africano “está” na narrativa, ele não possui poder sobre ela, já que os elementos da linguagem cinematográfica (roteiro, edição, montagem...) estão sob poder do estrangeiro.

A prepotência dos filmes etnográficos [...] parece muito com aquele gesto de prolongamento do velho eurocentrismo na representação do “Outro”. É como se não lhes dessem a “permissão para narrar” ou se

autorrepresentar. Nega-se o reconhecimento de sujeito da história e o direito a um projeto histórico próprio. Assim, os primeiros filmes nacionalistas pós-coloniais africanos vão reivindicar um espaço de enunciação e um lugar de discurso, isto é, posicionavam seu locus cultural ou locus discursivo em face ao olhar que vem de fora (NASCIMENTO, 2013, p. 42).

No bojo do processo de independência dos países africanos, o cinema de África configura-se como um “ambiente” a ser ocupado em prol da descolonização da mente e do olhar, dentro e fora do continente, sendo Ousmane Sembène um ator importante desta perspectiva de renovação. A atividade cinematográfica do cineasta senegalês se inicia a partir de 1960 e está ligada a um discurso anti-hegemônico, na medida em que edificou um novo olhar sobre o sujeito africano (OLIVEIRA, 2015).

Dessa maneira, as temáticas abordadas pelo cineasta estão ligadas intrinsecamente à realidade senegalesa, retratando os impactos do colonialismo e os desejos pós-coloniais de seu povo. Além disso, é importante destacar que uma das preocupações de Sembène é a de que a sua produção artística fosse acessível, visto que sua decisão de transitar da literatura para o cinema ocorreu em decorrência da alta taxa de analfabetismo no continente e da popularidade das imagens em movimento (GOMES, 2013), ou seja, para ele, o cinema teria o potencial de atingir mais pessoas.

Sobre o contexto das produções cinematográficas de Sembène é fundamental mencionar as dificuldades de financiamento e

distribuição dos filmes produzidos. A respeito disso, é necessário compreender a relação entre a denominada África subsaariana francófona (a qual o Senegal integrou) e o Império francês.

As políticas coloniais francesas podem ser definidas como de assimilação, isto significa que defendiam a ideia de que as nações colonizadoras deveriam ter como objetivo converter progressivamente o africano em europeu. Para isso utilizavam-se do ensino da língua, costumes, religião e moral da metrópole (HERNANDEZ, 2008). Em linhas gerais, o processo de assimilação dividia a sociedade colonizada entre “assimilados” e “não assimilados”.

[...] o processo de assimilação, privilegiando o caráter autoritário e coercitivo do sistema colonial, utilizava mecanismos para incorporar um número muito pequeno de africanos que, ascendendo à categoria de assimilados, poderiam se tornar mais coniventes com o colonizador e sua ideologia. Em poucas palavras, a assimilação reforçava a segregação (MEMMI, 1967, p.30 *apud* HERNANDEZ, 2008, p.105).

No que tange à produção cinematográfica colonial, a França não se engajava na produção de filmes didáticos para seus colonizados, no entanto existiam restrições direcionadas aos cineastas africanos, uma delas era chamada de *Dècret Laval*, decreto instituído em 1934. De acordo com esse decreto, para se produzir um filme era necessário obter uma autorização do Ministério das Colônias Francesas - órgão que poderia vetar tudo aquilo que fosse

considerado contra os interesses da metrópole (OLIVEIRA, 2016, p. 56).

Desta forma, sob à luz de Goerg (2007-2008), Gomes (2013) aponta os principais critérios para a censura: 1) o prestígio branco questionado, ou seja, representações de pessoas brancas como hostis, imorais ou invasoras era vetado; 2) a alteração da ordem pública, não sendo permitido filmes que mostrassem “mal-exemplos”, como assaltantes e prostitutas; 3) a contestação colonial, portanto, filmes que retratassem e/ou estimulassem ideias de rebelião.

Além disso, caso algum cineasta africano chegasse a concluir um filme, eram mínimas as chances de que esse filme fosse distribuído e chegasse às salas de cinema, posto que, a Companhia Africana Cinematográfica Industrial e Comercial (COMAICO) e da Sociedade de Exploração Cinematográfica Africana (SECMA), duas companhias francesas, controlavam a distribuição de filmes e os programas das salas de cinema (OLIVEIRA, 2016).

Com a independência do Senegal em 1960, as proibições francesas às produções africanas foram minguando, pois os novos Estados independentes não dispunham de orçamentos próprios para fins cinematográficos. No entanto, Souza (2019) destaca que, no contexto pós independência, um novo formato de relação foi se estabelecendo entre a França e a África, já que, tentando preservar vínculos com suas ex-colônias, a França se tornou a principal

financiadora do cinema que nascia. Tendo em vista a importância da produção cinematográfica para a manutenção da lógica colonial, a França criou, em 1961, o *Consortium Audiovisuel International* (CAI) e, em 1963, o *Bureau du Cinéma*, o instrumento mais importante que diz respeito às produções africanas nesse contexto. Sobre o funcionamento do *Bureau*, Gomes (2013) discorre que

Os incentivos dados aos realizadores africanos funcionavam de duas maneiras diferentes. A primeira era quando o Ministério agia como espécie de produtor do filme, provendo ao diretor africano os meios financeiros e técnicos, assim como parte da equipe. A segunda se dava a partir de pagamento pelos direitos de distribuição de um filme já finalizado (GOMES, 2013, p.27).

No que tange ao financiamento dos filmes, os diretores precisavam apresentar um documento com uma explicação detalhada sobre o roteiro e as cenas dos filmes, que eram analisados por um comitê, o qual decidia quais produções eram “possíveis” ou não (GOMES, 2013)

O primeiro longa-metragem de Sembène, *La noire de...* (1966), por exemplo, teve o financiamento negado pelo *Bureau*, pois, de acordo com o órgão, continha duras críticas à sociedade francesa ao contestar o sistema colonial. No entanto, o cineasta conseguiu produzir o filme de maneira independente e, posteriormente, a política de incentivo francesa financiou a distribuição (SOUZA,

2019), o que compreendemos como uma forma que o governo francês empregou para controlar o alcance da obra fílmica.

No caso de *Xala* (1975), o filme só estreou em Dakar, capital do Senegal, após a realização de diversos cortes exigidos pelas autoridades locais. A censura sofrida pelo filme se deveu, fundamentalmente, às críticas diretas que faz à corrupção dos dirigentes senegaleses, que desta forma, e sob a perspectiva de Sembène, garantiam a continuidade da dominação colonial em novas roupagens. Souza (2019) informa que, na época do lançamento de *Xala*, Sembène fomentou a distribuição de panfletos que indicavam as cenas cortadas, para que as pessoas tivessem noção do que estava sendo censurado.

### **Teorizando sobre modernidade e tradição**

Inseridos nesse contexto de descolonização, os filmes do cineasta senegalês expressam, através das relações entre modernidade e tradição, as crises de identidade do sujeito pós-colonial oriundas da interação (social, política, econômica...) com a metrópole. Sem dúvida,

No período que sucedeu a colonização, houve uma inevitável convivência entre as heranças deixadas pelo colonialismo e à consciência nacional, ligada ao restabelecimento de tradições e costumes. Houve uma necessidade latente em reafirmar certos valores autóctones e estabelecer um contato mais vivo com as culturas locais (OLIVEIRA, 2015, p.38).

Segundo Per Hernaes (2016), quando utilizamos os termos “tradição” e “modernidade” conotações vagas surgem e, geralmente, a tradição está associada a “modos/comportamentos antigos” enquanto o moderno significa algo “novo”. Ou seja, atribuímos a esses termos pares de oposição (antigo-novo, atualizado-desatualizado, retrógrado-progressista) e, a partir dessas imagens contrastantes, acabamos atribuindo valores a esses termos: enquanto a modernidade está carregada com algum suposto valor positivo a tradição representa a sua negação, a sua nêmesis.

[...] a ideologia da modernidade, ao construir uma percepção de tradição como um tipo de imagem espelhada negativa, sustenta sua própria reivindicação de superioridade e prerrogativa para exercer hegemonia. Dessa forma, a tradição torna-se parte da imagem própria da modernidade (HERNAES, 2016, p. 1260).

Desta forma, a imagem refletida dos outros, como o oposto da imagem própria de alguém, torna-se um elemento de estima civilizacional, nacional e pessoal (RUDOLPH; RUDOLPH, 1969, p. 9 *apud* HERNAES, 2016, p. 1260). Assim, a construção da imagem do continente africano como incivilizado fomentou a imagem de uma Europa civilizada. Portanto, essa visão dicotômica entre modernidade e tradição converteu-se em uma linguagem de dominação.

Ao construírem imagens refletidas dos alvos dos seus empreendimentos coloniais, os estados-nações europeus tornaram seus projetos coloniais legítimos. É claro que o discurso colonial enfatizou a dicotomia,

inspirando-se em esquemas evolucionários, contrastando “progresso” com “atraso” e “civilizados” (ou seja, a civilização europeia) em oposição aos “primitivos” (HERNAES, 2016, p. 1261).

Dito isso, e tendo em vista as obras de Sembène, partimos da perspectiva de contestação da posição dicotômica entre os termos “tradição” e “modernidade”. Denominado de “revisionismo da modernização”, a corrente de pensamento aqui considerada argumenta que: tradição e a modernidade coexistem em qualquer sociedade; imagens equivocadas das duas criam o para uma dicotomia falsa; as estruturas tradicionais têm o potencial de se adaptarem a influências modernas e as sociedades tradicionais não são monolíticas (HERNAES, 2016). Sobre a suposta polaridade entre o tradicional e o moderno, Hernaes (2016), sob à luz de Gusfield (1967), constata que a prática de colocar a tradição e a modernidade em pólos opostos tende a desprezar as complexidades que a realidade exhibe.

Ademais, o termo “modernidade” pode ser utilizado para “descrever uma série de características estruturais, tais como a secularização, a industrialização, o capitalismo e a preponderância da racionalidade, como também servir-se dessas características para classificar as sociedades” (MACAMO, 2014, p. 363-364). A utilização dessas características como elementos classificatórios derivam de uma concepção linear e progressista de História, cara ao século XIX,

que elencou a sociedade europeia como um modelo civilizatório a ser seguido e alcançado.

### **O filme *Xala* (1975)**

*Xala*<sup>5</sup> (1975), filme do cineasta senegalês Ousmane Sembène, lançado em 1975, narra a história de El Hadji, um proeminente político e comerciante senegalês que se aproveita do dinheiro público e, utilizando desses recursos, realiza seu terceiro casamento. No entanto, o protagonista é acometido pela “xala”, uma maldição que o impede de consumir o matrimônio. Com isso, Sembène traça um paralelo entre a impotência sexual (xala) de El Hadji e a impotência dos dirigentes africanos em se libertarem de sua maldição, nesse caso, as relações coloniais. Desta forma, a jornada de El Hadji, após seu terceiro matrimônio, para quebrar a Xala atua como o pano de fundo de uma trama que busca criticar as práticas da burguesia africana e expor a situação em que a maioria da população se encontra.

Não obstante, assim como em outros filmes do cineasta, em *Xala*, as personagens femininas possuem um papel de destaque. Desta forma, a situação da mulher africana é abordada,

---

<sup>5</sup> Xala é uma palavra em wolof que, em português, significa maldição. O wolof, segundo Gomes (2013), é falado por 80% da população senegalesa, enquanto apenas 30% é fluente em francês.

principalmente, através de Adja, a primeira esposa do protagonista, Oumi, segunda esposa, e Rama, filha de El Hadji e Adja.

### **A modernidade e a tradição nos perfis dos personagens**

O par tradição e modernidade é um dos tópicos centrais do filme, o que fica claro, principalmente, na relação entre Adja e Oumi, respectivamente, a primeira e a segunda esposa do protagonista. A cena em que ambas estão em um mesmo cômodo, durante o terceiro casamento de El Hadji, sentadas em um sofá, marca as diferenças entre elas. Enquanto, Adja encontra-se em vestes “tradicionais”, Oumi utiliza um vestido preto e acessórios “à moda Ocidental”, o que comunica imediatamente as posições de cada personagem.

**Figura 01 - Adja e Oumi durante o terceiro casamento de El Hadji**



Fonte: Xala (1975)

No entanto, para além do vestuário utilizado por cada uma delas, nessa cena há o contraste de opiniões sobre a tradição, ou seja, sobre o terceiro matrimônio de El Hadji. Adja apresenta uma resiliência, que não deve ser interpretada como passividade, já que, durante as interações da personagem com o esposo, ela reafirma os seus direitos como primeira esposa contrariando-o se necessário, enquanto Oumi demonstra descontentamento. Como segunda esposa, tradicionalmente, Oumi não ocupa o mesmo “lugar” que Adja e, mesmo que a tradição religiosa lhe garanta acesso aos mesmos recursos que a primeira esposa, a personagem sente-se ameaçada pela terceira esposa, uma mulher mais jovem.

Sob essa perspectiva, é interessante notar que as interações das esposas com El Hadji são diferentes. Em contrapartida ao comportamento sóbrio e silencioso de Adja, Oumi fala mais abertamente com o marido. Com isso, é possível observar uma mudança de postura do protagonista quando interage com Oumi, posto que o personagem parece expor perante ela certa fragilidade.

Além da diferença entre tradição e modernidade, Sembène destaca diferentes formas de se “viver” a modernidade. Para tanto, o contraste estabelecido é entre Oumi e Rama, filha do primeiro casamento de El Hadji. Como destaca Nascimento (2013), a modernidade em Oumi possui um “hibridismo alienante”, visto que, à medida que a libera, a torna “vítima”, isto é, a aprisiona em uma

cultura voltada ao consumo, própria do sistema capitalista, tornando-a uma pessoa materialista. Tanto que, quando El Hadji é expulso da Câmara dos Deputados e perde a loja, devido ao desvio de verbas destinadas à Associação Nacional de Auxílio Alimentar e por não conseguir mais empréstimos bancários, Oumi o abandona, levando consigo todos os bens.

O filme trata Rama como a uma síntese ideal do modelo tradicional e moderno (NASCIMENTO, 2013), já que a modernidade, nessa personagem, é apresentada como incitadora de questionamentos e confrontos e não como a portadora de um “hibridismo alienante”. Antes do casamento de seu pai, a personagem afirma seu descontentamento com o terceiro casamento e questiona Adja, sua mãe, sobre o matrimônio, incentivando-a a se divorciar. Rama defende a cultura africana, recusando-se, por exemplo, a utilizar o francês em detrimento do wolof, mas, ao mesmo tempo, abraça a modernidade em relação aos direitos de monogamia. Nesse sentido, a relação entre a tradição e a modernidade não é apresentada somente através de um viés dicotômico.

Rama e Oumi são personagens que personificam aspectos da modernidade, no entanto, principalmente em Rama, a modernidade e a tradição não podem ser tratadas de maneira excludente. Ou seja, a partir dessas personagens e levando em consideração o revisionismo teórico acerca do par tradição-modernidade,

empreendido por Gusfield (1967) e apresentado por Hernae (2016), é possível compreender as combinações que o modelo dicotômico tende a desconsiderar.

Além disso, a complexa relação entre modernidade e tradição também pode ser notada nas justificativas que El Hadji oferece para suas próprias ações. O personagem evoca, por exemplo, a tradição para defender a realização do seu terceiro matrimônio e a modernidade para justificar a não realização de um ritual que (supostamente) garantiria a efetivação da relação sexual entre os recém-casados. Ou seja, El Hadji mobiliza modernidade e tradição em relação de complementaridade.

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

A partir da análise sobre o filme, é possível compreender que a tradição e a modernidade constituem um elemento estruturante da narrativa, já que é a partir dos conflitos gerados pelas diferentes formas de se viver a modernidade e a tradição que o enredo se desenvolve, permitindo certas caracterizações aos personagens e dando corpo à história narrada. Contudo, ao invés de apontar somente o contraste ou uma oposição simples entre esses dois termos, Sembène apresenta a complexa relação entre esse par, trazendo seus personagens como intérpretes de discursos e ações que integram o tradicional e o moderno.

“A imagem do continente africano esteve, desde muito cedo, marcada por uma *exterioridade do olhar*” (NASCIMENTO, 2013, p.41). Logo, o sujeito africano era o objeto temático da obra e não o sujeito. Tendo isso em vista, a obra de Sembène se preocupa justamente com a descolonização da mente e do olhar, para tanto o cineasta propõe, justamente, dar voz aos indivíduos africanos, tornando-os agentes ativos das narrativas.

Em *Xala*, Sembène destaca, através do seu recorte geográfico (Senegal) que, mesmo após os processos de independência, o continente africano continua "assombrado" pela figura do colonizador, seja pelas heranças coloniais - sendo elas, de acordo com Oliveira (2015), a religião, a mestiçagem e a língua -, seja pela manutenção das relações de dominação-submissão características do colonialismo.

Desta forma, o(s) cinema(s) africano(s), em conjunto com as demais formas de arte, principalmente com a literatura, introduzem um discurso anti-hegemônico, viabilizando e apresentando uma nova forma de representar África e os sujeitos africanos. Assim, *Xala* afirma-se como uma fonte preciosa para a elaboração de uma contra-história, visto que, além de revelar aspectos da realidade, que ultrapassam o objetivo do realizador, oferece um panorama sobre as relações coloniais a partir do próprio continente africano.

## REFERÊNCIAS

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. [1ª. ed. francesa: 1977; o texto em questão é de 1971].

GOMES, Tiago de Castro Machado. **Ousmane Sembène e o(s) cinema(s) da África**. Niterói, 2013.

HERNAES, PER. O “tradicional” e o “moderno” na África Ocidental. In: ANYIDOHU, Kofi. LAUER, Helen (organizadores). **O Resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: FUNAG, 2016.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, março 2008, p 149 – 160.

JÚNIOR, David Marinho de Lima. **Descolonizando as mentes: Ousmane Sembène e a proposta de um cinema africano na década de 1960**. 2014. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. **Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971 -2010)**. História da historiografia, Ouro Preto, n. 8, p. 151 -173, abr. 2012.

KORNIS, M. A. **História e Cinema: um debate metodológico**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 237-250, 1992.

MACAMO, Elísio. Modernidade e tradição. In: SANSONE, Livio. FURTADO, Cláudio Alves, org. **Dicionário crítico das ciências**

**sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Salvador: EDUFBA, 2014.

NASCIMENTO, Jonas Alexandre do. **O cinema e a crítica (pós-) colonial em África:** uma análise do filme Xala. Recife. 2013.

OLIVEIRA, Glaucia Regina Fernandes de. **La noire de... em novela e filme:** uma visão da identidade cultural senegalesa. São Paulo. 2015.

OLIVEIRA, Janaina. **Descolonizando as telas: o FESPACO e os primeiros tempos no cinema africano.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (Odeere) – UESB. Ano 1, número 1, volume 1, Janeiro – Junho de 2016.

SOUZA, Natália Luiza de. **Narrando a nação:** identidades nacionais culturais representadas nas narrativas negras de resistência nas obras de Ousmane Sembène. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

**XALA.** Direção: Ousmane Sembène. Senegal: Filmi Domirev e SNCP, 1975. 1 filme (123 min), sonoro, legenda, color, 35 mm.

